



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Psicologia
Programa Integrado de Pós-Graduação em Psicologia Social
Nível Doutorado, UFPB/UFRN
Núcleo de Estudos sobre Desenvolvimento Rural e Avaliação de
Programas Sociais - NEDRAPS

Doutorado

AVALIAÇÃO PSICOSSOCIAL DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) NO ESTADO DA PARAÍBA

Autor: Francisco Eduardo de Castro Rocha
Orientador: Prof. Dr. Francisco José Batista de Albuquerque

JOÃO PESSOA-PB
2008

FRANCISCO EDUARDO DE CASTRO ROCHA

**AVALIAÇÃO PSICOSSOCIAL DO PROGRAMA NACIONAL
DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
(PRONAF) NO ESTADO DA PARAÍBA**

Tese elaborada sob a orientação do Prof. Dr. Francisco José Batista de Albuquerque e apresentada ao Programa Integrado de Pós-Graduação em Psicologia Social, Nível Doutorado, UFPB/UFRN, como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em Psicologia Social.

**JOÃO PESSOA-PB
2008**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Departamento de Psicologia
Programa Integrado de Pós-Graduação em Psicologia Social, Nível Doutorado,
UFPB/UFRN

**AVALIAÇÃO PSICOSSOCIAL DO PROGRAMA NACIONAL DE
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) NO
ESTADO DA PARAÍBA**

Francisco Eduardo de Castro Rocha

Tese aprovada em: 22/02/2008

Banca examinadora:

Prof. Dr. Francisco José Batista de Albuquerque - Presidente - UFPB

Prof. Dr. José de Queiroz Pinheiro – Membro – UFRN

Prof. Dr. Mardonio Rique Dias – Membro - UFPB

Dr. Rui Fonseca Veloso – Membro – Embrapa Cerrados

Prof. Dr. Bartholomeu Tôrres Tróccoli – Membro – UnB

O homem da lavoura

Homem da lavoura,
queimado pelo sol,
tostado pelas geadas,
castigado pelo trabalho,
que não teme tempestades
e muito menos madrugadas.

Homem da lavoura
simples e humilde,
que não tem vaidades
e só conhece o trabalho!

Homem da lavoura
que planta os cafezais,
que capina os canaviais

com sua enxada,
que enfrenta
a natureza ingrata!

Homem abençoado,
por poucos compreendido,
desprezado pela sociedade!

Homem da lavoura
queimado pelo sol!

Tira o teu chapéu,
ao nascer da aurora!

Francisco Brandão da Rocha

DEDICATÓRIA

A minha mãe (Clara de Castro Brandão, *in memoriam*) de quem aprendi a simplicidade, o desprendimento, a fé e o esforço pelo melhor viver.

A meu pai (Francisco Brandão da Rocha, *in memoriam*) em quem me espelho na busca da honestidade, da responsabilidade e, da firmeza nas decisões e na alegria de viver.

A meus irmãos Evandro e Fernando, à minha cunhada Rita e aos meus sobrinhos Izabella, Ana Clara e Carlos Eduardo, por formarem famílias batalhadoras em quem muito confio.

A Deus e, como espírita, à espiritualidade como esperança de um mundo melhor, e aos amigos desse plano que me acompanham nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço muitíssimo ao meu orientador Prof. Dr. Francisco José Batista de Albuquerque, pelo conhecimento transmitido, pela orientação, pela paciência e por ter confiado em mim. Nunca esquecerei suas aulas, seu otimismo e sua contribuição nesta minha formação de mais alto nível e realização.

Ao Prof. Dr. José de Queiroz Pinheiro, que sempre se esmerou pelo cuidado e discrição, pela paciência amiga, pela leitura atenta e por suas contribuições imprescindíveis a este trabalho.

Ao Prof. Dr. Mardonio Rique Dias, pela cooperação, orientação e fineza a mim dispensada nesta etapa de aperfeiçoamento profissional.

Registro também o meu “obrigado” a todos os Professores e funcionários do curso de pós-graduação do Departamento de Psicologia que influenciaram direta e indiretamente a realização deste sonho.

Agradeço o apoio dos colegas da Universidade, Jorge Artur e de Maria Quitéria, quanto aos aspectos técnicos, bem como a amizade e a confiança a mim dedicadas a colega da Embrapa Cerrados, Maria Helena, pela revisão do texto desta tese.

Também agradeço o incentivo e a torcida dos colegas do Núcleo de pesquisa (NEDRAPs), companheiros de sonho e ansiedades.

A atenção dispensada e o apoio dos colegas da Secretaria Executiva Estadual do Pronaf da Paraíba, Antonio Carlos, Marcos, Lavor e Ivanilza; da Emater-PB, Francisco Elias e do Banco do Nordeste do Brasil, Sandra Terto que sempre, tão gentilmente, abriram as portas de suas instituições para o nosso trabalho.

Aos agricultores, que, com paciência e humildade, participaram das entrevistas sem as quais não seria possível concretizar este sonho.

Aos colegas da Embrapa Cerrados, Maria Helena, Edson Lobato, Euzébio, Rui Veloso, Zoby, Sergio Folle e da Embrapa Hortaliças, Waldir Marouelli e Antônio C. Ávila, companheiros de luta que sempre compartilharam comigo ideais de um mundo melhor.

Por fim, a todos os colegas da SOBRAP-Brasília que contribuíram para ampliar minha visão no campo da psicologia aplicada ao desenvolvimento humano.

ÍNDICE

LISTA DE ANEXOS	ix
LISTA DE TABELAS	x
LISTA DE FIGURAS	xii
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xiv
INTRODUÇÃO	1
Contexto da investigação.....	3
Problema e questões de pesquisa.....	6
REVISÃO DE LITERATURA	8
Capítulo I	8
Política pública: um mecanismo de proteção social.....	8
Pronaf: objetivos e estrutura de funcionamento.....	13
Capítulo II	21
Avaliação de programa: uma estratégia de correção de rumos.....	21
Conceitos básicos: um olhar contextual.....	22
Aspectos teóricos e metodológicos: uma breve discussão.....	31
Avaliação de planos, programas e projetos: uma diversidade de métodos e modelos.....	37
Capítulo III	50
Psicologia Social: uma ciência de fronteira como base de estudo para a avaliação psicossocial de programa.....	50
Crenças, valores, atitudes e opiniões como foco de análise.....	51
Teoria da Ação Planejada como meio de orientação da pesquisa psicossocial.....	55
Operacionalização da TAP e respectivos resultados.....	62
OBJETIVOS	77
Objetivo Geral.....	77
Objetivos Específicos.....	77
HIPÓTESES	78
APORTE METODOLÓGICO	79
ESTUDO PRELIMINAR	79
MÉTODO	81
Delineamento.....	81
Participantes.....	81
Instrumento.....	81
Procedimentos.....	82
Análise das respostas.....	82
Crenças relacionadas à avaliação do Pronaf.....	82
Crenças relacionadas à análise da intenção de pagamento do crédito.....	84
ESTUDO PRINCIPAL	87
MÉTODO	87
Delineamento.....	87
Participantes.....	88

Instrumento.....	89
Instrumento I (avaliação do Pronaf).....	89
Instrumento II (intenção de pagamento do crédito).....	93
Procedimentos.....	92
Análise dos dados.....	93
Quanto à primeira etapa da análise, no que diz respeito à conferência do banco de dados.....	93
Em relação à segunda etapa, a análise estatística dos dados.....	93
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	96
Perfil dos entrevistados do Pronaf A e B.....	96
Perfil bio-demográfico.....	96
Perfil creditício.....	99
Análise de funcionamento do programa.....	108
Quanto à eficiência das operações/processos de implementação do Pronaf A e B no Estado da Paraíba.....	108
Implantação do Pronaf.....	108
Produto da implantação.....	109
Resultado do Pronaf.....	111
Quanto às diferenças entre as variáveis <i>Grupos (A e B) vs. Mesorregiões (Agreste e Sertão Paraibano)</i>	113
Quanto à intenção de pagamento do crédito referente às variáveis <i>Grupos (A e B) vs. Mesorregiões (Sertão e Agreste Paraibano)</i>	115
Quanto ao desenvolvimento e adequação do modelo de avaliação do Pronaf.(Grupos A e B).....	117
O modelo hipotetizado.....	117
Análise do Ajuste do Modelo de Avaliação do Pronaf.....	120
Análise dos modelos de mensuração para os Grupos A e B.....	120
Análise fatorial confirmatória do modelo de mensuração para o Grupo A (Assentados da Reforma Agrária).....	121
Análise fatorial confirmatória do modelo de mensuração para o Grupo B (Agricultor familiar).....	122
Análise dos modelos estruturais para os Grupos A e B.....	123
Grupo A (Assentados da Reforma Agrária).....	123
Grupo B (Agricultor familiar).....	125
Quanto à predição dos fatores psicossociais que influenciam a intenção de pagamento do crédito.....	126
Grupo A (Assentados da Reforma Agrária).....	128
Grupo B (Agricultores familiares).....	130
CONCLUSÃO.....	134
Limitações.....	143
Contribuições.....	144
Recomendações.....	145
REFERÊNCIAS.....	148

LISTA DE ANEXOS

Anexos:	158
Anexo I - Roteiro de entrevista aberta.....	159
Anexo II - Roteiro de entrevista estruturada.....	163
Anexo III - Inadimplência dos beneficiários dos Grupos A e B do Pronaf.....	178

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Inadimplência dos Grupos A e B discriminada por Estado do Nordeste e Município participante da pesquisa na Paraíba (posição de setembro/2007).....	178
Tabela 02. Categoria, subcategorias, frequência e percentual das Unidades de Contexto Elementar referentes à assistência técnica.....	83
Tabela 03. Categoria, subcategorias, frequência e percentual das Unidades de Contexto Elementar referentes ao emprego do crédito.....	83
Tabela 04. Categoria, subcategorias, frequência e percentual das Unidades de Contexto Elementar referentes à influência de fatores edofoclimáticos.....	84
Tabela 05. Categoria, subcategorias, frequência e percentual das Unidades de Contexto Elementar referentes ao impacto do programa.....	84
Tabela 06. Categoria, subcategorias, frequência e percentual das Unidades de Contexto Elementar referentes à avaliação geral de desempenho.....	84
Tabela 07. Crenças comportamentais modais salientes relativas ao pagamento de crédito.....	85
Tabela 08. Crenças normativas modais salientes relativas ao pagamento de crédito.....	85
Tabela 09. Crenças de percepção de controle modais salientes relativas ao pagamento de crédito.....	86
Tabela 10. Composição da amostra considerando os dois grupos de beneficiários..	88
Tabela 11. Dados biodemográficos dos respondentes do Grupo A (n = 200).....	96
Tabela 12. Dados biodemográficos dos respondentes do Grupo B (n = 200).....	97
Tabela 13. Visão global, em termos de frequência e percentual, da situação dos entrevistados dos Grupos A e B perante o banco, em relação ao crédito investimento e custeio vs. Mesorregião.....	100
Tabela 14. Análise da influência das variáveis antecedentes <i>Mesorregiões do Agreste e do Sertão Paraibano</i> para o Grupo A.....	114
Tabela 15. Análise da influência das variáveis antecedentes <i>Mesorregiões do Agreste e do Sertão Paraibano</i> para o Grupo B.....	114
Tabela 16. Diferença entre os escores médios das variáveis <i>Grupo</i> e <i>Mesorregião</i> em relação à <i>Intenção de pagamento do crédito</i>	115

Tabela 17. Correlações entre as variáveis do modelo (TAP) para a <i>Intenção de pagamento do crédito</i> (Grupo A, n = 200).....	128
Tabela 18. Regressão múltipla para os componentes da <i>Intenção de pagamento do crédito</i> (Grupo A, n = 200).....	129
Tabela 19. Correlações entre as variáveis do modelo (TAP) para a <i>Intenção de pagamento do crédito</i> (Grupo B, n = 200).....	130
Tabela 20. Regressão múltipla para os componentes da <i>Intenção de pagamento do crédito</i> (Grupo B, n = 200).....	131

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Representação gráfica do ciclo de operacionalização do Pronaf.....	06
Figura 02. Ciclo da avaliação de programa.....	39
Figura 03. Estrutura lógica dos componentes de um projeto.....	42
Figura 04. Modelo da Teoria da Ação Planejada.....	56
Figura 05. Representação gráfica do percurso metodológico.....	79
Figura 06. Percentual de agricultores do Grupo A vs. seis situações perante o banco, em oito condições relacionadas aos animais (linhas contínuas e pontilhadas do gráfico).....	104
Figura 07. Percentual de agricultores do Grupo B vs. onze situações perante o banco, em oito condições relacionadas aos animais (linhas contínuas e pontilhadas do gráfico).....	106
Figura 08. Avaliação da satisfação dos beneficiários dos Grupos A e B durante a fase de <i>Implantação do programa</i>	109
Figura 09. Avaliação da satisfação dos beneficiários dos Grupos A e B durante a fase de <i>Produto da implantação</i>	110
Figura 10. Avaliação da satisfação dos beneficiários dos Grupos A e B durante a fase de <i>Resultado do programa</i>	111
Figura 11. Avaliação da satisfação dos beneficiários dos Grupos A e B durante as três fases de implementação do programa.....	112
Figura 12. Modelo hipotetizado para a avaliação do Pronaf A e B.....	118
Figura 13. Modelo de mensuração do construto <i>Implantação</i> (Grupo A).....	121
Figura 14. Modelo de mensuração do construto <i>Produto</i> (Grupo A).....	121
Figura 15. Modelo de mensuração do construto <i>Resultado</i> (Grupo A).....	121
Figura 16. Modelo de mensuração do construto <i>Implantação</i> (Grupo B).....	122
Figura 17. Modelo de mensuração do construto <i>Resultado</i> (Grupo B).....	122
Figura 18. Modelo de avaliação do Pronaf para o Grupo A (Assentados da Reforma Agrária).....	123
Figura 19. Modelo de avaliação do Pronaf para o Grupo B (Agricultor familiar).....	125

RESUMO

Objetivou-se neste estudo avaliar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no Estado da Paraíba, com base na opinião de seus beneficiários (Grupos A - Assentados e B - Agricultores familiares), tomando como referencial teórico os preceitos da Psicologia Social. Nesse contexto, foi hipotetizado um modelo geral e foram estimados dois modelos estruturais para a avaliação do Pronaf A e B, com base em seu funcionamento e em seus objetivos, orientados por três construtos: *Implantação do Pronaf*, *Produto da implantação* e *Resultado do Pronaf*. Para avaliar a intenção de pagamento do crédito, foi empregado o modelo Teórico da Ação Planejada de Ajzen (1991). O delineamento utilizado foi correlacional, com amostragem não-probabilística. Participaram da avaliação duzentos beneficiários do Grupo A, com idade média de 46 anos, 91,0% do sexo masculino e 52,5% analfabetos, e duzentos usuários do Grupo B, com idade média de 44 anos, 58,0% do sexo masculino e 29,5% analfabetos. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevista semi-estruturada, com cento e dezessete itens de avaliação (escala de 1 a 7, tipo Likert), em quarenta e seis comunidades rurais de oito municípios, sendo quatro da Mesorregião do Agreste Paraibano e quatro do Sertão Paraibano. A análise dos dados foi uni, bi e multivariada. Os dados das amostras estudadas ajustam-se aos modelos finais para a avaliação do Pronaf A e B, corroborando, no caso do Grupo A, a hipótese de que a *Implantação do Programa* é explicadora do *Produto da implantação* que, por sua vez, influencia os indicadores do *Resultado do Pronaf*. Para o Grupo B, a *Implantação* tem impacto direto sobre o *Resultado*. Com base no modelo teórico de Ajzen, a *Atitude* e a *Crença normativa* foram, para o Grupo A, os preditores que mais explicaram a *Intenção de pagamento de crédito*. Para o Grupo B, as dimensões *Crença comportamental*, *Atitude*, *Crença normativa* e a *Crença de controle* foram as variáveis que mais influenciaram a *Intenção do pagamento de crédito*. De maneira geral, os entrevistados do Sertão Paraibano ficaram mais satisfeitos com o Pronaf que os do Agreste, e expressaram maior intenção de pagamento do crédito. Foi constatado, segundo informações do Banco do Nordeste do Brasil, que os beneficiários do Sertão apresentaram metade do percentual de inadimplência encontrado no Agreste.

Palavras-chave: psicologia social, avaliação de programa, teoria da ação planejada, agricultura familiar, pagamento de crédito rural, Pronaf.

ABSTRACT

This social psychology study evaluated the Pronaf (a credit line for small farmers implemented by the Brazilian Federal Government) in the State of Paraíba by means of the beneficiaries opinion (Group A - agrarian reform settlers and Group B - small farmers). To evaluate the Pronaf groups, a general model was hypothesized and two structural models were estimated, taking the Pronaf operations into consideration as well as their goals and three indicators: *Input* (Pronaf establishment phase), *Output* (Product of this establishment phase) and the *Pronaf impact* phase. In order to study the intention to repay the credit, the theory of planned behavior of Ajzen (1991) was used. A relational non probabilistic sample design was employed. The participants of this study were: two groups from 46 rural communities (eight districts, four of them were located in the dry area region and the others were located in the hinterland of the State of Paraíba). The sample was divided into two groups. Group A, composed by 200 participants, 46 years old average, mostly male (91%) with no formal education (52,5%) and Group B, formed by 200 respondents, 44 years old average, male (58%) and illiterate (29.5%). A semi-structured interview composed by 117 items measured in a 7-point scale (1 = totally unsatisfied and 7 = totally satisfied) was applied. Univariate, bivariate and multivariate data analysis were used. Results showed that the data of the studied samples were adjusted to the estimated structural models for Pronaf A and B evaluation, corroborating, for Group A, the hypothesis that the Input explains the Output, which influences the Pronaf impact indicators. For Group B, the Input has direct impact on the Pronaf itself. According to Ajzen model, to participants from Group A, the *Attitude* and the *Normative belief* were the main predictors of the *Intention of loan repayment*. For Group B, *Behavioral belief*, the *Attitude*, *Normative belief* and *Control belief* dimensions were the variables that influenced the *Intention to repay the credit*. Besides, respondents living in the hinterland of Paraíba showed more satisfaction with the Pronaf results, and higher level of intention to repay the loan than the participants living in the dry area. According to Banco do Nordeste do Brasil, it was verified that the hinterland region program beneficiaries have presented half of the insolvency percentage found in the dry area region.

Key Words: social psychology, program evaluation, theory of planned behavior, small farmers, rural credit payment, pronaf.

INTRODUÇÃO

A idéia que se pretende defender neste trabalho é a de que a avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é uma variável estratégica para a melhoria de sua gestão, uma vez que determinadas situações de implementação de programas como esse são de complexa compreensão e solução, o que demanda pesquisas sistematizadas.

O desenvolvimento de um modelo de avaliação que sirva de referencial para o monitoramento dos processos que compõem a sua base de funcionamento; a verificação das ações mais relacionadas às intervenções institucionais e seu impacto na vida dos beneficiários são fatores que necessitam ser avaliados.

Por se caracterizar como um programa eminentemente de apoio ao negócio, uma vez que o crédito é o foco mobilizador da sua dinâmica de funcionamento, o pagamento do crédito, tratado na forma de intenção comportamental, torna-se um dos indicadores centrais da avaliação deste programa. O instrumental teórico da Psicologia Social, ainda pouco explorado no Brasil na área de avaliação de programas, muito tem a contribuir para essa análise. Nesse sentido, aspectos como crenças, valores, atitudes e opiniões são fatores básicos a serem considerados em uma avaliação psicossocial, quando se pretende estudar mesoprocessos institucionais, como por exemplo, a gestão de projeto, de crédito e de assistência técnica envolvidos em programas como o Pronaf.

O pagamento ou o não-pagamento do crédito funciona como uma espécie de variável redutora, congregando um conjunto de comportamentos que é considerado a partir do ingresso do agricultor no referido programa e que dizem respeito à eficiência e à eficácia com a qual o Pronaf será tratado pelo agricultor. Portanto, conhecer a intenção do agricultor relativa ao compromisso de pagar o crédito obtido é uma referência para o êxito ou o fracasso do programa.

Diante do exposto, objetiva-se avaliar o Pronaf com base na opinião de seus beneficiários dos Grupos A¹ e B², no Estado da Paraíba, tendo como referencial de análise o contexto psicossocial. As maiores diferenças entre esses dois grupos são aquelas relacionadas ao valor do financiamento, à condição fundiária e à política, em termos de organização de

¹ Grupo de beneficiários do Pronaf constituído por Assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária cuja linha de crédito, de no máximo R\$18.000,00, é destinada à estruturação de suas unidades produtivas (Banco Central do Brasil, 2007);

² Grupo de beneficiários do Pronaf constituído por Agricultores familiares, descendentes de quilombolas, trabalhadores rurais, índios, ou pescadores com renda familiar anual bruta de até R\$ 2 mil, cuja linha de microcrédito é destinada a investimentos de no máximo R\$1.500,00 (Banco Central do Brasil, 2007).

Obs.: esses valores acima correspondem ao ano de 2007, entretanto, os declarados no presente trabalho para o Grupo A = R\$15.000,00 e para o Grupo B = R\$1.000,00 são de 2005, época em que foram coletados os dados.

seus usuários. No entanto, essas diferenças são circunstanciais, uma vez que a base de constituição do Grupo A é, em grande parte, formada por agricultores familiares tradicionais.

Para a efetivação desta pesquisa foram selecionadas as Mesorregiões do Sertão e do Agreste Paraibano. Essa escolha deveu-se ao fato de que a maior parte dos assentamentos com as características desejáveis para a coleta de dados, como por exemplo, o tempo de participação no programa, concentrava-se nessas duas Mesorregiões do Estado da Paraíba.

Além disso, não foi possível conseguir uma lista de participantes dos Grupos A e B para a composição de uma amostra aleatória, bem como a obtenção de indicadores duros a respeito do pagamento do Pronaf (percentual de adimplência e inadimplência) diretamente na principal fonte de informações, a do Banco do Nordeste do Brasil, uma vez que esse tipo de informação não pode ser disponibilizado para uso externo, sendo resguardado o sigilo bancário.

Dessa forma, para a presente pesquisa foi explorada uma série de conhecimentos e informações disponíveis, tanto na literatura científica como no ambiente de implementação, e foi preparada conforme o seguinte roteiro estrutural e de conteúdo:

Na Introdução são apresentadas a justificativa e a relevância do tema para o desenvolvimento rural, bem como a problematização do objeto de estudo.

Na Fundamentação Teórica, apresentada em forma de capítulos, são desenvolvidos os seguintes conteúdos:

No Capítulo I, definições, caracterização e informações sobre política pública no País são resgatadas para situar o problema de pesquisa. Nessa etapa, é ressaltada a importância do Estado como interventor de um complexo processo social, não só por envolver uma imensa população de beneficiários, e por lidar com recursos financeiros, materiais e humanos, mas também por ter de considerar o componente comportamental, pouco analisado na esfera das tomadas de decisão e, conseqüentemente, nos programas de inclusão social.

Além disso, informações mais detalhadas sobre o Pronaf são apresentadas e analisadas.

No Capítulo II, definições e dados de pesquisas empíricas sobre a avaliação de programa são apresentados, numa tentativa de desenhar um panorama dessa área de investigação, bem como sua importância para os gestores de programa. São apresentadas, ainda, as avaliações (somativa e formativa), assim como usos, teorias, métodos e modelos de avaliações de programa. Nesse caso, ressalta-se o modelo lógico de avaliação, que serviu de base para o desenvolvimento da presente pesquisa.

No Capítulo III, são apresentadas definições, caracterização e informações sobre a Psicologia Social como forma de fundamentar o objeto de pesquisa. Nesse contexto é introduzida e analisada a Teoria da Ação Planejada, de Ajzen (1991), cujos princípios teóricos

parecem potentes para explicar a intenção do pagamento do Pronaf pelo beneficiário. Por conseguinte, três componentes do modelo: o pessoal, o social (variáveis motivacionais) e o perceptual (variável de habilidade), são analisados de forma a se verificar qual deles tem maior peso na predição desse comportamento.

No final da fundamentação teórica, são apresentados os seguintes tópicos de elaboração da tese:

O objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa, bem como as hipóteses de trabalho que foram colocadas nos respectivos estudos que compõem o método;

No que se refere ao delineamento, à amostra, ao instrumento, aos procedimentos e à análise dos dados, o método descrito teve como base o levantamento de crenças e informações, na etapa inicial da pesquisa, e na medição dessas crenças, no segundo momento (Estudo Preliminar – análise qualitativa e Estudo Principal – análise quantitativa);

Por fim são expostos os resultados e discussão, bem como a conclusão, com recomendações técnicas voltadas para as correções de rumo do Pronaf, seguida das referências bibliográficas e dos anexos.

Contexto da investigação

O governo brasileiro vem se empenhado em resolver problemas que dificultam o desenvolvimento rural, como a prática da agricultura de subsistência, o baixo nível educacional e de uso tecnológico, a falta de assistência técnica, o empobrecimento dos solos, a exclusão social, o desemprego e, conseqüentemente, o êxodo rural. Como estratégia de combate a esses problemas, o governo tem se valido de políticas públicas como o Pronaf, operacionalizado por meio de linhas de crédito para investimentos e custeios.

Do ponto de vista de Alves (2006), o lucro auferido nos negócios da agricultura familiar é diminuto. Variações climáticas e a inconstância da política econômica contribuem para o endividamento dos produtores, gerando a insolvência, a revolta e a depressão desses trabalhadores residentes em municípios que dependem da agricultura. A queda dos preços dos produtos da agropecuária reflete na sua remuneração e no pagamento dos insumos, especialmente para os estabelecimentos de área inferior a 100 hectares. O salário rural perde competitividade em relação ao urbano, o que estimula o êxodo rural da mão-de-obra. Em síntese, a baixa remuneração das atividades relacionadas à agricultura, em comparação às que se realizam na cidade, em termos de renda permanente, determina a intensidade e a extensão da migração rural-urbana.

Segundo Rocha e Padilha (2004), a agricultura familiar caracteriza-se por ser um modelo voltado para a exploração da terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou ocupante; que o trabalho seja direto e pessoal do produtor e sua família, sem contratar empregados permanentes, sendo permitida a ajuda de terceiros quando a natureza sazonal da atividade agrícola exigir; que não tenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor; que 80% da renda familiar do produtor seja originária da exploração agropecuária e/ou extrativista e que o produtor resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo (Exemplos de módulos fiscais na Paraíba: Conde - 10 ha, Areia - 25 ha; Patos – 55 ha).

Nessa perspectiva, Mattei (2006) relata que a categoria social, agricultores familiares, é também conhecida por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência.

Os estabelecimentos familiares são distribuídos regionalmente, sendo 49,8% no Nordeste, 18,2% no Sul, 13,4% no Sudeste, 12,8% no Norte e 5,8% no Centro-Oeste. Esses estabelecimentos ocupam 77% da mão-de-obra no campo e são responsáveis, em conjunto com os assentamentos de reforma agrária, por cerca de 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária. Dos alimentos consumidos no País, a agricultura familiar produz quase 70% do feijão, 84% da mandioca, 58% da produção de suínos, 54% da bovinocultura de leite, 49% do milho e 40% de aves e ovos (Altafin, 2003 e Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2003).

Embora a área média dos estabelecimentos patronais seja quase 17 vezes maior que a dos familiares, a renda total por hectare/ano nos imóveis onde predomina a agricultura familiar é cerca de 2,4 vezes maior que a dos demais. Enquanto a agricultura familiar gera, em média, uma ocupação para oito hectares utilizados, a agricultura patronal demanda 67 hectares para gerar uma única ocupação, chegando a demandar 217 hectares para cada ocupação na Região Centro-Oeste (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2003, 2007a).

A questão da ocupação de terras no Brasil tem sido motivo de grandes conflitos, especialmente, entre os grupos ligados à reforma agrária e aos agricultores patronais. Esses dados indicam a necessidade de se encontrar uma saída (oportunidade de mais pessoas explorarem o mercado agropecuário como estratégia de sobrevivência) dentro do ambiente rural, em contraponto às alternativas urbanas. Nesse contexto, emergem as políticas públicas como soluções mediadoras para este campo de força, como por exemplo, o Pronaf.

Dados do IBGE (1995) permitem verificar que existem 4,3 milhões (89,3%) de estabelecimentos agrícolas de 0 a 100 ha (agricultura familiar) vs. 516 mil (10,7%) de estabelecimentos maiores que 100 ha (agricultura patronal). No contexto do Pronaf, segundo

o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2007a), o governo federal, para a safra 2006/2007, liberou R\$ 8,4 bilhões para atender a 1,7 milhão de contratos. Para a safra 2007/2008 disponibilizou a cifra de R\$ 12 bilhões, na forma de dotação orçamentária. Por meio desses dados, pode-se inferir que o Pronaf (1,7 milhão de contratos) ainda não conseguiu atender sequer a metade da população potencial de agricultores familiares (4,3 milhões), o que reforça sua importância perante a esse segmento da agricultura, mais do ponto de vista comportamental que tecnológico.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005), no que diz respeito ao pagamento do Pronaf, 300 mil contratos de crédito rural foram renegociados em 2004 pelo governo federal. Em 2003, outras 500 mil operações também foram contempladas, totalizando cerca de R\$ 3,3 bilhões repactuados com os agricultores em todo o País. Como forma de minimizar esse problema, a resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), em 2007, definiu regras para a individualização e a renegociação das dívidas dos beneficiários do Pronaf e do antigo Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) - que acaba de ser reformulada (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007c).

Dados de novembro de 2007, disponibilizados pela Coordenação do Pronaf do Banco do Nordeste do Brasil, conforme Tabela 01 (Anexo 03), mostram que a Inadimplência da Carteira (Valor das parcelas em atraso/Saldo total das operações de crédito) no Estado da Paraíba é de 6,7% para o Grupo A e 25,45% para o Grupo B. Além disso, a mesma coordenação, em janeiro de 2008, divulgou que a concessão de empréstimo do Pronaf B está suspensa em 78 municípios da Paraíba por inadimplência. Como solução paliativa, a estratégia da renegociação das dívidas provavelmente será o caminho a ser adotado para minimizar os prejuízos.

A gestão dessa política, dentro de um campo de forças, é feita em diversos níveis institucionais. Se por um lado encontram-se os beneficiários habituados a receber benefícios a fundo perdido, por outro, está o governo operacionalizando um programa de apoio ao negócio, com previsão de retorno, tanto financeiro como social, para esses mesmos indivíduos.

Desta forma, foi definido o problema de pesquisa, considerando diversos aspectos de ordem psicossociológica, relacionados ao campo da avaliação de programa (Figura 01).

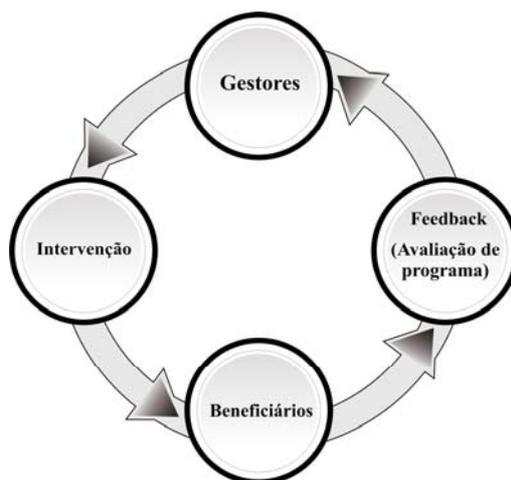


Figura 01. Representação gráfica do ciclo de operacionalização do Pronaf.

Problema e questões de pesquisa

A política pública é uma espécie de complexo de problemas inter-relacionados, com foco, geralmente, no atendimento a uma demanda social, implementada por meio de organizações, instituições governamentais ou da sociedade civil e que, conseqüentemente, fica sob a responsabilidade de inúmeros gestores e operadores. No caso do Pronaf, ela envolve várias dimensões, como a psicossocial, a econômica, a agrônômica, a ambiental, a administrativa, entre outras. Nesse sentido, no contexto psicossocial, Albuquerque (2002), considera a política pública como uma espécie de meta-variável.

Para planejar e organizar ações com maior probabilidade de êxito, considerando essa situação de complexidade, torna-se necessário um trabalho especializado e cuidadoso de investigação, com base no levantamento e na medição de informações provenientes dos envolvidos no programa. Essa é uma estratégia, entre várias outras, de se organizar para enfrentar problemas dessa natureza, levando-se em conta o *feedback* dos beneficiários, em termos de conhecimento, visão, experiência, criatividade. Nesse caso, fica claro que não é uma ação do gestor para avaliar os beneficiários, mas é o beneficiário contribuindo de forma participativa na avaliação da política.

A necessidade de os gestores obterem informações, por meios mais confiáveis e detalhados, para embasar suas intervenções, preferencialmente a um menor custo de operação, deve implicar, por exemplo, o desenvolvimento de um modelo de avaliação de programa. Pode ser que, em determinada situação, identifique-se, por meio dessa avaliação, a necessidade de outras pesquisas mais específicas.

Nem todas as instituições, organizações ou empresas contam com facilidades para resolver certos problemas, mas existem aquelas que possuem até mesmo um departamento

próprio de pesquisa, como citado por Hair, Anderson, Tatham e Black (2005, p.472). Para o Pronaf, parece imprescindível a realização de pesquisas no campo da avaliação de programa, como forma de auxiliar o monitoramento/acompanhamento das diferentes ações que são demandadas em seus vários níveis de implementação.

Esse problema, no contexto da Psicologia Social, já tinha sido abordado por Kurt Lewin na década de quarenta, ao afirmar que o pesquisador não determina a política da organização, mas pode investigar o que deveria ser feito para alcançar certos objetivos sociais. Do seu ponto de vista, qualquer pesquisa em grupo é, até certo ponto, uma ação social. O referido autor considerou, dessa forma, que a obtenção de dados é de grande relevância para a análise de dada política e seus efeitos, e que é pertinente a qualquer determinação de uma política racional (Lewin, 1951/1965, p.190).

Nesse sentido, várias questões de pesquisa podem ser suscitadas: em que tipo de modelo de avaliação é possível levantar hipóteses e confirmá-las visando orientar o monitoramento/acompanhamento do Pronaf na Paraíba? Qual é a eficiência dos processos e operações voltados ao funcionamento do Pronaf? Estão sendo alcançados seus objetivos? Está sendo gerado impacto na vida de seus usuários? O que se tem destacado e o que necessita ser melhorado? Existem diferenças, nos êxitos alcançados pelos beneficiários, entre as duas mesorregiões da Paraíba estudadas? Por fim, quanto os produtores avançaram e/ou aproveitaram os recursos em termos de negócios?

Surge, entretanto, uma dúvida inerente ao contexto da operacionalização do crédito: quem empresta, deseja, pelo menos no primeiro momento, saber da intenção de pagamento do empréstimo do cliente. Assim, levantam-se as seguintes questões: que fatores influenciam a intenção de pagamento de crédito? Existem diferenças, na intenção de pagamento de crédito, entre os grupos estudados nas duas mesorregiões da Paraíba? Os fatores considerados na Teoria da Ação Planejada de Ajzen (1991) são bons preditores/estimadores da intenção de pagamento de crédito?

Assume-se que as respostas a essas dúvidas poderão auxiliar os gestores no planejamento e no acompanhamento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, entre outras demandas sociais.

REVISÃO DE LITERATURA

CAPÍTULO I

Política pública: um mecanismo de proteção social

Conceitos básicos são aqui apresentados para a compreensão da estrutura operacional da presente pesquisa e centram-se na conceituação da política pública, seus desdobramentos na figura do Pronaf e de sua base de funcionamento.

Sposati, Boneti, Yasbek, e Falcão (2003) registram que oitenta milhões de brasileiros constituem uma população de provável dependência social, com uma situação de pobreza, desemprego e violência ganhando vultosa expressão. As classes subalternas lutam pela sobrevivência, organizam-se e apelam para o atendimento de seus direitos sociais, como o trabalho, a remuneração, a alimentação, a saúde, a moradia e a educação. Essa circunstância envolve processos de esclarecimento, arregimentação, debate e mobilização, que supõem a liberdade e a repressão à opressão.

De forma complementar, Sawaia (2004) enfatiza que a pobreza e a exclusão no Brasil são faces de uma mesma moeda. As altas taxas de concentração de renda e de desigualdade convivem com os efeitos perversos do fenômeno do desemprego estrutural. Em uma perspectiva de trabalho de combate à exclusão, faz-se necessário prover níveis de proteção que garantam o exercício da cidadania, possibilitando a autonomia dos cidadãos. Nesse sentido, romper as relações de subordinação, discriminação e subalternidade, severas em nosso país, é um dos desafios colocados.

Nessa mescla de idéias, encontram-se as políticas públicas na qualidade de mecanismos de proteção social geridas pelo Estado. Assim, Abad (2003) diferencia a política da política pública. Para ele, o termo política, que em inglês se traduz como *politics*, representa a luta pelo poder e a busca de acordos de governabilidade, que atualmente se profissionaliza por meio de técnicos, especialistas e lobistas de interesse. É um conceito mais abrangente e que envolve o conceito de política pública, que em inglês se traduz como *policy*, cujas conotações são mais técnicas e administrativas, pois está relacionado a programas de ação governamental.

Além dessa diferenciação, Abad (2003) e Sposati et al. (2003) concebem um conjunto de definições de política pública. Entre elas, o termo figura como espaço de representação de interesses populares, como forma de concretizar a ação do Estado. Significa também a forma pela qual o Estado amplia sua responsabilidade em face do custo de reprodução das condições

de vida dos trabalhadores constituindo-se, ao mesmo tempo, em formas de controle social e de diminuição dos graus de explosivos da luta de classe. Ao mesmo tempo em que constitui uma decisão, supõe certa ideologia da mudança social, esteja ela explícita ou não na sua formulação. Essa decisão é o resultado do compromisso entre racionalidade técnica e política.

Para Rodrigues (1997), as políticas públicas são estratégias por meio das quais se viabilizam as intervenções reguladoras do Estado, estabelecendo, assim, uma complementaridade funcional entre o sistema de instituições políticas e o sistema econômico.

Do ponto de vista agroeconômico, Delgado (2001) considera que o Estado tem o papel regulador do mercado agrícola, garantindo preços e rendas para os agricultores e, estimulando a produção doméstica, de modo que o abastecimento alimentar, especialmente o urbano, não seja comprometido pela escassez de produtos e por preços internos muito elevados. Para isso, o Estado executa ações autônomas e específicas como o crédito, o estabelecimento de preços mínimos, a taxa de câmbio, a pesquisa e a assistência técnica.

Com base nesses conceitos, pode-se dizer que a política pública é um conjunto de intervenções, programas, projetos de natureza pública, formuladas, coordenadas ou executadas pela potência pública: o Estado. Cada vez mais as políticas públicas aparecem como construções sociais, pois resultam de processos de ação coletiva associando-se a diferentes categorias de atores públicos e privados (Faria, 2003).

Abad (2003) ressalta que qualquer situação cujo objeto de intervenção, seja um contexto de decisões vinculadas às demandas da sociedade, terá de refletir um problema político e instalar-se na esfera pública como um conflito ou uma necessidade reprimida que afeta, conquanto indiretamente, a convivência social, englobando atores sociais relevantes com capacidade de exercer pressão sobre a agenda governamental, dentro da institucionalidade vigente ou fora dela. Acrescenta, ainda, que, em ideal, as políticas sociais visam à construção da cidadania social de forma a proporcionar, em um sistema desigual de distribuição da riqueza produzida pela sociedade, as condições mínimas para tornar efetiva a igualdade de direitos reconhecida legalmente, mediante a transferência e redistribuição de renda.

Para Sposati et al. (2003) a política social tem origem na relação capital-trabalho, mas não chega a ser só controle ou só salário indireto. Nesse contexto, o governo federal mantém 96 programas sociais (Programa Nacional de Creches, Projeto Vencer, entre outros), muitos destes ligados ao Ministério da Previdência e Assistência Social e tantos outros, fragmentados entre os órgãos governamentais no campo da saúde, educação, trabalho, transporte, habitação, agricultura, enfim, em várias áreas sociais. Esses órgãos acabam tendo de reproduzir um conjunto de ações para um segmento específico. Com isso, complexas frentes de trabalho são

geradas com soluções diversificadas para as diferentes “esferas de subsistência” da população. Assim, esses programas se expandem, buscando responder às necessidades de saúde, educação, abrigo, trabalho, alimentação, subsistência dos excluídos.

Do ponto de vista econômico, esses autores (2003) ponderam que a política social tem a função de subsidiar o consumo ou o subconsumo, como um salário indireto, o que estimularia o ingresso dos excluídos no mercado.

A passagem da exclusão à inclusão não é instantânea e nem se faz de uma só maneira. A inclusão, pela própria fragmentação dos programas sociais, se dá a partir de uma necessidade instituída. Essa fragmentação é uma forma de não abranger todas as particularidades, de todas as esferas de necessidades, de carências das pessoas. Assim, a ação profissional passa a ser centrada no “incluído” e no aprimoramento de critérios justificativos de inclusão em nome da realização da justiça social, do atendimento ao mais necessitado (Sposati et al., 2003).

Com isto, o assistencialismo, um tipo controverso de intervenção social, torna-se presente no movimento da inclusão-exclusão como elemento que desloca o incluído dos seus pares, do seu universo, da sua situação de classe, tratando-o como um particular. Isto porque, via de regra, o que caracteriza a ação governamental como assistencialista é a destinação a fundo perdido dos recursos financeiros públicos. Assim, os programas de assistência social seriam aqueles que operam não só com mercadorias, mas também com serviços. Sposati et al. (2003) ainda esclarecem que não se deve reduzir a assistência a um mecanismo voltado para o emergencial, desconhecendo o corte estrutural desse emergencial, ou ainda, não cabe reduzir as ações a paliativos, visto seu caráter superficial e de urgência.

Daí considerar como assistencial a concessão de benefícios individuais e as atividades que, mesmo coletivas, não permitem o seguimento da ação e se extinguem de imediato. Em outras palavras, os referidos autores citam o caso dos serviços da saúde em que ocorre o tradicional debate entre as ações curativas e as preventivas. A população busca o curativo e o técnico valoriza o preventivo, acabando por forçar ações de ordem desenvolvimentista. Nessa perspectiva, a assistência é vista até como necessária por alguns, mas vazia de conseqüências transformadoras. Sua operação é revestida de um sentido de provisoriedade, mantendo-se isolada e desarticulada de outras práticas sociais. O caráter assistencialista não é decorrência simples e direta da tarefa, da atividade que cumpre, mas sim da direção que as imprime. Conseqüentemente, a questão não se reduz ao objeto, mas a como ela se desenvolve (Sposati et al., 2003).

O marco inicial de formação de um sistema de proteção social no Brasil situa-se no período compreendido entre 1930 e 1943. Trata-se de um período marcado por grandes

transformações socioeconômicas, pela passagem do modelo de desenvolvimento agro-exportador para o modelo urbano-industrial (Silva, 2001).

No cenário internacional, a partir da Segunda Guerra Mundial, a pressão a favor da intervenção do Estado na agricultura, principalmente por meio de políticas públicas protecionistas, esteve também relacionada: (1) À força política dos agricultores nos países desenvolvidos; (2) À importância assumida pela questão da segurança alimentar; e (3) Às políticas de desenvolvimento econômico nos países do Terceiro Mundo. Apesar de as políticas desenvolvimentistas do pós-guerra terem penalizado o setor agrícola como um todo, é indiscutível que elas definiram um papel para a agricultura no conjunto da política econômica, o que implicou aumento considerável da intervenção do Estado no setor (Delgado, 2001).

Para orientar e apoiar o desenvolvimento rural no Brasil, o Estado sempre se valeu de mecanismos como a política pública. Para melhor visão e compreensão das formas de intervenção do Estado na agricultura, Delgado (2001) distingue dois tipos fundamentais de política econômica: a macroeconômica (políticas fiscal, monetária, comercial e cambial) e a setorial (políticas agrícola, agrária e a de desenvolvimento rural).

Além dessa classificação, as políticas públicas também podem ser agrupadas, de acordo com a sua natureza, da seguinte forma: (1) Distributiva, como a política de subsídio, crédito rural; (2) Redistributiva, como a política previdenciária, da aposentadoria; (3) Regulamentadora, como as políticas de conservação do meio ambiente, dos recursos naturais, comercial; (4) Constitutiva, como as políticas voltadas para o estabelecimento de legislação, regras e normas; (5) Global, setorial, ou territorial, como as políticas de segurança alimentar (Programa do leite, Bolsa-família); (6) Agrícola e de desenvolvimento rural, como as políticas voltadas para agricultura familiar – Pronaf (Pochmann, 2004).

Esse conjunto de políticas públicas acaba por contribuir, de uma maneira ou de outra, para a melhoria da vida do trabalhador rural e, conseqüentemente, para a fixação do homem no campo, em especial, do agricultor nordestino, durante o período de seca ou de entressafra. Quando o produtor é mais velho, ele ou sua esposa, ou ambos, recebem salário aposentadoria. Se eles são mais novos, geralmente têm filhos na escola, são beneficiários da bolsa-família. Se a renda não vem de forma constante, via atividades agropecuárias, que podem ser provenientes de políticas agrícolas, ela aparece por meio de outra modalidade de política pública.

Delgado (2001) considera, também, que, por melhores que sejam as políticas diferenciadas, sua execução enfrentará sempre grandes dificuldades. Em um país como o

Brasil, cuja população é principalmente urbana, em que a agricultura é complexa e articulada aos interesses agroindustriais, e em que o dinamismo da economia e a criação de novos empregos têm estado bastante articulados às necessidades da indústria, os pequenos produtores rurais pobres acabam por se tornar os principais excluídos dessas políticas. Assim, sua luta é, antes de tudo, pela conquista da condição de cidadãos, com mínimos direitos políticos, econômicos e sociais.

Nesse sentido, fatores relacionados às dinâmicas locais têm emergido com muita força e têm sido considerados no contexto da elaboração e implementação das políticas públicas, principalmente aquelas dinâmicas relacionadas aos agentes controladores e avaliadores. Essas dinâmicas locais se referem aos processos conduzidos por grupos sociais (comunidades, assentamentos, perímetros irrigados, bacia hidrográfica, agentes econômicos, firmas, movimentos sociais, sociedade civil e suas organizações, instâncias político-administrativas ou serviços públicos de distritos e municípios), mais ou menos organizados, mediante práticas, regras e normas grupais, associadas a representações e/ou valores comuns, como forma de mobilização ou de ação coletiva.

Essa estratégia tem sido bem acolhida como forma de melhorar o desempenho das políticas públicas, sobretudo, por se levar em conta as especificidades locais; evitar uma orientação verticalizada, ou seja, de cima para baixo; descentralizar as políticas públicas, como é o caso das políticas de educação, como também, de saúde, as quais são transferidas para as estruturas locais, municipais, que podem se apoiar ou não nas dinâmicas sociais (Conselhos municipais, Movimento dos Sem Terra, Comissão Pastoral da Terra).

A interação entre o poder público e o local pode gerar dois tipos de impacto: um, o positivo, orientado principalmente para o fortalecimento das organizações econômicas dos agricultores, favorecendo a inserção destes no mercado, via especialização e agregação de valor; o outro, o negativo, pode ocorrer devido ao reforço das dominações locais (político-clientelista). Mas, de qualquer maneira, sempre existirão dificuldades para serem vencidas contra o fenômeno da exclusão social.

Além desses aspectos conceituais que incidem diretamente sobre a visão das políticas públicas, a seguir serão apresentadas algumas informações acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, bem como de seu funcionamento, objeto de estudo da presente pesquisa.

Pronaf: objetivos e estrutura de funcionamento

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar tem como mecanismo de intervenção o crédito rural. Praticamente, o crédito Pronaf consiste no suprimento de recursos financeiros, por estabelecimentos de crédito oficiais e privados, para aplicações que objetivam incrementar os investimentos rurais, bem como atender às necessidades de custeio e de comercialização da produção agropecuária e da pesca.

O governo federal lançou o Pronaf em 1999 para apoiar financeiramente atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. As atividades não agropecuárias referem-se aos serviços vinculados ao turismo rural, à produção artesanal, ao agronegócio familiar e a outras prestações de serviços no meio rural, compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar (Banco Central do Brasil, 2007). Como consequência, espera-se a promoção do desenvolvimento rural sustentável e o fortalecimento da agricultura familiar por meio de seus beneficiários: os agricultores familiares, assentados, povos indígenas e pescadores, estruturados em cinco grupos de beneficiários, A, B, A/C, D e E (Amorim, 2003; Ferreira, 2007a, 2007b).

No que se refere ao seu funcionamento, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2007b), a gestão social foi adotada como base de suas metas. Ao municipalizar a sua atuação, os agricultores e suas famílias tornam-se os verdadeiros atores do Programa, gerando as demandas e as soluções necessárias à realização de seus objetivos. Nesse contexto, sua gestão é feita com base em três níveis administrativos:

(1) Municipal, tendo como principal órgão gestor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), responsável pela análise e aprovação do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR);

(2) Estadual, pelos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável - (CEDRS) e a Secretaria Executiva Estadual do Pronaf;

(3) Nacional, gerenciado por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) e da Secretaria da Agricultura Familiar. Os agricultores familiares, por intermédio de suas organizações, têm assento em todos os conselhos do Pronaf, sendo que no CMDRS deve haver paridade entre a participação dos representantes das organizações da sociedade civil e dos representantes do poder público.

O objetivo geral do programa, no início de sua criação, era propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e o aumento de renda, contribuindo

para a melhoria da qualidade de vida e a ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares (Altafin, 2003).

Considerando que o programa vem sofrendo constantes reajustes, conforme assinalado por Mattei (2006), seu objetivo atual é construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, de forma a aumentar e diversificar a produção, com o conseqüente crescimento dos níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007b).

Novamente, segundo Altafin (2003), os objetivos específicos do programa referiam-se à implementação de cada uma das quatro linhas de ação do programa, assim definidas:

(1) Negociação das políticas públicas com órgãos setoriais: para promover o ajustamento de políticas públicas à realidade dos agricultores familiares, mediante participação local e articulação do MAA com os órgãos decisórios do governo;

(2) Financiamento da infra-estrutura e serviços nos municípios (Pronaf Infra-estrutura): para o financiamento da infra-estrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar, de forma a assegurar a sustentação do desenvolvimento da agricultura familiar;

(3) Financiamento da produção da agricultura familiar (Pronaf crédito): para promover articulações com agentes financeiros com a finalidade de financiar o agricultor familiar e suas organizações no custeio e investimento de atividades agropecuárias;

(4) Capacitação e profissionalização de agricultores familiares: para proporcionar aos beneficiários o acesso a conhecimentos necessários ao desenvolvimento rural, como planejamento, tecnologia de produção, beneficiamento e comercialização, além de promover intercâmbio e difusão de experiências inovadoras em educação.

Nesse programa o agricultor familiar tem acesso às seguintes modalidades de crédito (Ferreira, 2007a, 2007b):

Investimento - recursos para o financiamento da implantação, ampliação e modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, na propriedade rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, conforme projeto elaborado de comum acordo entre a família e o técnico/projetista. Para Hoffmman, Engler, Serrano, Thame & Neves (1978) esse tipo de crédito é focado na operação de aplicação em bens ou serviços cujos desfrutes se realizam no curso de vários períodos. Os investimentos resultam na formação do capital fixo da empresa.

Custeio - recursos para o financiamento das despesas que são feitas em cada plantio, em cada safra ou ciclo de produção. Incluem-se aqui as despesas com as atividades agropecuárias

e não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção própria da agricultura familiar ou de terceiros, de acordo com a proposta de financiamento.

Hoffmman et al. (1978) definem essa modalidade como sendo os financiamentos destinados a atender despesas normais do ciclo de produção vegetal, abrangendo todos os encargos, desde o preparo de solo até o beneficiamento da produção. Inclui também a exploração pecuária, inclusive, a aquisição de insumos, para dar suporte a essa atividade, tais como sal, forragem, rações, minerais, sêmen, medicamentos, defensivos, dentre outros.

Além dessas, duas outras modalidades são passíveis de serem acessadas: o Crédito Cota-Parte, para os agricultores familiares filiados às cooperativas de produção rural e o Crédito Comercialização, para a armazenagem e conservação de produtos, bem como para a venda futura destes em melhores condições de mercado.

Em linhas gerais, com base nas informações do Banco Central do Brasil (2007), destacam-se as seguintes informações a respeito dos beneficiários do Pronaf:

(1) Grupo “A”: é o primeiro crédito investimento para os assentados pelo Programa Nacional da Reforma Agrária, ou beneficiários do Programa de Crédito Fundiário, destinado à estruturação de suas unidades produtivas. Quando a assistência técnica for garantida pelo INCRA ou Unidade Técnica Estadual ou Regional de forma gratuita, durante os primeiros quatro anos, o limite do financiamento é de R\$ 16.500,00. Do contrário, pode ser elevado a R\$ 18.000,00.

(2) Grupo “A/C”: é o primeiro crédito custeio para as famílias assentadas da reforma agrária que já receberam financiamento do Grupo “A”. Podem ter acesso a até três créditos de custeio, com limite de financiamento mínimo de R\$500,00 e máximo de R\$3.000,00.

(3) Grupo “B”: é a linha de microcrédito para investimento, criada para combater a pobreza rural. Os recursos de investimento são destinados a agricultores familiares, descendentes de quilombolas, pescadores artesanais, índios, dentre outros com renda familiar anual bruta de até R\$ 2 mil, para financiar qualquer atividade geradora de renda. O limite é de R\$1.500,00 independente do número de operações.

(4) Grupo “C”: é a modalidade de crédito que beneficia com crédito custeio e investimento os agricultores com renda familiar anual bruta superior a R\$ 3 mil e até R\$ 16 mil. O limite para o crédito custeio é de no mínimo R\$500,00 e no máximo R\$4.000,00 por mutuário. Por safra; para o crédito investimento, o mínimo é de R\$1.500,00 e o máximo de R\$6.000,00 por operação.

(5) Grupo “D”: similarmente ao anterior, beneficia com crédito custeio e investimento os agricultores com renda familiar anual bruta acima de R\$ 16 mil e limitada a R\$ 45 mil. O

limite para o crédito custeio é de R\$8.000,00 por mutuário, por safra. Para o crédito investimento, R\$18.000,00 por beneficiário.

(6) Grupo “E”: abrange os agricultores com renda familiar anual bruta acima de R\$ 45 mil e até R\$80 mil, que passam a ter direito a linhas de crédito para investimento e custeio da produção. Para o custeio, o limite de financiamento é de R\$28.000,00 por mutuário por safra. Para o crédito investimento o limite é de R\$36.000,00 por beneficiário.

Como pôde ser observado anteriormente, não é previsto crédito custeio direto para os pronafianos dos Grupos “A” e “B”, mas segundo Banco Central do Brasil (2007), no caso de o projeto técnico ou a proposta de crédito prever a utilização de recursos para custeio ou capital de giro associado ao investimento, o valor do crédito destinado àquelas finalidades não poderá exceder 35% do valor do projeto ou da proposta.

O programa contempla, também, outras linhas de crédito, tais como: Pronaf Agroindústria, Pronaf Custeio de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar, Pronaf Cota Parte, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Convivência com o Semi-árido, Pronaf Floresta e Pronaf Agroecologia (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007d).

No que se refere à implementação do Pronaf, o sistema inclui os serviços da extensão rural que, do ponto de vista de Trujillo (1996), é um conjunto de ações que envolvem a utilização de informações e conhecimentos, empregado em intervenções de agentes externos e internos sobre a população rural visando ao desenvolvimento desta em diferentes aspectos econômicos, sociais e inclusive os políticos.

Para Alves (1988), as atividades de extensão rural são tão mais intensas quanto mais moderna for a agricultura. A característica principal da agricultura avançada é o enorme fluxo de informações que flui rapidamente, e que da mesma forma é decodificado pelos vários agentes envolvidos: agricultores, extensionistas, agentes financeiros, industriais, comerciantes, pesquisadores. Esse fluxo diz respeito a preços, crédito, condições de financiamento (como juros, prazos de pagamento, bônus), quantidades, qualidades, decretos, condições de mercado, tecnologias.

Apesar da importância desse serviço no contexto da implementação do programa, segundo Ferreira (2007a, 2007b), a assistência técnica ainda é facultativa no âmbito do crédito Pronaf, raramente exigida nas operações de custeio, mas freqüente em operações de investimento. Os agentes financeiros, bancos e cooperativas, poderão, sempre que julgarem necessário, requerer a prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como condição para o financiamento do projeto.

Os serviços da ATER no crédito Pronaf compreendem o estudo técnico, representado pelo plano simples, o projeto ou projeto integrado e a orientação técnica ao imóvel ou à agroindústria. Devem contemplar no mínimo o tempo necessário à fase de implantação do projeto, limitado ao máximo de quatro anos e, no caso das agroindústrias, devem contemplar aspectos gerenciais, tecnológicos, contábeis e de planejamento.

Ferreira (2007a) esclarece, ainda, que para o encaminhamento desse tipo de projeto ou proposta ao banco, são exigidos alguns documentos: (1) Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP (instrumento que identifica a família como beneficiária e a que grupo ela pertence; é emitida por meio de uma entidade autorizada pelo governo, geralmente da área de extensão rural e assistência técnica ou um sindicato ou o Incra, dentre outras); (2) Documentos pessoais como CPF, Identidade; e (3) Documento que comprove a posse da terra a ser explorada, sendo dispensado quando a atividade pleiteada não está vinculada a uma unidade fixa de terra, como é o caso dos pescadores ou extrativistas.

Em relação às garantias para o acesso ao crédito, segundo Ferreira (2007a, 2007b), o banco exige algum tipo de fiança da família agricultora, algo que comprometa o retorno do recurso emprestado. Essas garantias deverão ser negociadas com o agente financeiro e podem ser de dois tipos: pessoais ou reais. As garantias pessoais envolvem o comprometimento de outras pessoas com o crédito e assim serão cobradas se esse não for pago. É o caso do aval e da fiança. As garantias reais envolvem bens reais como, por exemplo, uma propriedade, um trator, animais ou a própria produção financiada. O penhor da safra, a hipoteca e a alienação fiduciária de um bem são, também, exemplos de garantias reais.

Nas operações dos Grupos “A”, “A/C” e “B” a garantia que o Banco exige é a pessoal e a do agricultor que solicita o crédito. Basta a assinatura do tomador do crédito comprometendo-se em pagar o crédito. Para ter certeza da obtenção do financiamento e de menores exigências de garantias é importante ter um cadastro sem restrições (ter o nome limpo na praça) e apresentar um bom plano ou projeto produtivo a ser financiado.

Para Ferreira (2007a, 2007b) as garantias são a forma de o agricultor assegurar ao banco que ele irá pagar o crédito, um complemento à operação. Assim, os bancos analisam o histórico do agricultor e sua capacidade de pagamento antes de propor quais as garantias que serão utilizadas. Além disso, elas servem para reduzir o risco de o banco não receber as parcelas do empréstimo, evitando assim a inadimplência. Baseando-se em informações dessas fontes, a ocorrência da inadimplência deve-se, principalmente, a fatores que são denominados pelos produtores como a diminuição de preços ou a ocorrência de fenômenos climáticos.

Nesse sentido, fatores edafoclimáticos como solo, clima, planta, doenças e pragas, enfim, todos aqueles que colocam em risco a produção agropecuária, o que mais se destaca no Nordeste brasileiro é o fator seca, especialmente na região semi-árida, e em áreas destinadas à agricultura de sequeiro que, além de sofrerem os efeitos das irregularidades das precipitações, apresentam solos rasos, com baixa fertilidade natural e baixa retenção de umidade (Rogers & Cavalcanti, 1984).

O fenômeno da seca que historicamente atinge a Região do Nordeste afeta em maior intensidade os pequenos produtores e os assalariados rurais. A falta de chuvas compromete principalmente a produção agrícola gerando a fome e o desemprego no meio rural. Sendo a produção agrícola da região semi-árida tipicamente de subsistência, qualquer frustração de safra tem conseqüências graves para a população que, para sobreviver, procura obter renda nas frentes de trabalho do programa de emergência, ou migram para as cidades.

Apesar desses tipos de risco, considerando o fato de o agricultor já ser cliente e de ter bom histórico, a concessão do crédito do Pronaf, especialmente de custeio, é efetuada somente com a garantia pessoal, apenas com a sua assinatura. Quando o banco solicita outra garantia além da assinatura do agricultor, pode ser adotado um dos seguintes tipos de garantia: (1) Para o custeio – penhor de safra, aval ou adesão ao Seguro da Agricultura Familiar (SEAF – Proagro Mais); (2) Para o investimento – penhor censual ou alienação fiduciária do bem financiado. Os bancos podem solicitar garantias exclusivas, como o aval solidário, o fundo de aval ou fundo garantidor e a hipoteca.

As garantias geram maior comprometimento do agricultor com o banco, por isso necessitam ser bem estudadas antes de serem definidas e acordadas (Ferreira, 2007b).

Ferreira (2007a) assinala que alguns quesitos constituem a pauta de verificação dos bancos: o histórico do agricultor e sua família (o passado do agricultor, a atividade que vai ser financiada, restrições cadastrais no comércio e nos bancos, SPC, Serasa, Cadin, CCF); a capacidade de pagamento (o financiamento só será concedido se a renda esperada for suficiente para pagar os compromissos e ainda deixar algum lucro para o agricultor, isto é, se a capacidade de pagamento for positiva); a análise do limite de endividamento (quanto à família já possui de dívidas) e outros fatores (capacidade gerencial, técnica e mão-de-obra da família, risco de morte do tomador do financiamento, a existência de doenças e o excesso de dívidas).

Todos esses procedimentos foram incorporados e modificados ao Pronaf desde a sua criação na tentativa de melhor atender à dinâmica de funcionamento dos diferentes grupos de produtores e, conseqüentemente, servir mais efetivamente de instrumento facilitador ao

desenvolvimento rural sustentável. Nesse sentido, os agricultores, principalmente os do Grupo B, para sobreviverem no campo, exploram diferentes atividades agrícolas e não agrícolas, o que gera uma dinâmica socioeconômica plurativa, chamando a atenção para formas alternativas de organização da produção e de vida no campo (Ferreira, 2007a).

A combinação dessas atividades insere a família rural em diferentes setores, ampliando o seu campo de atuação e de inserção social e econômica. A noção de pluratividade encontra-se, assim, diretamente associada à de multifuncionalidade já que questiona as fronteiras entre os diferentes setores de atividade e de emprego. Ambas, porém, têm foco no significado econômico, tanto das atividades cuja composição e significados diferem nos diversos contextos históricos e espaciais (pluratividade) quanto das relações e redes sociais outras que não as econômicas (multifuncionalidade), segundo Maluf (2002) e Schneider (2003).

Ainda em relação à pluratividade, nada mais oportuno que destacar a atuação das mulheres no meio rural e seu novo papel de trabalhadora. Nesse sentido, verificam-se, ainda, o acúmulo de atividades e sobrecarga de responsabilidades, cabendo a elas dar respostas às dificuldades e condições de vida às suas famílias. Na agricultura familiar a expressão do trabalho feminino é sempre subestimada. Pelo fato de as mulheres serem as responsáveis pela reprodução social do grupo, as atividades produtivas desenvolvidas por elas são consideradas como parte das tarefas atribuídas ao papel de mãe e esposa, bem como de “ajuda” e “complementação” àquelas desenvolvidas pelos homens. A importância econômica de seu trabalho pode ser verificada por meio de dados como os da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, segundo a qual as mulheres respondem por 40% da mão-de-obra rural. Na agricultura familiar elas representam 36,2% das pessoas ocupadas (Abramovay & Silva, 2000).

Tomando-se como referência os dados do IBGE (2001a), a população agrícola do sexo feminino ocupada em 1997 era de 32,9%, enquanto a população não agrícola, do mesmo sexo, ocupada na mesma data, era de 41,5%. A pesquisa considerou como posições na ocupação: empregados, trabalhadores domésticos, conta-própria/autônomos, empregadores, não-remunerados, trabalhadores na produção do próprio consumo, trabalhadores na produção para o próprio uso, sem declaração.

Quanto ao ramo de atividades, segundo a mesma fonte (2001a), em 1997, a população do sexo feminino ocupada e dedicada ao ramo agrícola era de 20,2%, destacando-se dentre as demais categorias o ramo da prestação de serviço que era de 30,2%. A pesquisa considerou como ramos de atividade: agrícola, indústria de transformação, indústria de construção, outras atividades industriais, comércio de mercadorias, prestação de serviços, serviços auxiliares de

atividades econômicas, transporte e comunicação, social, administração pública e outras atividades.

Somando a esse quadro, na década de 1990, o desemprego e as dificuldades para permanecer no campo, reanimaram-se as migrações rural-urbanas, principalmente de mulheres jovens, contribuindo para que o meio rural apresentasse uma população crescentemente envelhecida e predominantemente masculina (Camarano & Abramovay, 1998).

Quem permaneceu no campo, nessa década, tendeu a diversificar suas atividades e fontes de renda. Graziano da Silva (1995) analisando dados da PNAD/IBGE entre os anos 1981/1990, assinalou a ocorrência do crescimento de atividades não agrícolas no meio rural e destacou que entre os indivíduos com domicílio rural, aqueles ocupados com atividades não agrícolas passaram de 3,1 milhões em 1981 para 5,2 milhões em 1990. Houve uma taxa de expansão de 6% a.a. contra 0,7% a.a. dos ocupados em atividades agrícolas. As atividades não agrícolas que cresceram nesse período estavam relacionadas às indústrias de transformação (agroindústrias), serviços, comércio, turismo, lazer e preservação do meio ambiente. O autor identifica esse fenômeno como o “novo rural”, referindo-se inclusive a atividades que ganham importância econômica pela capacidade de gerar emprego e renda, ao valorizar a natureza e o espaço rural na qualidade de objetos de consumo.

Por meio dessa análise, ainda que superficial, pode-se verificar que diferentes variáveis concorrem para o desenvolvimento rural sustentável. Apesar de a operacionalização do crédito rural, no que se refere à sua concessão e aplicação, envolver ações de técnicos da extensão rural e de agentes financeiros, esse processo irá sempre receber influências de fatores psicossociais como as crenças, atitudes e valores dos agricultores. Para tanto, entender esses conceitos, bem como avaliar os programas sociais, como o Pronaf, no contexto da Psicologia Social, torna-se uma etapa importante para a construção desta proposta.

Considerando que a maior parte desta pesquisa baseou-se em medições perceptuais, base de análise da Psicologia Social, serão apresentadas a seguir mais informações e estudos de diferentes modelos de avaliação de programa.

CAPÍTULO II

Avaliação de programa: uma estratégia de correção de rumos

O Estado utiliza diversas estratégias para implementar as políticas públicas, como por exemplo, os programas sociais. No caso das políticas agrícolas, o resultado esperado desses programas é o desenvolvimento rural obtido por meio de metas produtivistas e mecanismos como o crédito agrícola. Mas, subjacentes a esse processo, encontram-se as questões comportamentais que são imprescindíveis ao andamento das atividades, pois o comportamento requerido afeta diretamente a eficiência e a eficácia com que são realizadas as ações. Para tanto, a avaliação torna-se um dos meios facilitadores do processo de intervenção do Estado.

Pouco se conhece da avaliação do Pronaf, principalmente, do ponto de vista comportamental. Cozby (2003) enfatiza que pesquisadores freqüentemente se defrontam com questões de pesquisa aplicada e de avaliação do comportamento. Nesse contexto, encontram-se as pesquisas de avaliação de programas voltadas para as reformas sociais e inovações introduzidas no governo, na educação, no sistema judiciário, na indústria, na assistência à saúde etc. Muitas pesquisas aplicadas são realizadas por grandes empresas, companhias de pesquisa de mercado, agências governamentais e agências que realizam pesquisas de opinião pública, e seus resultados não são publicados. Independentemente de eles serem ou não publicados, são usados para ajudar pessoas a tomar decisões melhores em relação a problemas que requerem ação imediata.

Nessa perspectiva, valem como exemplo os atuais trabalhos do Tribunal de Contas da União (TCU), instituição governamental que sempre esteve ligada à auditoria dos recursos públicos, mas que agora tem ampliado sua atuação ao desempenhar trabalhos na linha de avaliação de programa, considerando tanto os modelos lógicos como os de causa e efeito, delineamentos mais complexos (Brasil, 2000, 2001, 2002).

Avaliar programas e políticas públicas, segundo Silva (1999), constitui um poderoso instrumento para gestores, formuladores e implementadores, uma vez que serve de base para a tomada de decisões com maior objetividade e qualidade, maximizar os efeitos do gasto público, identificar e superar pontos de estrangulamento, verificar os êxitos dos programas e, conseqüentemente, abrir perspectivas racionais à implementação de políticas com maior capacidade para se alcançar os resultados desejados. Dessa forma, o objetivo primordial da avaliação de um programa é contribuir para o seu aperfeiçoamento, por meio de informações

indispensáveis para os gestores públicos, na qualidade de tomadores de decisão (*policy makers*), e aumentar o grau de satisfação de seus beneficiários ou usuários.

Para isso, o referido autor recomenda conhecer o programa, apreciar seu delineamento, seu modo de implementação na teoria e na prática. Conhecer um programa para avaliá-lo é perguntar como ele funciona. É necessário antes de tudo caracterizá-lo, o que não é uma tarefa fácil, pois os programas sociais incorporam grande variação em termos de componentes, estilos, pessoas e procedimentos. Portanto, torna-se necessário adotar procedimentos tais como: análise documental, entrevistas com decisores e implementadores das ações/políticas de órgãos governamentais, entrevistas com especialistas da comunidade científica e com os usuários.

Conceitos básicos: um olhar contextual

No Dicionário Aurélio, “avaliar” significa “determinar a valia ou o valor de” ou ainda, “determinar a valia ou o valor, o preço, o merecimento, etc.; calcular, estimar”. Assim, cada pessoa realiza numerosas avaliações ao longo do dia, pois cada vez que se julga um objeto em relação a uma dimensão de valor (preço, merecimento) está sendo realizada uma avaliação.

Existem vários tipos de avaliação. Scriven (2001) cita alguns deles: avaliação de pessoal; estudos de política; avaliação de desempenho (no caso de estudantes, atletas, combatentes de guerra); análise/*reviewing* de restaurantes; avaliação de programa; pista de teste para veículos; avaliação do impacto ambiental; crítica a títulos de investimentos; crítica a jogos de carta e outros de azar, inclusive, o de guerra; ética normativa (isto é, aplicada); a lógica prática (argumentação) e análise de decisão aplicada.

Para esse autor, esses diversos tipos compõem o conceito da avaliação. No entanto, ressalta dois campos que só recentemente foram identificados e considerados de grande importância: o primeiro, é o da meta-avaliação (a avaliação das avaliações) e o outro, o campo da avaliação intradisciplinar, isto é, a avaliação conduzida dentro de disciplinas.

Scriven (2001) considera que a avaliação por si só já é uma disciplina de um tipo familiar, mas não convencional. Ela faz parte de um grupo transdisciplinar de elite por pertencer ao grupo das mais notáveis que servem a outras disciplinas, embora tenha também o *status* de condição autônoma. Nesse sentido, a avaliação pode ser utilizada não só no campo das ciências sociais, mas também no da História, da Geografia, da Ciência da Computação, da Educação, dos Negócios & Gestão, bem como das ciências mais antigas como a Física e a Biologia. Pode-se dizer, assim, que a avaliação é uma tarefa eminentemente multidisciplinar (Faria, 2005).

Por sua vez, Silva (2001) considera que a avaliação de políticas e programas sociais é um campo de estudo da pesquisa social em desenvolvimento, verificando-se sua expansão a partir dos anos 60 nos Estados Unidos, no âmbito dos programas de combate à pobreza. Todavia, naquele contexto, Faria (2005) afirma que a pesquisa avaliativa era concebida predominantemente como uma ferramenta de planejamento destinada a formuladores de políticas e a gerentes do mais alto escalão. No Brasil, a expansão da avaliação de políticas públicas é registrada a partir dos anos 80, quando os movimentos sociais passaram a demandar políticas sociais universalizadas, como um direito de cidadania. Nessa mesma época, aprofundou-se a crítica ao padrão de políticas sociais desenvolvido na América Latina e, especificamente, no Brasil.

Essas críticas referem-se, contundentemente, ao mau uso do dinheiro público e à desfocalização dos programas sociais em relação à população mais necessitada. A disseminação ainda se deve às exigências dos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento os quais demandaram reforma dos programas sociais, pautada na descentralização e privatização. Nesse sentido, as instituições financiadoras incluíram a avaliação das políticas sociais como condição para seu financiamento, passando a exigir racionalidade do gasto público e do rendimento dos recursos aplicados. Desenvolveu-se então a avaliação com a finalidade de aferir a eficiência no uso dos recursos, bem como dimensionar o grau de eficácia com que os objetivos dos programas estavam sendo alcançados (Faria, 2005).

Do ponto de vista desse mesmo autor (2005) a avaliação de políticas públicas pode ser considerada uma atividade destinada a: (1) Melhorar os resultados de uma ação cujo ciclo de vida se encerra; (2) Fornecer elementos para o desenho de novas intervenções ou para o aprimoramento de políticas e programas em curso; (3) Fazer parte da prestação de contas e da responsabilização dos agentes estatais. E, nesse contexto, destacam-se os *stakeholders*, que, segundo Brasil (2002) e Silva (1999), são aquelas pessoas, grupos ou instituições envolvidos pela política e nela interessados, cuja influência é decisiva quanto ao sucesso do programa/projeto (atores sociais). Esses *stakeholders* estão divididos em grupos primários e secundários. Os grupos primários são aqueles mais afetados seja positivamente (os beneficiários), seja negativamente (os realocados involuntariamente); os secundários são os intermediários envolvidos no processo de prestação de serviços.

Nessa perspectiva, o uso dos indicadores de desempenho para aferir os resultados obtidos, definindo esse termo como um número, percentagem ou razão que mede determinado aspecto do desempenho, com o objetivo de compará-lo às metas preestabelecidas. Diferencia,

ainda, medidas de desempenho quando seus aspectos podem ser mensurados diretamente e quantificados facilmente, e indicadores de desempenho, quando não é possível efetuar tais mensurações de forma direta. Embora sejam indiretas, considera-se que essas medidas podem fornecer uma boa visão do resultado a ser medido, esclarecendo que são meras aproximações da realidade (Brasil, 2000).

Similarmente, Mourão (2004) define os indicadores como medidas explícitas e objetivamente verificáveis de mudanças induzidas ou de resultados. Seriam, pois, formas de “capturar” os resultados e também de conseguir transmiti-los. Enquanto os objetivos devem responder à pergunta “O que mudou”? Os indicadores devem responder à pergunta: “Como se sabe que mudou”? Além disso, a autora denomina indicadores duros ou medidas duras, ou, ainda, números duros, os indicadores numéricos (ex.: percentual de inadimplência; Tabela 01 – Anexo III) em relação aos indicadores perceptuais (ex.: escala de satisfação; Roteiro de entrevista estruturada - Anexo II).

A esse respeito, a referida autora faz uma observação, relatando que indicadores perceptuais, coletados por meio da comunicação, são mais versáteis e econômicos e têm como vantagem a possibilidade de serem usados na maior parte das informações e dados necessários e como desvantagens: de basearem-se em crenças. Nesse caso, dependem da visão que as pessoas têm do fato, da sinceridade, da memória e da boa vontade dos respondentes. Importante, também, é destacar os vieses que podem ser gerados em função da “desejabilidade social”, mediante a qual os pesquisados podem, conscientemente ou não, responder aquilo que acreditam que o pesquisador gostaria de ouvir, ou que é mais aceito naquela determinada cultura.

Os indicadores quase sempre são compostos de variáveis como custo, tempo, quantidade e qualidade. Nesse sentido, o desempenho na obtenção de determinado resultado pode ser medido considerando dimensões de análise tais como economicidade, eficiência, eficácia e efetividade. Para cada uma dessas dimensões podem existir um ou mais indicadores (Brasil, 2000).

Mourão (2004) acrescenta a essas dimensões critérios referenciais, tais como: a equidade, o impacto social, o custo-benefício, o custo-efetividade, a satisfação dos beneficiários, o acatamento das normas e das regras legais em sua implementação, entre outros. Essa autora considera que cada um desses critérios tem perguntas centrais a serem respondidas e requerem um enfoque diferente para a execução da investigação.

Além dos indicadores de uma pesquisa avaliativa, há outros conceitos a serem considerados. Na literatura, costuma-se distinguir a avaliação de políticas públicas/programas

em termos de sua eficiência, eficácia e efetividade. Essa diferenciação é basicamente um recurso analítico destinado a separar aspectos marcantes dos objetivos e, por conseguinte, da abordagem, dos métodos e técnicas de avaliação (Arretche, 2001).

Esses três conceitos são indicadores estratégicos para a construção de um modelo de avaliação de programas, uma vez que possibilitam a identificação e a análise detalhada das diferentes etapas que envolvem os trabalhos de operacionalização de uma política pública. Assim, a compreensão desses conceitos é de suma importância.

Por avaliação de eficiência, entende-se um esforço empregado na implementação de determinada política e os resultados alcançados. A autora considera que a avaliação de eficiência é hoje, possivelmente, a mais necessária, a mais urgente de ser desenvolvida. Grande tem sido o esforço na sofisticação dos métodos de avaliação de eficiência nos últimos anos. Isso tem ocorrido em função de vários fatores, tais como o desperdício de recursos, a corrupção ou a incapacidade gerencial no âmbito das organizações estatais, os quais se tornam grandes entraves à utilização de recursos públicos geridos para finalidades efetivamente sociais (Arretche, 2001).

Belloni, Magalhães e Sousa (2001) assinalam que eficiência diz respeito à relação entre o previsto e o realizado, com a finalidade de combinar os insumos e implementos necessários à consecução dos resultados visados. Referem-se à otimização dos recursos utilizados, funcionando como causa esclarecedora do resultado que se busca avaliar, além de ser um indicador de produtividade das ações desenvolvidas. Abrange método, metodologias, procedimentos, mecanismos e instrumentos utilizados para planejar, projetar, tratar objetos ou problemas, tendo em vista as diretrizes e determinados objetivos finalísticos.

Por avaliação de eficácia, Arretche (2001) entende a relação entre os objetivos e os instrumentos explícitos de um dado programa e seus resultados efetivos. A autora observa que essa avaliação pode ser feita, por exemplo, entre as metas propostas e as metas alcançadas pelo programa, ou entre os instrumentos previstos para sua implementação e aqueles efetivamente empregados.

Para Belloni et al. (2001) eficácia corresponde ao resultado de um processo, incluindo também a orientação metodológica adotada e a atuação estabelecida na consecução de objetivos e metas, em um tempo determinado, tendo em vista o plano, o programa ou o projeto originalmente proposto. Quando se trata de política pública, considera-se que eficácia não pode estar restrita tão-somente à aferição de resultados parciais. Ela se expressa, também, pelo grau de qualidade do resultado atingido. Em síntese, para Varaschin, Heiden, Paul, e Silva (2002) um projeto é considerado eficaz quando consegue realizar seus objetivos.

Esses conceitos correspondem aos de Ribeiro, Ribeiro, Vasconcelos e Guimarães (1998) que consideram eficiência a execução correta das atividades programadas e eficácia a adequação das atividades e dos produtos para garantir o alcance do objetivo imediato do projeto, o que implica a verificação do grau de satisfação do público-alvo.

Por avaliação de efetividade, Arretche (2001) entende a relação entre a implementação de determinado programa e seus impactos e/ou resultados, isto é, seu sucesso ou fracasso em termos de uma efetiva mudança na qualidade de vida das populações atingidas pelo programa sob avaliação. Nesse tipo de avaliação, a distinção entre avaliação e análise se torna mais clara e necessária devido à necessidade de demonstrar que os resultados encontrados na realidade social estão causalmente relacionados àquela política particular e à necessidade de distinguir entre os produtos de uma política e seus resultados.

Para Belloni et al. (2001) a efetividade social refere-se às conseqüências da qualificação do trabalhador, em sua vida profissional e pessoal. Destaca-se, assim, a efetividade social como um critério de avaliação que procura dar conta dos resultados da política pública, tanto econômicos quanto sociais. Consideram, ainda, que a compreensão da efetividade social envolve indicadores de caráter macrossocial, nem sempre disponíveis quando se desenvolve avaliação de política pública, em especial, quando os resultados de uma política podem ser manifestados a longo prazo ou mediante indicadores difíceis de serem diretamente aferidos. A alternativa é combinar indicadores diretos e indiretos, uma vez que ganhos de renda ou de *status*, por exemplo, para um programa de educação, nem sempre expressam todo o impacto e as conseqüências do programa.

Ribeiro et al. (1998) consideram que a efetividade, em última instância, mede o impacto do projeto em relação ao seu objetivo superior. Isso significa dizer que um projeto será tanto mais efetivo quanto mais próximas estiverem suas atividades e produtos (ou metas) do objetivo superior. Consideram, ainda, que o esforço via projeto, e os seus conseqüentes produtos, são efetivos quando conduzem ao objetivo superior, produzindo impacto positivo. Resumidamente, para Varaschin et al. (2002), o resultado é aquilo que os projetos produzem, como desempenham o seu grau de eficiência.

Apesar de esses conceitos terem sido discutidos de forma isolada, há que considerá-los interligados, relacionados. Por exemplo, um programa voltado à reforma agrária, pode ter sido eficiente em suas operações, eficaz no alcance de suas metas, como é o caso de se assentar certo número de pessoas em um determinado prazo. No entanto, não ter sido efetivo, por não ter alcançado êxito quanto aos resultados, à possibilidade de redução da pobreza, à melhoria de renda e da qualidade de vida em um horizonte de tempo.

Isso vale também para a questão do crédito agrícola. Empréstimo certo volume de recursos pode significar o alcance de determinada meta de um programa, mas não quer dizer que os recursos estejam melhorando a qualidade de vida, a renda, a capacidade de produção de produtores e, conseqüentemente, estão sendo devolvidos de conformidade com o ajustado.

Além desses, o conceito de impacto no campo da avaliação de programas é um termo adotado por diversas áreas da ciência. Na Psicologia organizacional, Castro (1999) define o impacto do treinamento no trabalho como sendo a influência exercida pelo treinamento sobre o desempenho subsequente do treinando em tarefa similar àquela aprendida por meio do programa instrucional. Nesse contexto, o impacto compreende: (1) Utilização freqüente, no trabalho, dos conhecimentos adquiridos; (2) Melhoria da qualidade do desempenho e (3) Diminuição do número de erros cometidos no trabalho. Para a presente pesquisa, o impacto representa o resultado final, o efeito do programa na vida do usuário, em termos de melhoria da qualidade de vida, de renda, de geração de emprego, de capacidade de produção, de fixação no campo. Não basta adquirir um animal se ele não traz nenhum benefício, não gera meios de vida suficientes para ser considerado impacto.

A avaliação de um programa social, basicamente, tem por finalidade determinar se o programa atingiu ou não os objetivos previstos. Em outras palavras, trata-se de comparar as dimensões relevantes em dois momentos do tempo, antes e depois da intervenção, para comprovar se esta provocou a mudança esperada. Todavia, mesmo que a mudança tenha acontecido na direção prevista, isso não garante automaticamente que ela seja causada pelo programa. Isto porque as dimensões consideradas não são estáticas, podendo receber influência de uma série de fatores. Assim, o importante é determinar a causa das mudanças. Por sua vez, se não houver mudanças, cabe também identificar a causa dessa estabilidade, pois pode acontecer que o programa tenha surtido efeito positivo, mas que foi anulado pela influência de outros elementos que nada têm a ver com o programa Cano (2004).

O autor segue argumentando que na avaliação procuram-se adjetivos que indiquem o tipo concreto de avaliação que estaria sendo realizado. Daí o estabelecimento da primeira distinção clássica entre a avaliação somativa e a formativa (Scriven, 1996). Avaliação somativa é aplicada para verificar se o programa social surte efeito desejado ou não e, avaliação formativa no contexto de um programa em andamento, visa avaliar seu desenvolvimento, como pode ser melhorado. O primeiro tipo responde à pergunta: o programa cumpre seus objetivos? Já o segundo, responde à pergunta: como é possível melhorar o programa?

Scriven (1996) defende a dicotomia formativa/somativa como uma das razoáveis maneiras de classificar as atividades de avaliação. Ele argumenta que o contexto em última instância é que determina se as atividades são uma função formativa ou somativa, se um tipo de avaliação é mais importante que o outro. No campo da avaliação social, por exemplo, entre muitas outras, como no mundo do esporte, as avaliações somativas são o foco dos grandes eventos, como as Olimpíadas e a Copa do mundo. A importância relativa é, novamente, um assunto essencialmente de contexto, não de lógica ou metodológica. Para Donaldson e Gooler (2003), enquanto a condução de uma avaliação formativa é vista como desenvolvimentista, a da somativa é, às vezes, percebida como um julgamento, uma ação punitiva.

Relacionada a essa classificação está a diferenciação entre avaliação interna e externa. A avaliação interna é desenvolvida por pessoas ou equipes que pertencem ao programa, enquanto a externa é conduzida por consultores ou instituições que não fazem parte desse programa e que são chamados especificamente com essa finalidade. As avaliações somativas são mais conhecidas como externas, e as formativas, em geral, internas (Cano, 2004).

Uma equipe externa terá maior isenção, maior distância em relação aos costumes e às normas da instituição e não se verá constrangida por fazer críticas; seu trabalho termina juntamente com a avaliação e não depende necessariamente, como seria o caso do pessoal interno, do resultado dela. Ademais, uma equipe interna poderá conhecer melhor o programa, prestar maior ajuda com sugestões durante seu desenvolvimento e, provavelmente, enfrentará menor resistência por parte dos colegas quanto ao fornecimento de informação exhaustiva e veraz.

Em outras palavras, tanto as pessoas que estão sob o impacto do programa, quanto àquelas que o operacionalizam são avaliadores em potencial. No entanto, aquele(s) que consegue(m) levantar todas as informações do programa junto ao grupo envolvido com o programa, como é caso dos consultores, tornam-se os avaliadores de maior potencial.

Ainda, dentro desse prisma, Faria (2005) enfatiza a questão do uso da avaliação considerando quatro tipos:

(1) Instrumental, relativo ao apoio às tomadas de decisões e à busca de resolução de problemas. Nessa perspectiva, Marinho e Façanha (2001) enfatizam que problemas de gerenciamento de políticas e de programas sociais podem receber contribuições práticas e operacionais das atividades de avaliação, uma vez que ela adquire condição de instrumento central e indispensável para a gestão;

(2) Conceitual, voltado para questões educativas, em que as descobertas podem alterar a maneira como os técnicos compreendem a natureza, o modo de operação e o impacto do

programa que implementam; nesse contexto, Silva (1999) propõe que a idéia da avaliação como instrumento de correção de rota deve ser substituída pela noção de aprendizado na implementação de uma política pública (*policy learning*). A implementação e a avaliação de políticas devem ser entendidas como testes de modelos causais sujeitos à corroboração ou ao abandono;

(3) Como instrumento de persuasão, focado na obtenção de apoio para a posição que os tomadores de decisão já têm sobre as mudanças necessárias na política ou programa;

(4) O de esclarecimento, voltado para o impacto sobre as redes de profissionais, sobre os formadores de opinião e sobre as posturas partidárias (*advocacy coalitions*), focado também nas alterações das crenças e na forma de ação das instituições, constituindo assim, a agenda governamental. Dessa forma, o autor considera que a distinção das formas de uso constitui avanço significativo em relação à contraposição entre avaliação “somativa”, que seria orientada para julgamento (*judgement-oriented*), e avaliação “formativa”, que seria orientada para o desenvolvimento (*improvement-oriented*).

Cozby (2003), bem como Posavac e Carey (2003), apresentam diferentes tipos de avaliação. O primeiro é a avaliação da necessidade, em que se procura identificar e medir o nível de necessidades desconhecidas dentro de uma organização ou comunidade. Nesse caso, os avaliadores podem examinar o perfil socioeconômico da comunidade; o nível de problemas sociais dentro das comunidades, das agências e instituições que no dia-a-dia servem à comunidade. Os dados para a avaliação de necessidades podem ser originados de levantamentos, entrevistas e dados estatísticos provenientes de órgãos públicos e outras agências.

Em uma pesquisa, Lee, Altschuld e White (2007) estudaram as seguintes questões relacionadas à avaliação de necessidades: (1) Qual a opinião de grupos de atores sociais (estudantes e administradores de faculdade) a respeito da manutenção de serviços em termos de importância, satisfação e frequência de uso? (2) Os grupos têm perspectivas similares ou diferentes em relação aos serviços, especialmente, em termos de discrepância entre a importância e a satisfação? (3) Se há diferença, quais as razões que eles dão para explicar a visão deles e de outros grupos?

Uma metodologia mista com elementos da abordagem qualitativa e quantitativa foi utilizada. Para o primeiro estudo, com base na percepção dos alunos e foco na manutenção dos serviços, foi aplicado, via web, um instrumento de 18 itens. Para os membros e administradores da faculdade, um instrumento similar foi elaborado e aplicado. Uma escala tipo Likert de 5 pontos foi usada para medir os três aspectos do serviço: importância,

satisfação e frequência de uso. Verificou-se, por exemplo, na percepção dos respondentes de até que ponto o serviço foi importante (1 = discordo totalmente - 5 = Concordo totalmente). A discrepância entre os escores da importância e da satisfação serviu como índice de necessidades.

Para o segundo estudo, uma pesquisa de manutenção de contato (*follow-up survey*) foi conduzida contendo questões semi-abertas para explorar a natureza das diferenças dos grupos. Técnicas de estatística descritiva e inferencial (ANOVA) foram aplicadas aos dados. Para ambos os grupos estudados, com foco no serviço, ficaram evidenciadas taxas consistentes de importância (com tendência descendente), satisfação e frequência de uso. Geralmente, os escores de importância foram mais altos, seguidos pela satisfação e frequência de uso. Nenhum serviço obteve índices altos de necessidade.

Outro exemplo desse tipo de pesquisa é apresentado por Unruh (2005), ao relatar que a participação de atores sociais, especificamente os beneficiários primários, melhora os resultados da avaliação pelo aumento da validade geral das medidas avaliativas. Essa investigação, relativa à avaliação de necessidades, foi realizada com base em cinco fóruns comunitários regionais constituídos por jovens de instalações correcionais e por provedores de serviços básicos da comunidade ($N = 127$), como atores sociais secundários.

Um processo de grupo nominal (*nominal group process*) foi conduzido para definir os suportes e as barreiras para o desenvolvimento do modelo de entrega dos serviços. Além disso, foram aplicadas nesses jovens avaliadores ($N = 33$) entrevistas qualitativas visando descrever a percepção deles, sobre as barreiras e suportes. Ambos os grupos identificaram e classificaram 12 suportes e barreiras. Temas comuns emergiram com grandes diferenças entre as informações que ajudaram a modelar o programa de entrega de serviços, de forma a permitir acomodar as necessidades de ambos os grupos: o dos jovens avaliadores e o dos atores sociais secundários.

O segundo tipo, segundo Cozby (2003), é a avaliação da teoria do programa em que se pretende planejar um modelo. O especialista deve basear-se em suposições válidas sobre as causas dos problemas e o racional do programa proposto. A avaliação da teoria do programa pode envolver a colaboração de pesquisadores, de prestadores de serviço e de futuros clientes, para determinar que o programa proposto de fato atende de forma adequada as necessidades da população-alvo.

O terceiro tipo de questão diz respeito à avaliação dos processos ou monitoramento do programa. Enquanto está sendo implantado, os pesquisadores responsáveis pela avaliação, monitoram-no para determinar se ele está atingindo a população-alvo e se a equipe de

profissionais está oferecendo os serviços planejados. A equipe pode não ter recebido treinamento adequado ou os serviços podem estar sendo oferecidos em um local indesejável ou de difícil acesso. Em resumo, o pesquisador deseja garantir que o programa esteja atingindo seus objetivos. Isso é um fato relevante, porque não é desejável concluir que um programa seja ineficiente, quando de fato o problema reside em sua implementação. Para isso, segundo Silva (1999), devem-se empregar mais métodos qualitativos que quantitativos, ou, até mesmo, a combinação dos dois. Uma pesquisa com essa finalidade pode envolver questionários e entrevistas semi-abertas, estudos de observação e análise de registros mantidos pela equipe do programa.

Esse tipo de avaliação está inserido no contexto da presente proposta, cujo objetivo é avaliar a adimplência e a inadimplência dos agricultores familiares dos Grupos A e B do Pronaf. Para isso, a avaliação de processo que, nesse caso, tem a ver com a maneira como os técnicos do programa estão implementando o serviço creditício, incluindo a eficiência na comunicação verbal e não verbal, a assimetria de informação, bem como outras ações de interação interpessoal ou de massa.

A quarta questão diz respeito à avaliação dos resultados ou avaliação de impacto: os resultados pretendidos pelo programa estão sendo atingidos? Para determinar se estão, o avaliador deve encontrar uma forma de medi-los para então estudar o impacto do programa sobre essa medida. Precisa-se saber também como estão os participantes do programa e como estariam se não tivessem passado por ele. Cozby (2003) ressalta que, idealmente, um delineamento experimental com atribuição aleatória dos participantes às condições experimentais seria planejado para responder a questões sobre resultados. No entanto, outras abordagens de pesquisa, como o delineamento quase-experimental e o delineamento com único sujeito, são formas muito úteis de se avaliar o impacto de um programa de intervenção.

A questão final de avaliação de um programa diz respeito à avaliação da eficiência. Tendo demonstrado que um programa tem o efeito pretendido, os pesquisadores devem determinar se ele “se justifica”. Custos e benefícios devem ser ponderados. Além disso, os pesquisadores devem determinar se os recursos usados para implantar o programa poderiam ser mais bem empregados de outra forma.

Aspectos teóricos e metodológicos: uma breve discussão

Apesar dos imbricados conceitos envolvidos nesse campo da pesquisa conforme visto anteriormente, Scriven (1998) chama a atenção para a natureza das teorias que envolvem a prática da avaliação.

Para esse autor, as teorias são conjuntos de proposições de onde se obtêm as explicações e a integração de componentes. Ainda que obtidas de relatos, não são teorias de operações, uma vez que não proporcionam nenhuma explicação do ajuste ou da unificação lógica das operações. São simplesmente conjuntos de instruções para juntar partes de um processo. Nem são conjuntos simples de observações sobre as conexões entre componentes das teorias de avaliação. No máximo, são conjuntos parciais de proposições de nível intermediário que têm de ser derivados de quaisquer coisas que dêem a entender que são teorias. No entanto, elas podem ser suficientes para identificar a(s) causa(s) da(s) falha(s) do sistema avaliado.

Scriven (1998) acrescenta, ainda, que as teorias proporcionam explicações gerais e econômicas, com fins de simplificação conceitual e/ou a explicação de um fenômeno, e envolvem mais um grau de especulação que observações diretas. Em sua opinião, a predição é só um ganho a mais, não uma condição necessária para que alguma coisa seja uma teoria, até mesmo no caso de uma boa teoria. Existem muitas disciplinas respeitáveis, de Geologia a História, em que as melhores teorias não geram predição.

O mesmo autor reforça a idéia da tão conhecida frase atribuída a Kurt Lewin: não existe nada tão útil como uma boa teoria. Para ele, a primeira coisa que uma teoria deveria facilitar é a ordenação dos componentes de um modelo por meio de alguns critérios de demarcação. Ela deveria permitir a diferenciação da avaliação de outros tipos de investigação, tais como a predição, a análise de dados, a diagnose, a pesquisa, a explicação, a descrição, a generalização e a classificação.

A formatação da teoria minimalista (*minimalist theory*) se inicia com questões de demarcação. Por conseguinte, inclui em seu modelo um conjunto de 9 elementos básicos, organizados em passos ou componentes (às vezes implícitos) dentro da lógica da avaliação, como por exemplo: (1) A determinação de até que ponto qualquer das três propriedades, mérito/qualidade, valor/custo da efetividade ou significância/importância, podem ser atribuídas à entidade que está sendo avaliada; (2) Todas as conclusões devem ser expressas em termos de quatro atributos: a posição de algo em termos de qualidade ou importância/*ranking*; o grau ou nível de avaliação (*grading*); a pontuação (*scoring*) e a divisão (*apportioning*) e (3) As recomendações e as explicações nem sempre são deduzidas das conclusões (Scriven, 1998).

Por fim, o autor apresenta as seguintes características dessa teoria: (1) Integra diferentes campos da ciência; (2) Provê um mapa de território, baseando-se na definição do assunto, com demarcação da avaliação de muitos outros campos adjacentes que estão confusos; (3)

Provê uma listagem concisa dos conceitos abstratos centrais do campo de estudo; e (4) Implica vários resultados desses conceitos de real valor para os campos aplicados.

Donaldson e Gooler (2003) apresentam a teoria da avaliação dirigida, explicando que o foco dessa teoria é a compreensão total da natureza do programa, dos objetivos verdadeiros e do contexto da avaliação, em um esforço para se projetar com maior precisão a avaliação dentro das limitações práticas. Para isso, defendem a utilização de métodos quantitativos, qualitativos e mistos, dependendo da situação de avaliação. Nesse sentido, consideram que a teoria de programa é um conjunto de proposições em relação ao que vai dentro de uma caixa preta durante a transformação do que entra (*input*) para o que sai (*output*), isto é, como uma situação é transformada para melhor via tratamentos (*inputs*). É altamente desejável que a teoria do programa esteja enraizada ou pelo menos seja consistente com a teoria das ciências sociais ou comportamentais.

No contexto da teoria da avaliação dirigida participativa, esses autores (2003) relatam que essa abordagem fundamenta-se no desenvolvimento de teorias de programas para cada tipo e usam testes empíricos como retroalimentação para guiar o desenvolvimento dos programas. Cada teoria é baseada na experiência dos atores sociais de como esses programas parecem funcionar. Pesquisas de avaliação anteriores e de trabalhos teóricos e empíricos servem de guia de modelagem para projetos de avaliação desenvolvidos especificamente para responder, tão rigorosamente quanto possível, às perguntas-chave de pesquisa, dadas as limitações do contexto de avaliação. Uma vez que fatores ambientais apresentam grande potencial para confundir as estimativas dos efeitos do programa, essa abordagem cartográfica conceitual ajuda identificar e examinar as fontes de variância e isolar os efeitos desses fatores sobre o impacto do programa.

Nessa perspectiva, Silva (1999) ressalta dois tipos de teoria utilizados nos estudos e pesquisas de avaliação: a Teoria do Programa, cujos princípios se baseiam na idéia de que todo programa traz em si uma teoria e que a avaliação representa o teste; e a Teoria de implementação, fundamentada na premissa de que o programa funciona como planejado e que os resultados esperados são atingidos. Com base nessa idéia, deve-se entender em que medida o programa funciona ou não como esperado, possibilitando verificar como os obstáculos no plano da implementação distorcem as intenções originais dos formuladores.

Em avaliação de programa, é relevante saber não apenas o que se propõe atingir, mas como se pretende alcançar os objetivos. Todo programa baseia-se em premissas ou hipóteses testáveis sobre os meios necessários para se chegar a determinados fins. Por exemplo, um programa de melhoria de desempenho de servidores públicos é construído com base no

argumento de que o aumento dos salários conduz à melhoria do desempenho no trabalho. O interesse em desvendar a relação, ou possíveis mecanismos causais, entre salários e desempenho passa a constituir o que se chama de teoria do programa.

Para conhecer ou formular a teoria implícita de um programa, Silva (1999) recomenda que se deve compreender as idéias e as premissas gerais que ligam os *inputs* do programa aos objetivos pretendidos. A teoria de um programa consiste em fornecer uma explicação das seqüências causais que articulam meios e fins gerados pelo programa ou mesmo um modelo plausível de como é esperado que o programa funcione.

No que diz respeito à teoria da implementação, o referido autor argumenta que esse tipo de teoria não lida com a análise dos processos intermediários entre os serviços e os resultados alcançados, mas com a questão da oferta de serviços gerados pelo programa. A teoria da implementação permite focar as atividades específicas e verificar em que medida cada uma das atividades funciona como planejado.

A construção de uma teoria do programa inclui as seguintes atividades: (1) Os *inputs* do programa; (2) As atividades operacionais, as quais representam o modo específico pelo qual o programa é implementado; (3) Resultados obtidos, que representam a cadeia de respostas para cada atividade do programa e (4) Os resultados esperados com a implementação (Silva, 1999).

Os aspectos teóricos requerem um estudo acurado dos aspectos metodológicos e, nesse sentido, a avaliação de programas sociais teve como um de seus principais precursores Donald Campbell, que apresentou uma metodologia para avaliar intervenções sociais considerando desenhos experimentais, quase-experimentais e correlacionais ligadas à pesquisa na área de ensino (Campbell & Stanley, 1979). Segundo Cano (2004), a posição de Campbell, de origem experimentalista, foi criticada por avaliadores que defendiam uma abordagem mais qualitativa e mais centrada na visão dos atores. As técnicas dessa nova corrente tinham cunho mais antropológico, como a etnografia ou a observação participante. Além disso, o estudo de caso usando uma abordagem qualitativa era outra técnica freqüentemente utilizada.

A lógica dos trabalhos de Donald Campbell não está relacionada exclusivamente às pesquisas quantitativas, ainda que tenha sido posta em prática pela maioria dos pesquisadores “quantitativistas”. Os mesmos delineamentos de pesquisa poderiam ser implementados usando técnicas qualitativas. Quando um avaliador escolhe as instituições ou locais concretos onde realizará estudos de caso a partir de entrevista em profundidade, ele considera a possibilidade de fazer inferências causais (validade interna) e de generalizar o universo de interesse (validade externa). Do ponto de vista reflexivo, a lista de ameaças aos diversos tipos

de validade pode também ajudar o pesquisador que utiliza uma abordagem qualitativa a estabelecer uma estratégia que melhore o poder persuasivo de seus resultados.

Cano (2004) alerta para o fato de que, em se tratando de uma avaliação de intervenção social, é relevante selecionar o delineamento de pesquisa para garantir a comparabilidade dos grupos envolvidos, o controle de variáveis intervenientes e a superação dos problemas de seleção diferencial. Dugard e Todman (1995) assinalam que o efeito de um programa é considerado pelas medidas anteriores e posteriores, demonstrando a grandeza daquilo que o programa sugere ter realizado. A relação causa-efeito (efetividade), igualmente deve ser alvo de investigação. Tal autor afirma que a relação causa-efeito remete ao fato de o resultado obtido ter sido ocasionado pela ação do programa avaliado.

Freqüentemente, nos estudos de avaliação, têm sido utilizado os métodos de experimentos randomizados, incluindo a mensuração de variáveis relevantes de pelo menos dois grupos equivalentes: um que tenha recebido influência direta do programa (grupo experimental) e outro não exposto (grupo controle), visando entender como e de que modo o programa implementado traz resultados para os seus beneficiários, ou ainda técnicas como o do grupo focal. Outros métodos podem ser utilizados, tais como os estudos de caso, estudos *ex-post*, séries temporais, estudos de correlação temporal, estudos de correlação, entre outros, Silva (1999).

Mourão (2004) enfatiza que a maior parte dos programas produz resultados em médio e longo prazos, o que demanda delineamentos de avaliação longitudinais. Nesse sentido, a autora cita dois tipos: (1) Quando os grupos-alvo devem ser comparados tão rigorosamente quanto possível aos grupos de controle; e (2) Quando não havendo grupo controle, a informação sobre o comportamento pós-intervenção pode ser comparada com as medições de um período anterior ou com os resultados e conjecturas que teriam ocorrido sem a intervenção. Autores como Campbell e Stanley (1979) e Cano (2004) propõem delineamentos experimentais ou quase-experimentais para comparar um ou mais grupos experimentais ou de tratamento, com grupo controle. Mourão (2004) pondera, ainda, o caso de não ser possível a utilização de uma técnica estritamente experimental, em que todos os desenhos de análise de impacto deveriam ser empregados para comparar os resultados da intervenção com alguma estimativa do que tem ocorrido ou com o que ocorrerá na ausência da intervenção.

Campbell e Stanley (1979), autores do clássico livro *Delineamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa*, apresentam e discutem diferentes desenhos de pesquisas de avaliação: (1) Delineamentos pré-experimentais (estudo de um único caso sem controle; pré-teste e pós-teste aplicados a um grupo e comparação de grupo estático); (2) Delineamentos

experimentais autênticos (pré-teste e pós-teste aplicados a grupo experimental e a grupo de controle aleatórios; o delineamento de quatro grupos de Salomon e o delineamento com grupo de controle e apenas pós-teste); (3) Delineamentos quase-experimentais (o experimento de série temporal; o de amostras temporais equivalentes; o de materiais equivalentes; o delineamento com grupo de controle não-equivalente; esquema contrabalançado; dentre outros) por fim; (4) Delineamentos correlacionais e *expost facto*.

Campos (2001) diferencia, de forma simples, o delineamento experimental, ou aquele que, necessariamente, possui controle de variáveis, manipulação de variáveis e amostra randomizada, do delineamento quase-experimental, aquele que, necessariamente, possui uma ou duas das condições do delineamento experimental. Apresenta ainda dois tipos de pesquisa: o longitudinal, em que se avalia a mesma variável, em um mesmo grupo de sujeitos, ao longo de um período de tempo e o estudo transversal, aquele no qual se estuda a mesma variável em grupos em momentos diferentes.

Nessa perspectiva, Campbell e Stanley (1979) assinalam que a abordagem correlacional, apesar de não indicar necessariamente causalidade, é relativamente de baixo custo operacional e pode fornecer um levantamento preliminar de hipóteses. As que sobreviverem a esse levantamento poderão ser testadas por meio de uma manipulação experimental mais cara.

Tendo sido selecionado o método analítico adequado ao tipo de questão, segundo Silva (1999), os estudos normalmente partem de um conjunto de teorias sobre o funcionamento do programa e hipóteses, as quais são empiricamente testáveis. Quando dotadas de instrumentos teóricos e metodológicos adequados, as pesquisas de avaliação possibilitam ampliar a compreensão de como e em que medida os objetivos desejados por uma política, programa ou projeto estão sendo alcançados e, sobretudo, se essas são passíveis de serem reaplicadas em qualquer programa e em qualquer escala.

Cronbach (1982) e Silva (1999) enfatizam que o objetivo central da avaliação de programa difere dos objetivos básicos da pesquisa social, uma vez que seus objetivos são mais apropriados aos diferentes contextos políticos e institucionais os quais estão mais diretamente ligados à prática e a processos de tomada de decisão. A estratégia da pesquisa de avaliação requer, por isso, uma consideração especial. A logística é a mesma em ambos os casos, mas a utilização da logística requerida depende do contexto, do objetivo e da expectativa de retorno. Muitas recomendações apropriadas para programas de longa duração referem-se ao método científico como mais adequado para se fazer a avaliação.

Esses autores consideram, também, que as avaliações não deveriam seguir apenas uma logística, devido a erros que estão fora do escopo científico. Para qualquer estudo de

avaliação, muitos projetos bons podem ser propostos, mas nenhum é perfeito. Nesse sentido, recomenda-se uma fase de menor controle, o estudo piloto como forma inicial de condução das pesquisas e o estudo exploratório, como estágio de alto controle de pesquisa. Em princípio, o trabalho exploratório deveria liderar a proposição científica para confirmar os dados, considerando uma ação experimental e tratamento controlado.

Avaliação de planos, programas e projetos: uma diversidade de métodos e modelos

Nesse campo de pesquisa, diferentes modelos de avaliação podem ser encontrados na literatura. Entre eles, Brasil (2001) descreve o tipo *marco lógico* como um modelo analítico voltado para a formulação, a execução, o acompanhamento e a avaliação de programas ou de projetos governamentais. É um modelo elaborado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como um instrumento de planejamento e utilizado pela Agência Brasileira de Cooperação, órgão do Ministério das Relações Exteriores, na análise de projetos submetidos a sua apreciação.

Nesse modelo, os programas, os planos ou os projetos são tratados como conjuntos de processos organizacionais, logicamente estruturados, que devem facilitar o alcance dos objetivos. A estrutura lógica deve conter, sucessivamente: a finalidade (impacto da ação governamental/benefícios almejados); o objetivo (resultados diretos associados à geração de bens e serviços); os produtos (bens e serviços ofertados/metapas fixadas) e as atividades (tarefas que devem ser executadas para a geração de bens e serviços).

Segundo essa mesma fonte (2001), além de ordenar os processos organizacionais, deve-se descrever cada processo/nível (finalidade, objetivo, produtos e atividades) em termos de: (1) Definição de indicadores práticos, mensuráveis e independentes os quais devem ser expressos em termos quantitativos, qualitativos e temporais; (2) Indicação de fontes que contêm dados sobre os indicadores (meio de verificação); (3) Identificação de fatores exógenos (pressupostos) que podem afetar o objeto da auditoria em cada nível, avaliando os riscos existentes e formulando ações alternativas.

No campo da saúde pública e privada, bem como no das organizações de serviços humanos existem dois desafios a serem enfrentados: um em relação à medição de resultados e o outro, referente à gestão por resultados. Gestores e avaliadores de programa têm tentado resolver esses desafios por meio de técnicas e estratégias como o gerenciamento por qualidade total e a utilização de técnicas melhoradas de avaliação (Schalock e Bonham, 2003).

Apesar desses esforços, três dificuldades são tipicamente encontradas e envolvem a falta de: (1) Um modelo de avaliação de programa e métodos de medição que claramente

delineiem os resultados da organização e dos indivíduos; (2) Um modelo lógico de programa que ajude os gestores de programa a ver as relações entre *input*, processos e resultados (de curto e longo prazo) e os papéis-chave protagonizados pela retroalimentação (*feedback*) formativa e pelas variáveis contextuais na gestão dos resultados; e (3) Um mecanismo para administrar os resultados incluindo a retroalimentação para os provedores de serviços, a melhoria da qualidade dos serviços e do desempenho-padrão.

Nessa mesma linha de trabalho, Renger e Hurley (2006) apresentam os processos de criação de um modelo lógico usando a abordagem dos modelos lógicos de ensino (*Approach to Teaching Logic Models -ATM*). Simplesmente, consideram o modelo lógico, como em uma tabela, uma lista de *inputs*, atividades, produtos (*outputs*), resultados e impactos e, ressaltam a abordagem ATM. Para eles, essa abordagem permite aos usuários declarar explicitamente por que certas atividades estão sendo desenvolvidas, por que certos resultados são esperados e como esses resultados estão sendo alcançados.

Os referidos autores explicam que o desenvolvimento de modelos lógicos, via abordagem ATM, se faz por meio de três passos:

(1) Identificação das condições antecedentes: definição do problema; planejamento e condução de entrevistas; integração das entrevistas individuais em um mapa resumido; verificação das relações lineares entre os componentes do modelo (condições antecedentes e conseqüentes); complementação desse passo com fontes de informação, como a aplicação de pequeno número de entrevistas (10-12) e/ou a revisão de literatura para complementar o mapa das condições antecedentes e a apresentação da importância desse passo na modelagem lógica;

(2) Priorização das condições antecedentes e desenvolvimento de estratégias: priorização dos processos por meio de uma simples reunião com os *stakeholders* com duração de no máximo 2h; desenvolvimento de estratégias-alvo para uma ou duas condições antecedentes usando abordagem múltipla e relato da importância desse passo na modelagem lógica;

(3) Avaliação das estratégias para medir os impactos e os resultados dos programas: declaração dos objetivos do programa conectados visualmente às condições antecedentes; delimitação do plano de avaliação e relato da importância do passo três na modelagem lógica. Os autores esclarecem que o impacto do programa refere-se a um resultado imediato, enquanto o resultado em si (*outcome*) diz respeito ao resultado final, mais a longo prazo.

Renger e Hurley (2006) consideram que a abordagem ATM, no âmbito da modelagem lógica, é projetada para apoiar as agências no planejamento e na avaliação de seus programas.

Para Cone (2001) a atividade de avaliação começa com a elaboração das questões (Figura 02).



Figura 02. Ciclo da avaliação de programa.

Nota. De Cone (2001).

As questões são como os problemas de pesquisa, pois iniciam um ciclo de atividades e terminam com questões extras. Existem maneiras boas e ruins de se expressar as questões de pesquisa. A boa é aquela em que a questão é respondível. O mesmo ocorre com a prática da avaliação. Para isso, deve-se especificar mais a questão, ou seja, deve-se deixá-la tão abrangente quanto possível.

Quando as questões de avaliação são bem elaboradas, fica mais fácil transformá-las em hipóteses. As hipóteses relatadas para os serviços quase sempre envolvem relações causais entre as variáveis, e a direção do relacionamento é normalmente mais clara. Frequentemente, o serviço (variável antecedente) é visto, em algum aspecto, como causa de mudança do funcionamento do programa (variável conseqüente).

O processo de definição da variável conseqüente envolve a colaboração entre o beneficiário e o avaliador, enquanto a definição das variáveis antecedentes pode vir da literatura, embora sua implementação envolva uma intervenção colaborativa sobre a situação do beneficiário. É importante que as variáveis antecedentes estejam claramente definidas para saber, com confiança, o que é responsável pelas mudanças benéficas ou pelas falhas na produção.

A clarificação das variáveis envolvidas na avaliação é essencial para selecionar as medidas de intervenção apropriadas. Para isso, Cone (2001) ressalta a análise dos objetivos final e instrumental. O objetivo final, também denominado por Scriven (1996) de *somativo*, refere-se ao que o beneficiário quer de diferente após o recebimento dos serviços. O objetivo instrumental, também denominado por este (1996) de *formativo*, refere-se ao pensamento do avaliador no que deve acontecer para que a mudança ocorra.

Para avaliar a eficácia do serviço, o avaliador terá de medir esses dois tipos de objetivos. As medidas dos objetivos instrumentais tendem a ser mais específicas e focar a mudança das variáveis hipotetizadas, afetando os objetivos finais. Pode-se dizer que, para avaliar a eficácia de programas, como o Pronaf, é necessário verificar se seus objetivos estão sendo alcançados, o que falta e como fazer para melhorá-la.

Uma vez que já se conhecem as variáveis envolvidas na intervenção e suas medidas, pode-se passar para a explicação da relação entre as variáveis. Um simples delineamento comumente utilizado envolve a avaliação do cliente antes e depois do tratamento, além do exame das mudanças dos objetivos finais. O desenho da pesquisa depende da natureza de relação das hipóteses envolvidas.

Quando as medidas e o desenho já foram selecionados, é o momento de aplicar os procedimentos para a coleta de dados. Coletar dados específicos para os objetivos instrumentais é mais desafiante que coletar dados para os objetivos finais, pois requer mais frequência e um trabalho intensivo, além de depender da confiança no participante para providenciar dados.

A intervenção pode começar deste ponto: a questão está clara, as hipóteses testáveis são disponíveis, as variáveis são conhecidas, o beneficiário está descrito, as medidas das variáveis estão disponíveis, o delineamento está à mão, e os procedimentos para a coleta de dados estão no lugar. Esses trabalhos preliminares ocorrem antes de qualquer intervenção significativa.

A análise de dados, embora pareça como um passo distinto na Figura 02, ocorre concomitantemente com outras atividades. A análise de dados organiza as informações de maneira que eles possam ser interpretados. Maneiras formais de realizar isto incluem generalização e criação de gráficos demonstrativos dos dados e das estatísticas. Os gráficos podem ser úteis, pois mostram tendências e padrões sobre os quais o avaliador pode agir e fazer ajustamentos apropriados. Mesmo os gráficos de barra servem para mostrar muitas mudanças ocorridas.

Cone (2001) alerta para os cuidados que devem ser tomados na interpretação dos dados em prol dos esforços da avaliação. É importante estar certo de que os dados foram entendidos completamente antes de divulgá-los.

A partir do momento em que as implicações dos dados foram completamente compreendidas, deve-se dividi-las com outras pessoas. Quando se discutem as constatações com os beneficiários, é importante colocar em perspectiva as mudanças e responder às suas questões. Interpretar os dados para os beneficiários é o primeiro passo na disseminação dos resultados e a sua reação indicará o que deve ser trabalhado com os futuros beneficiários. Com o seu consentimento, devem-se mostrar, na prática, os resultados do trabalho para os outros e verificar a reação deles. Divulgar o objetivo e a informação comparativa pode favorecer diferentes tipos de impressão em termos de futuro referencial.

As reações daqueles com quem se divide as informações poderão provocar mudanças que servem de referência para trabalhos futuros com beneficiários similares. As mudanças baseadas nas reações dos outros levam a novas questões e posição para recomençar a avaliação de um ciclo.

Por último pode-se dizer que esses passos, sugeridos por Cone (2001), representam uma visão global e sintética do trabalho de avaliação de programa. No caso da avaliação do Pronaf, que exige, constantemente, levantamento de questões de pesquisa e medidas de variáveis, torna-se um importante referencial teórico para o estabelecimento de rotinas e rumos para o trabalho de avaliação.

Nesse mesmo contexto, a avaliação de programas, bem como de projetos, possui algo em comum: o foco ou o objeto de interesse, ou seja, todas as informações convergem para o julgamento do objeto de pesquisa e nesse sentido, diversos métodos podem ser empregados. Ribeiro et al. (1998) apresentam um modelo de avaliação de projetos, o qual se mostra bastante sugestivo para o desenvolvimento de outros modelos, inclusive, o de programa (Figura 03).

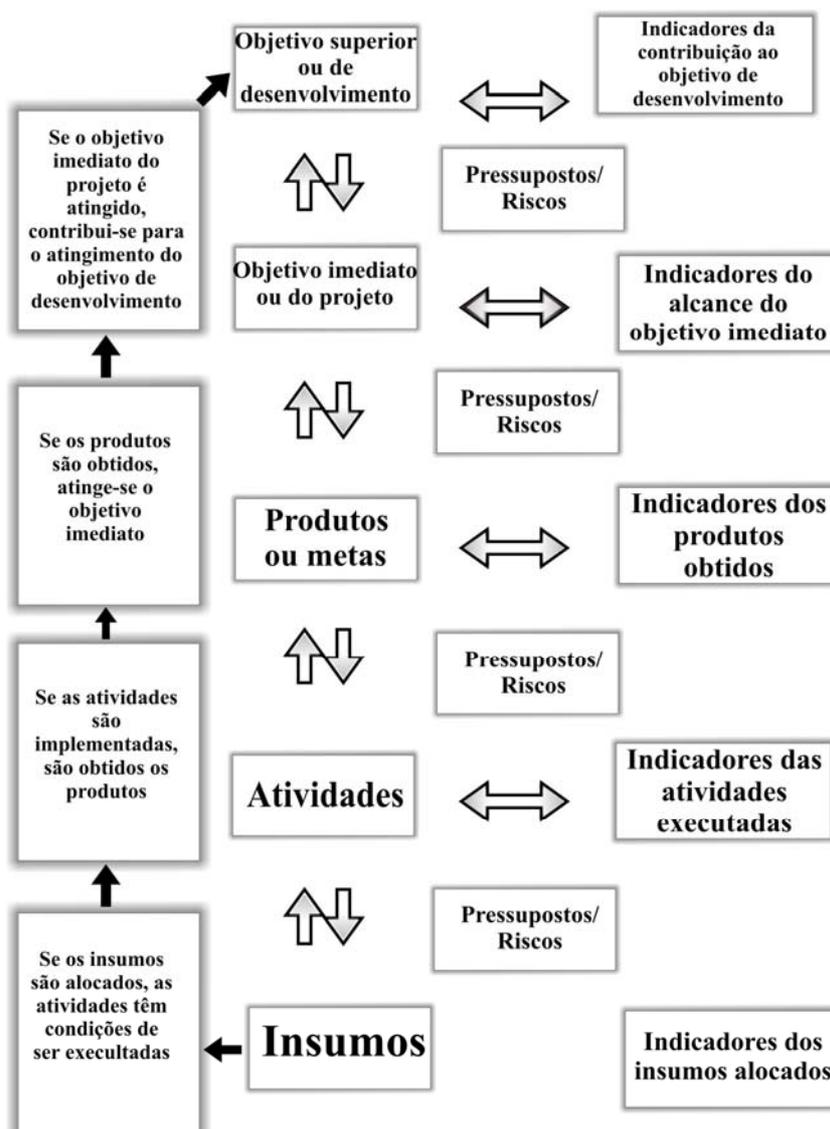


Figura 03. Estrutura lógica dos componentes de um projeto.

Nota. De Ribeiro, Ribeiro, Vasconcelos e Guimarães (1998).

O método apresentado por Ribeiro et al. (1998) baseia-se no marco lógico do sistema denominado *logical framework* ou *logframe*, uma ferramenta de identificação, elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos inseridos no contexto mais amplo de prioridades, tanto institucionais como de programas estaduais, macrorregionais e nacionais ou que contenha algum componente de desenvolvimento. O método pode ser usado por pesquisadores ou administradores não só para identificar como também para elaborar projetos e programas, rever o andamento deles e conferir se os objetivos foram atingidos. É particularmente útil para o planejamento das atividades, dos recursos e dos insumos necessários para a consecução dos objetivos de um projeto ou de programas.

Os mesmos autores definem como objetivo superior ou de desenvolvimento algum objetivo geral da organização ou de programas de governo nas esferas municipal, estadual ou federal, para as quais o projeto poderá contribuir, devendo orientar a formulação de um ou mais objetivos imediatos. Em termos de abrangência de resultados, o objetivo de desenvolvimento está associado ao impacto do projeto fora da instituição, além do público-alvo.

O objetivo imediato, às vezes denominado de objetivo do projeto, refere-se ao objetivo que se espera alcançar perante o público-alvo, durante o período previsto para sua execução (horizonte do projeto). Deve(m) estar relacionado(s) ao objetivo superior para o qual o projeto está voltado e se propõe a contribuir para a sua consecução.

Os produtos representam as situações desejadas que se espera alcançar, no decorrer e no final da implementação do projeto. A obtenção dos produtos deverá levar ao alcance dos objetivos imediatos. Entretanto, produtos não devem ser confundidos com atividades. Em termos de abrangência, os produtos constituem resultados das atividades constantes no plano da implementação, ou seja, o esforço do projeto.

As atividades representam o esforço a ser desenvolvido por meio de ações diversas para que os produtos sejam obtidos. Podem ser expressas para cada produto especificado ou para um conjunto dos produtos, de acordo com as características do projeto.

O detalhamento das atividades possibilita a quantificação dos *insumos* necessários. A transformação dos insumos em produtos é feita por meio da execução das atividades.

O plano de implementação refere-se ao conjunto de produtos, atividades e insumos. Do ponto de vista de Silva (1999), a implementação diz respeito a um conjunto de atividades voltado para o alcance dos objetivos. Há que se considerar que a implementação de políticas ocorre em um ambiente caracterizado por contínua mutação, alheia à vontade dos implementadores. Recursos, prioridades e a influência relativa dos agentes encarregados da implementação freqüentemente mudam, além dos interesses e a influência dos atores sociais que podem, também, mudar entre o momento da formulação e o da implementação.

Os indicadores são expressões qualitativas e quantitativas de objetivos, produtos e atividades.

Os pressupostos, que não devem ser confundidos com pré-requisitos, representam a explicitação dos fatores, fora do controle do projeto, que podem influenciar o atingimento de seus objetivos, a execução das atividades e o alcance dos produtos. Se tais pressupostos não forem atendidos, o projeto poderá não alcançar os objetivos.

Os riscos representam as ocorrências anormais exógenas ao projeto, cujo acontecimento pode afetar o seu desenvolvimento e o alcance dos seus resultados, como por exemplo, fatores anormais de clima e mercado.

Similar a esse método, Marinho e Façanha (2001) apresentam um diagrama como modelo de funcionamento de um programa social. Na visão deles, de modo geral, existe um sistema de entradas e saídas, em que os recursos (entradas) são transformados em resultados (saídas). Os recursos são patrimoniais, materiais, humanos, gerenciais, informacionais, decorrentes de capacitações acumuladas e herdadas da história do programa, além dos orçamentários e financeiros. Por sua vez, os resultados não se referem exclusivamente a produtos e serviços finais ou terminados. Dizem respeito a realizações e, assim sendo, o desenho e a implementação de estratégias são entendidos como realizações. As estratégias são pontos de partida da gestão que se orienta por resultados e realizações.

A retroalimentação do sistema acentua a natureza dinâmica do funcionamento do programa, representando, assim, a perspectiva do monitoramento e do fomento, que visa verificar as realizações alcançadas quanto aos resultados esperados, bem como ampliar os conhecimentos e recursos.

Considerando a avaliação centrada em algum aspecto de relevância do programa, Sridharan, Go, Zinzow, Gray, e Barret (2007, p.106) avaliaram, por meio de planos estratégicos, a sustentabilidade de iniciativas de programas comunitários. Mediu-se, nesta pesquisa, até que ponto a sustentabilidade foi incorporada ao processo de planejamento estratégico completo. Para se desenvolver uma medida de sustentabilidade, primeiro foi definido este construto, para o qual diferentes tipos de definições foram encontrados na literatura. Dentre elas, relatam uma definição em que a sustentabilidade é considerada como “o poder ou a capacidade dos programas responderem continuamente às questões identificadas da comunidade. Um programa sustentado mantém um foco consoante com suas metas e objetivos originais, inclusive com os indivíduos, as famílias e as comunidades que originalmente eram previstos”.

Para o processo de avaliação foi utilizado um delineamento envolvendo métodos mistos. Três avaliadores analisaram 19 planos estratégicos por meio de um formulário de 36 itens relacionados a seis construtos: componente geral; princípios de estratégia abrangente; risco e avaliação de fontes de recursos; metas concretas; recomendações e sustentabilidade.

O componente geral foi usado para medir a adequação do plano; para isso foi utilizada uma escala contendo três itens. Os princípios de estratégia abrangente serviram para avaliar se o plano refletiu o entendimento dos princípios da estratégia completa; uma escala de três itens

foi usada nessa medição. A análise do risco e a avaliação de fontes de recursos foram utilizadas para medir o rigor e a abrangência do risco, bem como o processo de avaliação dos recursos. Uma escala de sete itens foi empregada nesse caso. As metas concretas foram utilizadas para verificar a clareza e a estratégia abrangente das metas planejadas. Uma escala de cinco itens foi usada para medir as metas concretas. As recomendações/estratégias propostas serviram de base para medir o rigor e a abrangência das recomendações e estratégias propostas e uma escala de dez itens foi usada para medir o referido construto.

A sustentabilidade foi medida por meio de oito itens, entre eles podem ser citados: (1) Existe um plano e um cronograma de coleta de dados contínuos para avaliar o progresso em face das metas e da avaliação dos programas; (2) Mecanismos de comunicação entre os membros (atores sociais que estiveram envolvidos durante o processo de planejamento) para a fase de implementação estão claramente especificados; (3) Os processos e procedimentos são estabelecidos para assegurar que as agências cumprem suas responsabilidades.

O coeficiente de confiabilidade (alfa de Cronbach) e a precisão entre avaliadores foram calculados para cada construto usando o coeficiente de correlação *Shrout-Fleiss interclass*.

Sridharan et al. (2007) utilizaram uma escala de 6 pontos para os 36 itens (0 = Nenhum dos componentes do plano é adequado; 1 = aproximadamente menos de 20% desses componentes do plano são adequados; 2 = aproximadamente de 20% a 40% desses componentes do plano são adequados; 3 = aproximadamente de 41% a 60% desses componentes do plano são adequados; 4 = aproximadamente de 61% a 80% desses componentes do plano são adequados; 5 = aproximadamente de 81% a 100% desses componentes do plano são adequados). Verificaram que a sustentabilidade não foi explicada durante a fase de planejamento dessa iniciativa e que a implementação de programas e a sustentabilidade não são fases distintas e sucessivas, mas processos concomitantes.

Sem perder de vista esse foco de análise, Mourão (2004) avaliou o impacto de um programa público de treinamento no trabalho e na geração de emprego para pessoas com deficiência mental. Para isto, fez uso de um modelo teórico cujas variáveis critério foram estabelecidas em três níveis de impacto: (1) No comportamento no cargo; (2) Na mudança organizacional e (3) No valor final.

O delineamento foi quase-experimental com três grupos: o grupo experimental principal (formado por instituições que enviaram pelo menos quatro funcionários para o treinamento); o grupo experimental secundário (com instituições que enviaram apenas o coordenador) e o grupo de controle (com aquelas que não enviaram participantes ao treinamento). A pesquisa

foi realizada durante dois anos, com coleta de dados antes e depois da realização do tratamento (o programa de treinamento).

A avaliação do impacto no comportamento no cargo foi realizada com base em instrumentos já validados de auto e hetero-avaliação. A avaliação do impacto na mudança organizacional e no valor final foi feita por meio dos indicadores duros: aumento no número de oficinas de formação profissional e no número de aprendizes (indicando mudança organizacional) e aumento no número de pessoas com deficiência mental empregadas (indicando valor final).

Em relação ao instrumento de medida, no diz respeito ao que foi aprendido no treinamento para a vida pessoal e na comunidade, derivado da autopercepção do pesquisado, foram utilizados 15 itens e uma escala de 5 pontos (1 = discordo totalmente da afirmativa; 2 = discordo um pouco da afirmativa; 3 = não concordo, nem discordo da afirmativa; 4 = concordo com a afirmativa e 5 = concordo totalmente com a afirmativa). Em relação às variáveis de treinamento, estas foram mensuradas com base em três itens ancorados na escala de 1 a 5 (1 = nada adequados ao meu trabalho, ..., 5 = bastante adequados ao meu trabalho).

Os dados coletados dos questionários foram submetidos às análises estatísticas descritiva e inferencial. Para a verificação do impacto do treinamento no comportamento no cargo, considerando quatro variáveis preditoras, foram empregadas análises de regressão múltipla (seqüencial). Os impactos do treinamento nos níveis de mudança organizacional e valor final foram avaliados por meio do pré e pós-teste e amostra dividida em três grupos: experimental principal, experimental secundário e de controle. Para a análise da ocorrência desses impactos, Mourão (2004) empregou quatro procedimentos: ANOVA dos resultados pré e pós-teste, ANOVA com escores de ganho, ANCOVA³ e ANOVA depois da categorização dos sujeitos no pré-teste (*blocking*).

Um fato relevante desta pesquisa foi o levantamento e a análise de variáveis alternativas (dados secundários) para confrontar com as informações coletadas (dados primários). Para tanto, foram verificados o Produto Interno Bruto, a taxa de juros, a taxa de desemprego, e as mudanças na legislação, os quais indicaram que, na ausência do tratamento, os resultados seriam opostos aos que foram obtidos. Pode-se dizer que os treinamentos realizados pelo

³ Segundo Dancey e Reidy (2006), um dos delineamentos mais comuns em que a ANCOVA é utilizada é o pré-pós-teste. Nesse caso, o pré-teste é usado como co-variável. Às vezes, deseja-se controlar ou remover o efeito do pré-teste para poder perceber possíveis diferenças devidas à intervenção feita. A utilização da diferença de escores por meio da ANOVA não permite isso, uma vez que o pré-teste está, geralmente, correlacionado ao resultado (diferença) e assim a variação nos valores do pré-teste não é removida.

governo têm produzido resultados no desempenho dos treinandos, na mudança das instituições e na geração de emprego para as pessoas com deficiência mental.

Em outro estudo de avaliação de programa, Jasuja, Chou, Bernstein, Wang, McClure e Pentz (2005) verificaram a relação entre seis características de coligações comunitárias (tamanho da região coberta, estrutura, representação profissional, recursos compartilhados, tamanho, amplitude de prevenção da representação dos *stakeholders*) na predição do progresso organizacional comunitário voltado para a adoção de programas de prevenção contra as drogas. Foram utilizados dados primários de lideranças comunitárias ($N = 533$) de 24 cidades, em um experimento randomizado de múltiplas cidades e estados visando avaliar os efeitos de um treinamento, via televisão, para a adoção de programas de prevenção contra drogas baseados em evidências.

A análise fatorial confirmatória apresentou boa medida de ajuste dos dados do modelo em quatro das referidas características ($\chi^2 = 6,787$; $gl = 4$; $NFI = 0,993$; $CFI = 0,997$). A modelagem de equação estrutural mostrou que essas características tiveram relações positivamente significativas para o progresso organizacional, à exceção do tamanho da região coberta ($\chi^2 = 5,356$; $gl = 3$; $NFI = 0,994$; $CFI = 0,997$). Com base nesses resultados, verifica-se que as coligações que têm uma clara estrutura, foco profissional, recursos compartilhados e o menor serviço regional são provavelmente as que mostram mais progresso na adoção de programas preventivos contra a droga com base em evidências.

Ainda nesse contexto, Diório e Gomide (2004) analisaram o efeito do Programa Bom Aluno (PBA) sobre a escolarização e a profissionalização de 629 jovens. Para isso, estudaram a evolução da escolaridade sem interrupção, a frequência e o tipo de instituição formal de ensino (pública ou privada), o exercício e o tipo de trabalho nos grupos experimental e controle, sendo este último grupo composto de alunos que apresentavam perfil escolar semelhante aos dos estudantes que ingressaram no PBA, com nota mínima de 7,0 em todas as disciplinas, em todos os anos escolares e provenientes de escolas circunvizinhas.

Os autores verificaram efeito positivo do programa no nível superior de ensino ($\chi^2 = 34,164$; $p < 0,001$), no qual, se constatou que havia três vezes mais participantes do grupo controle que do experimental que não frequentavam a universidade. Foram identificados 62,9% de alunos do PBA, do nível superior, que trabalhavam e estudavam em comparação com apenas 37,9% ($\chi^2 = 8,672$; $p < 0,003$) do grupo controle. Esses autores concluíram que as ações do PBA foram efetivas quanto a alcançar, manter o estudo e exercer o trabalho no nível superior de ensino.

Por fim, em uma avaliação do Pronaf Infra-estrutura e Serviços Municipais, do Estado de Santa Catarina, Varaschin et al. (2002) verificaram se os objetivos e as estratégias foram bem-sucedidos; se os projetos previstos como meios de concretização dos objetivos foram bem-executados e nas condições previstas (de conteúdo, volume, prazo e custo) e por fim, se os resultados foram atingidos.

O método empregado para avaliar o desempenho dos projetos focou cinco temáticas: o planejamento, a participação da comunidade, o gerenciamento, o monitoramento e a análise dos resultados. O planejamento foi avaliado segundo três critérios (planejamento estratégico, planejamento operacional e orçamento) e nove indicadores/itens. O gerenciamento foi analisado por dois critérios (gerenciamento de projetos e de pessoas) e 10 indicadores. A participação da comunidade foi verificada por meio de 10 itens. Para avaliar o processo de monitoramento, informação e controle, foram utilizados seis indicadores. Por fim, para analisar os resultados, foram empregados dois critérios (resultados institucionais e indicadores de desenvolvimento social e econômico) e 13 itens.

A amostra foi composta pela equipe técnica e administrativa que atua diretamente na execução dos projetos no município; pelos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e pelos agricultores beneficiários diretos dos projetos.

Para o levantamento de informações primárias, foram utilizados quatro instrumentos de coleta de dados. O primeiro, aplicado ao grupo executor dos projetos e atividades, foi composto de 38 perguntas e dividido em três etapas: na primeira empregou-se uma escala de cinco pontos para medir o grau de eficiência no desempenho da temática tratada (1 = Nunca; 2 = Poucas vezes; 3 = algumas vezes; 4 = a maioria das vezes e 5 = todas as vezes); na segunda utilizou-se de perguntas que exigiam respostas dicotômicas (Sim/Não) para expressar se faz ou não, se existe ou não e na terceira, perguntas voltadas a levantar dados quantitativos conhecidos ou disponíveis no local onde o plano de desenvolvimento rural é gerenciado.

O segundo instrumento aplicado aos membros do CMDR, contendo 23 das 38 perguntas efetuadas aos técnicos, foi conduzido para verificar o grau de afinidade e de interação entre os gestores do plano e o CMDR, bem como para verificar se a percepção dos gestores era condizente com a dos agricultores. O terceiro, aplicado à equipe municipal executora do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, por meio das mesmas 23 perguntas selecionadas anteriormente, serviu para avaliar o grau de execução dos projetos e os resultados obtidos. A última fonte de informação primária foi uma visita aos projetos financiados para verificar junto aos agricultores o andamento dos processos organizativos e da gestão dos projetos, por meio de conversas informais.

Para a coleta de informações secundárias, as principais fontes de informações foram o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural; os projetos apoiados pelo Pronaf Infra-estrutura e os relatórios de acompanhamento desses projetos em Santa Catarina.

No que se refere aos resultados encontrados por Varaschin et al. (2002), destacam-se os projetos de agregação de valor (49%) como insatisfatórios ou regulares. Esses projetos incluem a construção de pequenas agroindústrias, unidades de beneficiamento de produtos e unidades de comercialização de produtos agrícolas. Por sua vez, o grupo de projetos ligados à aquisição de máquinas e de equipamentos agrícolas obteve um grau de satisfação (de bom a ótimo) em 86% dos casos. Isso vai ao encontro da opinião dos conselheiros municipais, que consideram esse grupo de projetos muito importante para os agricultores.

Os referidos autores ponderam, portanto, que o Pronaf Infra-estrutura, além de ser fonte de recursos para o financiamento de projetos, contribuiu para a melhoria dos serviços oferecidos aos agricultores familiares e introduziu uma nova fórmula de atuação do serviço público estadual e federal junto aos pequenos municípios, por meio do apoio financeiro e técnico aos projetos de agricultura familiar.

Com base nesse referencial teórico, pode-se considerar que a avaliação de programa é uma espécie de ferramenta de trabalho, aplicada ao campo de pesquisa multidisciplinar, envolvendo conceitos, teorias e métodos específicos de operacionalização. É vista como importante mecanismo de apoio para a tomada de decisões de gestores de programas. Sua utilização, tendo como base os parâmetros da Psicologia Social, como as crenças, as atitudes, os valores, as opiniões e os comportamentos humanos, pode contribuir de forma significativa para o progresso da sociedade. Partindo-se desse pressuposto, no próximo capítulo, poder-se-á verificar um aprofundamento da avaliação de programa, tendo como base de análise a Psicologia Social.

CAPÍTULO III

Psicologia Social: uma ciência de fronteira como base de estudo para a avaliação psicossocial de programa

Do ponto de vista conceitual da Psicologia Social, pode-se dizer que a política pública é um mecanismo de intervenção do Estado para propiciar a determinados segmentos da sociedade, por meio da implantação, desenvolvimento ou melhoria de serviços e produtos, a geração de impactos na qualidade de vida com reflexos nas crenças, atitudes e valores dessa população. Conseqüentemente, espera-se que novos comportamentos, situações e resultados, apareçam em prol da resolução de problemas de ordem socioeconômica, educacional, de saúde, produtiva, entre outros.

Um desses aspectos é o agrícola, como é o caso do desenvolvimento rural. Tradicionalmente, a disponibilização de conhecimento, tecnologia e crédito tem sido o meio utilizado pelos programas de governo para a promoção do desenvolvimento rural. Entretanto, esses insumos não levam em consideração as crenças, as atitudes, os valores e os comportamentos dos atores sociais envolvidos nesse contexto. Todavia, essas variáveis são preponderantes para que os resultados sejam alcançados a contento.

Por sua vez, a maioria das pesquisas no campo da Psicologia Social desenvolve-se com foco unicamente no comportamento humano, desconsiderando, muitas vezes, variáveis estruturais de ordem econômica e política, o que pode caracterizar a pesquisa como de base meramente psicologizante (Popper, 1996). A partir dos estudos sobre avaliação de programa busca-se uma ponte entre os conteúdos da psicologia com a sua aplicação prática, promovida pelos efeitos das políticas públicas sobre a população a que se destina. Por isto, a seguir, será apresentada uma revisão integradora que propõe uma articulação teórica entre esses dois campos de pesquisa.

Uma das principais características da Psicologia Social é o fato de apresentar um espectro de abrangência maior que o da Psicologia individual ou da Sociologia, pois possibilita que sejam efetuados estudos desde os microprocessos mentais, comportamentais (pagamento do crédito, por exemplo), incluindo os mesoprocessos institucionais ou organizacionais (gestão de pessoas), até os macroprocessos sociais, culturais (representação social). Ela não pode ser definida somente pelos aspectos teóricos nem pela empiria, mas pelo interesse do pesquisador, cujo objeto de estudo pode se aproximar mais do campo da Sociologia ou do indivíduo. A definição do objeto de estudo faz com que o pesquisador se

aproxime mais do campo da Psicologia individual e, ao mesmo tempo, é o que o afasta da Sociologia. Por isso, a Psicologia Social é considerada uma ciência de fronteira (Doise, 2002; Krüger, 1986; Lewin, 1948, p.88; Tajfel, 1982 e Zimbardo & Ebbesen, 1973).

Grande parte dos fenômenos estudados nessa perspectiva advém da problemática urbana, uma vez que os pesquisadores utilizam praticamente desse ambiente para a testagem de suas teorias, modelos e pesquisas. Apesar de sua abrangência, Albuquerque (2002) salienta que a Psicologia e a Psicologia Social ainda têm deixado de lado o conhecimento que envolve o meio rural, o que diferentemente ocorreu com a Sociologia e a Economia as quais já incorporaram o rural em seus estudos.

Dessa forma, verifica-se que a Psicologia Social apresenta potencial de trabalho para a compreensão do homem do campo, especialmente, no que se refere às questões comportamentais e sua influência sobre a implementação de políticas públicas. Em relação a esse ponto de vista, Albuquerque (2002) considera que essa ciência constitui uma referência para a avaliação de políticas públicas com repercussão imediata na correção de rumos desses programas.

Pode-se dizer, então, que a articulação entre o campo da avaliação de programa e o da Psicologia Social se faz em torno das variáveis ligadas aos mesoprocessos institucionais, as quais não se referem a comportamentos, mas, a construtos. No caso específico do Pronaf, referem-se ao seu impacto na vida dos produtores, na elaboração de projetos, na gestão de crédito, na assistência técnica, e na aquisição de produtos financiados. A pesquisa se desenvolve no contexto psicossocial por meio da opinião ou de comportamentos de seus usuários. Nesse caso, a unidade de análise são as variáveis institucionais que sustentam seu funcionamento, enquanto as variáveis psicossociais são mediadoras deste processo, tendo como base as crenças e as informações dos beneficiários.

Mais uma vez, ressalta-se que um dos processos mais considerados para o estudo do comportamento humano é o da crença, pois, no universo de estudo da Psicologia Social, não existem certezas, tudo pode se resumir às crenças. Este é um construto bastante considerado nas pesquisas urbanas e que também possui grande potencial de aplicação para os estudos psicossociológicos relativos ao ambiente rural. Nesse sentido, vale detalhar os conceitos e as teorias relacionados à crença, no contexto dessa abordagem.

Crenças, valores, atitudes e opiniões como foco de análise

As crenças, bem como outros conceitos correlatos, são relevantes para explicar muitos comportamentos, inclusive, aqueles ligados às instituições e programas sociais. Bem (1973)

discute as implicações das crenças sobre a legislação e as decisões jurídicas, do ponto de vista psicológico e sociológico. Para ele todo o sistema legal é construído com base nas crenças, nos valores, nas atitudes e nas opiniões. Ele cita como exemplo as crenças relacionadas à responsabilidade de uma pessoa, às suposições da eficácia da pena de morte e, às decisões sobre o que é ou não obsceno. Dessa forma, as crenças e as atitudes desempenham papel fundamental na formulação de políticas públicas.

Para Gaskell e Fraser (1990) o termo *crença* é posto como visão de mundo ou de algum aspecto socialmente significativa do mundo. Esse termo não foi considerado como um conceito quando comparado com a definição de crença de Fishbein e Ajzen (1975) que utilizaram esse termo para se referir às cognições independentes em associações avaliativas. Em vez de crença, o autor diz que se pode aludir aos termos: atitudes, representações, opiniões, ideologias ou um número de outros termos científicos sociais para invocar o que as pessoas pensam ou sentem a respeito do mundo a sua volta.

Do ponto de vista de Rokeach (1981, p.1) as crenças são inferências sobre estados de expectativas básicos; geralmente, são expressas em termos daquilo que o indivíduo acredita, embora possa representar ou não exatamente aquilo que ele acredita. Isso ocorre freqüentemente por razões sociais ou pessoais constrangedoras, conscientes e inconscientes, que influenciam as pessoas a não verbalizar o pensamento.

O mesmo autor (1981, p.2) ainda apresenta outro conceito, o de sistema de crenças, considerado como uma espécie de organização psicológica, nem sempre lógica, mas que reúne cada uma e todas as crenças incontáveis de uma pessoa sobre a realidade física e social. Nesse sentido, acrescenta que: “por definição, nós não permitimos que as crenças existam fora do sistema de crenças, pela mesma razão que o astrônomo não permite que as estrelas fiquem fora do universo” (1981, p.2).

Esses dois conceitos tornam-se base para a organização de pesquisas no campo da Psicologia Social, independentemente de que o processo seja de micro, de meso ou de macroinstância.

Outro termo relativo à crença, referido ao conceito de Rokeach, conforme visto anteriormente, é o da expectativa. Para Olson, Roese e Zanna (1996), embora as expectativas sejam um tipo de crença (denominada crença no estado futuro das coisas), nem todas as crenças são expectativas. Elas são uma unidade (bit) de conhecimento, ligação entre um objeto-alvo e um atributo (Fishbein & Ajzen, 1975). Todas as crenças implicam expectativas, ou seja, é possível derivar expectativas de alguma crença. A crença que o fogo é quente, por exemplo, generaliza a expectativa de que se queima ao tocar a chama.

Olson et al. (1996) acrescentam, ainda, que as crenças vêm de três fontes básicas: experiência pessoal direta, comunicação de outras pessoas (experiência indireta) e outras crenças. As expectativas, portanto, são baseadas tanto na experiência pessoal quanto na informação de outra pessoa e na inferência lógica de outras crenças e expectativas. No entanto, essas informações não contemplam a cultura como fonte primária de todas as crenças/expectativas. A cultura envolve fatores como a tradição, a revelação, a ciência, e mesmo o senso comum, os quais influenciam direta ou indiretamente o comportamento humano.

Com base nos conceitos de crença e sistema de crenças, Rokeach desenvolveu uma espécie de taxonomia para distingui-las e explicá-las. Comparando-se o sistema de crenças a esse universo de estrelas, ele explica que as crenças variam ao longo de uma dimensão periférico-central. Quanto mais central for a crença, maior será sua resistência às mudanças; quanto mais central for a crença que mudou, maior será o impacto sobre as demais. Assim, Rokeach (1981, p.5) apresentou as seguintes classes de crenças:

Tipo A - formado por crenças primitivas, de consenso 100%, pois são aprendidas pelo encontro direto com o objeto da crença, não derivam de outras crenças e são reforçadas pelo consenso social. Esse tipo de crença refere-se às verdades básicas, comuns a todos, como por exemplo, se um produtor diz que comprou uma “vaca embezerrada”, todos sabem que ele comprou uma vaca acompanhada de um bezerro. Se o mesmo produtor considerar que tal infraestrutura é um curral ou um aprisco, todos já conseguem identificar o objeto a que ele se refere. Sendo assim, é uma crença que pertence, sobretudo, ao mundo concreto.

Tipo B - formado também por crenças primitivas, mas de consenso zero, pois as crenças que não são compartilhadas não exercem influência persuasiva sobre outras pessoas. Além disso, elas são crenças psicológicas incontrovertíveis, um tipo de crença baseada na fé. Se um produtor diz: “se Deus mandar a chuva, esse ano, não vou perder o roçado.” Ele quer dizer que Deus é o único capaz de resolver seu problema enviando a chuva e isso é uma verdade incontestável para ele, mas não para os técnicos ou meteorologistas. Portanto, esse tipo de crença está mais relacionado ao campo abstrato.

Tipo C - constituído por crenças de autoridade, não-primitivas, geralmente apresentam menor resistência à mudança quando comparada com as anteriores. Em relação a esse tipo de crença, o autor explica que é baseado em um referente ou em grupos de referência, como denominado na sociologia, podendo esse referente ser um líder político, um técnico, um padre, um pastor, ou seja, uma autoridade. No caso do produtor, em relação ao Técnico da Extensão Rural, ele pode confiar ou não na orientação do Técnico; acatar ou não à sua orientação. Além disso, são crenças compartilhadas por um grupo específico.

Tipo D - formado por crenças derivadas, são geradas tendo como base a credibilidade de uma autoridade, são mantidas apenas por uma questão de confiança. Esse tipo de crença está relacionado à credibilidade da fonte. Se um produtor pensa que o banco não perdoa, evidentemente que procurará atender às exigências do banco. Por sua vez, se não se identifica com determinados programas, Pronaf, por exemplo, ele dará pouco crédito a seus emissários e, menos ainda, irá procurá-lo.

Tipo E - constituído por crenças inconseqüentes, as quais estão mais ligadas à questão de gosto, podendo ser mais ou menos arbitrárias. Se mudarem, elas provocam menos conseqüências para a manutenção de outras. É um tipo de crença baseada no gosto, de caráter pessoal, e inconseqüente. Um produtor que não gosta de determinada prática agropecuária, como por exemplo, a higienização do úbere da vaca antes da ordenha, pode apresentar certa dificuldade em mudar seu hábito, assim, tudo vai depender da importância ou de seu interesse pela mudança.

O sistema de crenças de uma pessoa definido por Rokeach (1981) abrange crenças inconseqüentes, derivadas, pré-ideológicas sobre uma autoridade específica e crenças primitivas pré-ideológicas, compartilhadas ou não socialmente sobre a natureza do mundo físico, da sociedade e do eu. No contexto da implementação do Pronaf, todas essas informações em contraste com o sistema de crenças e de valores dos agricultores irão influenciar suas atitudes e comportamentos, incluindo a opinião deles sobre o Pronaf.

Além da natureza da crença, Rokeach (1981, p.107) discute, ainda, a natureza da atitude, por ele vista como uma organização de crenças inter-relacionadas. Ela serve de base para um indivíduo se posicionar (descrever, avaliar e defender uma ação) perante um objeto ou situação e, geralmente, estrutura-se de forma duradoura, incluindo para cada crença, componentes cognitivos, afetivos e comportamentais. Considera, também, que a atitude consiste em uma série de predisposições inter-relacionadas para responder/agir de forma positiva ou negativa, dependendo da força das crenças avaliativas e dos sentimentos positivos ou negativos de uma pessoa.

Além desse conceito, o mesmo autor (1981, p.100) examina, igualmente, o conceito de valor, considerando-o um tipo de crença localizado no centro do sistema de crenças, servindo de referencial para uma pessoa definir seu comportamento ou não. Trata-se, portanto, de uma abstração ideal, positiva ou negativa e que não se conecta a nenhum objeto ou situação atitudinal.

Enquanto a atitude é subsistema de crenças, o valor é uma crença central, primitiva. Assim, para o autor, esses três componentes cognitivos, crença, atitude e valor, relacionam-se na seguinte proporção: enquanto um adulto, em geral, possui dezenas ou centenas de milhares

de crenças, milhares de atitudes, ele, no entanto, possui somente algumas dúzias de valores os quais se organizam em ordem hierárquica de importância.

E, como resultado desses três componentes, o mesmo autor (1981, p.101) apresenta o conceito de opinião: “uma expressão verbal de alguma crença, atitude ou valor”. A definição operacional de opinião é de grande relevância para a presente pesquisa, uma vez que ambos os conceitos embasam o que se denominou de avaliação de programa psicossocial. Nesse contexto, a avaliação se baseia, além dos dados objetivos, em opiniões dos produtores rurais e conseqüentemente, em suas crenças no Pronaf.

Em síntese, pode-se dizer que as análises intraindividual, interpessoal, posicional (intergrupar) e ideológica (societal/cultural), conforme classificação de Doise (2002), além dos conceitos sobre crença, atitude, valor e opinião de Milton Rokeach, tornam-se a base de análise para o estudo dos problemas levantados na presente pesquisa.

Teoria da Ação Planejada como meio de orientação da pesquisa psicossocial

O desenvolvimento de teorias passíveis de serem comprovadas empiricamente tornou-se a forma mais viável para se compreender os fenômenos comportamentais que regem a vida humana. Contudo, explicar o comportamento humano com toda sua complexidade não é uma tarefa fácil, como relata Ajzen (1991). Ele pode ser abordado com base em diferentes níveis de explicação e estar relacionado tanto, em um extremo, com processos psicológicos como, no outro, com processos sociais/institucionais. Nesse sentido, destaca-se a Teoria da Ação Planejada (TAP), de Ajzen (1991), que originou-se como uma extensão da Teoria da Ação Racional (TAR), de Fishbein & Ajzen (1975).

No que se refere à aplicação da TAR, Terry e O’Leary (1995) comentam que a intenção para desempenhar determinado comportamento é uma variável preditora precisa do comportamento real, considerando que este tem de estar sob controle volitivo, ou seja, da vontade da pessoa. Quando o comportamento for da vontade do indivíduo, mas não estiver sob seu controle total, por diversas razões, como por exemplo, por falta de habilidade apropriada para desempenhá-lo ou depender de outra pessoa, a força da relação entre a intenção comportamental e o comportamento real é reduzida. Assim sendo, para Ajzen (2002), a maior parte dos comportamentos sociais humanos que está sob controle volitivo pode ser predita somente pela intenção comportamental.

Segundo Madden, Ellen e Ajzen (1992), essa teoria é largamente utilizada como um modelo de predição da intenção comportamental e/ou do comportamento. Para Armitage e

Conner (1999) por incluir apenas comportamentos volitivos, essa teoria poderá prever apenas uma faixa estreita de comportamentos. Ajzen e Driver (1992) consideram que os comportamentos estudados variam de escolhas estratégicas muito simples, como jogos de laboratório, a ações de significância social, tais como o aborto, o uso da maconha e a escolha de candidatos em eleições.

Do ponto de vista da TAP, ela foi elaborada em função da necessidade de se lidar com as limitações do modelo original no caso de comportamentos que não estão sob controle volitivo ou motivacional (Madden, Ellen, & Ajzen, 1992). Para isto, foi acrescentada a TAR a variável *Percepção de Controle Comportamental*, semelhante aos conceitos de “auto-eficácia” de Bandura e “locus de controle” de Rotter (Conner & Armitage, 1998), como terceiro fator preditor da intenção comportamental, independentemente da *Atitude* e da *Norma subjetiva* (Figura 04).

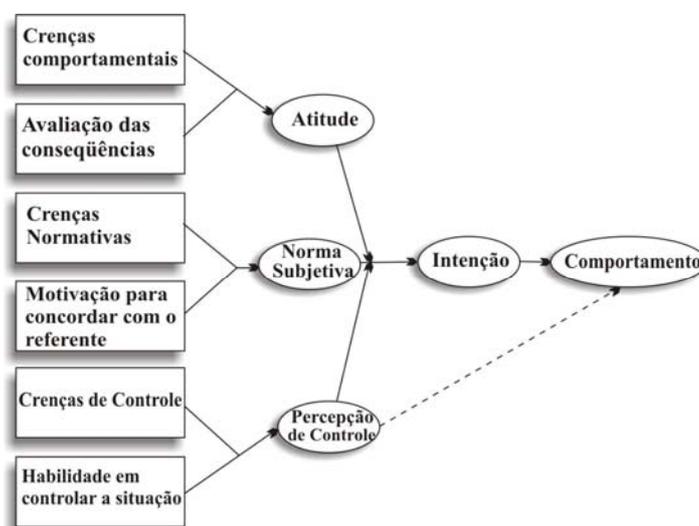


Figura 04. Modelo da Teoria da Ação Planejada

Nota. Ajzen (1991).

A importância relativa de cada um desses fatores determinantes da intenção pode ser verificada por meio do cálculo do peso de cada uma destas variáveis em uma equação empírica. O modelo teórico permite a determinação, para cada ação estudada, do fator que mais contribui para a Intenção Comportamental.

A TAP leva em consideração oito construtos: as Crenças Comportamentais (e as avaliações de suas conseqüências), a Atitude, as Crenças Normativas (e as motivações para concordar), a Norma Subjetiva, as Crenças de Controle (e a habilidade em controlar a situação), a Percepção de Controle, a Intenção Comportamental e o Comportamento-alvo.

Nesse caso, as crenças referem-se à percepção de uma provável relação entre o objeto da crença e outro objeto, conceito, atributo, ou mesmo um valor. Além disso, elas podem ser de dois tipos: (1) A de que o objeto existe e (2) A crença nesse objeto (Dias, 1995, p.48).

Especificamente, as Crenças Comportamentais referem-se àquelas que estão relacionadas ao desempenho de determinado comportamento, produto dos sentimentos do indivíduo, por meio da observação direta. A força dessas crenças é o fator de conexão entre o objeto e o seu atributo, indicando o quanto o indivíduo acredita que determinado objeto está ligado a uma qualidade específica ou atributo (Dias, 1995, p.49).

O autor supracitado (1995) acrescenta, ainda, que o produto da força da crença comportamental pela avaliação de sua consequência é a medida indireta da Atitude em relação ao desempenho de um comportamento específico.

A Atitude diz respeito aos afetos a favor ou contra um objeto psicológico, o qual pode ser uma pessoa, um comportamento, entre outros. O afeto pode ser medido por meio de procedimentos que localizem o sujeito numa dimensão bipolar, colocando-o frente a frente com o objeto em questão. (Dias, 1995, p.50).

As Crenças Normativas dizem respeito às crenças do indivíduo de que outras pessoas, pertencentes ao seu meio, acham que ele deve ou não desempenhar o comportamento em evidência. A Força da Crença Normativa tem significado equivalente ao da Força da Crença Comportamental (Dias, 1995, p.51).

O produto da força das Crenças Normativas pela motivação em concordar com os referentes específicos constitui a medida indireta da Norma Subjetiva.

A Norma Subjetiva se refere às percepções do indivíduo sobre o que pensa um conjunto de pessoas importantes para ele a respeito de um comportamento em evidência que ele deve ou não desempenhar (Dias, 1995, p.51).

As Crenças de Controle dizem respeito a um conjunto de crenças do indivíduo para lidar com a presença ou ausência de oportunidades e de recursos. Essas crenças podem ser baseadas, em parte, na experiência passada com o comportamento, influenciadas por informações de conhecidos e amigos, ou ainda por outros fatores que aumentam ou reduzem a percepção de desempenhar o comportamento em questão (Ajzen, 1991).

O produto de cada Crença de Controle pela força da percepção em determinado fator de controle, que facilita ou dificulta o desempenho do comportamento, constitui a medida indireta da Percepção de Controle Comportamental (Ajzen, 1991).

A Percepção de Controle Comportamental se refere ao grau de controle que o indivíduo possui sobre determinadas situações que envolvem oportunidades e recursos (Ajzen, 1991).

A Intenção Comportamental, base direta para a determinação do comportamento, reporta à finalidade de desempenhar determinado comportamento (Dias, 1995, p.52). A intenção é por ele considerada um tipo particular de crença. Inerente a ela existe a força da intenção, definida como o grau em que a pessoa acha que vai desempenhar o comportamento específico. Assim sendo, a intenção deve ser medida colocando-se o indivíduo ao longo de uma dimensão probabilística subjetiva, fazendo com que o sujeito avalie e considere o comportamento em questão.

O Comportamento-alvo é tido como variável fim desse modelo, referindo-se de forma específica a atos observáveis do indivíduo, seja por meio de registros de observação, relatos verbais, seja por meio de respostas a um questionário (Dias, 1995, p.53).

Do ponto de vista conceitual, a percepção de controle comportamental apresenta algumas semelhanças com outros construtos. Nesse sentido, Ajzen (2002) relata que a percepção da auto-eficácia refere-se às crenças da pessoa na sua capacidade de exercer controle sobre si mesmo e sobre os eventos que afetam sua vida. Essa definição difere da de Percepção de Controle Comportamental a qual enfoca a expectativa de uma pessoa em relação à sua capacidade em desempenhar determinado comportamento, muitas vezes, influenciado por fontes de recursos e crenças na sua capacidade de superar qualquer obstáculo encontrado. Nesse caso, fica claro que o controle é sobre seu comportamento e não o controle sobre os resultados ou eventos.

O autor (2002) acrescenta, ainda, que pesquisas empíricas fornecem consideráveis evidências da diferença entre medidas de auto-eficácia (facilidade ou dificuldade em desempenhar um comportamento, como por exemplo: Para mim... é muito difícil-muito fácil; Eu estou certo que eu posso...; Eu acredito que eu tenho a habilidade de...; Que confiança você tem para...; Até que ponto você se sente preparado para...; Para mim... seria fácil-difícil e Que certeza você tem para...) e medidas de controlabilidade (crença sobre até que ponto um ator social consegue desempenhar um comportamento, como por exemplo, Quanto de controle você tem sobre...; Eu sinto ter completo controle sobre...; ...está completamente sob meu controle até agora; Que controle você tem sobre...; Quanto de controle você sente ter para...; Não sei se...está sob meu controle até agora; Quanto você sente que...está além de seu controle; Na maior parte das vezes não sei se ...).

No que se refere à distinção entre as causas internas e externas de um comportamento, Ajzen (2002) também explica que, infelizmente, o fator locus de controle interno e externo é frequentemente confundido com o controle ou a falta de controle sobre o desempenho do comportamento. Essa confusão provavelmente vem do próprio conceito de locus de controle

de Rotter, segundo o qual as pessoas parecem diferir em até que ponto visualizam recompensas, punições ou outros eventos em suas vidas como causadas por suas próprias ações ou fatores que vão além de seus controles. O autor considera enganoso pensar que a percepção de controle comportamental sobre resultados possa ser denominada de *locus de controle interno*, enquanto a percepção de que resultados são determinados por fatores não comportamentais possa ser denominada de *locus de controle externo*. As análises têm revelado que a percepção de controle sobre um resultado ou um evento ocorre independente do *locus de controle interno* ou externo.

Para o referido autor (2002), o que importa é o controle sobre o comportamento; se os recursos e os obstáculos são fatores internos ou externos não vem ao caso. Quando as pessoas acreditam que elas têm os recursos e as oportunidades requeridas e que os obstáculos, que podem encontrar, são poucos e administráveis, elas confiam em suas habilidades de desempenhar o comportamento. Conseqüentemente, apresentam alto grau de percepção de controle comportamental. Em situação contrária, em termos de recursos e oportunidades, elas devem apresentar baixo nível de percepção de controle. Isso é verdade, se os recursos e os obstáculos em questão estão localizados tanto interna quanto externamente.

No contexto dessas teorias, Conner e Armitage (1998), ao revisarem a literatura, verificaram a possibilidade de seis tipos de variáveis que podem compor o modelo de determinação do comportamento humano:

(1) Crenças modais salientes - levantadas durante o estudo-piloto, causam impacto sobre as atitudes e a intenção comportamental. Nessa modalidade, chama a atenção o fato de serem eliciadas apenas crenças comportamentais excessivamente cognitivas, por meio de questões relacionadas às vantagens e desvantagens do objeto de estudo. Os autores sugerem que sejam coletadas também crenças afetivas ou de influência moral, que são potencialmente importantes na influência sobre a atitude.

(2) Comportamento passado e hábito - enquanto o comportamento passado atua como fonte de informação, o hábito potencializa comportamentos automáticos que são ativados por características como situação e contexto pelo qual o comportamento ocorre. No caso do hábito, um exemplo típico de estudo citado pelos autores é o comportamento de dirigir carro. Uma série de comportamentos é executada automaticamente sem passar pela intenção, ou seja, os comportamentos não são processados antecipadamente.

Nessa perspectiva, Bentler e Speckart (1979) relatam que tem sido notado que um comportamento induz atitudes; então se pode presumir que o efeito do comportamento passado sobre o comportamento futuro é mediado pela atitude. Por sua vez, se as atitudes são

parcialmente geradas pelo comportamento, conforme explicação de Bem (1973), mas não um reflexo perfeito do comportamento, este teria papel independente na predição do comportamento futuro. Seria possível, também, ampliar o ponto de vista de Bem para propor que a intenção é gerada pela percepção do comportamento.

Desta forma, os referidos autores consideram que se poderiam propor teorias comportamentais em que o comportamento passado fosse o melhor preditor para o comportamento futuro e não pressupor que o efeito do comportamento anterior fosse mediado só por construtos como a atitude. Por conseguinte, é possível que do ponto de vista comportamental seja necessário complementar a teoria de Fishbein e Ajzen na predição do comportamento.

Nesta pesquisa, servem como exemplos de comportamentos passados: produtores que já solicitaram e obtiveram crédito; aqueles que já o pagaram; os que compraram animais, e aqueles que plantaram com recursos do programa. Esses não deixam de ser comportamentos geradores de experiências e que podem influenciar futuras intenções e ações.

(3) Percepção de controle comportamental vs. auto-eficácia - são construtos considerados sinônimos por Ajzen (1991), tanto conceitual como operacionalmente. Para estudar essa variável, foram encontrados estudos relacionados à escolha de alimentos, exercícios físicos, atividades acadêmicas, uso de camisinha. Nessa perspectiva, comportamento como o pagamento de crédito também poderia constituir-se em objeto de investigação para esse tipo de estudo.

(4) Norma/obrigação moral - é um fator ligado à atitude, à norma subjetiva e às crenças comportamentais, estando relacionado à percepção do indivíduo em desempenhar um comportamento moralmente correto ou incorreto; Nesse caso, segundo Conner e Armitage (1998), os estudos relativos a comportamentos de doação de sangue e de órgãos; comer alimentos geneticamente modificados (transgênicos); fumar somente em áreas com espaços reservados aos fumantes; usar camisinha; cuidar de casa (serviço doméstico); liberar informações e violar regras de trânsito foram efetuados medindo-se o efeito preditivo da variável norma moral/pessoal. No contexto das pesquisas relacionadas ao ambiente rural, comportamentos como a aplicação correta de recursos creditícios também poderiam ser estudados levando-se em conta esse construto.

(5) Auto-identidade - construto relacionado a um comportamento particular, específico de uma pessoa, aumenta a predição da intenção à medida que o comportamento é repetido ao longo do tempo. Nesse caso, os autores encontraram estudos relacionados ao consumo de

produtos orgânicos; mudança de alimentação associada à redução de quantidade de gordura na dieta e ensinar indivíduos deficientes;

(6) Afeto - são reações afetivas ligadas ou não ao desempenho de um comportamento podendo influenciar a atitude e a intenção, especialmente, em situações em que as conseqüências do comportamento são indesejáveis ou carregadas afetivamente de forma negativa. A esse respeito foram encontrados estudos sobre o comportamento de comer alimentos prontos de baixo valor nutritivo; usar drogas leves e bebidas alcoólicas; estudar.

Segundo Ajzen e Madden (1986), na TAP, assume-se que o efeito da percepção de controle sobre o comportamento pode ser completamente mediado pela intenção ou se dá por meio de uma ligação direta com o comportamento real. Em ambas as situações, o desempenho do comportamento dependerá não somente da motivação, mas também do controle adequado sobre o comportamento. Portanto, a percepção de controle pode freqüentemente refletir a avaliação de fontes de recursos e oportunidades; isto é, o controle real pode influenciar ambos: a percepção de controle comportamental e o comportamento.

Para Conner e Armitage (1998), a intenção é vista como um plano comportamental que, em conjunto com recursos e oportunidades apropriadas, permite que o comportamento-alvo seja alcançado. No entanto, a intenção não determina sempre a viabilização do comportamento com sucesso. Dados de meta-análise mostram que a intenção, no contexto da TAR, explica no máximo 38% da variância do comportamento e, em relação à TAP, foi verificado que a intenção e a percepção de controle explicam no máximo 34%. Esse percentual de variância explicada dá uma visão bastante pessimista da eficácia dos modelos, como o da TAP, além de deixar para os psicólogos sociais uma preocupação em entender porque nem todos comportam de acordo com suas intenções. As variáveis consideradas nos modelos, tais como o da TAP, são necessárias, mas não suficientes para determinar o comportamento.

A principal diferença entre as duas teorias, segundo Ajzen (1991) e, Conner e Armitage (1998), é que alguns comportamentos dependem, pelo menos, de certo grau de variáveis não motivacionais, como por exemplo, fatores que incluem tanto o controle interno (conhecimento, experiência pessoal, habilidade técnica, talento, força de vontade, compulsão) quanto os fatores de controle externo (oportunidades tais como: tempo, dinheiro, cooperação, informação, dependência de outros, barreiras e experiências de pessoas conhecidas).

Conjuntamente, esses fatores representam o controle efetivo das pessoas sobre o comportamento. Nesse caso, a probabilidade de sucesso percebida depende muito mais de a pessoa conseguir recursos financeiros, oportunidade e da intenção em desempenhar o

comportamento. O autor acrescenta, ainda, que a idéia de que o comportamento depende tanto da motivação (intenção) como da habilidade (controle comportamental) não é nova. Ela constitui a base de diversas teorias tais como, por exemplo: da aprendizagem humana de Hull; nível de aspiração de Lewin, Dembo, Festinger e Sears; desempenho em tarefas cognitivas e psicomotoras de Fleishman, Locke e Vroom e atribuição e percepção da pessoa de Heider, Anderson.

Ajzen e Madden (1986) relatam que não só a percepção de controle comportamental como também as crenças relacionadas à facilidade ou dificuldade em desempenhar um comportamento são passíveis de serem medidas. De acordo com os critérios da TAP, entre as crenças que determinam a intenção e a ação em última estância, existe um conjunto delas que trata da presença ou ausência de recursos e oportunidades. Quanto mais recursos e oportunidades os indivíduos pensam possuir e menos obstáculos ou impedimentos eles visualizam e prevêem superá-los, maior deverá ser a percepção de controle sobre o comportamento. Essas crenças de controle podem ser baseadas, em parte, nas experiências já vivenciadas, mas também podem ser influenciadas por informações de terceiros, por experiências de amigos e por outros fatores que aumentam ou reduzem a dificuldade de percepção em desempenhar o comportamento em questão.

Baseando-se no objeto do presente estudo, é possível exemplificar que a crença do agricultor na compra de uma vaca prenha, pelo preço de uma solteira, é o suficiente para ele pagar o financiamento com a venda do bezerro após o período de carência, o que caracteriza uma situação de percepção de controle. Nesse caso, a oportunidade é a base para o agricultor perceber que pode controlar a situação de pagamento do crédito.

Operacionalização da TAP e respectivos resultados

A operacionalização da TAP pode ser efetivada considerando diversos tipos de variáveis, escalas e procedimentos para a predição do comportamento-alvo. Algumas informações, com base em três artigos, serão apresentadas a seguir de forma a possibilitar ao leitor melhor compreensão do potencial de aplicação dessa teoria. Apesar de não ter sido encontrado um exemplo específico do comportamento-alvo da presente pesquisa, as condutas de importância sociais selecionadas e analisadas pelos autores foram estudadas de maneira bastante diversificada. Nesse sentido, seguem-se as seguintes informações:

(1) Ajzen e Madden (1986) conduziram um estudo com alunos matriculados em um curso introdutório de Psicologia Social, para verificar os fatores que levam esses estudantes a comparecer regularmente à sala de aula ou a ausentar-se dela. Fizeram as seguintes medições:

Para a determinação de onze Crenças Comportamentais a respeito das possíveis conseqüências de comparecer ou não à sala de aula, os referidos autores utilizaram duas escalas de sete pontos: *extremamente bom-extremamente ruim* (avaliação das crenças) e

extremamente provável-extremamente improvável (força das crenças). A medida da força das crenças foi multiplicada pela avaliação correspondente e a soma dos onze produtos serviu como medida de crença-base da Atitude em relação ao comparecimento à aula. O coeficiente α dessa escala foi 0,61.

Para a medida direta da Atitude, utilizando-se a afirmativa “Eu assisto regularmente a todas as aulas”, foi verificada em relação a um conjunto de oito escalas de 7 pontos: *gratificante-punitivo* (*rewarding-punishing*); *útil-inútil* (*useful-useless*); *bom-ruim* (*good-bad*), *prejudicial-benéfico* (*harmful-beneficial*); *prudente-imprudente* (*wise-foolish*); *alegre-triste* (*happy-sad*); *claro-confuso* (*sharp-dull*) e *interessante-desinteressante* (*attractive-unattractive*). A soma dessas oito escalas serviu como medida da Atitude; seu coeficiente α encontrado foi 0,86.

Para a avaliação das Crenças Normativas, em relação à expectativa de cinco referentes, os respondentes indicaram primeiro suas motivações em concordar com os referentes numa escala de sete pontos variando de *muitíssimo-nada* (ex.: Geralmente, quanto você consegue fazer o que o professor diz que você deveria fazer?). A força de cada crença normativa foi avaliada por meio de uma escala de sete pontos *extremamente provável-extremamente improvável* (ex.: O professor diz que eu deveria assistir a todas as aulas deste curso). Cada Crença Normativa foi multiplicada pela motivação em concordar com o referente, e a soma dos produtos constituiu a medida de crença-base da Norma Subjetiva; sua consistência interna, medida pelo coeficiente α , foi 0,84.

Para a medida direta da Norma Subjetiva (percepção da pressão social), foi utilizada uma questão global. Usando a mesma escala de sete pontos, as crenças normativas e as motivações para concordar foram avaliadas com respeito a “Muitas pessoas que são importantes para mim...”, e o produto das duas respostas serviu como a segunda medida da Norma Subjetiva.

Para a obtenção das medidas de percepção de controle, um estudo-piloto foi conduzido. Solicitou-se aos estudantes que listassem os fatores que poderiam impedi-los de comparecer à sala de aula. Foram selecionados dez dos mencionados fatores para compor o estudo principal. Em uma escala de sete pontos, os respondentes avaliaram a frequência de ocorrência de cada um. A escala selecionada dependeu do tipo de cada fator. A maior parte deles relacionada ao que poderia dificultá-los a comparecer à sala de aula variou de *muitos eventos-nada*. O fator *problemas de transporte* foi avaliado considerando a escala *frequentemente-nunca*. As respostas de todos os dez itens foram somadas para produzir uma

medida da percepção de controle comportamental, com fidedignidade medida por meio do coeficiente α de 0,73.

Uma segunda medida da percepção de controle foi realizada. Nela, solicitou-se aos respondentes que julgassem o grau de controle que eles têm para comparecer à sala de aula. Especificamente, três questões foram colocadas no questionário: (1) Quanto você consegue se controlar para ir ou não à aula? (*completo controle-pouco controle*); (2) Para eu comparecer à aula todos os dias é (*fácil-difícil*) e (3) Se eu quisesse eu poderia comparecer à sala de aula todos os dias (*totalmente provável-totalmente improvável*). Uma análise fatorial confirmatória revelou que esses três itens estão relacionados a uma única dimensão e, portanto, eles foram somados para produzir o segundo indicador da percepção de controle, com um coeficiente α de 0,74.

Finalmente, a intenção foi avaliada pela média dos escores de três questões: (1) Eu pretendo comparecer à aula todos os dias e (2) Eu tentarei comparecer às aulas todos os dias (analisadas por meio de uma escala de sete pontos: *totalmente provável-totalmente improvável*) e (3) Com qual regularidade você pretende ir à aula todos os dias? (por meio de uma escala de quatro pontos, variando *de muitas vezes-raramente*). Usando novamente a análise fatorial confirmatória, esses três itens formaram uma escala unidimensional. A soma dessas três respostas serviu como medida da Intenção, com um coeficiente α de 0,69.

Em relação aos resultados obtidos, Ajzen e Madden (1986) verificaram inicialmente, como já esperado, que as correlações foram de 0,51 para a Atitude, 0,47 para a Norma Subjetiva e 0,54 para a Percepção de Controle Comportamental, sendo todas significativas a 0,01 de probabilidade.

Uma análise de regressão hierárquica foi utilizada para verificar a predição da intenção de freqüentar e assistir regularmente à aula. Fizeram parte do primeiro bloco as variáveis Atitude e Norma Subjetiva, conforme modelo original da TAR, e do segundo, a Percepção de Controle Comportamental. Observou-se que as variáveis Atitude e Norma Subjetiva apresentaram contribuições significativas para a predição da intenção, resultando em um coeficiente de correlação múltipla (R) de 0,55.

No entanto, consistente com a Teoria da Ação Planejada, a adição da Percepção de Controle Comportamental melhorou consideravelmente a força de predição do modelo $F(3, 165) = 46.16, p < 0,01$. Esse resultado indica que a Teoria da Ação Racional original, cuja implicação prevê que a Percepção de Controle Comportamental só pode influenciar a intenção indiretamente via Atitude ou Norma Subjetiva, não condiz com os presentes dados. Verificando os dos resultados do segundo bloco, nota-se que cada uma das três variáveis

independentes (Atitude, Norma Subjetiva e Percepção de controle Comportamental) contribuiu significativamente para a predição da intenção e que o coeficiente de correlação múltipla aumentou de 0,55 para 0,68.

Outra análise de regressão hierárquica foi utilizada para a predição do comportamento. Nessa análise, somente a Intenção fez parte do primeiro bloco, enquanto a Percepção de Controle Comportamental foi acrescentada ao segundo. O coeficiente de regressão (*b*) da Percepção de Controle Comportamental não foi significativo, e sua inclusão na equação de predição falhou em aumentar a correlação com o comportamento avaliado. Somente a Intenção apresentou uma correlação de 0,36 com o comportamento, sendo que, com o acréscimo da Percepção de Controle Comportamental, verificou-se um coeficiente de correlação múltipla de 0,37.

Esses dados serviram de base para o estudo da primeira versão da TAP, no qual não se considerou a linha tracejada (Figura 04). A Percepção de Controle Comportamental apresentou forte efeito sobre a Intenção de comparecer à aula, um efeito não mediado pela Atitude e pela Norma Subjetiva e nem dependente do comportamento passado. Esse efeito aumentou a predição da intenção de maneira linear; as interações entre a Percepção de Controle Comportamental e os outros dois preditores, Atitude e Norma Subjetiva, não foram significativos.

Em contraposição à segunda versão, quando se considerou a linha tracejada, houve pouca evidência de uma ligação direta entre a Percepção de Controle Comportamental e o comparecimento à aula e nenhuma interação entre Controle e Intenção. Assim sendo, o comparecimento à aula é um comportamento relativamente livre de problemas de controle comportamental. Em condutas desse tipo, não se espera que a Percepção de Controle aumente o poder de predição do comportamento além da intenção.

A relevância desse estudo para a presente pesquisa é a possibilidade de a Percepção de Controle não predizer diretamente a Intenção Comportamental (Para pagar o crédito, a saída é explorar vários tipos de atividades?). Outra possibilidade é que, dependendo da habilidade ou do planejamento da pessoa (fatores internos) ou da oportunidade e dos recursos (fatores externos), como por exemplo, a crença de que lidar (criar e vender) animais e seus produtos é bom para pagar o crédito, seja suficiente para predizer diretamente o comportamento sem que, necessariamente, tenha de ser mediado pela intenção.

(2) Madden, Ellen e Ajzen (1992) compararam a Teoria da Ação Planejada à Teoria da Ação Racional. Para isso, conduziram uma pesquisa com 94 estudantes universitários do curso de negócios. Os dados foram coletados em duas etapas. Na primeira, os participantes

responderam a um questionário sobre suas Atitudes, as Normas Subjetivas, a Percepção de Controle Comportamental e a Intenção em desempenhar dez comportamentos durante um período de duas semanas. Na segunda etapa, duas semanas mais tarde, os mesmos participantes foram contactados para responder o número de vezes que eles desempenharam cada um dos dez comportamentos apresentados anteriormente. Na análise dos dados, foram computados, somente as informações das pessoas que responderam aos dois questionários; a amostra final foi de 82 respondentes.

Dos 23 comportamentos identificados inicialmente, foram selecionados dez: Fazer exercícios físicos regularmente/*exercising regularly* (exercício/*exercise*); Conseguir uma boa noite de sono/*getting a good night's sleep* (dormir/*sleep*); Conversar com um amigo íntimo/*talking to a close friend* (amigo/*friend*); Lavar roupa/*doing laundry* (lavanderia/*laundry*); Evitar cafeína/*avoiding caffeine* (cafeína/*caffeine*); Ir a um shopping com um amigo/*going shopping with a friend (shop)*; Alugar um videocassete/*renting a videocassette (videocassette)*; Tomar suplemento vitamínico/*taking vitamin supplements (vitamins)*; Escutar uma coletânea de música/*listening to an album* (música/*album*) e Lavar o carro/*washing your car* (lavar carro/*wash car*).

Para medir o fator atitudinal, esses autores utilizaram uma escala de sete pontos e cinco pares de adjetivos: *ruim-bom/bad-good*; *desagradável-gradável/unpleased-pleasant*; *prejudicial-benéfico/harmful-beneficial*; *inútil-útil (useless-useful)* e *apreciável-desapreciável (enjoyable-unenjoyable)*. Com base nesses dez comportamentos, a fidedignidade média para os itens da Atitude, medida pelo alfa de Cronbach, foi 0,83, com uma variação de 0,70 a 0,89.

A Norma Subjetiva foi avaliada por meio de uma escala de sete pontos: Muitas pessoas que são importantes para mim pensam que eu deveria... durante as próximas duas semanas (*concordo totalmente-discordo totalmente*). A motivação para concordar foi também medida por meio de uma escala de sete pontos: Quando eu tiver que..., eu quero fazer o que muitas pessoas que são importantes para mim me recomendam (*concordo totalmente-discordo totalmente*).

A Percepção de Controle Comportamental, foi medida utilizando-se de quatro escalas de sete pontos com itens provenientes de outros trabalhos: (1) Para mim... nas próximas duas semanas é *muito fácil-muito difícil*; (2) Se eu quisesse eu poderia facilmente... nas próximas duas semanas (*concordo totalmente-discordo totalmente*), (3) Quanto de controle você tem sobre... nas próximas duas semanas? (*completo controle-absolutamente sem controle*) e (4) O número de eventos que está fora de meu controle e que poderiam me impedir de... nas próximas semanas são *numerosos-muito poucos*. Por intermédio dos dez comportamentos, a

fidedignidade média para os itens da Percepção de Controle Comportamental, medida pelo alfa de Cronbach, foi 0,82, com uma variação de 0,76 a 0,88.

A Intenção comportamental foi mensurada usando três escalas de 7 pontos, por meio de itens comuns aos estudos de avaliação da TAR: (1) Eu pretendo... nas próximas duas semanas (*definitivamente farei-definitivamente não farei*); (2) Eu tentarei... nas próximas duas semanas (*definitivamente farei-definitivamente não farei*) e (3) Eu esforçarei para... nas próximas duas semanas (*definitivamente verdadeiro-definitivamente falso*). O alfa de Cronbach dos dez comportamentos variou de 0,81 a 0,98, com uma média de 0,94.

Para avaliar a eficácia da inclusão das crenças relacionadas à Percepção de Controle Comportamental como uma variável exógena, a variância explicada dos dois referidos modelos serviu de parâmetro de comparação para a predição das Intenções e dos Comportamentos-alvo. Para estimar a variância explicada, três análises foram utilizadas: (1) De regressão no contexto do delineamento entre participantes (*between-subjects*); (2) De regressão considerando o planejamento dentro participantes (*within-subjects*) e (3) A análise de trajetória (*path analysis*). Para cada abordagem, primeiro, as Intenções e os Comportamentos-alvo, usando a TAR, foram preditos e segundo, utilizando a TAP, a Percepção de Controle Comportamental foi incluída para predizer as Intenções e os Comportamentos reais.

No que se refere à análise de trajetória, os autores explicam que comportamentos individuais são provavelmente menos estáveis que categorias comportamentais. Para analisar quaisquer diferenças entre as duas teorias sobre a categoria comportamental, os dez comportamentos foram categorizados em três grupos (baixo, médio e alto) baseados nos níveis médios dos escores da Percepção de Controle Comportamental.

Os três comportamentos que tiveram os menores escores de Percepção de Controle Comportamental foram: Conseguir uma boa noite de sono; Ir a um shopping com um amigo e Fazer exercício físico regularmente, com escore médio = 3,77, constituindo o grupo de baixo escore. Os três comportamentos com maiores escores, Alugar um videocassete; Escutar uma coletânea de música e Tomar suplemento vitamínico, com escore médio = 5,36, constituíram o grupo de altos escores. Os quatro comportamentos restantes, Lavar o carro; Ir a uma lavanderia; Evitar cafeína e Conversar com um amigo íntimo, com escore médio = 4,45 formaram o grupo do escore moderado.

Os resultados em relação às Intenções comportamentais, no contexto da análise *between-subjects* para cada comportamento, foram apresentados por meio dos coeficientes de determinações (R^2). Os comportamentos foram listados e ordenados de acordo com os escores

médios dos itens da Percepção de Controle Comportamental. Conseqüentemente, Conseguir uma boa noite de sono (escore médio = 3,44) foi percebido como o comportamento de menor controle e Tomar suplemento vitamínico (escore médio = 5,93), como o de maior controle.

Os coeficientes de determinação variaram para cada comportamento de 0,08 (TAR) e 0,17 (TAP) para Conseguir uma boa noite de sono a 0,60 (TAR) e 0,66 (TAP) para Evitar cafeína.

A inclusão da Percepção de Controle Comportamental contribuiu para a predição das Intenções Comportamentais. O incremento no R^2 foi de 0,01 para Tomar suplemento vitamínico a 0,20 para Conversar com um amigo íntimo.

Na abordagem da análise de regressão (*within-subjects*), incluindo a Percepção de Controle Comportamental, houve também aumento da predição das Intenções comportamentais, em média, de $R^2 = 0,48$ para $R^2 = 0,59$. A diferença média do coeficiente de correlação múltipla entre os dois modelos, para as Intenções comportamentais, foi 0,21, estatisticamente significativo, com desvio-padrão de 0,27.

A análise de trajetória da Percepção de Controle Comportamental focada nas intenções foi significativa para todos os três níveis desse parâmetro estimado. Os dados confirmam a primeira hipótese de que a inclusão da Percepção de Controle Comportamental, como uma variável exógena, aumenta a predição das Intenções.

Em relação aos Comportamentos-alvo, a inclusão da variável Percepção de Controle Comportamental como preditora do Comportamento-alvo proporcionou um aumento significativo da variância explicada em relação à quantidade explicada na TAR. A predição média do comportamento-alvo, com base na análise de regressão (*within-subjects*), aumentou de $R^2 = 0,28$ para $R^2 = 0,38$. A diferença média dos coeficientes de correlações múltiplas entre os dois modelos para o Comportamento-alvo foi 0,16, com um desvio-padrão de 0,17.

Em contraste com a predição das Intenções Comportamentais, a Percepção de Controle Comportamental contribuiu predominantemente para a predição do Comportamento-alvo quando o comportamento foi percebido de baixo controle. O aumento em R^2 , para o comportamento de mais baixo controle, Conseguir uma boa noite de sono, foi de 0,13, para a TAR, a 0,41, para a TAP. Quando o comportamento foi percebido como sendo de mais alto controle, Tomar suplemento vitamínico, não houve virtualmente nenhuma mudança na variância explicada entre os dois modelos, R^2 (0,58 a 0,59).

No tocante à análise de trajetória, o único aumento conseqüente na variância explicada do Comportamento-alvo foi no grupo de baixa percepção de controle comportamental, o qual apresentou $R^2 = 0,18$ em relação à TAR e $R^2 = 0,32$ em relação à TAP. Os autores concluíram

que, quanto mais o indivíduo percebe que pode controlar facilmente a situação, maior é a predição do Comportamento-alvo.

Apesar de esses exemplos considerarem comportamentos diferentes do estudado na presente pesquisa (intenção de pagamento de crédito, inédito para o ambiente rural) eles servem como base de referência ou de exemplo de aplicação para se compreender como a TAP pode ser operacionalizada.

(3) Como último exemplo de pesquisa aplicada nesse campo, Terry e O'Leary (1995) examinaram a contribuição da Percepção de Controle Comportamental e da Auto-eficácia na predição da Intenção comportamental e do Comportamento real. O Comportamento-alvo foi o de se engajar em exercícios físicos pelo menos por 20min, três ou mais vezes por semana, durante quinze dias. Esse comportamento foi considerado apropriado para esta pesquisa, uma vez que, aderir a uma programação regular de exercícios físicos é um comportamento que não está completamente sob o controle volitivo da pessoa (ex.: esforços podem ser impedidos por tempo ruim, falta de transporte etc.); explicação baseada no fato de Madden et al. (1992) ter observado, em uma série de diferentes atividades, que o engajamento regular em exercícios físicos foi avaliado por respondentes como sendo de baixo nível de controle comportamental.

Essa explicação, justificando o uso da TAP, também remete ao presente objeto de estudo, pois o comportamento de pagar em dia o Pronaf nem sempre depende estritamente da vontade do beneficiário, mas também de outros fatores que podem ser tanto de ordem interna quanto externa. Sua predição é estratégica para a sobrevivência/funcionamento do referido programa.

Retornando à análise, Terry e O'Leary (1995) fizeram as seguintes medições:

No que se refere à medida direta da Atitude perante o comportamento de fazer exercícios físicos pelo menos por 20min, três vezes por semana, na próxima quinzena, os autores empregaram cinco itens numa escala no formato de diferencial semântico (pares de adjetivos incluindo *bom-ruim; agradável-desagradável*). Dois dos itens tinham o escore invertido.

A medição das crenças básicas da Atitude foi realizada somando-se os produtos dos escores da medição das crenças comportamentais pela de suas respectivas avaliações. Em relação às crenças comportamentais, os respondentes indicaram a probabilidade de 12 diferentes resultados serem gerados em consequência dos exercícios de pelo menos 20min, três vezes por semana, da quinzena seguinte. A escala compreendeu seis tipos de custos (ex., sensação de cansaço) e de seis benefícios (ex., melhoria da aparência física). Todos os itens foram avaliados com uma escala de sete pontos de $-3 = \textit{totalmente provável}$ a $+3 = \textit{totalmente}$

improvável. Para a avaliação dos resultados, solicitou-se aos respondentes que avaliassem cada um dos custos e dos benefícios na escala de -3 = *totalmente agradável* a +3 = *totalmente desagradável*.

Quanto à Norma Subjetiva, três itens foram usados para obter uma medida direta dessa variável, como por exemplo, Pessoas importantes pensam que eu (-3 = *não deveria* - +3 *deveria*) fazer exercícios físicos pelo menos por 20min, três ou mais vezes por semana, durante uma quinzena.

A medição das crenças básicas da Norma Subjetiva foi realizada somando-se os produtos dos escores das crenças normativas pela motivação de concordar. As crenças normativas foram verificadas pedindo aos participantes que avaliassem a probabilidade de inclusão de outras crenças, como por exemplo: cinco referentes, incluindo pais, amigos, namorados(as) que os influenciam fazer exercícios físicos pelo menos por 20min, três vezes por semana, durante 15 dias (escalas de sete pontos: de -3 = *totalmente improvável* a +3 = *totalmente provável*), enquanto as motivações dos participantes para concordar com os referentes foram avaliadas perguntando-os: Qual a sua disposição/vontade para fazer o que cada um dos referentes recomenda (escala de sete pontos: de -3 = *nenhuma* a +3 *totalmente disposto*).

A Percepção de Controle foi medida por meio de quatro itens e a Auto-eficácia por três itens. Três dos setes foram baseados nos itens típicos da TAP, ex.: Quanto de controle você tem sobre fazer exercícios físicos pelo menos por 20min, três vezes por semana, durante quinze dias? (1 = *nenhum controle* - 7 = *controle total*) e Eu sinto ter controle total para fazer exercícios físicos pelo menos por 20min, três vezes por semana, durante quinze dias (1 = *totalmente falso* - 7 = *totalmente verdadeiro*). Um dos itens teve escore invertido. Três dos itens de Auto-eficácia, um com escore invertido, incluem: Para eu fazer exercícios físicos pelo menos por 20min, três vezes por semana, durante quinze dias será: 1 = *muito fácil* - 7 = *muito difícil* e Se eu quisesse, para mim, seria fácil fazer exercícios físicos pelo menos por 20min, três vezes por semana, durante quinze dias (1 = *discordo totalmente* - 7 = *concordo totalmente*).

A variável Comportamento Passado, incluída no modelo, foi avaliada antes do primeiro questionário pelo item: Se você fez ou não exercícios físicos pelo menos por 20min, três vezes por semana, durante quinze dias, indicar: 1 = *não* e 2 = *sim*. Aproximadamente metade (54%) dos indivíduos engajou no comportamento de interesse durante a última quinzena.

A Intenção Comportamental foi avaliada por meio de 2 itens: (1) Eu: -3 = *não pretendo* - +3 = *pretendo* fazer exercícios físicos pelo menos por 20 min, 3 vezes por semana, durante

quinze dias e (2) Você pretende fazer exercícios físicos pelo menos por 20min, três vezes por semana, durante quinze dias? (-3 = *planejo definitivamente* - +3 = *não planejo definitivamente*). Um dos itens teve o escore invertido.

O Comportamento real foi medido em um segundo momento. Os participantes indicaram o quanto eles fizeram exercícios físicos pelo menos por 20 min, 3 vezes por semana, durante quinze dias. Os itens receberam escore de 1 se os participantes fizessem exercícios físicos pelo menos por 20min, três vezes por semana, durante uma quinzena (46% dos participantes) e um escore de zero se eles tivessem engajado no comportamento-alvo durante só uma das semanas, ou em nenhuma delas. As análises preliminares revelaram que o uso de escalas de três pontos para o comportamento estudado (ex., separando aqueles indivíduos que desempenharam um comportamento de pelo menos uma vez por semana daqueles que não desempenharam nenhum durante a semana) não alterou nenhum dos resultados.

Os referidos autores chamam a atenção para o fato de que as medidas de auto-relato de engajamento em exercícios físicos são susceptíveis de desvio de informações. Para apresentar os resultados aparentemente favoráveis, os indivíduos podem se sentir motivados a exagerar na resposta o quanto se engajaram recentemente em exercícios regulares. As pesquisas têm mostrado convergência entre o auto-relato e avaliações mais objetivas de recentes exercícios, sustentando assim a validade das medidas de auto-relatos de exercícios físicos. Não obstante, nessa pesquisa, os participantes tivessem sido solicitados a indicar especificamente os tipos de exercício que se engajaram durante a última quinzena. Essa estratégia foi planejada para minimizar a tendência de os sujeitos exagerar nas respostas, isto é, pontuar acima do real.

Essas observações finais, relacionadas ao efeito da desejabilidade social, vão ao encontro das preocupações da presente pesquisa, em que foram utilizadas escalas de satisfação para avaliar o Pronaf e de outras escalas de medição do comportamento de pagar em dia o crédito. Visando minimizar respostas exageradas, algumas estratégias foram empregadas durante as entrevistas, tais como: inicialmente, durante a apresentação do entrevistador, foi deixado claro que ele não pertencia ao referido programa e, que apenas buscava informações para melhorar o seu funcionamento; o entrevistado foi sensibilizado quanto à importância de respostas o mais real possível, tendo sido alertado, inclusive, a não confundir o efeito de qualquer outro programa social de que porventura se beneficiasse com o efeito do Pronaf. Foi esclarecido também que ele tinha total liberdade para participar ou não da entrevista.

Um conjunto preliminar de análises de regressão (predição das Intenções Comportamentais e Comportamento real) foi conduzido para verificar a necessidade de examinar os dados separadamente entre os grupos de homens e mulheres. O controle do efeito de gênero não alterou quaisquer dos resultados analisados. Verificou-se por meio da TAP que as crenças subjacentes e as medidas diretas da atitude ($r = 0,50$; $p < 0,01$) e a Norma Subjetiva ($r = 0,46$; $p < 0,01$) foram significativamente correlacionadas. Outra análise de regressão foi executada para verificar se as variáveis crenças subjacentes sobre as Intenções Comportamentais foram mediadas⁴ por variáveis medidas diretamente, conforme prevê a TAR e a TAP. Depois do controle dos efeitos das medidas diretas das Atitudes e Normas Subjetivas, a análise revelou que as medidas das crenças subjetivas correspondentes não explicaram qualquer variância adicional na intenção de praticar exercícios regularmente.

Análises subseqüentes foram conduzidas por meio de equações estruturais para testar as relações hipotetizadas entre as variáveis do estudo principal (Atitude, Norma Subjetiva, Percepção de Controle Comportamental, Auto-eficácia, Intenção Comportamental e Comportamento real). Os autores destacaram as razões desse procedimento: primeiro, porque ele permite testar simultaneamente os caminhos propostos nos modelos mediadores (TAR e TAP). Em contraste, o uso de procedimentos de regressão é mais lento, pois análises separadas necessitam ser desenvolvidas para testar cada estágio do modelo. A segunda razão, por ser considerado um procedimento favorito entre as formas tradicionais de análises, uma vez que ele corrige o efeito potencial influenciado do erro de medida. Em vez de estimar os caminhos entre as variáveis medidas, esse procedimento usa variáveis latentes, as quais estão livres de erro de medida. Tal procedimento só é possível quando indicadores de variáveis múltiplas são obtidos. Nesta pesquisa, excetuando o comportamento real, as demais variáveis encaixam-se nessa condição.

As análises foram conduzidas em três estágios:

No primeiro, utilizaram a análise fatorial confirmatória para examinar a adequação do modelo medido. Esse procedimento teve como finalidade verificar até que ponto as variáveis observadas se relacionaram com os construtos latentes subjacentes. A análise de um modelo *a priori* revelou que o ajuste do modelo ($\chi^2(122) = 198,68$, $p < 0,001$) foi substancialmente melhor que o modelo nulo, no qual todos os caminhos são assumidos como iguais a zero.

⁴ Segundo Abbad e Torres (2002), o conceito de mediação implica a suposição de relacionamentos causais entre as variáveis envolvidas. Uma variável mediadora é aquela que, ao estar presente na equação de regressão, reduz a magnitude da relação entre uma variável antecedente e uma dependente ou critério. Os autores citam um exemplo com três variáveis hipotéticas A, B e C, sendo B a mediadora do relacionamento de A com C ($A \rightarrow B \rightarrow C$). A relação entre as variáveis A e C ficará enfraquecida na presença da B. No caso de uma variável mediadora pura, o relacionamento entre A e C deixa de existir na presença da variável B.

Os coeficientes padronizados relativos à carga fatorial do modelo revisado foram moderadamente altos (carga fatorial padronizada média = 0,77). Cada medida apresentou um nível satisfatório de confiabilidade, avaliada por meio dos coeficientes alfa de Cronbach).

No que se refere às correlações entre as variáveis usadas nas análises, esses autores verificaram que a multicolinearidade entre as variáveis preditoras não foi considerada uma ameaça à estabilidade da análise. Não obstante, a correlação entre as medidas da Atitude e a Auto-eficácia foi moderadamente alta. Cálculos por meio do Qui-quadrado permitiram confirmar a validade discriminante dessas duas medidas, dado que a medição do modelo, incorporando medidas separadas das duas variáveis, ajustou-se melhor aos dados que o modelo incorporando uma variável unidimensional. Verificaram também que a Auto-eficácia foi correlacionada de forma relativamente alta com a Intenção comportamental.

No segundo estágio, testaram o modelo estrutural. Nessa análise, o ajuste da TAP revisada (incorporando medições separadas da Percepção de Controle Comportamental e da Auto-eficácia) foi avaliado. O modelo proposto apresentou adequado ajuste dos dados. Para avaliar a validade do modelo, verificaram a significância de alguns indicadores de qualidade de ajuste como a estatística Qui-quadrado, o Índice de Ajuste Não-Normado (*NNFI*) e o Índice de Ajuste Comparativo (*CFI*). Esses indicadores variam de 0 a 1, e refletem até que ponto o modelo proposto, em comparação com o modelo nulo, prevê um bom ajuste dos dados. Para indicar um bom ajuste do modelo, esses índices deveriam exceder a 0,90.

No que se refere à adequação do modelo estrutural proposto, Terry e O'Leary (1995) verificaram que a estatística Qui-quadrado para o modelo nulo foi significativamente maior que o Qui-quadrado obtido para o modelo proposto, indicando que houve relação entre as variáveis latentes. O modelo proposto foi considerado bom preditor para o ajuste dos dados. Ambos *NNFI* e *CFI* excederam a 0,90.

O modelo que continha ligação direta entre Atitude e Comportamento ajustou melhor aos dados que o modelo original, embora a melhoria dos índices de ajuste não tenha sido grande. Os coeficientes estruturais padronizados (*standardized path coefficients*) para o modelo final, incorporando a ligação direta entre Atitude-Comportamento, foram significativos, à exceção dos caminhos hipotetizados entre Norma Subjetiva e Intenção Comportamental e entre a percepção de Controle Comportamental e a Intenção Comportamental. A Intenção de fazer exercícios físicos regularmente não foi influenciada até certo ponto pela pressão normativa ou até certo ponto pela percepção de fatores externos que fogem ao controle deles e que interferem no desempenho do comportamento.

Análise de dados na qual foram usadas as escalas combinadas de Auto-eficácia/Percepção de Controle Comportamental falharam em apresentar índices de ajuste satisfatórios ($\chi^2(97) = 252,59, p < 0,001$; $NNFI = 0,81$; $CFI = 0,84$). Além disso, segundo Terry e O’Leary (1995) a inspeção dos parâmetros estimados sugeriu que os resultados da análise poderiam estar enviesados, ou serem enganosos, uma vez que a combinação a Percepção de Controle Comportamental influenciou apenas o Comportamento e não a Intenção Comportamental.

Os resultados, portanto, confirmam o ponto de vista de que as medidas separadas da Auto-eficácia e da Percepção de Controle Comportamental deveriam ser empregadas na TAP.

Na terceira fase das análises, foi utilizada a comparação dos grupos múltiplos (*multiple group comparisons/analyses*) para determinar se a Percepção de Controle Comportamental ou a Auto-eficácia moderou⁵ algum dos efeitos dos componentes da TAP sobre a Intenção ou sobre o Comportamento. Para desenvolver essa análise, os escores dos participantes foram divididos em subgrupos de alto e de baixo escores de Percepção de Controle Comportamental e de Auto-eficácia. Foram considerados sujeitos de alto escore, em relação às duas variáveis, aqueles que tiveram escore médio do item acima de 5 na variável considerada. Para a Auto-eficácia não houve evidência de efeito moderador. O ajuste do modelo não controlado/*unconstrained* (em que os estimadores de caminho ficaram livres para variar por meio dos níveis altos e baixos da Auto-eficácia) e o modelo controlado/*constrained* não diferiram significativamente ($\chi^2_{diff}(3) = 3,74, n.s.$).

Para a Percepção de Controle Comportamental, houve alguma evidência de efeito moderador. O modelo controlado dos caminhos entre a Atitude e a Intenção, Norma Subjetiva e Intenção e Intenção e Comportamento para ser igual nos dois subgrupos revelou um ajuste significativamente pior dos dados que o modelo não controlado ($\chi^2_{diff}(3) = 9,98, p < 0,02$). Verificações dos índices de modificação univariados revelaram que a força da relação entre a Intenção e o Comportamento diferiu em dois grupos ($\chi^2(1) = 5,16, p < 0,05$). Os parâmetros estimados para o caminho ligando Intenção ao Comportamento real foram 0,18 e 0,65 para os

⁵ Segundo Abbad e Torres (2002), o conceito de moderação implica influência entre as variáveis e não suposição de causalidade, como no caso da mediação. Para testar a moderação, deve-se observar a interação entre A e B. Para tal, procura-se verificar se A é um bom preditor de C. Em caso positivo, observar se A e B predizem C, e se a interação A e B, calculada por meio do produto A x B, também prediz C. Caso a interação seja preditora estatisticamente significativa de C, diz-se que B é uma variável moderadora. A existência de interação entre A e B só é indicador de moderação quando, adicionada à equação, é preditora da variável critério. Logo, na moderação, o relacionamento entre A e C depende do valor assumido pela variável B. Vale salientar que, no caso da mediação, a relação entre A e C fica enfraquecida com a entrada de B na equação. No caso do moderador, além da interação A x B tornar-se um preditor significativo, a relação entre A e C poderá aumentar ou diminuir, dependendo do valor de B.

grupos de baixa e alta Percepção de Controle Comportamental respectivamente. Esses resultados indicam que os sujeitos que perceberam altos níveis de controle comportamental foram os que mais se portaram de acordo com suas Intenções que aqueles com baixo nível de controle comportamental.

Em relação à escala combinada da Percepção de controle Comportamental e Auto-eficácia, as análises de grupo múltiplo não revelaram evidência de efeito moderador. O modelo controlado, pertinente aos caminhos entre Atitude e Norma Subjetiva e Intenção, e entre Intenção e Comportamento, é igualmente ajustado aos dados como o modelo não controlado/constrangido ($\chi^2_{diff}(3) < 1$, n.s.).

Por fim, uma análise de regressão hierárquica foi empregada para verificar o efeito do comportamento passado. Em outras palavras, os efeitos observados da Percepção de Controle Comportamental e da Auto-eficácia sobre a Intenção e sobre o Comportamento foram simplesmente um reflexo do sucesso de desempenho do comportamento passado. Depois de controlados os efeitos do comportamento passado, os efeitos da Percepção de Controle Comportamental e da Auto-eficácia foram os mesmos observados na análise de equação estrutural (efeito positivo da Auto-eficácia sobre a Intenção Comportamental, e efeito positivo da Percepção de Controle Comportamental sobre o Comportamento real).

Com base nesses três exemplos, pode-se verificar o potencial de aplicação da TAP para a compreensão de fatores que determinam comportamentos específicos, de categorias ou objetivos comportamentais, como foi o caso dos diferentes tipos até aqui apresentados e discutidos. Outros comportamentos também de grande importância social, como é o caso da ação de Pagar em dia o Pronaf, poderiam ter sido incluídos no contexto dessa teoria, principalmente, pelo fato de ser um comportamento que nem sempre depende da vontade do cliente (volitivo), mas do controle que ele possui para pagar o crédito.

O princípio que rege as teorias aqui discutidas (TAR e TAP) atende a vários critérios de utilização neste estudo em específico, tais como: (1) São teorias focadas na determinação da intenção comportamental e do comportamento social problemático; (2) Apresentam um espectro de aplicação, já testado e indicado, em diferentes áreas da ciência; (3) São teorias parcimoniosas; (4) Ambas não consideram variáveis relacionadas a fatores de personalidade, o que facilita e viabiliza sua aplicação em trabalhos de gestão de políticas públicas e, por fim, (5) Atendem tanto às análises de comportamentos volitivos, que dependem da vontade da pessoa, como também daqueles suscetíveis de serem controlados (oportunidade e recursos financeiros), conforme discussão a seguir.

É importante observar, nessa curta revisão, como os autores testam o modelo de predição, como eles cercam cada variável que o compõe, como por exemplo, o número e tipo de questões que cada variável é investigada, enfim, como os autores operacionalizam pesquisas nesse campo de trabalho. Além disso, ficam claramente visíveis os procedimentos e as análises mais empregados nesse tipo de pesquisa.

Considerando que o pagar o crédito é um comportamento específico e estratégico para o funcionamento do Pronaf, este será estudado como uma parte da avaliação do programa, tendo como modelo a Teoria da Ação Planejada. Nesse primeiro ensaio, esse comportamento será estudado na forma da intenção comportamental, uma vez que o desenvolvimento de um modelo de avaliação do Pronaf, bem como seus respectivos indicadores, ainda necessita ser confirmados. A verificação da intenção de pagamento do crédito, entre as Mesorregiões selecionadas, é um dos itens de interesse a ser investigado.

Pretende-se, com esses três capítulos, sendo o primeiro referente à base conceitual de políticas públicas e informações sobre o Pronaf e seu funcionamento, o segundo o marco teórico a respeito da avaliação de programas sociais e o terceiro, o aporte teórico da Teoria da Ação Planejada de Ajzen (1991), obter a base teórica capaz de orientar as atividades, auxiliar na explicação dos dados encontrados e, conseqüentemente, facilitar o alcance dos objetivos da presente pesquisa, ajudando na elaboração de sugestões para novas pesquisas e novos rumos para o Pronaf. Nesse sentido, segue-se a apresentação dos objetivos e hipóteses, juntamente com os procedimentos metodológicos.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Avaliar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com base no ponto de vista dos beneficiários A e B (Assentados e Agricultores familiares de menor nível de renda respectivamente) e na intenção de pagamento do crédito, tomando como referencial de análise, respectivamente, um modelo hipotetizado de avaliação do Pronaf e a Teoria da Ação Planejada (TAP).

Objetivos Específicos

- Traçar o perfil (biodemográfico e creditício) dos entrevistados dos Grupos A e B.
- Verificar a eficiência das operações/processos de implementação do Pronaf A e B no Estado da Paraíba.
- Analisar as diferenças entre as variáveis Grupos (A e B) vs. Mesorregiões (Agreste e Sertão Paraibano).
- Verificar a intenção de pagamento do crédito referente às variáveis Grupos (A e B) vs. Mesorregiões (Sertão e Agreste Paraibano).
- Desenvolver e verificar a adequação de um modelo de avaliação do Pronaf A e B.
- Identificar qual dos três componentes (atitudinal, normativo ou perceptivo) melhor prediz a intenção de pagamento do Pronaf A e B, tomando como base os preceitos da Teoria da Ação Planejada (TAP).

HIPÓTESES

As hipóteses centrais que nortearam o presente estudo, no âmbito do modelo de avaliação do Pronaf e da Teoria da Ação Planejada, referem-se a:

1. O modelo de avaliação do Pronaf compreende de uma estrutura composta de três fatores: Implantação, Produto e Resultado.
2. As *Crenças comportamentais* são variáveis preditoras da *Intenção de pagamento do Pronaf*.
3. A *Atitude* é uma variável preditora da *Intenção de pagamento do Pronaf*.
4. As *Crenças normativas* são variáveis preditoras da *Intenção de pagamento do Pronaf*.
5. A *Norma subjetiva* é uma variável preditora da *Intenção de pagamento do Pronaf*.
6. As *Crenças de controle* são variáveis preditoras da *Intenção de pagamento do Pronaf*.
7. A *Percepção de controle* é uma variável preditora da *Intenção de pagamento do Pronaf*.

APORTE METODOLÓGICO

Dada a complexidade do objeto de estudo e a falta de trabalhos empíricos referenciais na literatura científica, adotou-se uma metodologia baseada no princípio de se identificar inicialmente crenças e informações dos beneficiários a respeito do funcionamento do Pronaf (Estudo Preliminar) e de medi-las posteriormente (Estudo Principal), conforme Figura 05.



Figura 05. Representação gráfica do percurso metodológico.

Dessa forma pode-se dizer que o Estudo Preliminar se articula com o Estudo Principal em uma relação de orientação e complementaridade. Enquanto no primeiro momento as crenças levantadas auxiliaram na definição, ainda que incipiente, do funcionamento do Pronaf, no segundo o programa foi avaliado com base na opinião dos beneficiários.

No que se refere ao Estudo Preliminar, pode-se dizer que este foi mais que um estudo-piloto devido ao seu caráter exploratório. Teve como característica central a análise qualitativa dos dados e seu desenvolvimento se deu por meio dois estágios:

(1) o primeiro, visou mapear as operações e os processos de funcionamento do programa. Envolveu trabalhos de levantamento de dados provenientes de pesquisa documental sobre o Pronaf e de informações dos responsáveis pela implementação do

programa. Este estágio foi fonte orientadora para a elaboração da entrevista aberta a ser aplicada durante o estágio II deste estudo;

(2) o segundo estágio teve por finalidade obter informações, levantar e categorizar as crenças dos beneficiários quanto ao funcionamento do Pronaf. Incluiu também a elaboração do instrumento que foi aplicado na forma de entrevista aberta. Para isso, foram utilizados procedimentos de análise qualitativa, especificamente a técnica da análise de conteúdo (Bardin, 2004), para o levantamento, categorização e descrição das informações.

Em relação ao Estudo Principal, foi empregada a análise quantitativa de dados como procedimento central e, também, foi composto de dois estágios:

(1) o primeiro foi utilizado para medir as crenças identificadas no estudo anterior. Para isso, foram elaborados dois instrumentos, um para a avaliação do Pronaf, com base em um modelo hipotetizado (Figura 12) e outro, para a análise da intenção de pagamento do crédito, tomando-se como referência o modelo teórico de Ajzen (1991), conforme Figura 04. Foram utilizados procedimentos da análise quantitativa, com recursos estatísticos para a análise uni, bi e multivariada de dados;

(2) o segundo estágio refere-se à fase final do trabalho de avaliação, na qual se chegou a uma conclusão sobre o programa, isto é, sobre seus processos de funcionamento, alcance de seus objetivos, recomendações para os seus gestores, limitações e sugestões para trabalhos futuros.

Sem perder de vista, ainda, o contexto metodológico, a seguir são apresentadas informações a respeito do método utilizado para ambos os estudos, o preliminar e o principal.

ESTUDO PRELIMINAR

MÉTODO

Delineamento

O planejamento da pesquisa foi correlacional, com amostragem não probabilística, considerando as quatro Mesorregiões da Paraíba: Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano (IBGE, 2001b). Procurou-se equilibrar o número de participantes conforme sua origem: se assentados ou agricultores familiares.

Participantes

Fizeram parte do estudo 53 beneficiários do Pronaf (Grupo A, n = 27 e Grupo B, n = 26), sendo selecionados preferencialmente os mais antigos, para garantir em quantidade e qualidade, as informações mais estratégicas.

Em relação aos Assentados do Grupo A, 85% foram do sexo masculino e 15% do sexo feminino; com idades variando entre 25 e 80 anos ($M=46$, $DP=12,6$); 48% analfabetos, 44% com 1º grau incompleto, 4% com 2º grau incompleto e 4% com o curso de técnico agrícola.

Em relação aos agricultores familiares do Grupo B, 73% foram do sexo masculino e 27% do sexo feminino; com idades variando entre 20 e 67 anos ($M=42$, $DP=12,1$); 27% analfabetos, 61% com 1º grau incompleto e 12% com 2º grau incompleto.

Instrumento

Foi elaborado um instrumento constituído de 20 perguntas abertas (Anexo I).

As 15 primeiras questões, relacionadas à avaliação do Pronaf, constam de perguntas tais como: (1) O que é o Pronaf? (2) Quais as coisas boas que o(a) Sr.(a) acha que o Pronaf tem? (3) O(a) Sr.(a) acha que ele tem alguma coisa ruim? Exemplifique. (4) Quantas vezes o(a) Sr.(a) já conseguiu recursos pelo Pronaf? (5) O(a) Sr.(a) se lembra de quando foram liberados os recursos do banco?

As cinco últimas questões, pertinentes à intenção de pagamento de crédito, foram: (16) Apesar de todas as dificuldades que o(a) Sr.(a) tem enfrentado, que saída o(a) Sr(a) tem encontrado para pagar o Pronaf? (17) Na sua opinião, o que o(a) Sr.(a) ganha pagando em dia o Pronaf? (18) O que o(a) Sr.(a) perde pagando em dia o Pronaf? (19) Quem o(a) Sr.(a) conhece, que acha que o(a) Sr.(a) deve pagar o Pronaf? (20) Quem o(a) Sr.(a) conhece, que acha que o Sr. não deve pagar o Pronaf?

Além destas, também constaram questões biodemográficas.

Inicialmente, em uma aplicação piloto, foi submetido a oito entrevistados beneficiários do Pronaf A e B, em dois municípios, para verificar sua adequação semântica, isto é, se as perguntas estavam claras e entendíveis. Uma vez dirimidas as dificuldades e corrigido o instrumento, teve início a fase de aplicação definitiva das entrevistas.

Procedimentos

Considerando que grande parte dos respondentes era composta de pessoas analfabetas funcionais, o instrumento foi aplicado individualmente, na forma de entrevista aberta, em assentamentos e comunidades de agricultores familiares de baixa renda. Além disso, enfatiza-se que se optou por fazer a coleta dos dados nas quatro Mesorregiões da Paraíba, não só por questões de diferenças edafoclimáticas, mas também pela possibilidade da existência de diferentes tipos de crenças em relação ao objeto de estudo.

Uma vez identificados e localizados os grupos de interesse em oito Municípios das quatro Mesorregiões da Paraíba, seguiu-se à fase de aplicação do instrumento pelo pesquisador responsável. As respostas foram anotadas diretamente no formulário de aplicação.

Análise das respostas

A análise das respostas foi realizada por meio de um conjunto de técnicas denominado análise de conteúdo, conforme modelo de Bardin (2004). As crenças identificadas e apresentadas a seguir constituíram base, tanto para a construção do instrumento de avaliação do Pronaf (Instrumento I) quanto para a elaboração do instrumento de análise da intenção de pagamento do crédito (Instrumento II), objetos do estudo seguinte, o principal.

Crenças relacionadas à avaliação do Pronaf

As informações mais relevantes foram identificadas e selecionadas com base nas respostas dadas ao instrumento aplicado durante o Estudo Preliminar. Para selecionar as crenças modais salientes relacionadas à avaliação do Pronaf, foi adotado o critério da frequência mínima, cujo valor fosse igual ou maior que um percentual superior a 75% do total das crenças eliciadas, isto é, escolher as crenças e as informações com frequência maior que 5.

Os dados foram organizados da seguinte forma:

- Listagem de todas as crenças relacionadas à: orientação técnica, emprego do crédito, influência de fatores edafoclimáticos, impacto do programa e avaliação geral de desempenho emitidos pela amostra;

- Organização das respostas em categorias similares;
- Contagem da frequência com que cada informação foi eliciada para cada temática.

As Tabelas 02, 03, 04, 05 e 06 referem-se às crenças modais salientes relacionadas às categorias e subcategorias (secundárias) da avaliação do Pronaf, geradas da análise de conteúdo das respostas do instrumento apresentado no Anexo I.

Tabela 02. Categoria, subcategorias, frequência e percentual das Unidades de Contexto Elementar referentes à assistência técnica

Categoria	Subcategorias¹	f	%
Assistência técnica	Relacionada à informação dos Técnicos da Extensão Rural (acerto, erro e omissão)	47	40
	Relacionada à presença ou à ausência dos técnicos no campo	31	26
	Relacionada à não-utilização da assistência técnica	25	22
	Relacionada às intervenções dos Técnicos do Banco	14	12
	Total de crenças modais salientes emitidas ²	117	100
	Total de crenças emitidas	117	-

¹ Obtidas, principalmente, em resposta às questões: “O(a) Sr.(a) está recebendo assistência técnica?, Quem está lhe dando assistência técnica?, O que mudou para o(a) Sr.(a) depois que começou a receber assistência técnica? e Por que o(a) Sr.(a) não está recebendo assistência técnica?” (n=53).

² Corresponde a 100% do total das crenças e informações enunciadas.

Tabela 03. Categoria, subcategorias, frequência e percentual das Unidades de Contexto Elementar referentes ao emprego do crédito

Categoria	Subcategorias¹	f	%
Emprego do crédito	Para a aquisição e criação de animais	120	47,05
	Para construção de cerca e cacimbão	28	10,98
	Para a aquisição de máquinas e equipamentos	27	10,58
	Para a formação de pastagem/capineira	24	9,42
	Para o plantio de fruteiras	8	3,14
	Para a construção de abrigo de animais	5	1,96
	Para a o plantio de culturas anuais	38	14,91
	Outras crenças idiossincráticas com frequência abaixo de 5	5	1,96
	Total de crenças modais salientes emitidas ²	250	100
	Total de crenças emitidas	255	

¹ Obtidas, especialmente, em resposta à questão: “Em que o(a) Sr.(a) empregou o dinheiro?” (n=53).

² Corresponde a 100% do total das crenças e informações enunciadas.

Tabela 04. Categoria, subcategorias, frequência e percentual das Unidades de Contexto Elementar referentes à influência de fatores edafoclimáticos

Categoria	Subcategorias¹	f	%
Influência de fatores edafoclimáticos	Sobre o setor de produção agrícola (positiva e negativa)	21	84
	Sobre a infra-estrutura de produção	4	16
	Total de crenças modais salientes emitidas ²	25	100
	Total de crenças emitidas	25	

¹ Obtidas, fundamentalmente, em resposta às questões: “Quais as coisas boas que o(a) Sr.(a) acha que o Pronaf tem?, O(a) Sr.(a) acha que ele tem alguma coisa ruim?” (n=53).

² Corresponde a 100% do total das crenças e informações enunciadas.

Tabela 05. Categoria, subcategorias, frequência e percentual das Unidades de Contexto Elementar referentes ao impacto do programa

Categoria	Subcategorias¹	f	%
Impacto do programa	Na alimentação	55	34
	No sistema de produção (impacto positivo e negativo)	37	23
	Na renda	27	17
	Na ocupação profissional	17	11
	No sistema financeiro	13	8
	Na moradia	6	4
	Outras crenças idiossincráticas com frequência abaixo de 06	5	3
	Total de crenças modais salientes emitidas ²	155	100
Total de crenças emitidas	160		

¹ Obtidas, principalmente, em resposta às questões: “Quais as vantagens desse dinheiro?, Se não fosse esse dinheiro como estaria sua vida hoje?” (n=53).

² Corresponde a 100% do total das crenças e informações enunciadas.

Tabela 06. Categoria, subcategorias, frequência e percentual das Unidades de Contexto Elementar referentes à avaliação geral de desempenho

Categoria	Subcategorias¹	f	%
Avaliação geral de desempenho	Maravilha, coisa boa, progresso para o produtor	88	71
	Ruim em relação à gestão do processo de implantação do Pronaf	36	29
	Total de crenças modais salientes emitidas ²	124	100
	Total de crenças emitidas	124	

¹ Obtidos, principalmente, em resposta às questões: “Quais as coisas boas que o(a) Sr.(a) acha que o Pronaf tem?, O(a) Sr.(a) acha que ele tem alguma coisa ruim?” (n=53).

² Corresponde a 100% do total das crenças e informações enunciadas.

Crenças relacionadas à análise da intenção de pagamento do crédito

Para selecionar as crenças e os referentes modais salientes relacionados à intenção comportamental, foi adotado também, o critério da frequência mínima cujo valor fosse igual ou maior que um percentual superior a 75% do total das crenças eliciadas.

Os dados foram organizados e analisados por meio da análise de conteúdo, conforme modelo de Bardin (2004), da seguinte forma:

- Listagem de todas as crenças e referentes emitidos pela amostra;
- Recorte das unidades de contexto elementar (UCEs);

- Agrupamento das UCEs de significado semelhante;
- Organização das UCEs de significado semelhantes em categorias, subcategorias, unidades temáticas;
- Contagem da frequência por subcategoria em que cada crença comportamental, de controle e referente foi eliciada para cada comportamento.

As Tabelas 07, 08 e 09 relacionam-se às crenças comportamentais, normativas e de controle, resultantes da análise de conteúdo do instrumento disponibilizado no Anexo I.

Tabela 07. Crenças comportamentais modais salientes relativas ao pagamento de crédito

Item	Crenças comportamentais modais salientes ¹	f	%
1	Por ter direito a obter mais crédito, empréstimo	50	38,46
2	Por ter abatimento, desconto, rebate	36	27,69
3	Por conseguir confiança, apoio do governo	15	11,54
4	Por ficar com o nome limpo	9	6,92
5	Por se sentir realizado, com dever cumprido	5	3,85
6	Outras crenças idiossincráticas com frequência abaixo de 5	15	11,54
Total de crenças modais salientes emitidas ²		115	100
Total de crenças emitidas		130	

¹ Obtidas em resposta à questão: “Na sua opinião, o que o(a) Sr.(a) ganha pagando em dia o Pronaf/quais as vantagens?” (n=53).

² Corresponde a 88% do total das crenças enunciadas.

Tabela 08. Crenças normativas modais salientes relativas ao pagamento de crédito

Item	Referentes modais salientes ¹	f	%
1	Família	48	28,57
2	Banco	28	16,66
3	Assentado	21	12,50
4	Agricultor	13	7,74
5	Emater	13	7,74
6	Associação	11	6,55
7	Outras crenças idiossincráticas com frequência abaixo de 5	34	20,24
Total de crenças modais salientes emitidas ²		134	100
Total de crenças emitidas		168	

¹ Obtidas em resposta à questão: “Quem o(a) Sr.(a) conhece, que acha que o(a) Sr.(a) deve pagar o Pronaf?” (n=53).

² Corresponde a 80% do total das crenças enunciadas.

Tabela 09. Crenças de percepção de controle modais salientes relativas ao pagamento de crédito

Item	Crenças de controle modais salientes ¹	f	%
1	Produzir animais, como gado, bode, ovelha e seus produtos	92	55,76
2	Planejar, como por exemplo, juntar dinheiro	17	10,30
3	Ser uma pessoa atuante, esforçada, trabalhadora	15	9,09
4	Prestar serviços e fazer negócios não agrícolas	13	7,88
5	Produzir produtos agrícolas como arroz, feijão, milho, frutas	12	7,28
6	Outras crenças idiossincráticas com frequência abaixo de 5	16	9,69
Total de crenças modais salientes emitidas ²		149	100
Total de crenças emitidas		165	

¹ Obtidas em resposta à questão: “Apesar de todas as dificuldades que o(a) Sr.(a) tem enfrentado, que saída o(a) Sr(a) tem encontrado para pagar o Pronaf?” (n=53).

² Corresponde a 90% do total das crenças enunciadas.

Uma vez selecionadas as crenças modais salientes, relativas, tanto à avaliação do Pronaf, quanto à intenção de pagamento de crédito, considera-se finalizada essa etapa do processo de levantamento de crenças, o Estudo Preliminar. A seguir será exposto o Estudo Principal, determinante da Avaliação do Pronaf.

ESTUDO PRINCIPAL

MÉTODO

Delineamento

Utilizou-se um delineamento correlacional, com amostragem não probabilística, por quotas, considerando como variáveis antecedentes:

(1) Agricultor familiar do Grupo A (assentado), residente na região mais próxima ao litoral, equivalente à Mesorregião do Agreste Paraibano, segundo classificação do IBGE (2001b);

(2) Agricultor familiar do Grupo A, residente na região mais interiorana do Estado, equivalente à Mesorregião do Sertão Paraibano, segundo classificação do IBGE (2001b).

(3) Agricultor familiar do Grupo B (tradicional) residente em região mais próxima ao litoral, equivalente à Mesorregião Agreste Paraibano;

(4) Agricultor familiar do Grupo B residente na região mais interiorana do Estado, equivalente à Mesorregião Sertão Paraibano;

(5) A gestão do projeto/proposta, adequação do projeto/proposta, gestão da assistência técnica, gestão do crédito, adequação dos recursos liberados, adequação dos produtos aplicados, influência do clima na gestão dos recursos, consumo e venda de produtos, adequação do crédito, qualidade de vida, geração de emprego e renda, capacidade produtiva e fixação no campo, no que se refere às variáveis antecedentes no âmbito dos mesoprocessos institucionais/organizacionais (em relação ao modelo de avaliação do Pronaf);

(5) As crenças comportamentais, crenças normativas, crenças de controle, atitude, norma subjetiva e percepção de controle, relativas às variáveis antecedentes no âmbito dos microprocessos mentais/comportamentais (em relação ao modelo da Teoria da Ação Planejada);

(6) Além dessas, ainda se destacam as variáveis biodemográficas.

São consideradas as seguintes variáveis critério:

(1) Implantação do Pronaf; Produto da implantação; Resultado/impacto do Pronaf (em relação ao modelo de avaliação do Pronaf (Figura 12);

(2) Intenção de pagamento do crédito (com base no modelo da Teoria da Ação Planejada – Figura 04).

As duas quotas foram definidas de acordo com os seguintes critérios: uma delas refere-se aos assentamentos dos beneficiários do Grupo A e às comunidades de produtores do Grupo B que residem no mesmo município, localizados na região mais próxima ao litoral (Agreste

Paraibano). A outra é relativa aos assentamentos e às comunidades da região mais interiorana (Sertão Paraibano), excluindo os assentamentos e as comunidades das Mesorregiões Mata Paraibana e Borborema.

Com base nesses critérios, foram entrevistados 200 beneficiários por grupo, conforme recomendação de Tabachnick e Fidell (2001, p.659) e Hair et al. (2005, p.485), amostra considerada adequada tanto para o teste empírico dos modelos como para as análises de tomada de decisão (Tabela 10).

Tabela 10. Composição da amostra considerando os dois grupos de beneficiários

Amostra	Grupo A	Grupo B	Total
Agreste Paraibano	100	100	200
Sertão Paraibano	100	100	200
Total	200	200	400

Nota. Grupo A (Assentados) e Grupo B (Agricultores familiares).

Esse plano, por se tratar de uma amostragem não-probabilística, permite a testagem do modelo de avaliação do Pronaf, sem interferir na testagem do modelo hipotetizado. Adicionalmente, o Banco do Nordeste do Brasil não forneceu a relação dos participantes do programa alegando impedimento por se tratar de sigilo bancário, o que impossibilitou qualquer tipo de amostragem probabilística.

Participantes

Participaram do estudo 400 beneficiários do Pronaf, sendo 200 Assentados da Reforma Agrária do Grupo A e 200 Agricultores familiares do Grupo B, do Estado da Paraíba.

Em relação aos Assentados, 91% dos responsáveis pelo financiamento foram do sexo masculino e 9% do sexo feminino; com idades variando entre 23 e 70 anos ($M=46$, $DP=11,99$); 52,5% analfabetos, 43% com ensino fundamental incompleto, 76,5% com família de 1 a 7 filhos e 91,5% com propriedade de 6 a 20 ha.

Em relação aos Agricultores familiares, 58% dos responsáveis foram do sexo masculino e 42% do sexo feminino; com idades variando entre 20 e 84 anos ($M=44$, $DP=13,68$); 29,5% analfabetos, 56% com ensino fundamental incompleto, 90,5% com família de 0 a 7 filhos e 46% com propriedade de 0 a 1 ha.

A escolha desses dois grupos deveu-se às sugestões da Coordenação da Secretaria Executiva Estadual do Pronaf, em João Pessoa, em função das seguintes razões: o Grupo A é motivo de grande preocupação por pertencer ao complexo sistema da Reforma Agrária do

País. Trata-se de um grupo bastante articulado politicamente, organizado e com grande percentual de contratos renegociados. O Grupo B, por constituir grande contingente de beneficiários, por não ter experiência ou pouca vivência com operação de crédito, por não receber ou conseguir pouca assistência técnica e por ser um crédito de pouco controle.

Além desses aspectos, mais políticos, a seleção dos participantes teve como elementos definidores as seguintes razões técnicas:

- Em relação à avaliação do programa - o produtor, como beneficiário do Pronaf, é um avaliador *lato sensu*, menos preciso, pois, apesar de estar sob o impacto programa, sua visão circunscreve-se ao nível pessoal. O Técnico, que participa desse processo, é também um avaliador *lato sensu*, pois embora não esteja sob o impacto do programa, tem condições de avaliá-lo. Sua visão também se circunscreve ao pessoal, mas diferenciada em relação ao produtor. No entanto, o consultor ou analista interno ou externo, conforme conceituação de Cano (2004), é o único avaliador que tem condições de extrapolar a visão pessoal.

Assim sendo, o consultor torna-se o avaliador *stricto sensu* mais preciso, pois ele tem acesso e reúne as visões/informações de todos os participantes da pesquisa a respeito do programa. Com base nessa diferenciação conceitual, dois são os participantes com potencial para fornecer dados para a avaliação do Pronaf: o produtor e o técnico responsável pela sua implementação.

- Em relação à intenção de pagamento do crédito, a principal característica dessa variável comportamental é que ela só pode ser avaliada por aqueles que acessam o crédito. Nesse caso, o único participante com potencial é o beneficiário do programa.

Levando-se em conta esses dois aspectos, optou-se por selecionar somente o beneficiário do Pronaf para compor a amostra desta pesquisa.

Instrumento

Instrumento I (avaliação do Pronaf)

O instrumento I (Anexo II), elaborado com base nas crenças modais salientes e, em informações provenientes de outras fontes, identificadas no Estudo preliminar, foi utilizado para a medição das crenças relacionadas ao funcionamento e objetivos do Pronaf. Além disso, foram identificadas variáveis relacionadas aos dados biodemográficos.

Nesse sentido, constituíram objeto de medição os fatores: *Gestão do projeto/proposta; Adequação do projeto/proposta; Gestão da assistência técnica; Gestão do crédito; Adequação dos recursos liberados; Adequação dos produtos aplicados; Influência do clima na gestão dos recursos; Consumo e venda de produto; Adequação do crédito; Qualidade de*

vida; Geração de emprego e renda; Gestão do projeto/proposta; Capacidade produtiva e Fixação no campo. O instrumento também constou de dados biodemográficos.

O critério utilizado para medir as crenças/itens que compõem cada fator é o valor do escore dado na escala tipo *Likert*, variando de 1 (insatisfeito totalmente) a 7 (satisfeito totalmente), com o ponto médio igual a 4 e 0 para situações que não se aplicam. Com base nessa escala, foram realizadas medições por meio de 79 itens, tais como:

➤ *Gestão do projeto/proposta* – esse fator foi composto de sete itens com base em informações fornecidas por Técnicos da Extensão, Emater/João Pessoa, no que se refere ao roteiro de gestão dos projetos e propostas.

São exemplos de itens desse indicador:

1 - Antes da elaboração do projeto/proposta, o Técnico da extensão/Projetista discutiu/trocou idéias com o(a) Sr.(a) para fazer o projeto?

2 - Ainda, durante esse contato, o Técnico da extensão/Projetista orientou o(a) Sr.(a) em relação aos documentos necessários para acompanhar o projeto/proposta? (*DAP; carta de anuência, cópias de documentos pessoais, inclusive do comprovante de votação*)

Obs.: as informações entre parênteses e em itálico servem de lembrete para o entrevistador.

3 - Também, antes da elaboração do projeto/proposta, o Técnico da extensão/Projetista explicou o tipo de animal ou de máquina que deveria escolher para comprar?

Obs.: esse item é bastante apropriado para o Grupo A, uma vez que o projeto exige mais discussão/orientação sobre o que se pretende financiar. No entanto, uma proposta, apesar de ser muito simples, também pode gerar algum tipo de orientação.

➤ *Adequação dos produtos aplicados* - esse fator foi formado por oito itens, que estão relacionados ao aproveitamento, ao apoio do produto financiado.

Constituem exemplos de itens desse fator:

30 - Essas máquinas e equipamentos estão apoiando o(a) Sr.(a) em suas atividades?

31 - Essa estrutura está atendendo as necessidades de seus animais?

37 - Em relação ao atendimento dessa aquisição/ produção desse produto, o(a) Sr.(a) está: insatisfeito, ±, satisfeito?

➤ *Qualidade de vida* – esse indicador foi formado por sete itens elaborados com base nas informações apresentadas na Tabela 05.

Constituem exemplos de itens desse fator:

57 - Os investimentos do Pronaf melhoraram a vida do(a) Sr.(a) e sua família em relação a alimentação?

58 - Os investimentos do Pronaf melhoraram a vida do(a) Sr.(a) e de sua família em relação ao acesso d'água?

Instrumento II (intenção de pagamento do crédito)

O instrumento II (Anexo II), elaborado com base nas crenças modais salientes identificadas no Estudo preliminar, foi utilizado para a medição das crenças relacionadas à intenção de pagamento do crédito. Nesse sentido, constituíram-se objeto de medição: as atitudes, a norma subjetiva e a percepção de controle dos beneficiários do Pronaf A e B em relação ao comportamento de pagamento de crédito; suas avaliações no que se refere às conseqüências desse comportamento e a intensidade de suas crenças comportamentais, normativas e de controle.

O critério utilizado para medir as crenças que influenciam a intenção de pagamento do crédito é o valor do escore dado na escala tipo *Likert*, variando de 1 (insatisfeito totalmente) a 7 (satisfeito totalmente), com o ponto médio igual a 4. Com base nessa escala, foram realizadas medições por meio de 38 itens, tais como:

Medida direta da Atitude (At) - esse construto foi constituído por três escalas de diferencial semântico (ruim – bom, não serve - serve, contra – a favor), correspondendo aos itens:

80. *O(a) Sr.(a) acha que, dependendo da situação, pagar em dia o Pronaf é ruim, ±, bom?*

81. *Pagar em dia, dependendo da situação, não serve pra nada, tem serventia ±, serve pra alguma coisa?*

82. *Dependendo da situação, o(a) Sr.(a) é contra, ±, a favor de pagar em dia o Pronaf?*

➤ Avaliações das conseqüências – esse fator foi definido através de escalas bipolares do tipo “ruim – bom”.

Constitui exemplos de itens desse tipo de fator:

83. *Ter direito a outro crédito/empréstimo por ter pagado em dia o Pronaf, dependendo da situação, é: ruim, ±, bom?*

84. *Conseguir desconto por ter pagado em dia o Pronaf, dependendo da situação, é: ruim, ±, bom?*

➤ Força das Crenças Comportamentais – esse fator foi operacionalmente definido por meio de escalas avaliativas do tipo “improvável – provável”.

São exemplos de itens desse tipo de construto:

88. Se o(a) Sr.(a) pagar em dia o Pronaf, dependendo da situação, é improvável, ± garantido, provável, que o(a) Sr.(a) consegue outro empréstimo?

89. Dependendo da situação, é improvável, ± garantido, provável, que o(a) Sr.(a) vai ganhar abatimento?

Procedimentos

Os instrumentos foram aplicados, na forma de entrevista individual, em 48 localidades (Assentamentos e Comunidades de agricultores familiares de baixa renda) pertencentes à oito municípios da Paraíba, sendo quatro na Mesorregião do Agreste (Dona Inês, Alagoinha, Areia e Salgado de São Félix) e quatro no Sertão (Patos, Pombal, Jericó e Cajazeiras).

Para aumentar a precisão das respostas e minimizar o efeito da desejabilidade social, antes de se iniciar a entrevista propriamente dita, foram efetuados os seguintes procedimentos:

- (1) Apresentação do entrevistador;
- (2) Apresentação dos objetivos da pesquisa;
- (3) Detalhamento da forma de responder: cada item da escala foi reforçado, por exemplo, se o respondente dissesse que uma determinada situação ocorreu de forma satisfatória, restava saber se ele tinha ficado *pouco satisfeito, mais ou menos satisfeito*, pois ainda poderia ser melhor, ou *totalmente satisfeito*, o que é uma situação máxima, não havendo jeito de ser melhor;
- (4) Foco da entrevista: foi solicitado aos participantes que as respostas fossem dadas somente em função dos investimentos do Pronaf. Assim, o efeito de outros programas e benéficos não deveria ser considerado ou incluído nessa avaliação;
- (5) Aspectos éticos: considerando-se que a pesquisa envolve seres humanos, os participantes foram informados a respeito de seus procedimentos, do anonimato da sua colaboração, da não-existência de resposta errada ou certa, bem como da confidencialidade de suas respostas. Esclarece-se, ainda, que esse trabalho de investigação foi submetido à Comissão de Ética do CCS/UFPB e aprovado por unanimidade na 67^a Reunião Ordinária, protocolo n^o 298.

Depois da coleta dos dados, foi gerado um banco de dados, utilizando-se o pacote estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 11.5. Em seguida, foi realizada a análise dos dados (uni, bi e multivariada) com o mesmo pacote estatístico SPSS e com a utilização do AMOS 4.0 (*Analysis Moment Structures*).

Análise dos dados

Nesse estudo, o foco foi a análise quantitativa, com o predomínio de análises descritivas, seguidas das bivariadas e multivariadas: o coeficiente de correlação *r de Pearson* para conhecer o grau de relação dos construtos estudados; o teste *t* e a ANOVA fatorial para verificar a diferença entre os escores médios dos grupos estudados. Com a finalidade de identificar quais das variáveis antecedentes melhor explicam as variáveis critérios, foram empregadas as técnicas de regressão multivariada e de equação estrutural para testar o modelo teórico com o estimador Máxima Verossimilhança (*Maximum Likelihood, ML*). Para facilitar a compreensão dessa parte do método, as análises estatísticas serão descritas, a seguir, em duas etapas, de forma mais detalhada.

Quanto à primeira etapa da análise, no que diz respeito à conferência do banco de dados

(1) Inspeções para identificar erros de digitação e casos de *missing cases*. Em relação às variáveis observadas do banco de dados, foram geradas médias aritméticas para substituir os *missing cases*.

(2) Verificação da distribuição normal por meio do histograma com a curva normal.

(3) Identificação da existência de casos *Outliers* multivariados, por meio do método d^2 (distância de *Mahalanobis*). Pôde-se verificar, em todas essas análises, a não-ocorrência de *outliers* em percentual maior que 5% na amostra de indivíduos estudados.

(4) Observação das medidas de tendência central (média) e de dispersão (desvio-padrão), o afastamento/*Skewness* e achatamento/*Kurtosis* da curva normal, o limite inferior e superior e os valores relativos aos *quartis* e ao gráfico *boxplots*.

(5) Os dados foram submetidos a uma verificação de linearidade entre as variáveis antecedentes e critério, comprovando a sua existência. Confirmou-se a não-existência de multicolinearidade entre as variáveis antecedentes, pré-requisito para a execução de alguns procedimentos estatísticos.

Em relação à segunda etapa, a análise estatística dos dados

(1) Descrições dos dados biodemográficos, bem como análises relativas à eficiência das variáveis observadas que afetam o programa, para os Grupos A e B do Pronaf, por meio de estatísticas descritivas.

(2) Análise das diferenças entre as variáveis *Grupos (A e B) vs. Mesorregiões (Agreste e Sertão Paraibano)* em cada fase de implementação do Pronaf (*Implantação, Produto, Resultado*) por meio do teste *t*.

(3) Análise da influência das variáveis *Grupo de beneficiários A e B* e das *Mesorregiões do Sertão e do Agreste Paraibano* sobre a intenção de pagamento do crédito, utilizando-se da análise fatorial da variância (ANOVA fatorial).

(4) Verificação do ajuste do modelo proposto para a avaliação do Pronaf aos dados amostrais, mediante a utilização do método de equações estruturais. Os principais indicadores da qualidade de ajuste do modelo aos dados empíricos nas análises de equações estruturais estão resumidos a seguir:

Qui-quadrado (χ^2) - comprova a probabilidade do modelo se ajustar aos dados. Um valor do χ^2 estatisticamente significativo indica discrepâncias entre os dados e o modelo teórico que está sendo testado. É influenciado pelo tamanho da amostra e assume a multinormalidade do conjunto de variáveis.

Índice de Qualidade de Ajuste (*Goodness-of-Fit Index, GFI*) - é ponderado em função dos graus de liberdade do modelo com respeito ao número de variáveis consideradas. São recomendados valores de GFI superiores a 0,95 (Garson, 2003; Hu & Bentler, 1999). Essa estatística não é influenciada pelo tamanho da amostra dos participantes (Saris & Stronkhorst, 1984).

Qui-quadrado Normado ($\chi^2/g.l.$) - é considerada uma qualidade de ajuste subjetiva (Byrne, 2001). Um valor inferior a 5,00 pode ser interpretado como indicador da adequação do modelo teórico à descrição dos dados.

Raiz Quadrada Média Residual (*Root Mean Square Residual, RMR*) - baseia-se nos termos residuais⁶, sendo que um valor próximo a zero significa que o modelo se ajusta aos dados, indicando que todos esses erros de mensuração encontram-se mais perto desse valor. Considerar-se-á a *RMR* padronizada quando se obtém um valor em torno de 0,05 o qual é considerado uma prova da adequação do modelo (Saris & Stronkhorst, 1984).

Raiz Quadrada Média do Erro de Aproximação (*Root Mean Square Error of Approximation, RMSEA*) - em relação aos valores de *RMSEA*, recomendam-se valores próximos a 0,06 e 0,08, respectivamente (Hu & Bentler, 1999).

Índice de ajuste comparativo (*Comparative fit index, CFI*) - indicam-se valores em torno de 0,95 (Hu & Bentler, 1999).

(5) Identificação de qual das variáveis antecedentes (*Crença Comportamental, Atitude, Crença Normativa, Norma Subjetiva, Crença de Controle e Percepção de Controle*), do

⁶ é um erro de mensuração definido como grau em que as variáveis observadas/exógenas não descrevem perfeitamente os construtos latentes/endógenos (Hair e outros, 2005, p.467 e Byrne, 2001, p.9).

modelo da ação planejada, melhor prediz a variável critério (Intenção comportamental), por meio da análise de regressão múltipla (Stepwise).

Ajzen e Fishbein (1980) e Ajzen (1991) recomendam o uso dos coeficientes de correlações de *Pearson*, acompanhados dos seus respectivos níveis de significância (p), para demonstrar o significado da força e do tipo de relações entre as variáveis que compõem o modelo teórico (TAP).

Nessa perspectiva, a seguir, os resultados encontrados são apresentados e discutidos à luz da literatura estudada, com ênfase na verificação do alcance do objetivo geral, seu significado e sua importância para a solução do problema de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados encontrados, com base no instrumento elaborado para o Estudo Principal (Anexo II), são apresentados e analisados com foco no perfil dos entrevistados dos Grupos A (Assentado) e B (Agricultor familiar) e no funcionamento do programa, numa abordagem uni, bi e multivariada, no que se refere à avaliação do Pronaf, bem como em um de seus itens de avaliação: a intenção do pagamento de crédito.

Perfil dos entrevistados (Grupos A e B)

Perfil biodemográfico

Dos beneficiários que participaram deste estudo, em uma amostragem não-probabilística, 50% pertencem ao Grupo A, com idade média de 46 anos (mínimo = 23 e máximo = 70; DP = 11,996) e 50% ao Grupo B do Pronaf, com idade média de 44 anos (mínimo = 20 e máximo = 84; DP = 13,683) no Estado da Paraíba.

Nas Tabelas 11 e 12 são apresentados os dados biodemográficos referentes aos Grupos A e B, respectivamente:

Tabela 11. Dados biodemográficos dos respondentes do Grupo A (n = 200)

Variáveis	f	%	% acumulativo
Sexo:			
Masculino	182	91,0	-
Feminino	18	9,0	-
Idade:			
23 - 38	61	30,5	30,5
39 - 55	88	44	74,5
56 - 70	51	25,5	100,0
Escolaridade:			
Analfabeto	105	52,5	52,5
Ensino Fundamental incompleto	86	43,0	95,5
Outras variáveis com baixa frequência ¹	9	4,5	100,0
Tamanho da propriedade (ha):			
De 6 a 12	90	45,0	45,0
De 13 a 20	93	46,5	91,5
De 21 a 30	17	8,5	100,0

Nota. Grupo A (Assentados).

¹ (1) Ensino Fundamental completo; (2) Ensino Médio incompleto; (3) Ensino Médio completo; (4) Ensino Superior completo.

Tabela 12. Dados biodemográficos dos respondentes do Grupo B (n = 200)

Variáveis	f	%	% acumulativo
Sexo:			
Masculino	116	58	-
Feminino	84	42	-
Idade:			
20 - 38	78	39	39
39 - 56	84	42	81
57 - 84	38	19	100
Escolaridade:			
Analfabeto	59	29,5	29,5
Ensino Fundamental incompleto	112	56,0	85,5
Ensino Médio completo	14	7,0	92,5
Outras variáveis com baixa frequência ¹	15	7,5	100
Tamanho da propriedade (ha):			
Zero - explora terra a meia	74	37	37
0 < tamanho da propriedade < 1	18	9	46
De 1 a 5	58	29	75
De 6 a 12	32	16	91
Outras variáveis com baixa frequência ²	18	9	100

Nota. Grupo B (Agricultores familiares).

¹ (1) Ensino Fundamental completo; (2) Ensino Médio incompleto; (3) Ensino Superior completo.

² (1) De 13 a 20; (2) De 21 a 30; (3) > 30.

Pode-se observar que a maior parte dos beneficiários, em ambos os grupos, é do sexo masculino, sendo 91% de homens no Grupo A e 58% no Grupo B. Vale ressaltar a ocorrência de maior participação da mulher, como responsável pelo crédito, no Grupo B. Possivelmente, isso ocorre devido ao caráter objetivo da aplicação nessa linha de crédito, algo que leva o produtor a obter pequena renda a curto prazo (gado de leite, um *freezer*), bem como ao tipo de amostragem empregado nesse estudo.

Apesar de existir a possibilidade de a amostragem ter mascarado o número de homens e de mulheres que compõem a população-alvo, vale considerar, também, que o valor máximo de financiamento do Grupo B (R\$ 1.000,00) é de fácil acesso, aplicação e com poucas exigências. Para a mulher, que já trabalha não somente em atividades agropecuárias, mas também administra recursos de diferentes tipos de programas governamentais, como o bolsa-família, conforme pode ser visto nas Tabelas 37 e 38, esta se torna uma oportunidade ímpar. Nesse contexto, registra-se o fato de que, na fase de coleta de dados, em visitas aos escritórios locais da Emater-PB durante época de recebimento das propostas, a quantidade de mulheres que se apresentava era visivelmente superior ao número de homens.

A inserção da mulher à frente dos negócios agropecuários é, provavelmente, um fato recente e interessante de ser observado, uma vez que a mulher, pelos costumes mais antigos,

sempre foi responsável pela administração do lar e pela educação dos filhos. No entanto, isso não afasta a idéia de que sempre esteve presente nos momentos mais delicados de tomada de decisão relacionados aos negócios estratégicos da família e na aplicação de pequenos recursos. Segundo Albuquerque (n.d.) pouco dinheiro na mão da mulher rende mais. Ela sabe gerir mais eficientemente menores quantidades de dinheiro.

Foi verificado que 74,5% dos beneficiários do Grupo A encontram-se na faixa etária de 23 a 55 anos. No Grupo B, 81% dos respondentes estão na faixa etária de 20 a 56 anos.

Nesses aspectos, os dois grupos são semelhantes. A maior parte das pessoas que constitui os Grupos A e B apresenta uma faixa de idade razoavelmente grande e boa do ponto de vista da produtividade, variando desde idades menores (20 anos), de pessoas mais abertas para inovações, até idades maiores (56 anos), de pessoas mais resistente a mudanças, porém com mais vivência no campo. Em ambos os perfis, constataram-se idades representativas do potencial de produção.

Em relação à escolaridade do Grupo A, 52,5% são analfabetos, 43% têm Ensino Fundamental incompleto e 4,5% referentes a outras variáveis de menor frequência. No Grupo B: 29,5% são analfabetos, 56% têm Ensino Fundamental incompleto, 7,0% têm Ensino Médio completo e 7,5% dizem respeito a outras variáveis de menor frequência. É surpreendente a diferença entre os grupos, pois os entrevistados do Grupo A constituem quase o dobro de pessoas analfabetas, além de maior número de pessoas com o Ensino Fundamental incompleto.

Esses dados indicam menor potencial de utilização de determinadas tecnologias, serviços e informações estratégicas para seu negócio, como é o caso das situações relacionadas ao crédito. A compreensão das informações contratuais é essencial para a boa administração dos recursos obtidos, bem como para o retorno destes às instituições financiadoras. Além disso, essa situação é agravada pelo fato de os assentados formarem o grupo daqueles que tomam emprestado maior quantidade de recursos aos bancos oficiais para esse tipo de programa.

Em relação ao tamanho da propriedade (ha), enquanto 45% dos respondentes do Grupo A afirmaram possuir de 6 a 12 ha; 46,5% de 13 a 20 e 8,5% de 21 a 30. Entre os respondentes do Grupo B, 37% relataram não possuir nenhuma, explorando terra à meia; 9% afirmaram ter propriedade com menos de 1 ha; 29% de 1 a 5; 16% de 6 a 12 e 9% afirmaram ter mais de 12 ha.

Quando comparados sob esse aspecto, pode-se dizer que entre esses dois grupos a situação do Grupo B é mais complexa no que diz respeito à escolha de uma atividade

produtiva que dependa de terra para explorar economicamente. A maior parte de seus integrantes não dispõe de terra para trabalhar com atividades agropecuárias. Apesar disso, o microcrédito não se restringe às atividades agrícolas, mas, àquelas que geram renda em um curto prazo de tempo e, a um menor custo. No entanto, as atividades não agrícolas nem sempre são possíveis para eles, devido, principalmente, às exigências de novas habilidades e de mercado. Aqui se encontra o primeiro desafio dessa política pública: como facilitar e promover o desenvolvimento socioeconômico desses agricultores que praticamente não possuem o principal insumo para tanto, ou seja, a terra.

Perfil creditício

Na tabela 13 é apresentada a situação dos entrevistados dos Grupos A e B em relação ao pagamento do crédito do Pronaf perante o banco:

Tabela 13. Visão global, em termos de frequência e percentual, da situação dos entrevistados dos Grupos A e B perante o banco, em relação ao crédito investimento e custeio vs. Mesorregião

Categorias de situações perante o banco	E	Mesorregião da Paraíba					
		Grupo A (n = 200)			Grupo B (n = 200)		
		Agreste	Sertão	Total em k_1	Agreste	Sertão	Total em k_2
Crédito investimento							
Pagou o financiamento	<i>f</i>	0	0	0	99	120	219
	%	0,0	0,0	0,0	16,5	20,0	36,5
Pagando o financiamento	<i>f</i>	17	57	74	0	21	21
	%	4,3	14,2	18,5	0,0	3,5	3,5
Período de carência	<i>f</i>	83	68	151	47	28	75
	%	20,7	17,0	37,7	7,8	4,7	12,5
Renegociou	<i>f</i>	0	6	6	3	2	5
	%	0,0	1,5	1,5	0,5	0,3	0,8
Inadimplente	<i>f</i>	0	3	3	3	2	5
	%	0,0	0,8	0,8	0,5	0,3	0,8
Não se aplica	<i>f</i>	100	66	166	148	127	275
	%	25,0	16,5	41,5	24,7	21,2	45,9
Total de categorias	<i>f</i>	200	200	400	300	300	600
	%	50	50	100	50	50	100
Crédito custeio							
Pagou o financiamento	<i>f</i>	26	13	39	0	0	0
	%	6,5	3,3	9,8	0,0	0,0	0,0
Pagando o financiamento	<i>f</i>	0	3	3	0	0	0
	%	0,0	0,7	0,7	0,0	0,0	0,0
Período de carência	<i>f</i>	29	38	67	0	0	0
	%	7,2	9,5	16,7	0,0	0,0	0,0
Renegociou	<i>f</i>	15	4	19	0	0	0
	%	3,8	1,0	4,8	0,0	0,0	0,0
Inadimplente	<i>f</i>	7	18	25	0	0	0
	%	1,8	4,5	6,3	0,0	0,0	0,0
Não se aplica	<i>f</i>	123	124	247	0	0	0
	%	30,7	31,0	61,7	0,0	0,0	0,0
Total de categorias	<i>f</i>	200	200	400	0	0	0
	%	50	50	100	0,0	0,0	0,0

Nota. Grupo A (Assentados) e Grupo B (Agricultores familiares).

k_1 – corresponde a: total de situações (ex.: pagou o financiamento) de dois empréstimos.

k_2 – corresponde a: total de situações de três empréstimos.

É importante observar que, nesse caso, o percentual de situações perante o banco foi calculado considerando o total de situações referente a dois empréstimos ($k_1 = 200$) e o total de situações referente a três empréstimos ($k_2 = 300$).

No que concerne ao crédito investimento, para os respondentes do Grupo A, considerando que estes tiveram acesso ao financiamento por até duas vezes, observou-se que:

dos 50% da amostra (n = 100) pertencente ao Agreste, dentre as seis categorias identificadas, 0,0% dos beneficiários referem-se à categoria *Pagou o financiamento* (quitação total da dívida); 4,3% a *Pagando o financiamento*; 20,7% a *Período de carência*; 0,0% a *Renegociou*, 0,0% a *Inadimplente* e 25,0% a *Não se aplica*, pois eles não tiveram acesso ao crédito investimento pela segunda vez. No restante da amostra (n = 100) pertencente ao Sertão, 0,0% refere-se à categoria *Pagou o financiamento*; 14,2% a *Pagando o financiamento*; 17,0% a *Período de carência*; 1,5% a *Renegociou*; 0,8% a *Inadimplente* e 16,5% a *Não se aplica*, pelo mesmo motivo apresentado anteriormente. Essa situação foi “mascarada” tendo em vista que quase todos os respondentes encontram-se, ainda, em *Período de carência*. Sugere-se, portanto, nova avaliação ao término do prazo de pagamento.

Em relação aos entrevistados do Grupo B, considerando que tiveram acesso ao crédito investimento por até três vezes, foram encontrados os seguintes resultados: dos 50% da amostra (n = 100) pertencente ao Agreste, distribuída entre as seis categorias identificadas, 16,5% dos beneficiários referem-se à categoria *Pagou o financiamento* (quitação total do crédito); 0,0% a *Pagando o financiamento*; 7,8% a *Período de carência*; 0,5% a *Renegociou*; 0,5% a *Inadimplente* e 24,7% a *Não se aplica*, pois não receberam o segundo e/ou terceiro financiamento. Do restante da amostra (n = 100) pertencente ao Sertão, 20,0% referem-se à categoria *Pagou o financiamento*; 3,5% a *Pagando o financiamento*; 4,7% a *Período de carência*; 0,3% a *Renegociou*; 0,3% a *Inadimplente* e 21,2% a *Não se aplica*, pelo mesmo motivo apresentado anteriormente.

Isso revela a rapidez com que o crédito é movimentado (saída e entrada de recursos) em comparação com os dados apresentados anteriormente pelo Grupo A. Evidentemente, os valores envolvidos nessas transações são desproporcionais, e o efeito dessa aplicação, em termos de resultado do programa, não estão aqui apresentados.

Chamou a atenção o fato de os entrevistados, de ambos os grupos, apresentarem baixos percentuais de inadimplência quando comparados com os percentuais apresentados pelo Banco do Nordeste do Brasil. Conforme a Tabela 01, foi registrado, na Paraíba, para a Inadimplência da Carteira (Valor das parcelas em atraso/Saldo total das operações de crédito) a variação de 6,7% para o Grupo A a 25,45% para o Grupo B. No que se refere às Mesorregiões, verificou-se que a inadimplência média no Sertão (Pronaf A = 5,17%; Pronaf B = 28,08%) foi bem menor que no Agreste (Pronaf A = 10,93%; Pronaf B = 56,19%). Para a Inadimplência fora da Carência (Saldo das operações c/ parcelas em atraso > 14 dias + Prejuízos no ano/Saldo total das operações de crédito fora da carência + Recebimentos no ano + Bônus no ano + Prejuízos no ano) o gradiente de 45,30% para o Grupo B a 61,30% para o

Grupo A.

Esses valores são similares aos identificados nos outros Estados do Nordeste, no que diz respeito à Inadimplência da Carteira (de 4,47% para o Grupo A, no Piauí a 33,65% para o Grupo B, em Sergipe), e à Inadimplência fora da carência (de 41,30% para o Grupo B, no Rio Grande do Norte a 83,90% para o Grupo A, em Sergipe). No entanto, são diferentes dos valores verificados pelo banco nos municípios que serviram de base para a presente pesquisa (de 0,41% para o Grupo A, em Patos a 95,73% para o Grupo B, em Salgado de São Félix). Dados sobre o percentual da Inadimplência fora da carência dos municípios da Paraíba não foram fornecidos.

Essa grande discrepância se deve, em parte, ao fato de a inadimplência encontrada na amostra ter sido avaliada de forma e em época diferentes. Para a determinação do percentual de inadimplência amostral, foram incluídos apenas os usuários devedores do banco, aqueles que estão fora da carência e não renegociaram a dívida. Para o cálculo do percentual da Inadimplência da carteira, efetuado pelo banco, foram considerados todos os beneficiários tomadores do empréstimo; para o cálculo da Inadimplência fora da carência, considerado como percentual real, foram computados apenas os beneficiários que não pagaram o crédito, isto é, aqueles que estavam fora do período de carência, inserindo, também, os que renegociaram e estavam com, pelo menos, uma parcela em atraso. Além disso, enquanto os dados amostrais (Estudo Principal) foram coletados no segundo semestre de 2005 e início de 2006, os dados fornecidos pelo banco são de novembro de 2007.

Nessa perspectiva, a Inadimplência fora da carência será sempre maior que a inadimplência da carteira, pois o denominador de sua equação será sempre menor. Além disso, esse é um dos problemas da amostragem não-probabilística, pois, nesse aspecto, a amostra não espelhou a realidade da população-alvo. Contudo, os valores do banco (indicadores duros) podem ser considerados bastante elevados e preocupantes para um programa que se propõe a viabilizar negócios e não a transferir renda a fundo perdido.

Antes de os gestores do programa tomar decisões de cunho mais paliativo, como a renegociação da dívida, é necessário conversar com os beneficiários de forma sistemática e organizada para melhor compreender suas crenças. Pode-se, portanto, tomar como base, a TAP, para verificar os fatores psicossociais de maior predição do comportamento de pagar o crédito e, conseqüentemente, intervir de forma mais definitiva.

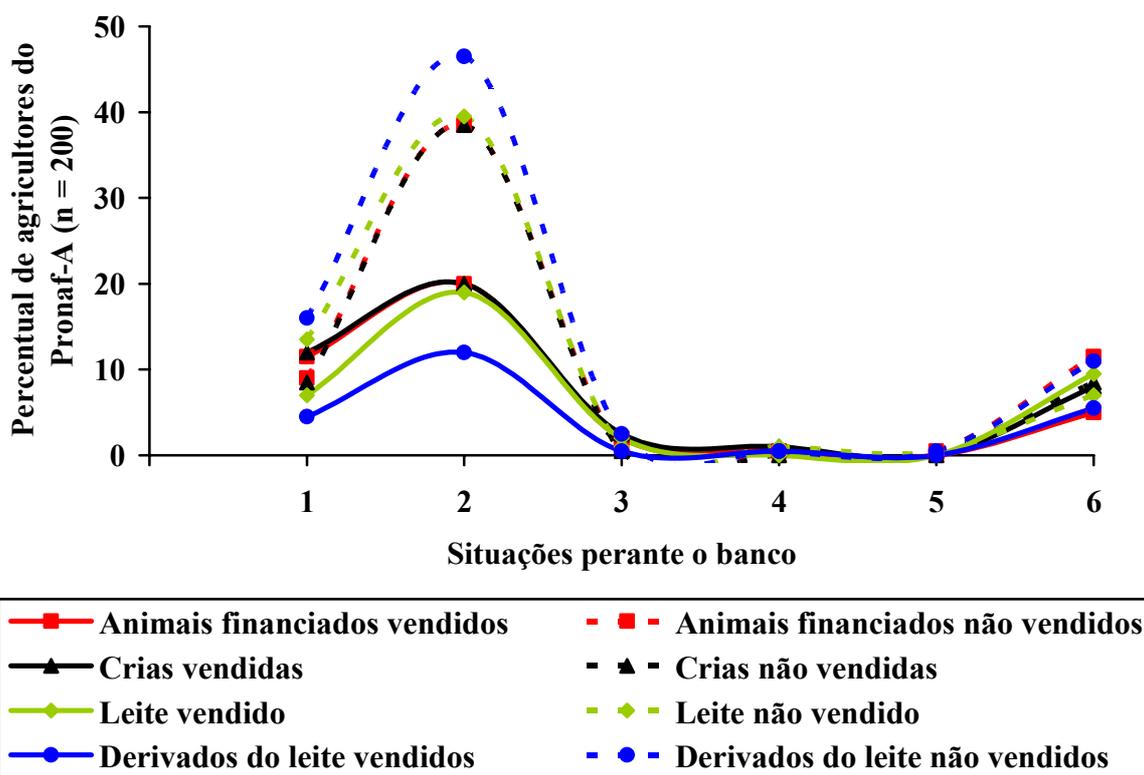
No que se refere à situação dos entrevistados perante o banco em relação ao primeiro e segundo custeio *vs.* Mesorregião (Tabela 13), foi verificado que dos 50% da amostra ($n = 200$) pertencente ao Agreste, dentre as seis categorias identificadas, 6,5% dos beneficiários

mencionam a categoria *Pagou o financiamento*; 0,0% a *Pagando o financiamento*; 7,2% a *Período de carência*; 3,8% a *Renegociou*; 1,8% a *Inadimplente* e 30,7% a *Não se aplica*, pois não receberam esse crédito. Do restante da amostra (n = 200) pertencente ao Sertão, 3,3% referem-se à categoria *Pagou o financiamento*; 0,7% a *Pagando o financiamento*; 9,5% a *Período de carência*; 1,0% a *Renegociou*; 4,5% a *Inadimplente* e 31,0% a *Não se aplica*, pelo mesmo motivo anterior.

O percentual da inadimplência dos entrevistados no Sertão foi maior que no Agreste. Esses dados amostrais, quando comparados com os da população fornecidos pelo BNB, não refletem a realidade. Além disso, mostram a falta de representatividade da amostra.

Como forma de verificar o potencial de pagamento de ambos os perfis, Grupos A e B, procedeu-se, ainda, uma análise mais detalhada, em que foram cruzados dados relativos às situações dos respondentes perante o banco vs. produtos financiados que foram vendidos e não vendidos, para ambos os grupos estudados.

Na Figura 06, como em uma fotografia, retrata-se o percentual de agricultores do Grupo A vs. seis situações perante o banco e em oito condições relacionadas à venda, ou não, de animais financiados e seus produtos. É apresentada, assim, uma visão mais completa dessa situação.



- 1 - Pagando o financiamento
- 2 - Período de carência
- 2 - Renegociou
- 4 - Inadimplente
- 5 - Inadimplente e período de carência
- 6 - Pagando o financiamento e Período de carência

Figura 06. Percentual de agricultores do Grupo A vs. seis situações perante o banco, em oito condições relacionadas aos animais (linhas contínuas e pontilhadas do gráfico).

Pode-se verificar que para os usuários do Grupo A, das seis situações perante o banco, três delas focadas nos *Animais financiados vendidos*, nas *Crias vendidas*, no *Leite vendido* e nos *Derivados do leite vendidos*, representados por linhas contínuas do gráfico, apresentam-se de forma distinta, abaixo das linhas pontilhadas dos produtos não vendidos, nas situações: *Pagando o financiamento* (1), *Período de carência* (2) e discretamente na categoria *Pagando o financiamento e Período de carência* (6). Isso significa que esses três perfis de agricultores são os que mais aproveitam os benefícios do crédito, inclusive agregando valor à produção, o que, conseqüentemente, torna-os beneficiários com maior potencial de pagamento.

Por sua vez, aqueles que se encontram nas situações: *Renegociou* (3), *Inadimplente* e na categoria *Inadimplente e Período de carência* (5) compõem os pequenos grupos de

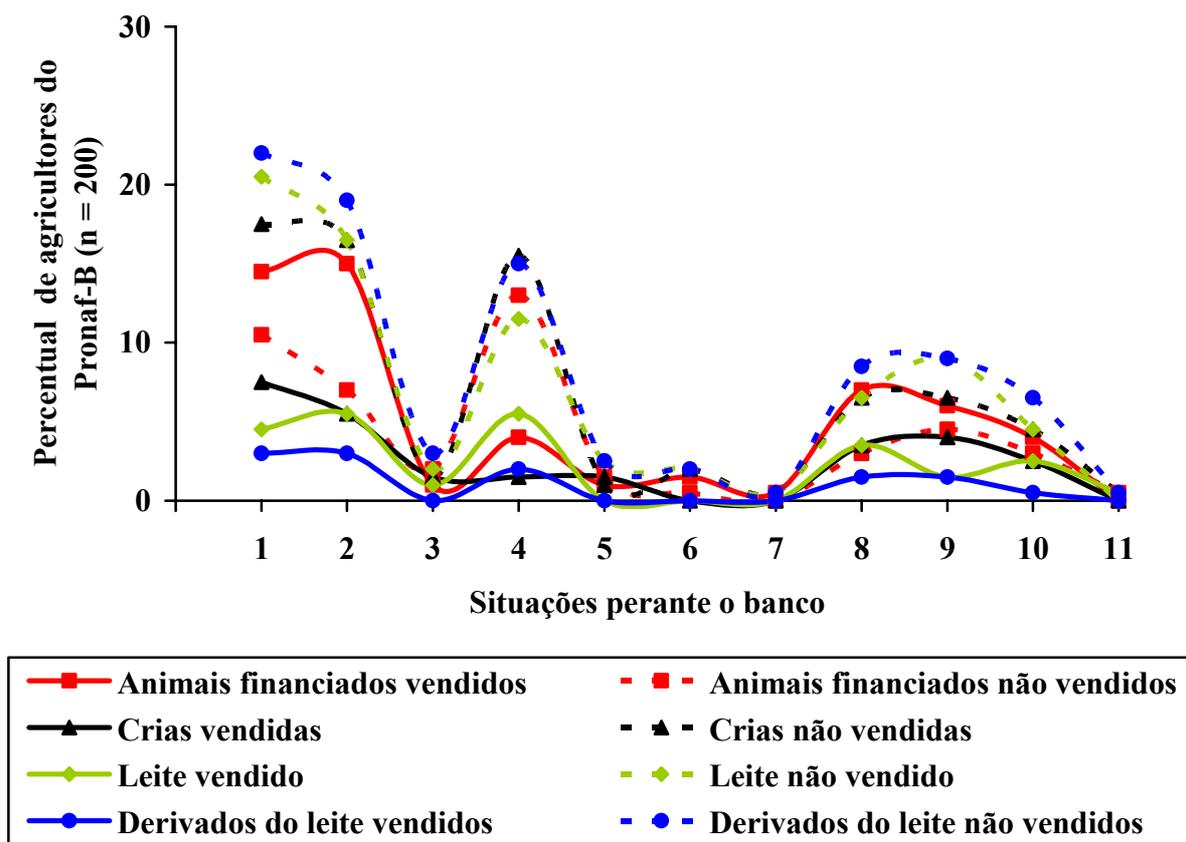
beneficiários com baixo potencial de aproveitamento e de pagamento do crédito, uma vez que eles pouco exploraram o potencial desse tipo de investimento. As categorias *Renegociou* e *Inadimplente* referem-se aos beneficiários devedores ao banco, sendo que o primeiro tipo diz respeito àquele que regularizou sua situação, enquanto o segundo nada providenciou ainda. Para efeito de análise estes serão considerados separadamente.

Grande ênfase tem sido dada à aquisição de gado de leite nos projetos e propostas de financiamento elaborados pelos projetistas da extensão. Esses dados parecem confirmar tal propósito, especialmente no caso do Pronaf A, em que todos os beneficiários possuem uma estrutura fundiária para explorar economicamente esse tipo de atividade, além, é claro, da mão-de-obra familiar.

Fica evidente que, para os indivíduos que entraram mais recentemente no programa, aqueles que estão em Período de carência, são os que se apresentam em melhor condição de aproveitamento e pagamento do crédito, apesar de muitos já terem vendido os animais financiados (39%). Vale lembrar que esses beneficiários, não obstante estarem investindo e produzindo, ainda não estão pagando o crédito. Portanto, uma “fotografia” do seu comportamento, focada na produção, não deixa de ser um bom indicador de possíveis ações futuras. Diversos tipos de investimento (treinamento, apoio ao fortalecimento das organizações, como a central de negócios), em leite e seus derivados, ainda são necessários para que os agricultores se desenvolvam mais, sem perder de vista, evidentemente, as demandas do mercado, tanto local (feira livre) quanto regional (mercado dos grandes centros urbanos).

Assim sendo, em um primeiro momento, pode-se dizer que esses dados refletem a importância da inclusão de animais de grande porte nos projetos, em especial, o gado de leite. Posteriormente, outras ações relacionadas à agregação de valores também deveriam ser estimuladas/orientadas pelo Pronaf, até mesmo em um esquema interligado com outros programas como o do leite. A sustentabilidade do sistema agropecuário no contexto familiar inclui não somente a agregação de valores, a diversificação da produção, seu escoamento e o mercado, mas também, a assistência técnica como estratégia para o crescimento com qualidade.

Na Figura 07, retrata-se o percentual de agricultores do Grupo B vs. onze situações perante o banco e em oito condições relacionadas à venda, ou não, de animais financiados e seus produtos. Apresenta, pois, uma idéia mais exata da situação relativa ao pagamento do Pronaf.



- 1 - Pagou o financiamento
- 2 - Pagou financiamento duas vezes
- 3 - Pagando o financiamento
- 4 - Período de carência
- 5 - Renegociou
- 6 - Inadimplente
- 7 - Pagou o financiamento e Inadimplente
- 8 - Pagou financiamento duas vezes e Período de carência
- 9 - Pagou financiamento e Período de carência
- 10 - Pagou financiamento e Pagando financiamento
- 11 - Pagou financiamento duas vezes e Pagando financiamento

Figura 07. Percentual de agricultores do Grupo B vs. onze situações perante o banco, em oito condições relacionadas aos animais (linhas contínuas e pontilhadas do gráfico).

No que diz respeito aos respondentes do Grupo B, pode-se observar onze situações perante o banco. Isso ocorre devido à própria característica do micro-crédito (valor, forma de pagamento, números de vezes que podem acessar esse crédito) e ao menor controle de aplicação dos créditos em função do valor vs. o grande número de beneficiários.

Pode-se verificar que o percentual de agricultores que vendeu animais financiados ultrapassou o daqueles que não os vendeu em sete situações: *Pagou o financiamento* (1), *Pagou o financiamento 2 vezes* (2), *Inadimplente* (6), *Pagou o financiamento e Inadimplente*

(7), *Pagou o financiamento 2 vezes e Período de carência* (8), *Pagou o financiamento e Período de carência* (9) e por fim, *Pagou financiamento e Pagando financiamento* (10). Provavelmente, esses animais foram vendidos para que o agricultor pagasse o próprio financiamento ou por outro motivo. Nesse caso, perde-se a questão da sustentabilidade do sistema, uma vez que o agricultor reduz seu potencial de crescimento.

Nesse grupo, observou-se menor número de venda das crias desses animais. Além disso, as linhas do gráfico dos processos relacionados à venda ou não, misturam-se. Isto significa que, dependendo da situação perante o banco, a venda ou não de crias não faz diferença.

A venda de leite e de seus derivados ocorre em quase todas as situações perante o banco, exceto em: *Pagando o financiamento* (3), *Renegociou* (5), *Inadimplente* (6), *Pagou o financiamento e inadimplente* (7) e por fim, *Pagou o financiamento 2 vezes e Pagando financiamento* (11). Nesse caso, aparece tanto o problema daqueles que não agregam valor à produção como o daqueles que não trabalham com essa atividade.

Fica evidente que os beneficiários nas situações: *Pagou o financiamento* (1), *Pagou financiamento 2 vezes* (2), *Período de carência* (4), *Pagou financiamento 2 vezes e Período de carência* (8) e por fim, *Pagou financiamento e Pagando financiamento* (10), são os que mais aproveitaram o crédito. Esses resultados são semelhantes aos encontrados no Grupo A. A diferença é que, nesse caso, o crescimento da produção e da agregação de valor esbarra na questão fundiária, problema grave do Grupo B.

Dessa forma, os dados parecem indicar a existência de uma relação entre as variáveis: *animais financiados que não foram vendidos* e a *venda de seus derivados/produtos*, como suas crias, o leite, o queijo, com o pagamento do crédito. Além disso, pode-se dizer que o controle da situação torna-se mais importante que a vontade do produtor, pois a geração de renda oriunda dos investimentos do programa parece ser a forma mais segura para o levantamento de recursos voltados ao pagamento do crédito. Assim, essa suposição corrobora a Teoria da Ação Planejada de Ajzen na qual uma das opções é que o indivíduo pode agir diretamente com base na percepção de controle sem a mediação da intenção, basta ter a oportunidade e os recursos, conforme apresentado na Figura 04. Dessa forma, uma pesquisa específica, focada nessa suposição, poderia levar a uma conclusão mais exata das informações identificadas neste rápido estudo descritivo.

Análise do funcionamento do programa

Quanto à eficiência das operações/processos de implementação do Pronaf A e B no Estado da Paraíba

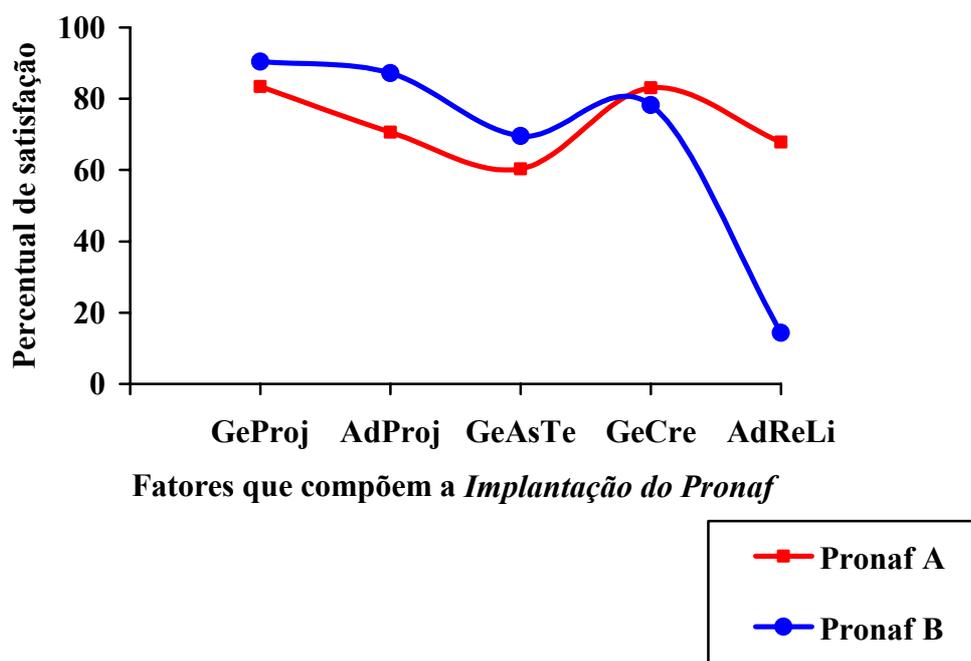
Para facilitar a apresentação e a discussão dos resultados, torna-se importante lembrar que a escala do tipo *Likert* utilizada nas entrevistas estruturadas foi de sete pontos (1, insatisfeito totalmente a 7, satisfeito totalmente). Guardadas as devidas proporções, descreve-se o nível de aferição de satisfação em termos de percentual de eficiência, a saber: o ponto 1 equivale a 0,0% (zero por cento); ponto 2 – 17,0%; ponto 3 – 33,0%; ponto 4 – 50,0%; ponto 5 – 67,0%; 6 – 83,0% e ponto 7 – 100% de eficiência. O ponto 0 (zero), referente à situação *Não se aplica*, também equivale a 0,0% (zero) de eficiência.

A análise dos dados foi realizada considerando as variáveis observadas do instrumento de avaliação (Anexo II), apresentadas na forma de 79 itens. Para tanto, foi considerada a soma dos dados obtidos nas Mesorregiões do Agreste e Sertão Paraibano. Foram encontrados os resultados descritos abaixo para os construtos: *Implantação do Pronaf*, *Produto da implantação* e *Resultado do Pronaf* (a organização desses construtos está representada na Figura 12).

Implantação do Pronaf

Esse construto foi composto dos fatores: *Gestão do projeto/proposta*; *Adequação do projeto/proposta*; *Gestão da assistência técnica*; *Gestão do crédito* e *Adequação dos recursos liberados*.

Baseando-se nos dados de satisfação dos respondentes, apresenta-se uma “fotografia” do funcionamento do programa nessa fase de execução (Figura 08), com o resumo das principais informações de interesse para os gestores e operadores do programa.



- GeProj - Gestão do projeto/proposta
- AdProj - Adequação do projeto/proposta
- GeAsTe - Gestão da assistência técnica
- GeCre - Gestão do crédito
- AdRecLi - Adequação dos recursos liberados

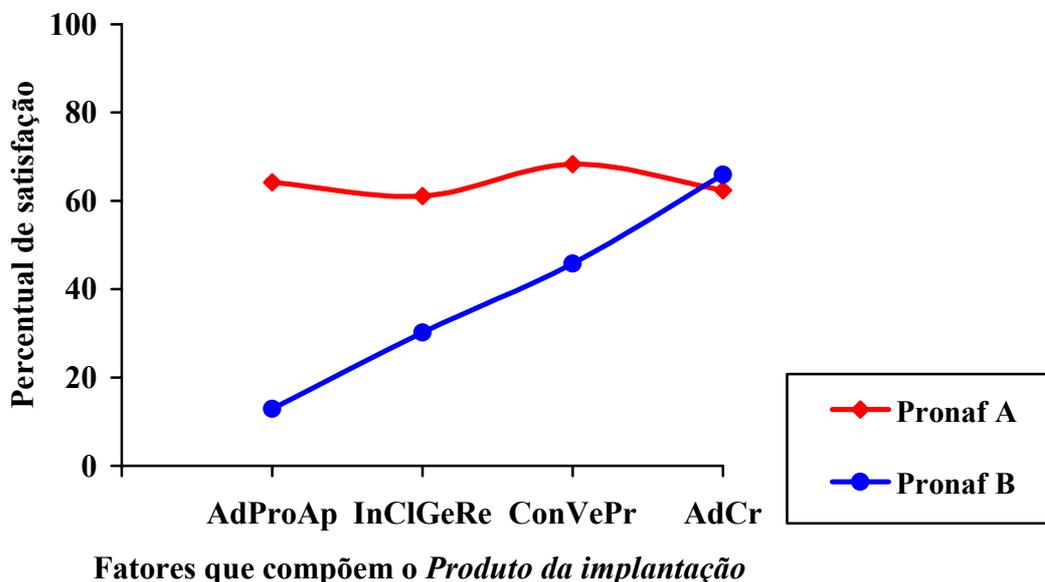
Figura 08. Avaliação da satisfação dos beneficiários dos Grupos A e B durante a fase de *Implantação do programa*.

Pode-se observar que, em ambas as linhas de financiamento, ocorreu um grau de satisfação similar. Todavia, os respondentes do Grupo B ficaram mais satisfeitos no início do processo e a situação foi invertida quando o assunto se referiu aos recursos liberados. Essa situação já era esperada, pois a implementação do Pronaf B é mais simples, rápida e realizada com menos controle, mesmo porque o número de beneficiários que o acessa é superior. Acrescenta-se ainda que, nesse contexto, o financiamento do Pronaf A foi de até R\$ 15.000,00, enquanto o do Pronaf B foi de R\$ 1.000,00, diferença esta que indubitavelmente afeta algum fator de composição do modelo de avaliação.

Produto da implantação

Esse construto foi composto dos fatores: *Adequação dos produtos aplicados, Influência do clima na gestão dos recursos, Consumo e venda de produto e Adequação do crédito*.

Tomando-se novamente como base os dados discutidos anteriormente, apresenta-se, por meio de outra “fotografia”, uma síntese da avaliação referente à essa etapa de funcionamento do programa (Figura 09).



AdProAp	-	Adequação dos produtos aplicados
InClGeRe	-	Influência do clima na gestão dos recursos
ConVePr	-	Consumo e venda de produto
AdCr	-	Adequação do crédito

Figura 09. Avaliação da satisfação dos beneficiários dos Grupos A e B durante a fase de *Produto da implantação*.

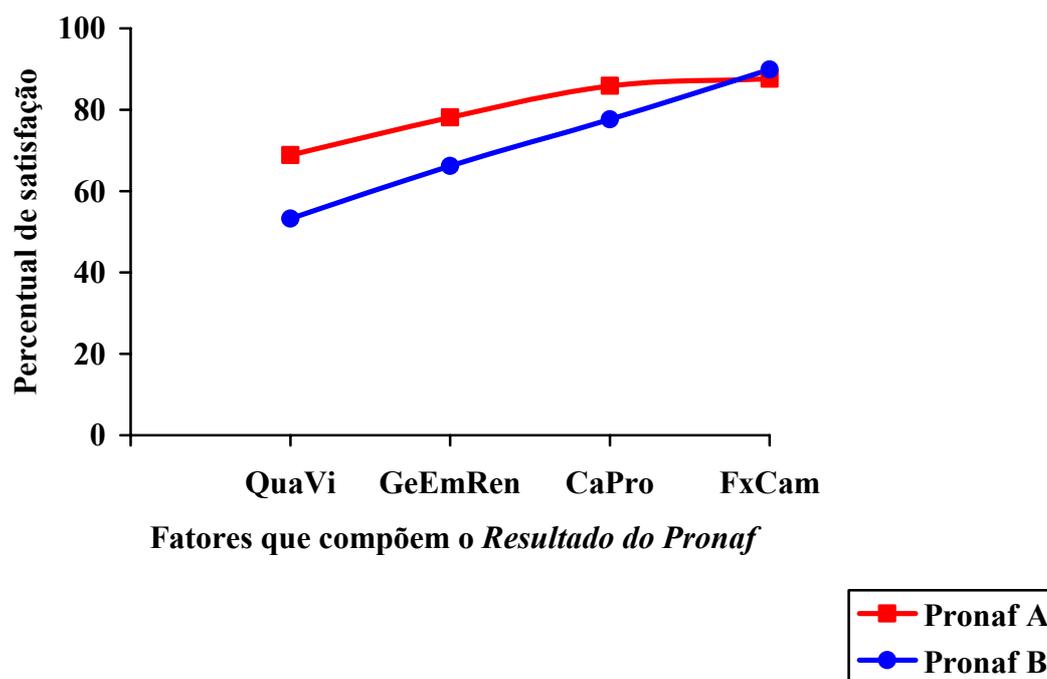
Pode-se verificar que o perfil de satisfação apresentou uma forma bastante diferenciada em relação à anterior. Enquanto os informantes do Grupo A apresentaram respostas com pouca variabilidade ao longo dos fatores pesquisados, praticamente em torno de uma reta horizontal, os do Grupo B apresentaram também um perfil de resposta linear, mas com uma inclinação acentuadamente positiva. Ao final, ambas as retas convergiram para um mesmo ponto ou fator. Isso indica a grande sensibilidade dos integrantes do Grupo B em relação às conseqüências das intervenções iniciais do programa.

Ressalta-se, também, que, nessa etapa, o valor de financiamento do Pronaf A, de até R\$ 15.000,00 e do Pronaf B, de até R\$ 1.000,00, torna-se um diferencial que, sem dúvida, tem de ser levado em conta na avaliação desses resultados.

Resultado do Pronaf

Esse construto foi composto dos fatores: *Qualidade de vida*; *Geração de emprego e renda*; *Capacidade produtiva* e *Fixação no campo*.

Tendo, ainda, como referência os dados exaustivamente discutidos nesse tópico, um terceiro “retrato” do funcionamento do programa é apresentado por meio da Figura 10.



QuaVi	-	Qualidade de vida
GeEmRen	-	Geração de emprego e renda
CaPro	-	Capacidade produtiva
FxCam	-	Fixação no campo

Figura 10. Avaliação da satisfação dos beneficiários dos Grupos A e B durante a fase de *Resultado do programa*.

Pode-se observar que esses resultados parecem contraditórios em relação aos apresentados anteriormente (Figuras 08 e 09), pois considerando a grande diferença em termos de recursos aos quais os beneficiários do Pronaf podem ter acesso, esperava-se, para o Grupo B, valores de satisfação bem menores. A razão desse fenômeno se deve ao fato de que o pouco que os agricultores conseguem captar por meio do programa tem efeito mais rápido, direta e indiretamente, em diferentes tipos de necessidades, por exemplo, na alimentação.

Por conseguinte, pode-se verificar que os resultados do Pronaf são relativamente similares para ambos os grupos avaliados, mas com percentuais diferenciados entre os diversos fatores/objetivos propostos pelo programa. Os dados estão distribuídos em torno de

uma reta com diferentes aclives, de modo a convergirem também para um mesmo ponto ou fator. Isso significa que o grau de satisfação de todos os entrevistados é o mesmo quando a questão é viver no campo.

Nessa etapa da avaliação, duas situações merecem ênfase: (1) A grande diferença do valor de financiamento do Pronaf A, de até R\$ 15.000,00 e do Pronaf B, de até R\$ 1.000,00 e (2) Levando-se em conta o delineamento correlacional da presente pesquisa, o elevado percentual de respostas em relação ao fator FxCam. Este indica que ambos os grupos apresentaram respostas semelhantes, uma vez que já são moradores do ambiente agrário e, portanto, não é um resultado do programa.

Em uma visão geral, por meio da Figura 11, são apresentadas informações dos três construtos que constituem o modelo de avaliação do Pronaf, *Implantação*, *Produto* e *Resultado*.

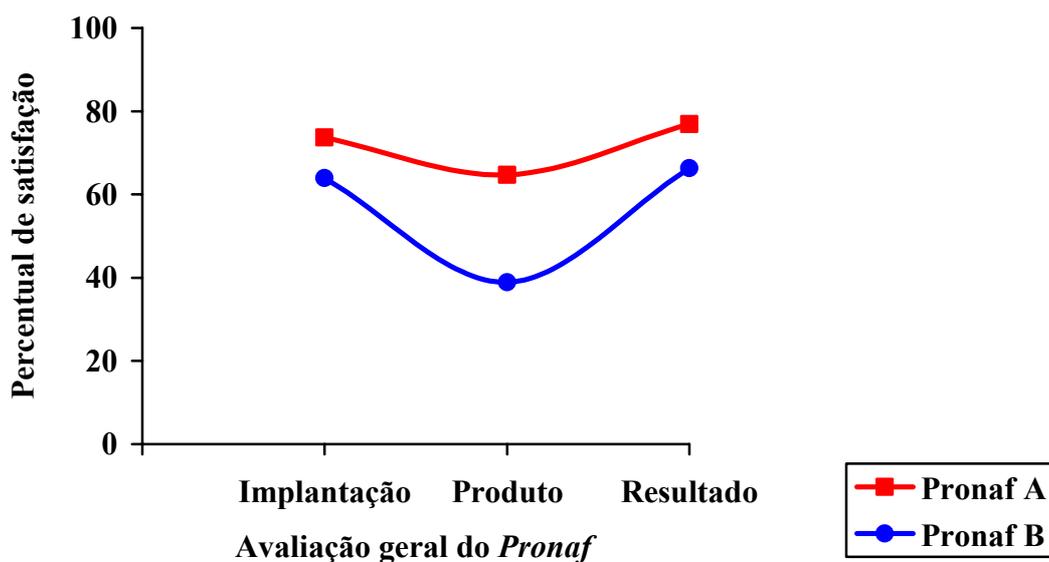


Figura 11. Avaliação da satisfação dos beneficiários dos Grupos A e B durante as três fases de implementação do programa.

Pode-se dizer que o perfil da distribuição dos dados em ambos os grupos é relativamente semelhante, mas com maior gradiente de variação em torno da etapa de *Produto da implantação*. Esse resultado indica a necessidade de maior atenção, bem como ações de intervenção, incluindo acompanhamento dos gestores e operadores do programa para aumentar a eficiência dos processos e operações que envolvem essa fase de execução. Nesse

contexto, a utilização de procedimentos visuais, com base no ponto de vista da satisfação dos beneficiários, bastante simplificados e de fácil compreensão, servem como fonte de referência para a avaliação de novas ações e mudança de rumo que, porventura, venham a ser implementadas.

Vale lembrar que o tipo de escala utilizada (nível de satisfação) possibilita a obtenção de respostas mais “bondosas”, principalmente, pelo fato de que o acesso a poucos recursos, para quem nada tinha, representa muito. Assim, torna-se necessário considerar os resultados finais com certa cautela, pois 30% de beneficiários insatisfeitos com o resultado do Pronaf podem representar muito.

Na falta de um grupo de controle para comparação, como é o caso da presente pesquisa, a avaliação quanto à distinção entre o resultado do que realmente é proveniente do Pronaf e o que é efeito com base em outras fontes de recursos ou programas, como o bolsa-família, a aposentadoria, o benefício do INSS, muito comum entre os beneficiários do Pronaf fica impossibilitada de ser analisada. Para trabalhos futuros, sugere-se a inclusão de um grupo controle, em um delineamento quase-experimental, para melhorar a precisão desse tipo de avaliação. Além disso, há que se levar em conta a grande diferença do valor de financiamento do Pronaf A, de até R\$15.000,00 e do Pronaf B, de até R\$1.000,00, na avaliação desses resultados.

Feita a apresentação e a discussão da eficiência das operações/processos de implementação do Pronaf A e B, no Estado da Paraíba, no que diz respeito aos construtos: Implantação, Produto e Resultado do Pronaf, informações mais detalhadas, incluindo as diferenças regionais, serão apresentadas a seguir.

Quanto às diferenças entre as variáveis Grupos (A e B) vs. Mesorregiões (Agreste e Sertão Paraibano)

Tendo sido concluída a análise da eficiência relacionada ao efeito das variáveis observadas (79 itens) para os Grupos A e B, o estudo focalizou o efeito das variáveis Grupo A e B vs. Mesorregiões. Verificou-se, por conseguinte, diferenças significativas entre os escores médios de satisfação para os respondentes do Sertão e do Agreste Paraibano tendo como base referencial as treze variáveis que compõe os construtos *Implantação, Produto e Resultado*, por exemplo, a Gestão do Projeto/proposta, Anexo II (Tabelas 14 e 15).

Tabela 14. Análise da influência das variáveis antecedentes *Mesorregiões do Agreste e do Sertão Paraibano* para o Grupo A

Variável critério	Mesorregião	M	DP	t	p
Gestão do projeto/proposta	Agreste Paraibano	6,25	0,80	3,46	0,001
	Sertão Paraibano	5,81	0,97		
Adequação dos recursos liberados	Agreste Paraibano	5,23	0,95	2,85	0,005
	Sertão Paraibano	4,85	0,89		
Adequação dos produtos aplicados	Agreste Paraibano	4,70	0,95	-2,44	0,015
	Sertão Paraibano	5,02	0,86		
Influência do clima na gestão dos recursos	Agreste Paraibano	4,59	1,18	-3,39	0,001
	Sertão Paraibano	5,18	1,24		
Consumo e venda de produto	Agreste Paraibano	4,77	0,79	-3,12	0,002
	Sertão Paraibano	5,14	0,89		
Adequação do crédito	Agreste Paraibano	4,66	0,98	-3,55	0,000
	Sertão Paraibano	5,13	0,85		
Qualidade de vida	Agreste Paraibano	5,02	1,14	2,96	0,003
	Sertão Paraibano	4,44	1,58		
Geração de emprego e renda	Agreste Paraibano	5,43	0,82	-2,23	0,027
	Sertão Paraibano	5,71	0,97		
Fixação no campo	Agreste Paraibano	6,03	0,84	-4,76	0,000
	Sertão Paraibano	6,51	0,56		

Nota. Grupo A (Assentados).

Tabela 15. Análise da influência das variáveis antecedentes *Mesorregiões do Agreste e do Sertão Paraibano* para o Grupo B

Variável critério	Mesorregião	M	DP	t	p
Gestão do crédito	Agreste Paraibano	5,87	1,19	3,05	0,003
	Sertão Paraibano	5,28	1,51		
Adequação dos recursos liberados	Agreste Paraibano	0,90	0,31	-2,77	0,006
	Sertão Paraibano	1,09	0,60		
Adequação dos produtos aplicados	Agreste Paraibano	0,69	0,52	-5,20	0,000
	Sertão Paraibano	1,09	0,56		
Consumo e venda de produto	Agreste Paraibano	3,03	1,14	-3,67	0,000
	Sertão Paraibano	3,60	1,02		
Capacidade produtiva	Agreste Paraibano	5,14	1,35	-2,75	0,006
	Sertão Paraibano	5,63	1,12		
Fixação no campo	Agreste Paraibano	6,02	0,84	-5,62	0,000
	Sertão Paraibano	6,56	0,43		

Nota. Grupo B (Agricultores familiares).

Verificou-se que os sertanejos ficaram mais satisfeitos com o Pronaf do que os respondentes do Agreste em relação a onze variáveis: Adequação dos recursos liberados (Grupo B); Adequação dos produtos aplicados (Grupos A e B); Influência do clima (Grupo A); Consumo e venda (Grupos A e B); Adequação do crédito (Grupo A); Geração de emprego e renda (Grupo A); Capacidade produtiva (Grupo B) e Fixação no campo (Grupo A e B);

contra as quatro variáveis de maior satisfação dos informantes do Agreste: Gestão do projeto (Grupo A); Adequação dos recursos liberados (Grupo A); Gestão do crédito (Grupo B) e Qualidade de vida (Grupo A). No que diz respeito aos outros fatores (variáveis latentes) não houve diferença significativa entre os entrevistados do Sertão e do Agreste.

Considerando que grande parte da implementação desse programa é de responsabilidade da Emater-PB, esses dados levam a questionar se a sua atuação é a principal razão desse resultado. Em outras palavras, se seus técnicos, no Sertão, têm interagido com os agricultores de forma mais eficiente ou com mais influência.

Esses resultados também servem de base para a orientação de novas pesquisas, uma vez que é mais fácil o governo, por meio de seus gestores, implementar mudanças em nível institucional que promover mudanças comportamentais nos beneficiários.

Quanto à intenção de pagamento do crédito referente às variáveis Grupos (A e B) vs. Mesorregiões (Sertão e Agreste Paraibano)

Além dos aspectos já analisados, em relação às estatísticas que compõem a avaliação do Pronaf, também é objeto deste estudo a intenção de pagamento do crédito. Para isso, buscou-se verificar entre as *Mesorregiões* do Agreste e do Sertão Paraibano, a diferença das intenções comportamentais entre os *Grupos* A e B, por meio da análise fatorial da variância (ANOVA fatorial), cujos resultados são apresentados na Tabela 16.

Tabela 16. Diferença entre os escores médios das variáveis *Grupo* e *Mesorregião* em relação à *Intenção de pagamento do crédito*

Grupo	Mesorregião		Total
	Agreste Paraibano	Sertão Paraibano	
A (Assentado)	5,83	6,75	6,29
B (Agricultor familiar)	6,68	6,79	6,73
Total	6,25	6,77	-

Nota. Efeito de interação (Grupo x Mesorregião): $F(3,400) = 20,73$; $p = 0,000$. Efeito principal (Grupo): $F(1,400) = 25,03$; $p = 0,000$. Efeito principal (Mesorregião): $F(1,400) = 33,53$; $p = 0,000$. (Escore obtidos da amostra geral: média = 6,51; desvio-padrão = 0,97; e, mínimo = 2 e máximo = 7 referentes à escala).

Verificou-se o efeito estatisticamente significativo da interação entre as variáveis antecedentes *Grupo* e *Mesorregião* [$F(3,400) = 20,73$; $p = 0,000$]. No que se refere ao efeito principal da variável *Grupo* [$F(1,400) = 25,03$; $p = 0,000$] relacionado à variável critério, percebeu-se que o Grupo B (Média = 6,73) apresentou maior escore médio que o Grupo A (Média = 6,29). Em relação ao efeito principal da variável *Mesorregião* [$F(1,400) = 33,53$; $p =$

0,000], observou-se que os indivíduos do Sertão Paraibano (Média = 6,77) têm maior intenção de pagar o crédito do que os indivíduos do Agreste Paraibano (Média = 6,25).

Pode-se observar, por meio dos dados apresentados no tópico anterior, que os respondentes do Sertão apresentaram, significativamente, maior escore médio de satisfação com o Pronaf que os do Agreste, o que confirma os dados deste tópico, segundo os quais, em ambos os grupos do Sertão, os informantes apresentaram maior intenção de pagar o crédito. Corroborando esse resultado, pode-se observar por meio de indicadores duros, conforme Tabela 02, que apesar da elevada ocorrência de inadimplência em ambas as mesorregiões, especialmente de beneficiários do Pronaf B, a inadimplência no Sertão (28,08%) é bem inferior a apresentada no Agreste (56,19%).

Esses resultados referem-se ao nível teórico da intenção comportamental, mas, e na prática, o que está acontecendo? Que comportamentos foram encontrados? Na Tabela 13, relativa ao perfil creditício, já apresentada no item 4, destacaram-se as situações perante o banco: para o crédito investimento, em relação ao Grupo A, os sertanejos apresentaram maior percentual da categoria *Pagando o financiamento* (4,3% – Agreste a 14,2% - Sertão) e para o Grupo B, os sertanejos também superaram na situação comportamental *Pagou o financiamento* (16,5% – Agreste a 20,0% - Sertão). No que se refere ao crédito custeio, somente liberado para o Grupo A, os entrevistados do Agreste apresentaram maior percentual na categoria *Pagou financiamento* (6,5% – Agreste a 3,3% - Sertão). Nessa modalidade de linha de crédito, observou-se maior percentual de inadimplência (1,8% - Agreste a 4,5% - Sertão) que a anterior (0,0% – Agreste a 0,8% - Sertão).

Considerando essas duas análises, pode-se dizer que os sertanejos apresentaram maior intenção comportamental, e que esses dados parecem corroborar aos mostrados anteriormente (perfil creditício), de que os respondentes do Sertão encontram-se em maior vantagem no que se refere ao comportamento do pagamento de crédito. Em relação à linha de crédito custeio, a situação se inverte, o sertanejo apresentou maior percentual de inadimplência.

Foi testado, também, à parte, se havia diferença no efeito das variáveis biodemográficas do tipo: sexo, idade e tamanho da propriedade em relação à intenção de pagamento do crédito. Verificou-se que nenhuma dessas variáveis apresentou diferença estatisticamente significativa. Quanto ao sexo, somente o Grupo B foi avaliado nesse aspecto por apresentar uma amostra razoavelmente dividida entre os dois sexos. No que diz respeito aos dados em geral, é provável que outras variáveis de cunho subjetivo, como as crenças dos beneficiários, sejam as prováveis influenciadoras da intenção de pagamento do crédito.

Apesar de esses dados terem sido baseados nas diferenças entre os grupos e as mesorregiões selecionadas no que diz respeito à intenção de pagamento de crédito, a causa desse comportamento, bem como os fatores que influenciam de forma incisiva o pagamento do crédito ainda não foram apresentados e discutidos. Vale lembrar que é objeto da presente pesquisa estudar mais detalhadamente, com base na Teoria da Ação Planejada, a intenção de pagamento do crédito, cujos resultados estão apresentados e discutidos mais adiante.

Quanto ao desenvolvimento e adequação do modelo de avaliação do Pronaf (Grupos A e B)

Para atender a esse objetivo específico, procedeu-se à apresentação do modelo hipotetizado e à estimação dos modelos finais da avaliação do Pronaf A e B.

O modelo hipotetizado

O modelo hipotetizado foi derivado dos modelos de avaliação descritos por Belloni et al. (2001), Cano (2004) e Ribeiro et al. (1998), como também dos dados e informações do Estudo Preliminar, no qual foi realizado um levantamento das crenças sobre o Pronaf dos técnicos da extensão rural, dos agentes financeiros e dos seus beneficiários. O modelo propõe que o funcionamento do Pronaf pode ser avaliado em função de três fases amplas (definidas como construtos) que acontecem durante o seu desenvolvimento: *Implantação*, *Produto da implantação* e *Resultado*. Várias questões foram agrupadas em subgrupos de questões respondidas sobre cada uma dessas fases do Pronaf. Portanto, as respostas dos beneficiários do programa foram consideradas como manifestações diretas desses construtos e são as expressões observáveis das três fases principais do programa.

O referido modelo, com seus três constituintes principais e suas manifestações observáveis, está representado na Figura 12.

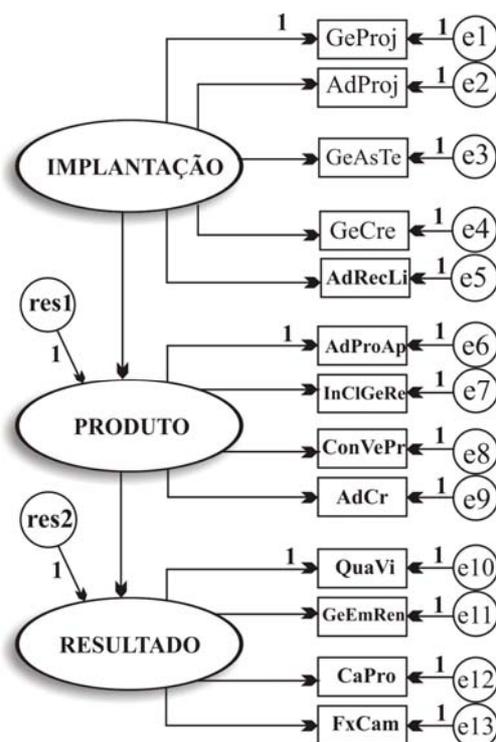


Figura 12. Modelo hipotetizado para a avaliação do Pronaf A e B

Nota. Os círculos ovais representam construtos, os retângulos representam variáveis observadas e as setas unidirecionais indicam relações de causalidade. As seguintes variáveis observadas estão representadas no modelo: Gestão do projeto/proposta (GeProj), Adequação do projeto/proposta (AdProj), Gestão da assistência técnica (GeAsTe), Gestão do crédito (GeCre), Adequação dos recursos liberados (AdRecLi), Adequação dos produtos aplicados (AdProAp), Influência do clima na gestão dos recursos (InClGeRe), Consumo e venda de produto (ConVePr), Adequação do crédito (AdCr), Qualidade de vida (QuaVi), Geração de emprego e renda (GeEmRen), Capacidade produtiva (CaPro), Fixação no campo (FxCam).

Pode-se verificar na figura acima que as três fases da avaliação do Pronaf estão apresentadas em relações causais⁷, nas quais a *Implantação* causa o *Produto* que, por sua vez, causa o *Resultado* (setas unidirecionais). Não há uma relação direta entre a *implantação* e o *resultado*: o modelo pressupõe que o *Produto da implantação* está mediando a relação *Implantação – Resultado*. Assim, o que ocorre na implantação do Pronaf irá afetar o resultado final do programa, por meio do que se obtém como resultado dessa implantação.

Nesse contexto, o construto *Implantação* opera como uma variável independente (não há nenhuma seta unidirecional apontada para ele) e os construtos *Produto* e *Resultado* operam como variáveis dependentes (há uma seta unidirecional dirigida para cada um deles), portanto, são causados pelo construto imediatamente anterior e por outras causas desconhecidas

⁷ Relações causais na Modelagem de Equações Estruturais possuem um significado especial: se o modelo tem um bom ajuste aos dados, o “modelo de causalidade” proposto encontra bons fundamentos empíricos. No entanto, outros modelos também podem ter bons ajustes aos mesmos dados. O que vai diferenciar modelos concorrentes é a fundamentação teórica de cada um. Quanto mais sólida for a fundamentação teórica de um determinado modelo, maior sua validade, uma vez que já tenha sido comprovado o seu bom ajuste aos dados empíricos (Tabachnick & Fidell, 2001).

representadas pelos resíduos (res). Finalmente, as variáveis inclusas nos retângulos são as manifestações observadas dos três construtos. Elas são os conjuntos de respostas dadas sobre cada subcomponente dos construtos e, presumidamente, os resultados tanto dos construtos quanto de causas desconhecidas (erros).

A adequação ou ajuste de um modelo como o da Figura 12 tem como pré-requisito a sua *Identificação*, isto é, o número de parâmetros que devem ser estimados (variâncias e coeficientes de regressão) deve ser menor que o número de dados disponíveis⁸. Para alcançar esse tipo de relação entre o volume de informações disponível e o que deve ser estimado, algumas das relações foram pré-fixadas com o valor 1 na Figura 12. Estes procedimentos de identificação de um modelo de equação estrutural são padrões e compreendem a fixação de todos os coeficientes das relações entre resíduos e erros com suas respectivas variáveis ou construtos, e uma das relações de cada construto com suas manifestações observadas.

Na primeira fase, *Implantação*, são verificadas respostas sobre as implicações da instalação do Pronaf no que concerne aos aspectos *gestão do projeto/proposta*, *adequação do projeto/proposta*, *gestão da assistência técnica*, *gestão do crédito* e *gestão dos recursos liberados*. A *Implantação* depende tanto da ação do agente técnico quanto do financeiro, portanto, este pode ser considerado um construto do nível institucional. Nessa fase, o beneficiário prepara-se para acessar o crédito e definir o que fazer. No modelo proposto, o construto *Implantação* manifesta-se nos julgamentos dos agricultores sobre o projeto ou proposta, sobre os esclarecimentos, discussões, orientações, atendimento, encaminhamento e quantidade de recursos disponibilizada pelo Pronaf.

Na segunda fase, *Produto da implantação*, são observadas respostas que dizem respeito às percepções e julgamentos das operações relacionadas aos objetivos dos projetos ou propostas apresentadas, tais como *adequação dos produtos aplicados*, *influência do clima na gestão dos recursos*, consumo e venda do produto e *adequação do crédito*. O *Produto da implantação* é um construto que depende tanto da ação do interventor quanto do beneficiário, podendo ser considerado um construto do nível institucional. Nessa etapa, o indivíduo parte para a execução do projeto/proposta para adquirir e aplicar o que foi planejado na fase anterior. Os atributos mensuráveis estão relacionados à aplicação dos recursos. Se, por exemplo, os produtos financiados atenderam às necessidades dos beneficiários, se o tempo prejudicou a produção ou a criação dos animais, se ficaram satisfeitos ou insatisfeitos com o consumo e/ou a venda do produto e se o valor do crédito foi adequado.

⁸ O número de dados disponíveis é calculado de acordo com a equação: $p(p + 1)/2$, em que p = número de variáveis observadas (Byrne, 2001, p.35).

Na terceira e última fase ou etapa, *Resultado*, são obtidas respostas que aludem ao impacto do Pronaf na vida dos agricultores em relação à *qualidade de vida, geração de emprego e renda, capacidade produtiva e fixação no campo*. É um construto marcadamente dependente da ação do agricultor, pois ele aplica os benefícios, frutos dos investimentos, como deseja investir: na vida pessoal, familiar, no trabalho interno ou externo à propriedade. Nesse contexto, espera-se que os objetivos gerais do programa tenham sido alcançados, incluindo o pagamento do crédito, eixo central de funcionamento do Pronaf. Assim, o agricultor desvincula-se do programa e adquire a possibilidade de retornar ao sistema, explorando a mesma modalidade de crédito ou, caso tenha avançado, obtém novo financiamento em outra linha de crédito, isto é, ascende ao próximo grupo de enquadramento.

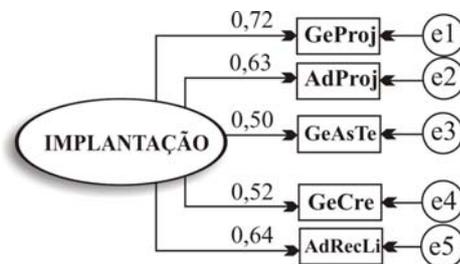
Análise do Ajuste do Modelo de Avaliação do Pronaf

Para avaliar a qualidade de ajuste e estimar os parâmetros do modelo da Figura 12, é necessário que se verifique inicialmente os ajustes dos seus três componentes principais. Esta primeira fase da análise é denominada análise do modelo de mensuração, isto é, da parte do modelo geral que define como seus três construtos foram mensurados. Para tanto, serão apresentadas, a seguir, três análises fatoriais confirmatórias (uma para cada construto do modelo) para o Grupo A e três para o Grupo B. Por fim, será analisada a parte estrutural do modelo de avaliação do Pronaf (Grupos A e B) composto das relações causais entre seus três construtos.

Análise dos modelos de mensuração para os Grupos A e B

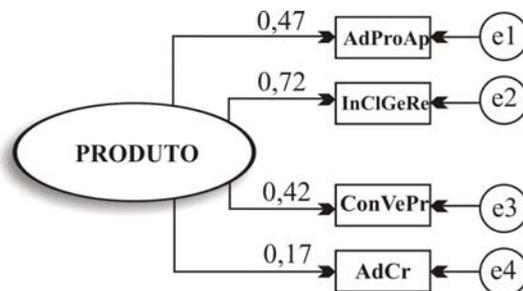
Os resultados das análises fatoriais, apresentados a seguir, constam, para cada grupo de participantes, do modelo gráfico com seus parâmetros padronizados, dos indicadores que compõem cada construto, dos coeficientes de correlações, das correlações entre os erros sugeridas para melhorar o ajuste e dos principais índices de ajuste (a relação qui-quadrado/graus de liberdade, GFI, CFI, RMR e RMSEA). Os modelos que apresentam valores referenciais para $\chi^2/g.l.$ menor que 5, GFI e CFI igual ou acima de 0,95, RMR menor que 0,05 e RMSEA menor ou igual a 0,06 são os modelos que apresentam bons ajustes.

Análise fatorial confirmatória do modelo de mensuração para o Grupo A (Assentados da Reforma Agrária)



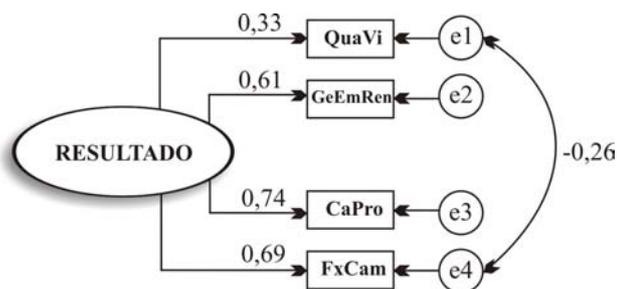
$X^2/g1 = 1,87$; GFI = 0,98; CFI = 0,97; RMR = 0,03 e RMSEA = 0,06 (IC₉₀ = 0,00 e 0,13). Todos os coeficientes de regressão foram estatisticamente significativos ($P = 0,001$) e nenhum índice de modificação foi sugerido nesta análise.

Figura 13. Modelo de mensuração do construto *Implantação* (Grupo A)



$X^2/g1 = 0,16$; GFI = 0,99; CFI = 1,00; RMR = 0,01; RMSEA = 0,00 (IC₉₀ = 0,00 e 0,07). Os coeficientes de regressão foram estatisticamente significativos ($P = 0,001$), exceto para $\beta = 0,17$ ($P = 0,082$). Nenhum índice de modificação foi sugerido nesta análise.

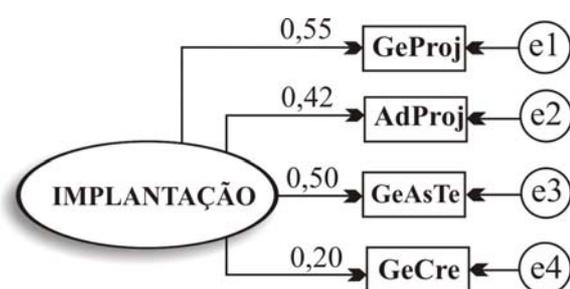
Figura 14. Modelo de mensuração do construto *Produto* (Grupo A)



$X^2/g1 = 1,42$; GFI = 0,99; CFI = 0,99; RMR = 0,02; RMSEA = 0,05 (IC₉₀ = 0,00 e 0,20). Os coeficientes de regressão foram estatisticamente significativos ($P = 0,001$). Nesta análise foi sugerida a correlação entre os erros das variáveis Qualidade de vida e Fixação no campo.

Figura 15. Modelo de mensuração do construto *Resultado* (Grupo A)

Análise fatorial confirmatória do modelo de mensuração para o Grupo B (Agricultor familiar)

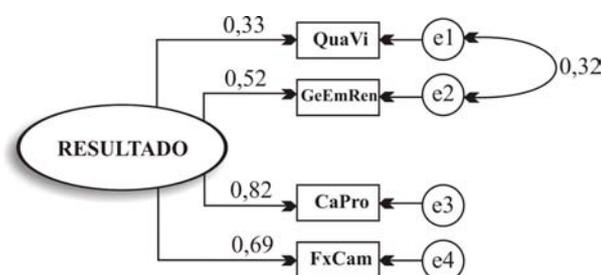


$X^2/gl = 1,80$; GFI = 0,99; CFI = 0,95; RMR = 0,04; RMSEA = 0,06 ($IC_{90} = 0,00$ e 0,16). Os coeficientes de regressão foram estatisticamente significativos ($P = 0,005$), exceto para $\beta = 0,20$ ($P = 0,07$) que apresentou tendência a significância. Nenhum índice de modificação foi sugerido nesta análise.

Figura 16. Modelo de mensuração do construto *Implantação* (Grupo B)

Ressalta-se que os resultados da análise fatorial confirmatória da Figura 16 mostraram inicialmente uma predominância de coeficientes de regressão negativos e não significativos. Teoricamente estes resultados iniciais eram injustificáveis. Contudo, análise posterior sem a variável *adequação dos recursos liberados* (*AdRecLi*, $\beta = 0,06$), levou a uma solução satisfatória para o modelo fatorial do construto *Implantação* no Grupo B.

Já a análise fatorial confirmatória, para o Grupo B, do construto *Produto da implantação* com seus quatro indicadores (*Adequação dos produtos aplicados*; *Influência do clima na gestão dos recursos*; *Consumo e venda de produto* e *Adequação do crédito*), não gerou resultados aceitáveis. Considerando que o valor máximo de concessão de empréstimo do Grupo B (R\$ 1.000,00) não propiciou ao agricultor familiar, de forma significativa, obter vários tipos de produtos, a maior parte dos itens relacionados a essa etapa não se ajustaram à situação dos beneficiários do Grupo B. Por conseguinte, estes indicadores não entram no modelo estimado.



$X^2/gl = 0,32$; GFI = 0,99; CFI = 1,00; RMR = 0,01; RMSEA = 0,00 ($IC_{90} = 0,00$ e 0,15). Os coeficientes de regressão foram estatisticamente significativos ($P = 0,001$) e nesta análise foi sugerida a correlação entre os erros das variáveis *Qualidade de vida* e *Geração de emprego e renda*.

Figura 17. Modelo de mensuração do construto *Resultado* (Grupo B)

Análise dos modelos estruturais para os Grupos A e B

As análises dos modelos de mensuração dos Grupos A e B revelaram bons ajustes para o Grupo A e falta de ajuste para um dos construtos (*Produto da implantação*) no Grupo B. A análise estrutural do modelo proposto será, portanto, feita com modelos diferentes para os dois grupos (Figuras 18 e 19). Para isso, utilizou-se o método *maximum likelihood* para estimar as relações entre os três construtos: *Implantação*, *Produto* e *Resultado*.

Grupo A (Assentados da Reforma Agrária)

Na Figura 18, pode-se verificar os parâmetros estimados e as modificações sugeridas (setas bidirecionais ligando os erros associados às variáveis observadas) para melhorar o ajuste do modelo estrutural para o Grupo A.

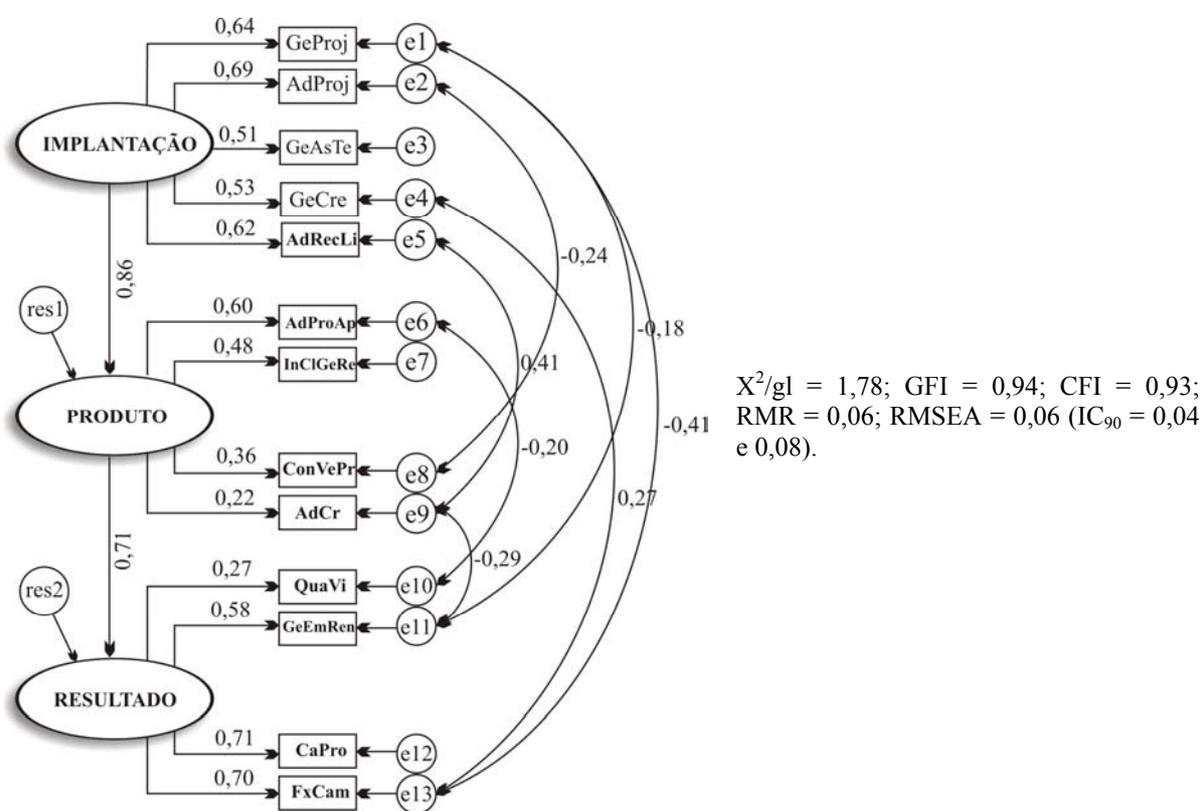


Figura 18. Modelo de avaliação do Pronaf para o Grupo A (Assentados da Reforma Agrária).

Os parâmetros estimados foram todos significativos ($P = 0,001$) e, no geral, as relações entre os construtos indicaram que: (1) a *Implantação*, prediz positiva e significativamente o *Produto* ($\beta = 0,86$, $P = 0,001$) e (2) o *Produto* mantém uma relação positiva e significativa com o *Resultado* ($\beta = 0,71$, $P = 0,001$). Desta forma, deve-se também considerar que (3) o

Produto da implantação do programa é um construto mediador significativo, modulando a relação entre a *Implantação* e o *Produto final* do Pronaf.

O grande número de correlações (acréscimos que permitiram melhorar o ajuste do modelo) entre os erros significa que diversas das variáveis observadas possuem outras causas (construtos) em comum, além das que constam no modelo, representando manifestações observáveis. Por exemplo, a correlação (-0,41) entre os erros das variáveis Gestão do projeto (GeProj) e Fixação no campo (FixCam) indica que uma parte das variâncias das respostas dadas à variável GeProj e FixCam teve como causas os construtos *Implantação* e *Resultado*, respectivamente, e o restante das suas variâncias foi causado por um terceiro fator (desta vez *comum* às duas variáveis) que não foi explicitado no modelo. Qual poderia ser essa terceira causa? Na verdade, quais seriam todas as possíveis terceiras causas em comum, sugeridas pelas correlações entre os erros que foram acrescentados ao modelo original? Possíveis variáveis, tais como habilidades técnicas e diferentes tipos de motivação poderiam, por exemplo, ser consideradas em estudos futuros.

Assim, o modelo final conseguiu relações teoricamente coerentes e um ajuste geral satisfatório aos dados (alguns índices obtidos ficaram um pouco abaixo ou acima do recomendável), o que também coaduna com o grande número de correlações entre os erros sugeridos pelo programa AMOS.

Grupo B (Agricultor familiar)

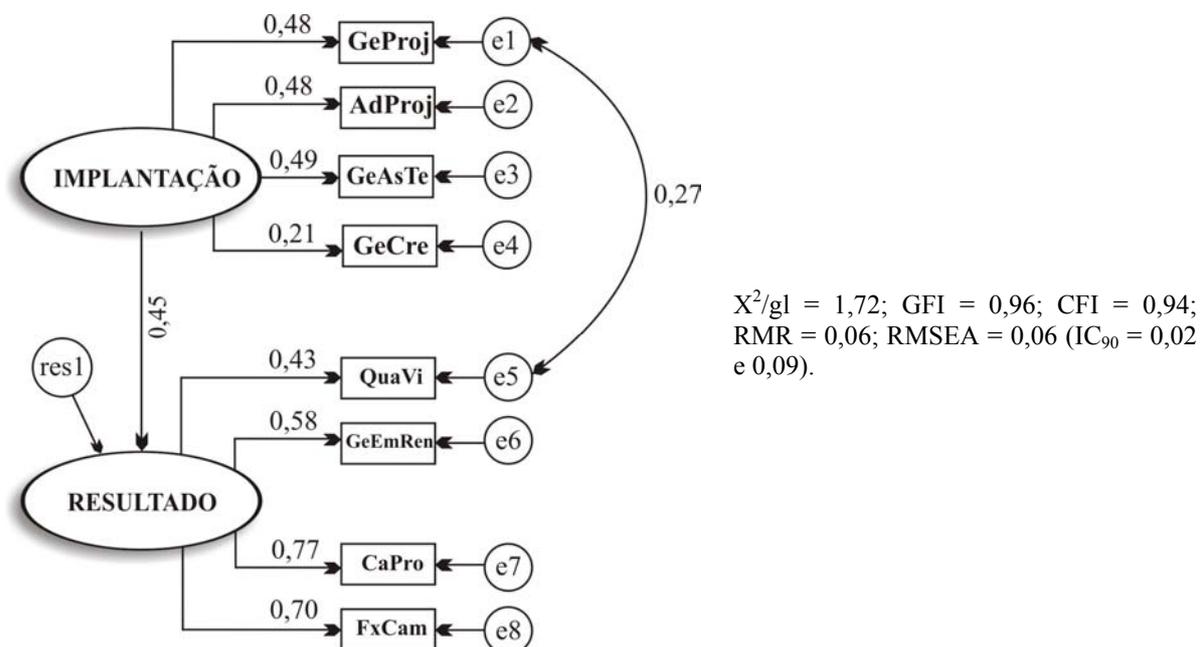


Figura 19. Modelo de avaliação do Pronaf para o Grupo B (Agricultor familiar).

O modelo de avaliação do Pronaf para o Grupo B (Agricultor familiar) apresentou relações positivas e significativas entre suas variáveis latentes e as observadas. A relação entre os construtos do modelo sugerem que a *implantação* prediz positiva e significativamente o *resultado* ($\beta = 0,45$, $P = 0,003$). Diferentemente do modelo para o Grupo A, o modelo da Figura 19 não apresentou nenhum construto mediando a relação entre *implantação* e *resultado*.

Com base nos índices de modificação sugeridos pelo Amos, apenas um par de covariâncias entre os erros foi acrescentado: Gestão da proposta (GeProj) e Qualidade de vida (QuaV). Como no caso anterior, estas variáveis também possuem outra causa em comum, provavelmente relacionada à habilidade técnica de selecionar adequadamente um bem gerador de renda, de modo a produzir melhoria da qualidade de vida. Por exemplo, saber escolher um animal de leite para posterior consumo e/ou venda de seus produtos.

Sendo assim, esse modelo também conseguiu relações teoricamente coerentes e um ajuste geral satisfatório com os dados.

Por conseguinte, os três construtos: *Implantação*, *Produto* e *Resultado*, retratados na Figura 12 (modelo hipotetizado), representam uma descrição adequada da estrutura de avaliação do Pronaf A (Figura 18 - modelo final), o que confirma a hipótese 1 (O modelo de avaliação do Pronaf compreende de uma estrutura composta de três fatores: Implantação,

Produto e Resultado). Todavia, a estrutura de avaliação do Pronaf B (Figura 19 - modelo final) foi adequada somente para dois dos referidos construtos: Implantação e Resultado, o que não corrobora a hipótese 1.

Diante dos resultados discutidos, pode-se concluir que o monitoramento do Pronaf deve ser realizado com base em dois modelos de avaliação: um específico para o Pronaf A e outro, para o Pronaf B.

Quanto à predição dos fatores psicossociais que influenciam a intenção de pagamento do crédito

Para esse estudo foram utilizados preceitos da Teoria da Ação Planejada (TAP). Para facilitar essa discussão, será apresentado sucintamente o conjunto de variáveis que compõe esse modelo.

A *Atitude* foi medida diretamente por meio de três questões: pagar em dia o Pronaf é ruim, mais ou menos, bom; não tem serventia, mais ou menos, serve pra alguma coisa; é contra, mais ou menos, a favor de pagar em dia o Pronaf?

A variável *Crença comportamental* foi verificada em relação a cinco tipos de vantagens do sistema: (1) Ter direito a outro crédito/empréstimo... (2) Conseguir desconto... (3) Conseguir mais confiança/apoio do governo... (4) Ficar com o nome limpo... (5) Sentir-se realizado/com dever cumprido por ter pagado em dia o Pronaf, dependendo da situação, é: ruim, mais ou menos, bom?

No que se refere ao efeito dessas duas variáveis, pode-se dizer que o beneficiário, quando procura o sistema Pronaf para solicitar o crédito, já conhece, ainda que superficialmente, suas vantagens e desvantagens. Portanto, sua motivação para conseguir o crédito é estabelecida por meio de estímulos legais, reconhecidos pelo sistema. Enquanto uma variável se refere à crença do beneficiário, a outra diz respeito a seu posicionamento/decisão perante o objeto de desejo (crédito).

A *Norma subjetiva* foi medida diretamente por meio de uma única questão: É improvável, mais ou menos certo, provável, que a maior parte das pessoas que o(a) Sr.(a) conhece acha que o(a) Sr.(a) deve pagar em dia o Pronaf?

A variável *Crença normativa* foi verificada em relação a seis questões: (1) É improvável, mais ou menos certo, provável, que a família... (2) Em relação ao Banco... (3) Em relação aos assentados que conhece em sua Região... (4) Em relação aos Agricultores que conhece em sua Região... (5) Em relação a Emater... (6) É improvável, mais ou menos certo, provável, que a diretoria da Associação, dependendo da situação, acha que o(a) Sr.(a) deve

pagar em dia o Pronaf?

No que se refere ao efeito dessas duas últimas variáveis, pode-se dizer que elas dizem respeito à influência de outras pessoas sobre a decisão de tomar o crédito ou não. Pode-se supor que, apesar de a pessoa não concordar com a situação de fazer uma dívida, ela acaba acatando a opinião de alguém/instituição que conhece e que confia.

A *Percepção de controle* foi medida diretamente por meio de uma questão: Para pagar em dia o Pronaf, é improvável, mais ou menos certo, provável, dependendo da situação, que a saída é explorar/trabalhar vários tipos de atividades?

A variável *Crença de controle* foi verificada por meio de cinco questões: (1) Para pagar em dia o Pronaf, lidar com animais e seus produtos... (2) Planejar o que fazer, como por exemplo, juntar dinheiro, reservar um animal... (3) Ser uma pessoa atuante, esforçada, trabalhadora... (4) Prestar serviços e fazer negócios não agrícolas... (5) Para pagar em dia o Pronaf, trabalhar com agricultura, dependendo da situação, é uma saída ruim, mais ou menos, boa?

No que se refere ao efeito dessas duas últimas variáveis, pode-se dizer que elas dizem respeito a uma oportunidade inédita, não oferecida diretamente pelo sistema financeiro. Tal circunstância está relacionada a uma experiência passada, própria ou de alguém que conhece/confia, que já fez e não deu errado e que também pode afetar a tomada de decisão do produtor.

Essa contingência pode gerar um quadro situacional em que, apesar de o sujeito não concordar em assumir uma dívida e ninguém o aconselhe de forma favorável, é uma oportunidade da qual ele não pode deixar de lançar mão. Nesse caso, a oportunidade refere-se a uma situação que, apesar de não ser reconhecida oficialmente, o sistema também não reprova e que é uma saída muito interessante para facilitar a concretização do negócio. Um exemplo disso, é financiar uma vaca prenha (estímulo do negócio) e pagar o crédito posteriormente com a venda do bezerro, já em fase de desenvolvimento avançada, e ficar com a vaca a custo zero (estímulo do produto do negócio). Essa informação emergiu fortemente durante o Estudo Preliminar.

Caso essas variáveis sejam retiradas do modelo, perde-se a oportunidade de verificar estímulos que não são contemplados pela teoria original (Teoria da Ação Racional) por serem reforçadoras não oficiais, uma vez que se trata de oportunidades relacionadas ao produto do negócio e não ao negócio em si.

Para esse tipo de situação, testou-se a predição das variáveis antecedentes *Atitude*, *Crença comportamental*, *Norma subjetiva*, *Crença normativa*, *Percepção de controle* e

Crença de controle em relação à variável critério *Intenção de pagamento do crédito*. Para tanto, realizaram-se procedimentos como o uso de coeficientes de correlações r de Pearson acompanhados de seus respectivos níveis de significância (p) e a utilização de um índice do grau de predição da variável critério (*Intenção Comportamental*) por meio da Regressão Múltipla por Etapas (*Stepwise*), conforme recomendação de Ajzen e Fishbein (1980).

Grupo A (Assentado da Reforma Agrária)

Nas Tabelas 17 e 18, respectivamente, são apresentados a análise dos dados referentes ao Grupo A.

Tabela 17. Correlações entre as variáveis do modelo (TAP) para a *Intenção de pagamento do crédito* (Grupo A, $n = 200$)

Variáveis	Intenção	Atitude	Crença comportam.	Norma Subjetiva	Crença Normativa	Percepção Controle
Atitude	0,30**					
Crença Comportam.	0,21**	0,35**				
Norma Subjetiva	0,15*	0,00	0,06			
Crença Normativa	0,21**	0,03	0,25**	0,16*		
Percepção de Controle	-0,03	0,14*	0,03	-0,02	-0,17*	
Crença de Controle	0,04	0,13	0,17*	-0,05	0,20**	0,15*

Nota. * $p < 0,05$, ** $p < 0,01$

Tratando da relação entre os construtos, verificou-se que as *Crenças comportamentais*, as *Crenças normativas* e as *Crenças de controle* estão positivamente correlacionadas.

A *Intenção comportamental* está positivamente correlacionada com a *Atitude*, com a *Crença comportamental*, com a *Norma subjetiva* e com a *Crença normativa*. A dimensão *Atitude* correlacionou-se positivamente com a *Crença comportamental* e com a *Percepção de controle*. Ressalta-se que, para esse grupo, a *Percepção de controle* está correlacionada positivamente com a *Atitude*, o que indica que a *Percepção de controle* reforça ainda mais a atitude deles em relação ao negócio. Entretanto, esses resultados ainda não se enquadram na orientação do modelo da TAP, no qual a *Percepção de controle* está correlacionada positivamente com a *Intenção comportamental* ou com o *Comportamento-alvo*.

A *Crença comportamental* correlacionou-se positivamente com a *Crença normativa* e com a *Crença de controle*. A *Norma subjetiva* correlacionou-se positivamente somente com a *Crença normativa* que, por sua vez, correlacionou-se positivamente com a *Crença de controle*

e negativamente com a *Percepção de controle*. Por fim, a *Percepção de controle* correlacionou-se positivamente com a *Crença de controle*.

Apesar de a *Crença de controle* se correlacionar positivamente com a *Atitude*, com a *Crença comportamental*, com a *Crença normativa* e com a *Percepção de controle* o Beta estandarizado não foi significativo. Pode-se supor que todas as crenças de manejar animais, de planejamento, de ser uma pessoa esforçada, de prestar serviços não agrícolas e de lidar com a agricultura não são suficientemente fortes para que a percepção de executar muitas atividades influencie a intenção de pagamento do crédito.

Tabela 18. Regressão múltipla para os componentes da *Intenção de pagamento do crédito* (Grupo A, n = 200)

Variáveis	R	R ²	F	Sig (F)	BETA	t	P
Atitude	0,307	0,09	F _(1, 198) 20,58	0,00	0,300	4,53	0,000
Crença Normativa	0,370	0,13	F _(2, 197) 15,66	0,00	0,207	3,13	0,002

Do ponto de vista da previsão da variável critério, pode-se verificar que os melhores preditores para a *Intenção de pagamento de crédito* foram *Atitude* e *Crença normativa*, com explicação de 13% da variabilidade da *Intenção comportamental* ($R^2 = 0,13$). Essa constatação corrobora somente as Hipóteses 3 (A *Atitude* é uma variável preditora da *Intenção de pagamento do Pronaf*) e 4 (As *Crenças normativas* são variáveis preditoras da *Intenção de pagamento do Pronaf*).

Os participantes que pontuam mais fortemente nas dimensões *Atitude* e *Crença normativa* tendem a apresentar maiores índices de *Intenção de pagamento de crédito*. Como foi dito anteriormente, as pessoas que são influenciadas diretamente pela oportunidade do programa ou que recebem influência direta de alguém/instituição em quem confiam, podem buscar o crédito com grande intenção de pagá-lo.

Tomando como base referencial o coeficiente de regressão (Beta estandarizado), a *Atitude* foi a variável preditora que mais explicou a *Intenção de pagamento do crédito*. Esse resultado parece estranho em um grupo como o dos assentados, em que a *Norma subjetiva* e sua medida indireta (*Crença normativa*) são as variáveis mais esperadas como influenciadoras da variável critério. Isso, porque esse grupo tem como características fortes a coesão e a organização, por exemplo, a presença de uma associação à frente das atividades coletivas na comunidade. Por conseguinte, supõe-se que, no momento de pagar o crédito, fatores motivacionais sociais sejam melhores preditores.

No que diz respeito à variância total encontrada (13%), a Tabela 4.7, apresentada por

Hair et al. (2005, p.148), ilustra o efeito recíproco entre o tamanho da amostra, o nível de significância (α) escolhido e o número de variáveis independentes na detecção de um R^2 significativo. Os valores da tabela são o R^2 mínimo que o tamanho de amostra especificado detecta como estatisticamente significativo no nível correspondente α com uma probabilidade (poder) 0,80.

Considerando os valores das seis variáveis antecedentes da presente pesquisa, com um nível de significância de 0,01, quando se pretende detectar o R^2 de 80% do tempo em que ocorre (que corresponde a um poder de 0,80), uma amostra de 400 indivíduos detectará valores R^2 maiores ou iguais a 8%. Portanto, um valor R^2 de 13% está mais que assegurado como satisfatório.

Apesar de o R^2 de 13% ter apresentado um resultado satisfatório para explicar a intenção de pagamento do crédito, recomenda-se testar outros modelos teóricos ou variáveis antecedentes como tentativa de se obter melhor nível de explicação. Outra possibilidade seria aguardar resultados de futuras pesquisas para uma possível comparação.

Grupo B (Agricultores familiares)

Nas Tabelas 19 e 20, respectivamente, são apresentados a análise dos dados referentes ao Grupo B.

Tabela 19. Correlações entre as variáveis do modelo (TAP) para a *Intenção de pagamento do crédito* (Grupo B, n = 200)

Variáveis	Intenção	Atitude	Crença comportam.	Norma Subjetiva	Crença Normativa	Percepção Controle
Atitude	0,32**					
Crença Comportam.	0,34**	0,23**				
Norma Subjetiva	0,02	0,03	0,02			
Crença Normativa	0,31**	0,27**	0,24**	0,16*		
Percepção de Controle	-0,01	-0,22*	0,02	0,12	0,05	
Crença de Controle	0,25**	0,13	0,21**	0,07	0,05	0,24**

Nota. * $p < 0,05$, ** $p < 0,01$

Tratando da relação entre os construtos, verificou-se também que as *Crenças comportamentais* estão positivamente correlacionadas com as *Crenças de controle* e com as *Crenças normativas*, que por sua vez não estão correlacionadas com as *Crenças de controle*.

Um exemplo dessa situação é a *Crença comportamental* de pagar juros baixos, que se

correlacionou tanto com a *Crença de controle* de lidar com animais e seus produtos para quitar a dívida quanto com a *Crença normativa* de que o cônjuge do beneficiário acha que ele deve pagar em dia o banco. Esta última não interagiu com a referida *Crença de controle*.

A dimensão *Intenção comportamental* está positivamente correlacionada com a *Atitude*, com a *Crença comportamental*, com a *Crença normativa* e com a *Crença de controle*. A *Atitude* correlacionou-se positivamente com a *Crença comportamental* e negativamente com a *Percepção de controle*. A *Crença comportamental* correlacionou-se positivamente com a *Crença normativa* e com a *Crença de controle*. A *Norma subjetiva* correlacionou-se positivamente com a *Crença normativa* e, por fim, a *Percepção de controle* correlacionou-se positivamente apenas com a *Crença de controle*.

Nesse caso, diferentemente dos anteriores, a *Crença de controle* se correlacionou positivamente com a *Atitude*, com a *Crença comportamental*, com a *Percepção de controle* e com a *Intenção comportamental*. O coeficiente de regressão (Beta estandarizado) foi significativo. Isso indica que todas as crenças de manejar animais, de planejamento, de ser uma pessoa esforçada, de prestar serviços não agrícolas e de lidar na agricultura são relevantes para os beneficiários desse grupo em relação à *Intenção de pagar o crédito*.

Tabela 20. Regressão múltipla para os componentes da *Intenção de pagamento do crédito* (Grupo B, n = 200)

Variáveis	R	R ²	F	Sig (F)	BETA	t	P
Crença							
Comportam.	0,346	0,11	F _(1, 198) 26,84	0,000	0,346	5,18	0,000
Atitude	0,426	0,18	F _(2, 197) 21,84	0,000	0,256	3,86	0,000
Crença							
Normativa	0,463	0,21	F _(3, 196) 17,78	0,000	0,191	2,84	0,005
Crença de							
Controle	0,493	0,24	F _(4, 195) 15,63	0,000	0,175	2,72	0,007

Das seis variáveis antecedentes, a *Crença comportamental*, a *Atitude*, a *Crença normativa* e a *Crença de controle*, foram as que contribuíram, de forma significativa, para a explicação da variância da *Intenção de pagamento do crédito*. Juntas, essas variáveis explicaram 24% da variância total na determinação da *Intenção comportamental* (R²= 0,24). Quanto mais as pessoas apresentam *Crença comportamental*, *Atitude*, *Crença normativa* e *Crença de controle*, tanto mais apresentam os indicadores de *Intenção comportamental*.

Essa constatação corrobora as Hipóteses 2 (As *Crenças Comportamentais* são variáveis preditoras da *Intenção de pagamento do crédito do Pronaf*), 3 (A *Atitude* é uma variável preditora da *Intenção de pagamento do crédito do Pronaf*), 4 (As *Crenças normativas* são

variáveis preditoras da *Intenção de pagamento do Pronaf*) e 6 (As *Crenças de Controle* são variáveis preditoras da *Intenção de pagamento do crédito do Pronaf*).

Tomando como base referencial o coeficiente de regressão, as dimensões *Atitude*, *Crença comportamental*, *Crença normativa* e *Crença de controle* influenciaram a variável critério *Intenção do pagamento de crédito*. Esse resultado parece coerente em um grupo que, geralmente, não apresenta um nível de organização tão desenvolvido como o dos assentados (Hipóteses 2 e 3). Grande parte desses agricultores se localizam no campo de forma isolada, com menor ou nenhuma gleba de terra, com poucas relações interpessoais e de trabalho. Assim, o grupo torna-se bastante heterogêneo no que se refere à *Intenção de pagamento de crédito*. Se por um lado o valor do financiamento desse grupo é pequeno (R\$ 1.000,00), quando comparado aos do Grupo B (R\$ 15.000,00), o número de propostas aprovadas é bem superior ao do Grupo A. Então, o nível de preocupação por parte dos gestores não é menor, principalmente em relação a um grupo tão diversificado quanto às formas de pensar e agir.

De maneira geral, foi possível verificar, por meio da análise de regressão, que tanto para o Grupo A como para o B a *Percepção de controle* foi um fator que não exerceu nenhuma influência direta sobre a *Intenção de pagamento de crédito*, mas é uma variável que influencia a *Atitude*, ora de forma positiva, ora de forma negativa, e sua importância é inegável, mesmo que indiretamente, no contexto de pagamento de crédito. No entanto, sua medida indireta, a *Crença de controle*, influenciou a *Intenção de pagamento de crédito* para o Grupo B.

As informações correspondentes aos Grupos A e B são estratégicas para os gestores do Pronaf no Estado da Paraíba, tanto no que se refere aos resultados da avaliação de programa, ora apresentados, como no que se refere à pesquisa relacionada ao efeito da comunicação persuasiva sobre a intenção do pagamento de crédito. Nesse sentido, ressalta-se que a comunicação persuasiva, solução mais indicada para influenciar comportamentos volitivos, bem como estratégias relacionadas à oportunidade e aos recursos financeiros, mais indicadas para comportamentos de controle, devem ainda ser objeto de estudo. Essas informações servem de base referencial, com maior segurança, para o estabelecimento de ações de correção de rumo.

Ponderando as limitações identificadas anteriormente, acredita-se que o estudo cumpriu os objetivos aos quais se propôs. Avaliou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em relação aos beneficiários dos Grupos A e B, respectivamente os Assentados e os Agricultores familiares de menor nível de renda, no Estado da Paraíba, tendo como referencial de análise o contexto psicossocial.

Para Albuquerque (2002) as políticas públicas são uma espécie de meta-variável

independente que afeta o comportamento das pessoas e dos grupos. O referido autor considera que, apesar de os psicólogos sociais avaliarem os comportamentos e as suas conseqüências, estas são pouco relacionadas à avaliação das políticas públicas, as quais afetam a vida de milhares de brasileiros. O investimento nesse tipo de trabalho, com base no referencial psicossocial, ainda é pouco valorizado, mas tende a ser mais utilizado em futuro próximo. Sugere-se que o psicólogo social seja capaz de realizar trabalhos de avaliação de políticas públicas na área das organizações sobre: cooperativismo e associacionismo, resolução de conflitos, transferência de tecnologias, saúde mental e bem-estar psicológico.

Diante do exposto, pode se considerar que a avaliação de programa consiste em uma área de atuação que pode beneficiar o trabalho dos psicólogos sociais, em termos de pesquisa qualitativa e quantitativa, explorando dados objetivos e subjetivos, como são as crenças abordadas neste estudo.

CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi avaliar o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, principalmente por meio de medidas perceptuais, baseadas na opinião de beneficiários dos Grupos A (Assentados) e B (Agricultores familiares de baixa renda). Nesse contexto, dois aspectos se destacam: o desenvolvimento de um modelo de avaliação e a análise da intenção de pagamento do crédito como estratégia de *feedback* para os gestores do programa.

No que se refere ao Estudo Preliminar, por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2004), no contexto da Avaliação do Pronaf, os resultados apontam para o fato de os respondentes possuírem uma visão desse Programa baseada, sobretudo, em crenças relacionadas à situação de que o crédito rural é um recurso a fundo perdido, uma ajuda. Muitos entrevistados não entendem que a intervenção do Estado, via crédito, é uma estratégia voltada para o negócio e não ação beneficente. Além disso, ressaltam problemas de produção e comercialização, os quais se alinham a aspectos de deficiência da assistência técnica, que acabam por contribuir mais negativamente para o sucesso do programa.

Assim, muitos não demonstram comportamento preventivo do tipo poupar ou juntar dinheiro sempre que possível para saldar o financiamento e até mesmo valorizar a assistência técnica. A solução mais apontada pelos entrevistados foi comprar uma vaca prenha pelo preço da solteira e pagar o financiamento no final do período de carência com a venda do bezerro. Para os integrantes do Grupo B, essa é uma oportunidade que parece estar dando certo, mas para os do Grupo A cujo volume de recursos é bem superior para ser quitado, ainda que parcelado, são exigidas estratégias mais sofisticadas de controle. Enfim, pode-se observar que os entrevistados não se previnem, durante o período de carência, o suficiente para enfrentar obstáculos, como por exemplo, os externos (fatores climáticos desfavoráveis).

A conclusão a que se pode chegar neste estudo, o Preliminar, de ordem qualitativa, é que o processo de análise de determinado fenômeno social deve ser precedido por um modelo teórico uma vez que facilita a aproximação ao problema de pesquisa. Entretanto, no decorrer do processo, pode-se descobrir que aquele “corpus” teórico é inadequado ou ineficiente para a compreensão do problema como um todo. Desse modo, o pesquisador deve estar alerta e disponível para a análise crítica do modelo adotado, reestruturando-o para que ele torne mais flexível a compreensão do problema. Por conseguinte, buscando a teoria que melhor explica o referido fenômeno.

Assim, levando-se em conta a orientação teórica arregimentada por meio dos dados e das informações obtidos durante o Estudo Preliminar, foi estruturado o próximo estudo, o Principal. Com base nesse referido estudo, foram verificados os seguintes objetivos:

(1) Perfil biodemográfico

Entre os dados levantados, alguns merecem ser citados como forma de facilitar a visão geral deste objeto de estudo, tais como:

O perfil biodemográfico de ambos os grupos não favorece ações mais sofisticadas no que tange à implementação do Pronaf (uso de tecnologia e conhecimento). Vários fatores de perfil concorrem para isso, tais como:

A idade média encontrada pode ser considerada relativamente alta para ambos os grupos. Segundo Albuquerque e Mascareño (1999), os jovens são mais propensos às novas informações, apresentam maior receptividade às orientações técnicas que os mais velhos, o que faz com que esse fator deva ser privilegiado quando do acesso ao crédito.

Quanto ao sexo, os homens dominam os financiamentos obtidos entre os integrantes do Grupo A, enquanto o oposto ocorre entre os participantes do Grupo B. Nesse caso, chama a atenção a grande demanda por parte das mulheres em relação à linha de micro-crédito. Do ponto de vista de Albuquerque (n.d.), as mulheres são mais confiáveis que os homens, desviam menos o dinheiro e lidam melhor com pequenas somas de recurso, o que parece bastante favorável não só para o programa, mas fundamentalmente para o desenvolvimento local.

Em relação à escolaridade, observou-se considerável percentual de analfabetos funcionais, sendo que o Grupo A contém muito mais pessoas com esse tipo de deficiência. Essa situação se agrava devido ao fato de o financiamento dessa linha de crédito envolver maiores quantias de recursos e, conseqüentemente, exigir estratégias mais complexas para a quitação de seu débito. O governo tem resolvido essa situação com medidas paliativas, isto é, por meio de renegociação.

Com respeito à questão fundiária, o Grupo B encontra-se em desvantagem. Nesse caso, o que se destaca é o fato da dificuldade de se elaborar projetos de desenvolvimento que realmente viabilizem impactos mais amplos, tanto no meio familiar como no território. Vale lembrar a tônica mundial, principalmente na Índia, onde estão utilizando o micro crédito para atingir o maior número de pessoas possível e reduzir a pobreza. Assim, maiores investimentos deveriam ser dados a esse grupo em face do potencial de trabalho que apresentam.

Com base nesses dados, pode-se dizer que os integrantes do Grupo A não são mais os *sem-terra*, mesmo que eles ainda não sejam os verdadeiros donos dos lotes conquistados.

Fica, agora, por resolver, o caso dos verdadeiros *sem terra*: os agricultores familiares do Grupo B.

(2) Perfil creditício

Nesse caso, chama a atenção a grande diferença entre os dois valores máximos de financiamento: um para o Grupo A, R\$ 15.000,00 e outro para o Grupo B, R\$ 1.000,00 (valores da época da entrevista). Grande parte dos recursos para o Grupo A é destinada à construção de infra-estruturas, à aquisição de máquinas e equipamentos e de animais de pequeno, médio e grande porte, enquanto para o Grupo B, é mais empregado em investimentos geradores de renda em curto prazo, principalmente, a aquisição de gado de leite.

Quanto à situação perante o banco, grande parte dos entrevistados do Grupo A (37,7%), tanto em relação ao crédito investimento como o de custeio, encontra-se em período de carência. No Grupo B, que teve acesso somente ao crédito investimento, 36,5% já pagaram o financiamento. O valor de 0,8% de inadimplência e o de 0,8% de renegociação desse grupo são relativamente baixos quando comparados com as demais situações. Verifica-se, portanto, com base nas informações amostrais, que problemas de ordem de quitação da dívida não são expressivos até o presente momento.

No entanto, com base nos indicadores duros do BNB, em relação ao percentual de inadimplência do Pronaf A e B, a realidade é inversa dessa. A esse respeito, pode-se dizer que para reduzir o elevado percentual de inadimplência apresentado pelo referido banco, é recomendável a realização de debates e discussões em prol de uma solução para esse problema. Para isso, a avaliação de programa, um método específico para se estudar esse tipo de problema social, é indicada como uma das fontes para esse debate. Além disso, recomenda-se envolver, não só uma classe de profissionais, como a dos agrônomos, mas também outros grupos, como o dos psicólogos sociais, especialistas no estudo do comportamento humano. Entender as razões do comportamento de “pagar o crédito” demanda não só, o olhar crítico dos técnicos e dos gestores, aqueles que estão direta ou indiretamente envolvidos com os beneficiários, mas também o saber conversar com esses interessados. A conversa, com certeza, deverá seguir o rigor científico para gerar informações que realmente sirvam para a tomada de decisões e mudança de rumo do programa.

Ainda no que se refere à composição do perfil creditício, verificou-se que os agricultores familiares obtêm renda não somente dentro do contexto agropecuário em que estão inseridos, mas também de outros programas do governo, como o Fome zero, benefícios

do INSS, trabalhos remunerados em instituições privadas e do governo e, venda de mão-de-obra. Essa tentativa de obter renda de diferentes fontes, principalmente na exploração de diversas formas de trabalho (pluratividade), vai ao encontro do exposto por Maluf (2002) e Schneider (2003) quando mostram a busca pela sobrevivência nesse ambiente dos agricultores familiares e pelo desenvolvimento no meio rural.

(3) Eficiência dos processos/operações de funcionamento

Para a verificação desse objetivo, três construtos básicos serviram de referência: a *Implantação do Pronaf*, o *Produto da implantação* e o *Resultado do Pronaf*. Por ter sido uma pesquisa eminentemente perceptual, realizada por meio de entrevista estruturada, verificou-se no que diz respeito a:

➤ *Implantação do Pronaf*: na opinião dos usuários, essa etapa de implementação do programa, apesar de ser estatisticamente diferenciada entre os grupos estudados e de ter sido avaliada com elevado percentual de satisfação/eficiência de execução, ainda pode ser melhorada em prol da garantia de sucesso dos investimentos aplicados. Portanto, não é uma etapa que traz grandes problemas de processo, exceto a questão da gestão da assistência técnica que apresentou o menor percentual de satisfação. Novas estratégias de intervenção necessitam ser desenhadas e aplicadas.

➤ *Produto da implantação*: fica evidente a diferença significativa entre as variáveis que compõem esse estágio de implementação, exceto para a Adequação do crédito, em que ambos os grupos apresentaram opiniões equivalentes. Pode-se concluir que o ponto fraco do programa, na opinião dos entrevistados, encontra-se em fatores como a inadequação dos produtos aplicados. Muitas aplicações são inviáveis, não atingem as expectativas dos beneficiários. Isso pode estar inviabilizando a expansão dos negócios devido ao problema fundiário discutido anteriormente que, por sua vez, limita o valor do financiamento. O clima da região também é um dificultador a ser considerado, provavelmente, mais para as questões ligadas à agricultura que à pecuária e isso remete ao item anterior que se refere à baixa assistência técnica.

➤ *Resultado do Pronaf*: uma vez finalizada a fase de avaliação de processo, espera-se que o resultado tenha surtido efeito. Na presente pesquisa, técnicas como o emprego de grupo controle para separar o efeito do Pronaf de outros programas ou fontes de benefícios não foram utilizadas. Entretanto, durante as entrevistas, foi enfatizada para os entrevistados a necessidade de responderem às perguntas com foco exclusivamente no Pronaf e não misturar

o que é fruto deste com o que é de outros programas, uma possível razão para ter havido boa variabilidade nas respostas.

Essa etapa do programa, bastante considerada na maior parte dos trabalhos em avaliação de programa, apresentou, também, uma diferença estatisticamente significativa entre os Grupos A e B, exceto no que diz respeito ao fator Fixação no campo. Isso já era esperado, uma vez que ambos os grupos possuem raízes no ambiente agrário.

Verificou-se, também, que ambos os grupos ficaram bastante satisfeitos com seu resultado, mas deixando a desejar aos integrantes do Grupo B no tocante à qualidade de vida, o que também já era esperado. Os recursos não são, realmente, suficientes para alterar tanto assim a sua condição de vida. No entanto, o que mais chamou a atenção foi o fato de ambos os grupos apresentarem respostas pouco diferenciadas. Provavelmente, para ambos os grupos o pouco que conseguem do governo já representa o muito que sempre desejaram.

(4) Diferença de implementação do Pronaf entre os Grupos A e B vs. Mesorregiões do Agreste e do Sertão e Paraibano

Levando-se em conta as diferenças regionais, verificou-se sucintamente, que, independente do grupo, os beneficiários do Sertão ficaram mais satisfeitos com o Pronaf que os do Agreste.

Os resultados da pesquisa apontam para o fato de que um e outro Grupo, em ambas as Mesorregiões, tiveram proveito significativo dos resultados do Pronaf para os seus diferentes interesses pessoais e profissionais. Por exemplo, com o lucro obtido dos negócios relacionados ao financiamento, vários beneficiários compraram uma moto. É uma etapa focada na avaliação de resultado e, portanto, pode-se observar que o fruto do trabalho até aqui dependia de ambas as partes, instituição governamental e agricultor, agora toma novo rumo, totalmente, dependente da vontade pessoal.

Nesse contexto, aspectos de ordem cultural, de necessidades pessoais e profissionais se sobressaem na definição do aproveitamento dos benefícios concedidos, aplicados. Assim, a satisfação do beneficiário não depende tanto da quantidade de itens financiados, mas da importância, do retorno do produto adquirido para si e/ou para a família. Se o animal ou o equipamento adquirido pelo Pronaf agora é fonte de renda, de integração à comunidade e/ou de um novo *status* social, isto é o bastante para modificar totalmente sua opinião a respeito do programa. Por conseguinte, imagina-se aquela agricultora que vivia mais em função dos afazeres domésticos, do próprio roçado e que agora, expandiu seus negócios vendendo picolé, sorvete ou doces para a comunidade.

(5) Diferença da intenção do pagamento de crédito entre os Grupos A e B vs. Mesorregiões

Os informantes do Grupo B apresentaram maior escore médio de intenção de pagamento de crédito que os do Grupo A, mas tanto os informantes do Grupo A quanto os do Grupo B do Sertão apresentaram maior média de intenção comportamental que os do Agreste.

Isso vai ao encontro dos resultados identificados no objetivo anterior, segundo os quais a maior parte dos respondentes do Sertão ficou mais satisfeita com o Pronaf que os participantes do Agreste.

Esse resultado é corroborado pelos dados apresentados na Tabela 01, em que verificou-se, também, em ambos os grupos estudados, que a inadimplência média no Sertão é bem menor que no Agreste.

A intenção comportamental torna-se, portanto, um indicador por excelência para o prognóstico do comportamento-alvo. Nesse sentido, é considerado como uma variável equivalente, do ponto de vista teórico, à conduta humana. Entender as causas do comportamento é condição *sine qua non* para a organização e planejamento de um consistente plano de ação que, nesse caso, seria focado na redução do percentual de inadimplência.

(6) Desenvolvimento e adequação de um modelo de avaliação do Pronaf A e B

As evidências observadas neste estudo apontam para uma diferença de preditores entre as três etapas de implementação do Pronaf: Implantação, Produto e Resultado. Por meio da análise fatorial confirmatória verificou-se que, para realizar a avaliação do Pronaf A, deve-se fazer uso dos três referidos construtos, enquanto que para o Pronaf B, devem ser considerados apenas a Implantação e o Resultado. Portanto, não é possível considerá-los conjuntamente para análise em um mesmo modelo.

Confirmou-se que variáveis como a *Gestão de projeto/proposta*; *Adequação do projeto/proposta*; *Gestão da assistência técnica*; *Gestão do crédito* e *Adequação dos recursos liberados* influenciam diretamente a Implantação do Pronaf. Variáveis como *Adequação dos produtos aplicados*; *Influência do clima na gestão dos recursos*; *Consumo e venda de produto* e *Adequação do crédito* são preditoras do Produto da implantação. Por fim, variáveis como *Qualidade de vida*; *Geração de emprego e renda*; *Capacidade produtiva* e *Fixação no campo* são preditoras do Resultado do Pronaf.

Os índices de ajuste encontrados permitem afirmar que os modelos estimados ajustam-se aos dados das amostras estudadas de forma satisfatória, corroborando, no caso do Pronaf A,

a hipótese de que a *Implantação do Pronaf* é explicadora do *Produto*, que por sua vez explica os indicadores do *Resultado do Pronaf*. No entanto, no caso do Pronaf B, devido às grandes diferenças entre essas duas linhas de crédito, no que diz respeito aos valores máximos de financiamento, essa hipótese não se confirmou. Verificou-se, portanto, que a variável *Implantação* é influenciadora direta do construto *Resultado*.

No que se refere ao impacto entre a *Implantação* e o *Produto* (Figura 18, Grupo A), observou-se um coeficiente de regressão de 0,88. Entre o *Produto* e o *Resultado*, obteve-se um coeficiente de 0,71. No que diz respeito à relação entre a *Implantação* e o *Resultado* (Figura 19, Grupo B), verificou-se um coeficiente de 0,40. Apesar desses três coeficientes serem estatisticamente significativos ($p = 0,001$), o valor encontrado para o modelo final do Pronaf B foi bem menor que os citados anteriormente.

Possivelmente, alguns esforços ainda devam ser empregados na melhoria da definição constitutiva e operacional dos construtos aqui tratados para, conseqüentemente, proceder a novos testes empíricos relativos à implementação do Pronaf. Mesmo diante dessa necessidade, este estudo tem implicações teóricas no âmbito da Psicologia Social e de Políticas Públicas, além de auxiliar no esforço de descrição do fenômeno em questão. Também tem implicações práticas, pois aponta para a importância dos componentes-chave de funcionamento do programa, fornecendo, assim, subsídios ao processo de avaliação, o que pode nortear posteriores tomadas de decisão no decurso do monitoramento do programa.

Além disso, espera-se que o presente estudo forneça informações que ampliem o corpo de conhecimentos da Psicologia Social, possibilitando, também, instrumentalizar melhor as políticas públicas voltadas para essa população. Outra repercussão esperada é a de possibilitar trabalhos de intervenção que auxiliem esses beneficiários na busca de seu desenvolvimento, pela atuação dos agentes de órgãos governamentais e não-governamentais.

(7) Fatores psicossociais que influenciam a intenção de pagamento do crédito, por meio da Teoria da Ação Planejada de Ajzen (1991)

Tomados juntos os dois estudos: o Preliminar e o Principal, dão suporte à proposta de se examinar a *Intenção de pagamento do crédito* à luz da Teoria da Ação Planejada, de Ajzen (1991).

Segundo Ajzen (1991), a adição da variável *Percepção de Controle* aos demais componentes desse modelo amplia e melhora o poder de predição da *Intenção Comportamental*. Esse achado indica que a *Percepção de Controle*, como a *Atitude em direção ao comportamento* e a *Norma Subjetiva* promovem importantes impactos na

motivação comportamental dos agricultores. Nesse contexto, o alcance do objetivo comportamental ocorreria apenas em função da vontade da pessoa, isto é, o mais forte é a intenção de tentar.

De acordo com a Teoria da Ação Racional, a intenção em desempenhar determinado comportamento só é um preditor preciso do comportamento real quando este estiver sob o controle volitivo da pessoa (Fishbein & Ajzen, 1975; Ajzen & Fishbein, 1980). Se o comportamento não estiver completamente sob o controle da pessoa por um instante, ou se sua execução é dependente de outras pessoas, ou ainda se a pessoa não possui habilidade apropriada para desempenhar o comportamento, então se assume que a força da relação entre a intenção comportamental e o comportamento real será atenuada (Ajzen, 1991).

Um bom exemplo dessa situação, ocorrido durante o Estudo Preliminar, foi o relato de um dos entrevistados do Município de Solânea, antigo beneficiário do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária, cujas aplicações não deram resultados suficientes para pagar o crédito e ele ficou inadimplente. Na época da entrevista, o agricultor manifestou grande interesse em “limpar seu nome” e quitar a dívida para ter acesso novamente ao crédito, mas o banco não a renegociava, só aceitava a quitação total cujo valor extrapolava suas possibilidades.

Em uma tentativa de estender a Teoria da Ação Racional a outras situações em que o comportamento não está completamente sob controle da pessoa, Ajzen (1991) e, Ajzen e Madden (1986) propuseram a Teoria da Ação Planejada. Por meio desse modelo, declaram essencialmente que, se um comportamento está sendo influenciado provavelmente por fatores externos, para predizer com precisão até que ponto ele está sob controle volitivo, esse comportamento precisa ser especificado (Ajzen, 1991; Ajzen & Madden, 1986). Os mesmos autores assinalam que, embora uma medida de controle real do comportamento seja desejável, ela é de difícil obtenção. Fatores externos que prevêm a ocorrência de um comportamento são freqüentemente imprevistos, e a ausência de habilidades apropriadas pode não estar evidente, mesmo depois de a pessoa tentar desempenhar o comportamento. Por isso são favoráveis ao uso de medidas de *Percepção de Controle* como uma medida aproximada do controle real.

Nessa perspectiva, Ajzen e Madden (1986), em um estudo sobre o que leva estudantes a comparecer regularmente ou se ausentar de uma sala de aula, verificaram por meio da Teoria da Ação Planejada a existência de relação direta entre a *Percepção de Controle* e o *Comportamento-alvo*. A interpretação desse resultado, no contexto do presente estudo, aponta para o fato de que a *Percepção de Controle* pode influenciar o *Comportamento de pagar o*

crédito independentemente da *Intenção de pagamento*. Portanto, o comportamento em questão é determinado, mesmo que parcialmente, por fatores que vão além do controle volitivo da pessoa, como por exemplo, a oportunidade de comprar uma vaca preta a custo de uma solteira e vender sua cria após dois anos de carência para pagar o crédito tem sido uma estratégia adotada por muitos dos entrevistados.

Na presente pesquisa, não foram coletados dados comportamentais, isto é, se os agricultores pagaram ou não o crédito em seu devido tempo, uma vez que grande parte deles estava em período de carência. Contudo, com base no suporte teórico utilizado e nos dados obtidos, pode-se dizer que houve algumas evidências para apoiar a idéia de que os agricultores dependem mais de controle da situação para pagar o crédito que da vontade de fazê-lo.

Em termos práticos, para os Grupos A e B, os fatores pessoais (por ex., conseguir outro empréstimo – Crença Comportamental e ser contra ou a favor de pagar em dia o Pronaf - Atitude) e sociais (por ex., concordar com a opinião do cônjuge – Crença Normativa) são os melhores preditores para a *Intenção Comportamental*. Nenhum efeito direto de influência da *Percepção de Controle* (por ex., explorar/lidar com vários tipos de atividades) sobre a *Intenção* foi observado, mas que provavelmente possui relação direta com o *Comportamento-alvo* (pagamento do crédito), motivo contundente para a continuação desta pesquisa.

Tomando-se como referencial o coeficiente de regressão β (*Standardized Coefficient*), para o Grupo A, a *Atitude* foi a variável preditora que mais explicou a *Intenção do pagamento de crédito*. Para o Grupo B, as dimensões *Atitude*, *Crença Comportamental*, *Crença Normativa* e *Crença de Controle* influenciaram a variável preditora *Intenção de pagamento do crédito*. Nesse caso, os resultados apontam para o fato de que os assentados agem muito mais em função de suas próprias idéias do que de influências de terceiros, como por exemplo, da orientação de suas próprias associações. Esses parecem confiar bastante em si mesmos. Por sua vez, os integrantes do Grupo B, os agricultores familiares de baixa renda, apesar de terem uma dívida bem menor, já são mais ecléticos, inclusive apresentando crenças de controle na determinação da *Intenção comportamental*, afinal, a maioria financia gado de leite.

Ajzen (1991), em seu estudo sobre a Teoria da Ação Planejada, concluiu que a *Intenção*, a *Percepção de Controle*, a *Atitude* em face do comportamento e da *Norma Subjetiva* revelam diferentes aspectos do comportamento e que cada um serve de base na tentativa de mudá-lo. As crenças subjacentes fornecem as necessárias descrições detalhadas para se ganhar substantiva informação a respeito da determinação do comportamento. No nível das crenças é possível descobrir os fatores únicos que induzem uma pessoa a se engajar

no comportamento de interesse, iniciar outro para, então, seguir um novo curso de diferentes ações.

Nesse contexto, os resultados relativos à intenção de pagamento do crédito apontam para fatos como:

➤ As variáveis *Atitude, Norma Subjetiva e Percepção de Controle*, componentes do modelo da Teoria da Ação Planejada de Ajzen (1991), constituem uma base de referência para o estudo da intenção de pagamento;

➤ Outros conceitos similares à *Percepção de Controle*, como por exemplo, de auto-eficácia, de locus de controle, de comportamento passado e hábito, de obrigação moral e de auto-identidade também devem ser incluídos para teste, de forma a cercar melhor o problema, conforme aponta a literatura (Ajzen & Madden, 1986; Ajzen, 1991; Terry & O’Leary, 1995; Conner & Armitage, 1999; Ajzen, 2002);

➤ O pagamento do Pronaf não é um comportamento que depende somente da vontade do beneficiário (volitivo), ele é também um comportamento de controle. Assim sendo, ele exige o estabelecimento de uma estratégia que deve ser planejada e implementada tanto pelo agricultor como pelos responsáveis pelo empréstimo (agentes da extensão rural e do banco). Nesse sentido, sugere-se: (1) Estudo relacionado às oportunidades e ameaças, associado aos pontos fortes e fracos dos agricultores; (2) Elaboração de projetos e de propostas compatíveis com as demandas de mercado; (3) Assistência técnica, incluindo treinamentos, com foco no processo de produção e comercialização e (4) Fortalecimento das organizações com foco na inserção no mercado;

➤ A avaliação do Pronaf, com base principalmente em medições perceptuais, contribui fortemente para a compreensão do funcionamento do programa e, conseqüentemente, dá suporte a futuras ações de correção de rumos.

Limitações

Realizar pesquisas científicas implica, inevitavelmente, limitações. No caso da presente pesquisa existem diversas, tais como:

➤ Foi realizado um estudo transversal em detrimento ao longitudinal em um sistema que se encontra constantemente em mudanças, como por exemplo, em relação a alguns aspectos normativos, valores de financiamento, tipos de linha de crédito, dentre outros;

➤ O tipo de pesquisa utilizado, com delineamento correlacional, gera implicações no tocante à avaliação do impacto ou resultado do Pronaf, pois a maior parte dos usuários do

Pronaf se beneficia de outros programas, como o bolsa-família, recursos provenientes da aposentadoria e de vínculos empregatícios regulares. Separar o efeito do Pronaf desses outros benefícios (terceiras variáveis) é uma tarefa árdua e quase impossível para realização da pesquisa;

➤ Outra implicação foi a falta de retorno ao campo para verificar se o entrevistado pagou ou não o crédito. Esse fato fez com que a análise de dados relacionada à Teoria da Ação Planejada fosse executada sem a inclusão de dados do comportamento-alvo, embora tenha sido considerada a intenção comportamental pois, na sua maioria, os participantes estavam em período de carência para o pagamento do financiamento.

Contribuições

Apesar das limitações deste estudo, é possível citar as seguintes contribuições com base em seus resultados:

➤ A utilização, de forma integrada, de métodos qualitativos e quantitativos, com base em parâmetros psicossociais. Os dados qualitativos, coletados e analisados durante o Estudo Preliminar, ofereceram importante contribuição, durante o Estudo Principal, tanto na definição das variáveis incluídas no modelo de avaliação do Pronaf como no modelo da Teoria da Ação Planejada de Ajzen (1991). Dessa forma, a presente pesquisa contribui como um exemplo de como as abordagens qualitativas e quantitativas podem ser integradas em avaliação de programa;

➤ O desenvolvimento de um modelo de avaliação de programa, incluindo variáveis de processo e de resultado, no âmbito da avaliação formativa, possibilita aos gestores do Pronaf conduzirem trabalhos de intervenção para a melhoria do programa;

➤ A elaboração de instrumentos para serem aplicados com ajuda (entrevista) é um avanço para a pesquisa com pessoas analfabetas funcionais, aquelas que somente assinam o nome, muito comuns no ambiente rural onde foi realizada a coleta de dados;

➤ Considerando que o pagamento de crédito não é um comportamento volitivo, mas de controle, o estabelecimento de estratégias técnicas, envolvendo principalmente o serviço de extensão rural, desde a elaboração dos projetos e propostas até o acompanhamento técnico, são indispensáveis;

➤ Uma vez que a principal base de desenvolvimento deste estudo foram as crenças identificadas a respeito do Pronaf, acredita-se que os problemas relacionados aos dois Grupos

mais complexos deste programa (A e B) podem ser estudados a partir de agora considerando o modelo de avaliação desenvolvido na presente pesquisa.

Recomendações

A avaliação de programas sociais objetiva influenciar as decisões no âmbito das políticas sociais, porém nem sempre seus resultados são utilizados, sobretudo, no setor público, que depende de decisões políticas e que, muitas vezes, possui estruturas organizacionais complexas (Mourão, 2004).

No presente trabalho, as recomendações sugeridas foram divididas em duas categorias: uma para o programa e a outra para os pesquisadores que trabalham com o Pronaf.

Para o programa:

➤ Promover maior aproximação (seminários, por exemplo) entre os setores de pesquisa (Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba – EMEPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa e Universidade) e de extensão rural (Emater-PB), de tal forma que os conhecimentos e as tecnologias gerados no setor de pesquisa sejam disponibilizados para o pessoal da extensão, que por sua vez, tem a oportunidade de orientar os beneficiários a respeito, por exemplo, da gestão dos recursos do programa, bem como retroalimentar os pesquisadores com informações sobre a problemática da agricultura familiar;

➤ O baixo nível de escolaridade identificado, encontrado e também comentado por Alves (2006), tem de ser compensado pela extensão rural pública, se necessário, em combinação com a do setor privado, como forma de contornar a falta de acesso à tecnologia e, especificamente no caso da Paraíba, ajudar a superar os riscos climáticos;

➤ Exigir que as normas de funcionamento do programa sejam divulgadas pelos operadores do programa (agentes da extensão e do banco) com maior intensidade e clareza para serem mais bem compreendidas pelos beneficiários;

➤ Promover maior integração dos projetos e propostas do Pronaf com outros programas governamentais, como o Programa do leite, que é coordenado pela Fundação de Ação Comunitária da Paraíba, com o objetivo de viabilizar a comercialização dos produtos;

➤ Apoiar ações voltadas ao fortalecimento de organizações de agricultores familiares (do tipo central de negócios), focadas na compra e na venda coletiva, com vistas na inserção no mercado, especialmente, no que diz respeito à cadeia produtiva do leite e de seus derivados, produtos privilegiados pelos beneficiários do Pronaf;

➤ Inserir e acompanhar os beneficiários, de forma individual e/ou coletiva, na cadeia de produção e de comercialização, utilizando-se de estratégias tais como: pesquisa de mercado, adoção de inovação tecnológica, formação de grupos de interesse e, assistência técnica focada nas dificuldades e oportunidades tanto dentro quanto fora da “porteira”. Essas estratégias visam ampliar a percepção de controle dos agricultores familiares sobre as operações contratadas, sem dispensar aquelas relacionadas à comunicação persuasiva com foco no pagamento do crédito (anúncios em rádio, correspondências do banco);

➤ Conscientizar a população rural, por meio de divulgação e de discussões, da importância socioeconômica do Pronaf, e do que representa um programa de transferência direta de renda em relação a um programa de negócio envolvendo o crédito bancário, de forma que a sociedade passe a valorizar o programa, denunciando atos de corrupção, como desvio de recursos e de finalidade, despertando assim mais zelo pelo bem público;

➤ Aumentar e melhorar o acompanhamento técnico e de fiscalização das atividades implantadas no campo por se encontrarem, ainda, em situação precária e incipiente. No caso do Pronaf B, por se tratar de uma linha de crédito com a operação de baixo volume de recursos, com grande número de pessoas envolvidas e nenhuma fiscalização, alguns desvios de finalidade foram encontrados, como por exemplo, para o tratamento de saúde, compra de alimentos, aquisição de mobiliários e utensílios domésticos, empréstimos a terceiros. Isto remete a outras instâncias, como um sistema de saúde ineficiente;

➤ Criar um mecanismo de pesquisa, com foco em avaliação de programa, coordenado pelo MDA em parceria com os agentes financeiros/bancos, para estudar detalhadamente os problemas de operacionalização do Pronaf, de tal forma que os resultados possam servir de base para os gestores e operadores do programa tomarem decisões mais consistentes em prol do êxito do programa.

Ressalta-se que algumas dessas recomendações extrapolam os dados analisados e relatados no trabalho, uma vez que foram elaboradas também em função de informações transmitidas por gestores do programa, vivenciadas durante a coleta de dados ou obtidas em eventos relacionados ao Pronaf.

Para os pesquisadores:

➤ Desenvolver questionário de aplicação com ajuda considerando como principal recurso de medida a escala de 0 a 10, tipo Likert, semelhante à pontuação de uma prova escolar, uma vez que a maioria dos beneficiários do Pronaf é formada por pessoas analfabetas funcionais;

- Investigar até que ponto os beneficiários que agregam valor à produção e têm mercado para seus produtos pagam mais facilmente em dia o Pronaf daqueles que não praticam essa modalidade de negócio. Nesse sentido, seria interessante, também, investigar se variáveis como a venda de leite e seus derivados (queijo, doce, picolé), carne, peixe, mel influenciam diretamente o pagamento de crédito;
- Verificar qual tipo de projeto/proposta, incluindo a capacidade de pagamento, apresenta melhor resultado de retorno financeiro tanto para o agricultor familiar como para o banco, em termos de devolução de crédito;
- Estudar até que ponto ou em que condições (tipo de produto e de gestão, fixo ou móvel, localização), compensa o uso coletivo de animais (reprodutor), de máquinas (trator e implementos) e equipamentos (fornalha). De que forma esse uso é factível de ser administrado, evitando conflitos e insatisfações dos associados, sendo útil e eficiente na geração de renda;
- Ampliar o estudo da Teoria da Ação Planejada, levando-se em conta conceitos semelhantes ao da Percepção de controle comportamental, como o de auto-eficácia; locus de controle, obrigação moral, comportamento passado e hábito, dentre outros, para melhor cercar o problema do pagamento de crédito;
- Testar a TAP considerando não apenas a *intenção de pagamento de crédito*, mas também o *comportamento-alvo*, mesmo que, para isso, tenha que dispender mais tempo e recursos. Para tanto, sugere-se um plano de ação levando-se em conta aspectos como o da amostragem aleatória, por meio de informações do banco, tanto para selecionar os entrevistados quanto para verificar posteriormente se eles pagaram ou não o crédito. Assim, é possível analisar com mais precisão se a suposta causa de desempenho do *comportamento-alvo* é de ordem volitiva (atitudinal ou social) ou de controle (oportunidade e recurso financeiro) e, por último, planejar e executar uma pesquisa complementar para testar tratamentos que favoreçam o pagamento do crédito. Além disso, esse plano de ação deverá seguir tanto as normas e instruções da área jurídica do banco quanto o método científico.

O esforço empenhado até aqui compreende apenas um passo inicial em relação ao que ainda falta conhecer em termos de avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Nessa caminhada, muitos esforços ainda devem ser empreendidos por parte de teóricos e pesquisadores da Psicologia Social. Isso por que pesquisas desse tipo são de relevância direta para o Pronaf e indireta para seus beneficiários, sendo também importantes para o meio acadêmico e para outras instituições de pesquisa.

REFERÊNCIAS

Abad, M. (2003). Crítica política das políticas de juventude. In M. V. de Freitas, & F. de C. Papa (Orgs.), *Políticas públicas: juventude em pauta* (pp.13-32). São Paulo: Cortez.

Abromovay, R., & Silva, M. (2000). As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In M. I. B. Rocha (Org.), *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios* (pp. 347-366). Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG.

Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational behavior and human decision process*, 50, 179-211.

Ajzen, I. (2002). Perceived behavioral control, self-efficacy, locus of control, and the theory of planned behavior. *Journal of Applied Social Psychology*, 32(4), 665-683.

Ajzen, I., & Driver, B. L. (1992). Application of the theory of planned behavior to leisure choice. *Journal of Leisure Research*, 24(3), 207-224.

Ajzen, I., & Fishbein, M. (1980). *Understanding attitudes and predicting social behavior*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-hall.

Ajzen, I., & Madden, T. J. (1986). Prediction of goal-directed behavior: attitudes, intentions, and perceived behavior control. *Journal of Experimental Social Psychology*, 22, 453-474.

Albuquerque, F. J. B. de, & Mascareño, R.P. (1999). Considerações não-ortodoxas sobre as cooperativas e o cooperativismo. *Psicologia e Sociedade*, 11 (2), 23-41.

Albuquerque, F. J. B. (2002). Psicologia social e formas de vida rural no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18 (1), 37-42.

Albuquerque, F. J. B. (n.d.). *Uma proposta de longo prazo para o crédito agrário*. Manuscrito não publicado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Altafin, I. G. (2003). *Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar: uma apreciação sobre a trajetória brasileira*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília. Brasília.

Alves, E. (1988). *Pobreza rural no Brasil: desafios da extensão rural e da pesquisa*. Brasília: CODEVASF.

Alves, E. (2006). *Migração rural-urbana, agricultura familiar e novas tecnologias: coletânea de artigos revistos*. Brasília: Embrapa Informações Tecnológica.

Armitage, C. J., & Conner, M. (1999). The theory of planned behaviour: assessment of predictive validity and perceived control. *British Journal of Social Psychology*, 38, 35-54.

Amorim, F. R. S. (2003). *O Banco do Nordeste e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf*. Fortaleza: Banco do Nordeste. (Cartilha).

Arretche, M. T. S. (2001). Tendências no estudo sobre avaliação. In E. M. Rico (Org.), *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate* (3ed.), (pp.29-49). São Paulo: Cortez.

Banco Central do Brasil. (2007). *Crédito rural: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - 10. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsDenorMCR:idvDenorMCR>*. (Acessado em 17/05/2007).

Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. 3ed. Lisboa: Edições 70.

Belloni, I., Magalhães, H. de, & Sousa, L.C. de. (2001). *Metodologia de avaliação em políticas públicas*. (2ed.). São Paulo: Cortez. (Coleção Questões de Nossa Época; v.75).

Bem, D. J. (1973). *Convicções, atitudes e assuntos humanos*. São Paulo: EPU.

Bentler, P. M., & Speckart, G. (1979). Models of attitude-behavior relations. *Psychological Review*, 86(5), 452-464.

Brasil. (2000). *Técnica de auditoria: indicadores de desempenho e mapa de produtos*. Brasília: Tribunal de Contas da União, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo.

Brasil. (2001). *Técnicas de auditoria: marco lógico*. Brasília: Tribunal de Contas da União, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo.

Brasil. (2002). *Técnicas de auditoria: análise stakeholder*. Brasília: Tribunal de Contas da União, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo.

Byrne, B. M. (2001). *Structural equation modeling with AMOS: basic concepts, applications, and programming*. Mahwah: Lawrence Erlbaum.

Camarano, A. A., & Abramovay, R. (1998). Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. In *Anais do Encontro Nacional sobre migração* (pp.303-327). Curitiba: IPRADES/FNUAP.

Campbell, D. T., & Stanley, J. C. (1979). *Delineamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa*. São Paulo: EPU, Editora da Universidade de São Paulo.

Campos, L. F.de L. (2001). *Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia*. Campinas: Alínea.

Cano, I. (2004). *Introdução à avaliação de programas sociais*. (2 ed.). Rio de Janeiro: FGV. (Coleção FGV Prática).

Castro, G. A. de O. (1999). *Um modelo integrado de avaliação do impacto do treinamento no trabalho – IMPACT*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.

Cone, J. D. (2001). *Evaluating outcomes: empirical tools for effective practice*. Washington, DC: American Psychological Association.

Conner, M., & Armitage, C. J. (1998). Extending the theory of planned behavior: a review and avenues for further research. *Journal of Applied Social Psychology*, 28(15), 1429-1464.

- Cozby, P. C. (2003). *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento*. São Paulo: Atlas.
- Cronbach, L. J. (1982). *Designing evaluations of educational and social programs*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Dancey, C. P., & Reidy, J. (2006). *Estatística sem matemática para psicologia: usando SPSS para windows*. (3ed). Porto Alegre: Artmed, Bookman.
- Delgado, N. G. (2001). Política econômica, ajuste externo e agricultura. In S. Leite, (Org.), *Políticas públicas e agricultura no Brasil* (pp.15-52). Porto Alegre: UFRGS.
- Dias, M.R. (1995). *AIDS, comunicação persuasiva e prevenção: uma aplicação da Teoria da Ação Racional*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Diório, Z. M., & Gomide, P. I. C. (2004). Ascensão escolar e profissionalização de bons alunos de baixa renda: avaliação de um programa brasileiro. *Psicologia: reflexão e crítica*, 17 (3), 359-366.
- Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18, 27-35.
- Donaldson, S. I., & Gooler, L. E. (2003). Theory-driven evaluation in action: lessons from a \$20 million statewide work and health initiative. *Evaluation and Program Planning*, 26, 355-366.
- Dugard, P., & Todman, J. (1995). Analysis of pre-test-pos-test control group designs in educational research. *Educational Psychology*, 15 (2), 181-198.
- Faria, C. A. P de. (2003). Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(51), 21-30.
- Faria, C. A. P de. (2005). A política da avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20(59), 97-109.

Ferreira, C. R. C. (2007a). *Como o agricultor familiar pode conseguir e manter o financiamento rural e como se dá a relação com os bancos*. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1137912740.doc>. (Acessado em 16/05/2007).

Ferreira, C. R. C. (2007b). *Como negociar e assegurar as garantias que serão dadas ao banco quando se necessita de um financiamento rural do Pronaf*. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1137912741.doc>. (Acessado em 16/05/2007).

Fishbein, M. & Ajzen, I. (1975). *Belief, attitude, intention and behavior: an introduction to theory and research*. Boston, Massachusetts: Addison-wesley.

Gaskell, G. & Fraser, C. (1990). The social psychological study of widespread beliefs. In G. Gaskell & C. Fraser (Orgs), *The social psychological study of widespread beliefs* (pp.3-24). New York: Oxford University Press.

Garson, G. D. (2003). *PA 765 Statnotes: An online textbook*. Disponível em: <http://www2.chass.ncsu.edu/garson/pa765/statnote.htm>. (Acessado em 24/11/2004).

Graziano da Silva, J. (1995). Urbanização e pobreza no campo. In P. Ramos, & B. P. Reydon, (Orgs.), *Agropecuária e agroindústria no Brasil* (pp. 127-149). Campinas: ABRA.

Hair, J.F.Jr., Anderson, R.E., Tatham, R.L., & Black, W.C. (2005). *Análise multivariada de dados*. 5ed. Porto Alegre: Bookman.

Hoffmman, R., Engler, J.J. de C., Serrano, O, Thame, A.C. de M. & Neves, E.M. (1978). *Administração da empresa agrícola*. (2ed.). São Paulo: Livraria Pioneira. (Biblioteca Pioneira de ciências sociais: economia: série estudos agrícolas).

Hu, L.-t., & Bentler, P. M. (1999). Cut off criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modeling*, 6, 1-55.

IBGE. (1995). Censo Agropecuário de 1995-1996. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/brasil/tabela4brasil.shtm. Acessado em 28/08/2007.

IBGE. (2001a). Mapa do mercado de trabalho no Brasil: 1992-1997. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa_mercado_trabalho/mapa_mercado_trabalho.pdf. Acessado em 28/08/2007.

IBGE. (2001b). *Mapa de divisões territoriais: Microsoft internet explorer*. Disponível em: <http://mapas.ibge.gov.br/divisao/viewer.htm> . Acessado em 18/07/2005.

Jasuja, G. K., Chou, C. P., Bernstein, K., Wang, E., McClure, M., & Pentz, M. A. (2005). Using structural characteristics of community coalitions to predict progress in adopting evidence-based prevention programs. *Evaluation and Program Planning*, 28, 173-184.

Krüger, H. (1986). *Introdução à psicologia social*. São Paulo EPU. (Temas básicos de psicologia, v.12)

Lee, Y. F., Altschuld, J. W., & White, J. L. (2007). Effects of multiple stakeholders in identifying and interpreting perceived needs. *Evaluation and Program Planning*, 30, 1-9.

Lewin, K. (1948). Experimentos com espaço social. In G. W. Lewin (Org.), *Problemas de dinâmica de grupo* (pp.87-99). São Paulo: Pensamento.

Lewin, K. (1965). Problemas de pesquisas em Psicologia Social. In D. Cartwright (Org.), *Teoria de campo em Ciência Social* (pp.175-191). São Paulo: Livraria Pioneira Editora. (obra original publicada em 1951)

Madden, T. J., Ellen, P. S., & Ajzen, I. (1992). A comparison of the theory of planned behavior and the theory of reasoned action. *Society for Personality and Social Psychology*, 18(1), 3-9.

Maluf, R. S. (2002). O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In D. M. de A. Lima, & J. Wilkinson (Orgs), *Inovação nas tradições da agricultura familiar* (pp.301-328). Brasília: CNPq/Paralelo 15.

Marinho, A., & Façanha, L. O. (2001). *Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação*. Rio de Janeiro: IPEA. (Texto para discussão nº 787).

Mattei, L. (2006). *Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica*. Brasília: MDA.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2003). *Plano Nacional de Reforma Agrária: proposta paz, produção e qualidade de vida no meio rural*. Disponível em: www.nead.org.br/banner.php?redirect=18jd=19. Acessado em 15/12/2003.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2005). *Portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário: resultados da pesquisa*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar. Disponível em: www.mda.gov.br/index.php?dmnid=29&scid=&scant=. Acessado em: 7/10/2005

Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2007a). *Apresentação – crédito rural*. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/index.php?scid=668>. Acessado em 16/11/2007.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2007b). *Perguntas e respostas*. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/index.php?scid=813>. Acessado em 16/05/2007.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2007c). *Resultados da pesquisa*. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/index.php?dmnid=29&scid=&scant=>. Acessado em 16/05/2007.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2007d). *Condições do crédito rural do Pronaf - modalidades e grupos*. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0807812040.pdf>. Acessado em 16/11/2007.

Mourão, L. (2004). *Avaliação de programas públicos de treinamento: um estudo sobre o impacto no trabalho e na geração de emprego*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.

Olson, J. M., Roese, N.J., & Zanna, M.P. (1996). Expectancies. In E. T. Higgins & A. W. Kruglanski (Orgs.), *Social psychology: Handbook of basic principles* (pp.211-238). New York: Guilford.

Pochmann, M. (2004). *Políticas de inclusão social: resultados e avaliação*. São Paulo: Cortez.

Popper, K. R. (1996). *O mito do contexto: em defesa da ciência e da racionalidade*. Lisboa: Edições 70.

Posavac, E.J., & Carey, R.G. (2003). *Program evaluation: methods and case studies*. (6ed.). New Jersey: Prentice Hall.

Renger, R., & Hurley, C. (2006). From theory to practice: lessons learned in the application of the ATM approach to developing logic models. *Evaluation and Program Planning*, 29, 106-119.

Ribeiro, R. P., Ribeiro, O. C., Vasconcelos, J. R. P. & Guimarães, P. M. (1998). *Projetos de captação de recursos para organizações de P&D: conceitos, metodologias e informações básicas*. Brasília: Embrapa – SSE.

Rocha, F.E. de C., & Padilha, G de C. (2004). *Agricultura familiar: dinâmica de grupo aplicada às organizações de produtores rurais*. Planaltina: Embrapa Cerrados.

Rogers, E.M., & Cavalcanti, C.P.B. (1984). *O sistema de convergência em extensão rural e a seca no Nordeste brasileiro*. Brasília, DF: Embrater, Universidade de Stanford. (Coordenação de informação documental agrícola – Cenagri).

Rodrigues, C. M. (1997). Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 14 (1), 113-154.

Rokeach, M. (1981). *Crenças, atitudes e valores: uma teoria de organização e mudança*. Rio de Janeiro: Interciência.

Saris, W. & Stronkhorst, H. (1984). *Causal modelling in nonexperimental research*. Amsterdam: Sociometric Research Foundation.

Sawaia, B. (2004). Exclusão ou inclusão perversa? In B. Sawaia, (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (5 ed.). Petrópolis: Vozes.

Schalock, R. L., & Bonham, G. S. (2003). Measuring outcomes and managing for results. *Evaluation and Program Planning*, 26, 229-235.

Schneider, S. (2003). Teoria social, agricultura familiar e pluratividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18, (51), 99-122. Disponível em <http://www.scielo.br>. (Acessado em 14/05/2004).

Scriven, M. (1996). Types of evaluation and types of evaluator. *Evaluation Practice*, 17 (2), 151-161.

Scriven, M. (1998). Minimalist theory: the least theory that practice requires. *American Journal of Evaluation*, 19 (1), 57-70.

Scriven, M. (2001). Evaluation: future tense. *American Journal of Evaluation*, 22 (3), 301-307.

Silva, P. L. B. (1999). *Modelo de avaliação de programas sociais prioritários: relatório final*. Campinas: UNICAMP/NEPP.

Silva, M. O. da S. e. (2001). Avaliação de políticas e programas sociais e metodológicos. In M. O. da S. e Silva (Org.). *Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática* (pp.37-93). São Paulo: Veras.

Sposati, A. de O., Boneti, D. A., Yasbek, M. C., & Falcão, M. do C. B. C. (2003). *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão de análise*. (8 ed.). São Paulo: Cortez.

Sridharan, S., Go, S., Zinzow, H., Gray, A. & Barret, M. G. (2007). Analysis of strategic plans to assess planning for sustainability of comprehensive community initiatives. *Evaluation and Program Planning*, 30, 105-113.

Tabachnick, B.G., & Fidell, L.S. (2001). *Using multivariate statistics*. (4ed.). Needham Heights: Allyn & Bacon.

Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais: estudos em Psicologia Social - I*. Lisboa: Livros Horizonte.

Terry, D. J., & O'Leary, J. E. (1995). The theory of planned behaviour: the effects of perceived behavioural control and self-efficacy. *British Journal of Social Psychology*, 34, 199-220.

Trujillo, F. S. de P. (1996). *Extensión agraria y desarrollo rural: sobre la evolución de las teorías y praxis extensionistas*. Madrid: Ministerio de Agricultura, pesca y Alimentación, Secretaria General Técnica. (Serie estudios; 123).

Unruh, D. (2005). Using primary and secondary stakeholders to define facility-to-community transition needs for adjudicated youth with disabilities. *Evaluation and Program Planning*, 28, 413-422.

Varaschin, V. M., Heiden, F. C., Paul, J. M., & Silva, J. C. M. (2002). *Avaliação do Pronaf-estrutura e serviços municipais*. Florianópolis: Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina.

Zimbardo, P., & Ebbesen, E.B. (1973). *Influência em atitudes e modificação de comportamento*. São Paulo: Edgard Blucher e Universidade de São Paulo.

ANEXOS

ANEXO I

Roteiro de entrevista aberta

Data: ____/____/____

Identificação (A – agregado; Pa – parceleiro; Pr – produtor): _____

Local (cidade e comunidade): _____

Grupo do Beneficiário: _____

1 – O que é o Pronaf? (o que significa ou o que entende por Pronaf)

2 – Quais as coisas boas que o(a) Sr.(a) acha que o Pronaf tem?

3 – O(a) Sr.(a) acha que ele tem alguma coisa ruim? (O que falta ou pode melhorar ainda)

Exemplo.

4 – Quantas vezes o(a) Sr.(a) já conseguiu recursos pelo Pronaf?

5 – O(a) Sr.(a) se lembra de quando foram liberados os recursos do Banco? (data e respectiva ordem de liberação do crédito)

6 – Em que o(a) Sr.(a) empregou o dinheiro?

.....

7 – Quais as vantagens desse dinheiro? (ao empregar esse dinheiro, verificar o que isso gerou de positivo, o que aconteceu de bom em termos de situação ou de comportamento)

.....

.....

8 - Se não fosse esse dinheiro como estaria sua vida hoje? (identificar fatos ou situações ruins, o que acontecia de ruim e que o dinheiro do Pronaf resolveu)

.....

.....

9 – O(a) Sr.(a) está recebendo assistência técnica?

.....

- Caso esteja recebendo assistência técnica, verificar:

10 – Quem está lhe dando assistência técnica?

.....

11 – O que mudou para o(a) Sr.(a) depois que começou a receber assistência técnica? (o que aconteceu de bom e de ruim)

.....

.....

- Caso não esteja recebendo assistência técnica, verificar:

12 – Por que o(a) Sr.(a) não esta recebendo assistência técnica?

.....

.....

13 – Na sua opinião, o(a) Sr.(a) tem de pagar o Banco, ou não?

.....

14 – Quanto o(a) Sr.(a) tem de pagar o Banco?

.....

15 - Quando o(a) Sr.(a) tem de pagar o Banco?

.....

16 – Apesar de todas as dificuldades que o(a) Sr.(a) tem enfrentado, que saída o(a) Sr(a) tem encontrado para pagar o Pronaf? (o que tem feito e que facilita, estratégias, medidas adotadas, alternativas para pagar o crédito)

.....

17 - Na sua opinião, o que o(a) Sr.(a) ganha pagando em dia o Pronaf? (verificar as vantagens em termos de situação, o que acontece de bom)

.....

18 – O que o(a) Sr.(a) perde pagando em dia o Pronaf? (verificar as desvantagens de se pagar em dia o Pronaf em termos de situação, o que acontece de ruim)

.....

Esse negócio de pagar o banco, tem gente que é a favor e tem gente que é contra. Assim gostaria de saber:

19 – Quem o(a) Sr.(a) conhece, que acha que o(a) Sr.(a) deve pagar o Pronaf?

20 – Quem o(a) Sr.(a) conhece, que acha que o Sr. não deve pagar o Pronaf?

Obs.: caso apresente pouca memória para responder, verificar influência de: familiares, técnico da Emater, técnico do banco, político, líderes religiosos, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, presidente de associação.

20 - Dados biodemográficos:

1. Sexo: _____	10. Água encanada: _____
2. Idade: _____	11. Energia elétrica: _____
3. Estado civil: _____	12. Tem carro? _____
4. Escolaridade: _____	13. Tem moto? _____
5. N° filhos: _____	14. Tamanho da propriedade: _____
6. Estudam? _____	15. Principal fonte de renda: _____
7. Quantos agregados: _____	_____
8. N° cômodos: _____	16. Religião: _____
9. Local do banheiro: _____	17. Frequência à igreja/mês: _____

Obs.: _____

ANEXO II

Roteiro de entrevista estruturada

Avaliação do Pronaf

1. Entrevista n°: _____ 2. Data: ____/____/_____
3 Grupo de enquadramento: _____
Local: 4. Município: _____
5. Comunidade: _____
6. Data de aquisição da terra/ criação do assentamento ____/____/_____
Número de vezes que conseguiu crédito: 7. Custeio: _____
8. Investimento: _____

Liberação do crédito:

Ano de liberação:

Investimento:

9.	1°	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
10.	2°			2001	2002	2003	2004	2005
11.	3°					2003	2004	2005

Custeio:

12.	1°	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
13.	2°		2000	2001	2002	2003	2004	2005
14.	3°			2001	2002	2003	2004	2005

Emprego:

Investimento:

15. 1°

16. 2°

17. 3°

Custeio:

18. 1°

19. 2°

20. 3°

Valor integral do financiamento (R\$):

21. (1° Invest.):

24. (1° custeio):

22. (2° Invest.):

25. (2° custeio):

23. (3° Invest.):

26. (3° custeio):

Situação do financiamento perante o banco:

27. (1° Invest.):

30. (1° custeio):

28. (2° Invest.):

31. (2° custeio):

29. (3° Invest.):

32. (3° custeio):

Obs.:

Sim - 1						Não - 2		
Insatisfeito		±		Satisfeito		N/ se aplica	Insat.	Satisf.
		4				0	1	7
Totalmente	±	Pouco	Pouco	±	Totalmente			
1	2	3	5	6	7			

IMPLANTAÇÃO DO PRONAF

1 - Gestão do projeto/proposta (GeProj)

1 - Gestão do projeto/proposta (GeProj)								
<i>I</i> Quem elaborou o projeto (Emater, particular, ONG): _____								
<i>I</i> Quem orientou o(a) Sr.(a)/comunidade durante a elaboração do projeto (Técnico da extensão rural, Associação, Banco, Sindicato): _____								
1.	Antes da elaboração do projeto/proposta, o Técnico da extensão/Projetista discutiu/trocou idéias com o(a) Sr.(a) para fazer o projeto? Em relação a essa discussão, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, ±, satisfeito? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2				
				1	7			
		I	±4	S				
		+1	±2	-3				
		-5	±6	+7				
2.	Ainda, durante esse contato, o Técnico da extensão/Projetista orientou o(a) Sr.(a) em relação aos documentos necessários para acompanhar o projeto/proposta? (DAP; carta de anuência, cópias de documentos pessoais, inclusive do comprovante de votação) Em relação a essa orientação, o(a) Sr.(a) ficou: insat., ±, satisf? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2				
				1	7			
		I	±4	S				
		+1	±2	-3				
		-5	±6	+7				
3.	Também, antes da elaboração do projeto/proposta, o Técnico da extensão/Projetista explicou o tipo de animal ou, de máquina/ equipamento, que deveria escolher para comprar? (características boas) Em relação a essas informações, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, ±, satisfeito? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2				
				1	7			
		I	±4	S				
		+1	±2	-3				
		-5	±6	+7				
4.	Nessa mesma ocasião, o Técnico da extensão/Projetista também explicou as condições de pagamento? (forma de pagamento, tempo de carência, abatimento, juros) Em relação a essas informações, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, ±, satisfeito? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2				
				1	7			
		I	±4	S				
		+1	±2	-3				
		-5	±6	+7				
5.	Depois da elaboração do projeto/proposta, o Técnico da extensão/Projetista, voltou, discutiu e fechou, o projeto do(a) Sr.(a)? Em relação a essa discussão/fechamento do projeto, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, ±, satisfeito? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2				
				1	7			
		I	±4	S				
		+1	±2	-3				
		-5	±6	+7				
6.	O Técnico da extensão/Projetista verificou os documentos e pediu o(a) Sr.(a) para assinar os documentos de acompanhamento do projeto/proposta? Em relação a esse atendimento, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, ±, satisfeito? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2				
				1	7			
		I	±4	S				
		+1	±2	-3				
		-5	±6	+7				

7.	O Técnico da extensão/Projetista encaminhou ao Banco o/a projeto/proposta e demais documentos do(a) Sr.(a)? (<i>em termos de demora, feedback, número de idas ao projetista</i>) Em relação a esse encaminhamento/tramitação, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, ±, satisfeito? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				1	7	
		I	±4	S		
		+1	±2	-3		
		-5	±6	+7		
2 - Adequação do projeto/proposta (Adproj)						
II	<i>Depois do projeto pronto, o(a) Sr.(a) viu/conheceu o projeto que o técnico da extensão rural elaborou para o(a) Sr.(a)? O(a) Sr.(a) ou a sua associação tem cópia do projeto técnico?</i>	1		2		
				2		
8.	O(A) Sr.(a) acha que o projeto atendeu aquilo que o(a) Sr.(a) queria fazer em sua propriedade? Em relação a esse atendimento, o(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, ±, satisfeito? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				1	7	
		I	±4	S		
		+1	±2	-3		
		-5	±6	+7		
9.	O(A) Sr.(a) acha que o projeto acertou naquilo que serve para produzir, criar e vender na sua Região? Em relação a esse atendimento, o(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, ±, satisfeito? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				1	7	
		I	±4	S		
		+1	±2	-3		
		-5	±6	+7		
10.	O(A) Sr.(a) acha que os recursos previstos no projeto foram insuficientes, ±, suficientes, para comprar o que foi planejado? O(a) Sr.(a) acha que foi um pouco, ±, totalmente, suficientes/insuficientes?	I	±4	S		
		+1	±2	-3		
		-5	±6	+7		
11.	Em relação ao que foi planejado no projeto e o que foi executado na propriedade o(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, ±, satisfeito? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	I	±4	S		
		+1	±2	-3		
		-5	±6	+7		
12.	Em relação ao que foi planejado no projeto e o lucro que deu, o(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, ±, satisfeito? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	I	±4	S		
		+1	±2	-3		
		-5	±6	+7		
3 - Gestão da assistência técnica (GeAsTe)						
13.	O Técnico da extensão/Projetista deu assistência técnica ao(a) Sr.(a) durante a implantação do projeto? (<i>compra de gado e de materiais de investimento, implantação de lavoura</i>) Em relação a essa assistência, o(a) Sr.(a) ficou: insat, ±, satisf? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				1	7	
		I	±4	S		
		+1	±2	-3		
		-5	±6	+7		
14.	O Técnico da extensão/Projetista deu/tem dado assistência técnica ao(a) Sr.(a) durante o período de execução do projeto? (<i>orientação técnica, acompanhamento do projeto/proposta, com apoio junto ao Banco no caso de perdas</i>) Em relação a essa assistência, o(a) Sr.(a) está: insat, ±, satisf? O(a) Sr.(a) está um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				1	7	
		I	±4	S		
		+1	±2	-3		
		-5	±6	+7		
15.	O(a) Sr.(a) participou de algum curso de capacitação rural, antes ou depois da implantação do projeto? Curso(s): O(A) Sr.(a) ficou insatisfeito, ±, satisfeito com esse curso? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				1	7	
		I	±4	S		
		+1	±2	-3		
		-5	±6	+7		

16.	O(A) Sr.(a) acha que pode seguir a orientação técnica/ do Técnico da extensão rural? O(A) Sr.(a) se sente inseguro, \pm , seguro, com a orientação do Técnico da extensão ligado ao projeto/ proposta do(a) Sr.(a)? O(a) Sr.(a) se sente um pouco, \pm , totalmente, seguro/ inseguro?	1		2		
				1	7	
		I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		

4 - Gestão do crédito (Gecre)

17.	Antes da elaboração do projeto/proposta, o(a) Sr.(a) participou de alguma reunião com o Pessoal do Banco para explicar o que é o Pronaf/crédito? O(A) Sr.(a) ficou insatisf., \pm , satisfeito com a explicação deles? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				1	7	
		I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		
18.	Ainda nessa reunião, o Pessoal do Banco falou dos documentos que têm que ser providenciados para ter acesso ao crédito? (<i>cadastro, orçamento dos materiais, doc. pessoais, DAP</i>) O(A) Sr.(a) ficou insatisf., \pm , satisfeito com essa explicação? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				1	7	
		I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		
19.	Também durante essa reunião, o Pessoal do Banco falou sobre incentivos financeiros (<i>juros, rebate, prazo de pagamento</i>), limite de crédito? O(A) Sr.(a) ficou insatisfeito, \pm , satisfeito com essa explicação? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				1	7	
		I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		
20.	Depois de certo tempo, o Pessoal do Banco entrou em contato com o(a) Sr.(a), ou com sua associação, para assinar o contrato e liberar o crédito? O(A) Sr.(a) ficou insatisfeito \pm , satisfeito com esse atendimento? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				1	7	
		I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		
21	O Pessoal do Banco já esteve em sua propriedade para conferir o material comprado? O(A) Sr.(a) ficou insatisfeito, \pm , satisfeito com esse atendimento? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				1	7	
		I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		

5 – Adequação dos recursos liberados (AdRecLi)

22.	O(A) Sr.(a) financiou animal(is)? (<i>gado, ovelha, cabra, porco, galinha, reprodutor</i>) Em relação aos recursos para a compra desse(s) animal(is), o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, \pm , satisfeito? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito? Sobrou? Investimento:	1		2		
				0	1	7
		I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		
23.	O(A) Sr.(a) financiou máquinas e equipamentos? (<i>máq forrag, motor, sist irrig, equip apicult, piscicult, carroça</i>) Em relação aos recursos para a compra das máquinas e equipamentos, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, \pm , satisfeito? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito? Sobrou? Investimento:	1		2		
				0	1	7
		I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		

24.	O(A) Sr.(a) financiou cerca? Em relação aos recursos para a construção de cerca, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, \pm , satisfeito? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito? Sobrou? Investimento: _____	1		2			
				0	1	7	
		I	± 4	S			
		+1	± 2	-3			
		-5	± 6	+7			
25.	O(A) Sr.(a) financiou estrutura de abastecimento d'água? (<i>construção ou reforma de cacimbão, açude/barreiro</i>) Em relação aos recursos para a estrutura de abastecimento d'água, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, \pm , satisfeito? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito? Sobrou? Investimento: _____	1		2			
				0	1	7	
		I	± 4	S			
		+1	± 2	-3			
		-5	± 6	+7			
26.	O(A) Sr.(a) financiou formação de pastagem/ capineira? (<i>capim forrageiro, capim de pisoteio, cana, palma</i>) Em relação aos recursos para a formação de pastagem/ capineira, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, \pm , satisfeito? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito? Sobrou? Investimento: _____	1		2			
				0	1	7	
		I	± 4	S			
		+1	± 2	-3			
		-5	± 6	+7			
27.	O(A) Sr.(a) financiou alguma estrutura para os animais? (<i>cocheira, aprisco, galpão, apiário - caixas de madeira</i>) Em relação aos recursos destinados a estrutura para os animais, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, \pm , satisfeito? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito? Sobrou? Investimento: _____	1		2			
				0	1	7	
		I	± 4	S			
		+1	± 2	-3			
		-5	± 6	+7			
28.	O(A) Sr.(a) financiou agricultura? (<i>arroz, feijão, milho, algodão, mandioca, amendoim, inhame, alface, tomate, cebola</i>) Em relação aos recursos para esse plantio, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, \pm , satisfeito? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito? Sobrou? Investimento: _____	1		2			
				0	1	7	
		I	± 4	S			
		+1	± 2	-3			
		-5	± 6	+7			
29.	O(A) Sr.(a) financiou mais alguma coisa que não foi avaliado até agora? (<i>ração, suinoc, frutic, avicul, apicul, psicult</i>) _____ Em relação aos recursos para essa aplicação/ compra, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, \pm , satisfeito? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito? Investimentos com as sobras do financiamento: _____ _____	1		2			
				0	1	7	
		I	± 4	S			
		+1	± 2	-3			
		-5	± 6	+7			
PRODUTO DA IMPLANTAÇÃO							
1 – Adequação dos produtos aplicados (AdProAp)							
30.	O(a) Sr.(a) adquiriu máquinas e equipamentos com recursos do Pronaf? Essas máquinas e equipamentos estão apoiando o(a) Sr.(a) em suas atividades? O(a) Sr.(a) está insatisfeito, \pm , satisfeito, com esse apoio? O(a) Sr.(a) está um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2			
				0	1	7	
		I	± 4	S			
		+1	± 2	-3			
		-5	± 6	+7			

30.	O(a) Sr.(a) adquiriu máquinas e equipamentos com recursos do Pronaf? Essas máquinas e equipamentos estão apoiando o(a) Sr.(a) em suas atividades? O(a) Sr.(a) está insatisfeito, \pm , satisfeito, com esse apoio? O(a) Sr.(a) está um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2			
				0	1	7	
		I	± 4	S			
		+1	± 2	-3			
		-5	± 6	+7			

31.	O(a) Sr.(a) construiu alguma estrutura para os animais com recursos do Pronaf? Essa estrutura está atendendo as necessidades de seus animais? O(A) Sr.(a) está insatisf., ±, satisfeito, com esse atendimento? O(a) Sr.(a) está um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				0	1	7
		I	±4	S		
		+1	±2	-3		
		-5	±6	+7		
32.	O(a) Sr.(a) construiu cerca com recursos do Pronaf? A cerca está atendendo a proteção em sua propriedade? O(A) Sr.(a) está insatisfeito, ±, satisfeito, com essa proteção? O(a) Sr.(a) está um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				0	1	7
		I	±4	S		
		+1	±2	-3		
		-5	±6	+7		
33.	O(a) Sr.(a) construiu ou reformou alguma estrutura de abastecimento d'água com recursos do Pronaf? Essa estrutura está atendendo o abastecimento d'água? O(A) Sr.(a) está insat., ±, satisfeito, com esse abastec. d'água? O(a) Sr.(a) está um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				0	1	7
		I	±4	S		
		+1	±2	-3		
		-5	±6	+7		
34.	O(a) Sr.(a) adquiriu animal(is) fêmeas com recursos do Pronaf? (<i>vaca, ovelha, cabra, porca, galinha</i>) O(A) Sr.(a) está insatisfeito, ±, satisfeito, com a produção/reprodução de seus animais? O(a) Sr.(a) está um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				0	1	7
		I	±4	S		
		+1	±2	-3		
		-5	±6	+7		
35.	O(a) Sr.(a) formou pasto/ capineira com recursos do Pronaf? O pasto/ capineira está atendendo as necessidades de seus animais? O(A) Sr.(a) está insatisfeito, ±, satisfeito, com o pasto/capineira? O(a) Sr.(a) está um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				0	1	7
		I	±4	S		
		+1	±2	-3		
		-5	±6	+7		
36.	O(a) Sr.(a) plantou lavoura/ roçado com recursos do Pronaf? O(A) Sr.(a) ficou insatisfeito, ±, satisfeito, com a produção dessa lavoura/ roçado? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				0	1	7
		I	±4	S		
		+1	±2	-3		
		-5	±6	+7		
37.	O(A) Sr.(a) adquiriu ou produziu mais alguma coisa que não foi avaliado até agora? (<i>ração, suinoc, frutic, avic, apic, psic</i>) <hr/> Em relação ao atendimento/ aproveitamento dessa aquisição/ produção, o(a) Sr.(a) está: insatisfeito, ±, satisfeito? O(a) Sr.(a) está um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				0	1	7
		I	±4	S		
		+1	±2	-3		
		-5	±6	+7		
2 – Influência do clima na gestão dos recursos (InClGeRe)						
38.	O(a) Sr.(a) plantou lavoura anual com recursos do Pronaf? Em relação ao efeito do tempo/clima sobre essa lavoura, o(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, ±, satisfeito? (<i>prejudicou ou não</i>) O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				0	1	7
		I	±4	S		
		+1	±2	-3		
		-5	±6	+7		
39.	O(a) Sr.(a) formou pasto/ capineira com recursos do Pronaf? Em relação ao efeito do tempo/clima sobre o pasto/ capineira, o(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, ±, satisfeito? (<i>prejudicou ou não</i>) O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				0	1	7
		I	±4	S		
		+1	±2	-3		
		-5	±6	+7		

40.	O(a) Sr.(a) comprou/conseguiu animais com recursos do Pronaf? (<i>peixe pescado com equipamento financiado</i>) Em relação ao efeito do tempo/clima sobre a criação dos animais, o(a) Sr.(a) ficou insatisf, \pm , satisf? (<i>prejudic ou não</i>) O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				0	1	7
		I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		
41.	O(a) Sr.(a) financiou estrutura com recursos do Pronaf? (<i>poço, barreiro, aviário, cocheira, aprisco, cerca</i>) Em relação ao efeito do tempo/clima sobre a estrutura financiada, o(a) Sr.(a) ficou insatisf, \pm , satisf? (<i>prejud ou não</i>) O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				0	1	7
		I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		
3 – Consumo e venda de produto (ConVePr)						
42.	O(a) Sr.(a) financiou animal(is)? (<i>Bovino</i>) O(a) Sr.(a) vendeu algum(ns) do(s) animal(is) financiado(s)? (<i>trocou</i>) O(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, \pm , satisfeito, com essa venda? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				0	1	7
		I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		
43.	O(a) Sr.(a) vendeu alguma(s) cria(s) do(s) animal(is) financiado(s)? (<i>trocou</i>) O(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, \pm , satisfeito, com essa venda? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisfeito/insatisfeito?	1		2		
				0	1	7
		I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		
44.	O(a) Sr.(a) tem consumido leite do(s) animal(is) financiado(s)? (<i>carne, mel, peixe pescado com equipamento financiado</i>) O(a) Sr.(a) está insatisfeito, \pm , satisfeito, com esse consumo? O(a) Sr.(a) está um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				0	1	7
		I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		
45.	O(a) Sr.(a) tem vendido leite do(s) animal(is) financiado(s)? (<i>carne, mel, peixe pescado com equipamento financiado</i>) O(a) Sr.(a) está insatisfeito, \pm , satisfeito, com essa venda? O(a) Sr.(a) está um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				0	1	7
		I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		
46.	O(a) Sr.(a) tem consumido produtos derivados do leite do(s) animal(is) financiado(s)/ <i>mel/ peixe pescado com equip financ?</i> (<i>coalhada, queijo, doce, bolo, manteiga</i>)/(própolis, caipirinha, remédio, bolo, pão, salada, vitamina, geléia real)/(lingüiça) O(a) Sr.(a) está insatisf, \pm , satisf, com esse consumo/aproveit? O(a) Sr.(a) está um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				0	1	7
		I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		
47.	O(a) Sr.(a) tem vendido do(s) produtos derivados do leite do(s) animal(is) financiado(s)/ <i>mel/ peixe pescado com equip financ?</i> (<i>queijo, bolo, doce, dindim</i>)/(própolis, cera)/(lingüiça, almôndega, farinha de peixe, pele de peixe) O(a) Sr.(a) está insatisfeito, \pm , satisfeito, com essa venda? O(a) Sr.(a) está um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				0	1	7
		I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		
48.	O(a) Sr.(a) tem consumido os produtos agrícolas financiados? (<i>arroz, feijão, milho, mandioca, inhame</i>) O(a) Sr.(a) está insatisfeito, \pm , satisfeito, com esse consumo? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				0	1	7
		I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		

49.	O(a) Sr.(a) tem vendido desses produtos agrícolas financiados? O(a) Sr.(a) está insatisfeito, \pm , satisfeito, com essa venda? O(a) Sr.(a) está um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2			
				0	1	7	
		I	± 4	S			
		+1	± 2	-3			
		-5	± 6	+7			
50.	O(a) Sr.(a) tem vendido ou consumido mais algum produto agropecuário, ainda não citado, mas que foi financiado? O que o(a) Sr.(a) vendeu ou consumiu e que ainda não foi citado? (<i>Ovino, caprino, ave, cana</i>)	1		2			
				0	1	7	
		I	± 4	S			
		+1	± 2	-3			
			-5	± 6	+7		
	Em relação à venda ou consumo desse produto, o(a) Sr.(a) está insatisfeito, \pm , satisfeito? O(a) Sr.(a) está um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?						

4 – Adequação do crédito (AdCr)

51.	O(A) Sr.(a) ficou insatisf., \pm , satisf., com o limite de crédito que o(a) Sr.(a) podia pegar? <i>No seu caso o limite foi de _____!</i> O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		
52.	O dinheiro para o investimento saiu na época certa/ esperada? Em relação à desvalorização do dinheiro na época de compra dos investimentos o(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, \pm , satisfeito? (<i>prejudicou ou não</i>) O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1 (7)		2		
		I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		
53.	O(A) Sr.(a) tirou crédito para o custeio? O dinheiro para o(s) custeio(s) saiu na época certa/ esperada? Em relação à produção da lavoura financiada devido à época de liberação do crédito, o(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, \pm , satisfeito? (<i>prejudicou ou não</i>) O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2 (0)		
		1 (7)		2		
		I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		
54.	O(A) Sr.(a) já pagou alguma parcela ou quitou o financiamento? (<i>pagamento antecipado de juro</i>) O(A) Sr.(a) ficou insatisfeito, \pm , satisfeito com o desconto, na hora de pagar o crédito? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				1	7	
		I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		
55.	Em relação ao prazo de pagamento/ vencimento do crédito, o(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, \pm , satisfeito? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		
56.	O(A) Sr.(a) já precisou renegociar o financiamento? (<i>renegociar antecipadamente a parcela</i>) O(A) Sr.(a) ficou insatisfeito, \pm , satisfeito com a renegociação do crédito financiado? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				1	7	
		I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		

RESULTADO DO PRONAF

1 - Qualidade de vida (QuaVi)						
57.	Os investimentos do Pronaf melhoraram a vida do(a) Sr.(a) e sua família em relação a alimentação? <i>(leite, coalhada, mandioca, inhame, feijão, carne, fruta)</i> O(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, \pm , satisfeito com esse resultado? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
		I		± 4	S	
		+1		± 2	-3	
		-5		± 6	+7	
58.	Os investimentos do Pronaf melhoraram a vida do(a) Sr.(a) e de sua família em relação ao acesso d'água? O(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, \pm , satisfeito com esse resultado? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
		I		± 4	S	
		+1		± 2	-3	
		-5		± 6	+7	
59.	Os investimentos do Pronaf melhoraram a vida do(a) Sr.(a) e de sua família em relação a moradia? <i>(construção/reforma/reparo da casa)</i> O(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, \pm , satisfeito com esse resultado? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
		I		± 4	S	
		+1		± 2	-3	
		-5		± 6	+7	
60.	Os investimentos do Pronaf ajudaram o(a) Sr.(a) e sua família comprar roupa, calçado? O(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, \pm , satisfeito com essa ajuda? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
		I		± 4	S	
		+1		± 2	-3	
		-5		± 6	+7	
61.	Os investimentos do Pronaf ajudaram o(a) Sr.(a) e sua família comprar remédio, ou fazer exame médico? O(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, \pm , satisfeito com essa ajuda? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
		I		± 4	S	
		+1		± 2	-3	
		-5		± 6	+7	
62.	Os investimentos do Pronaf ajudaram o(a) Sr.(a) e sua família ter acesso a meios de transporte? <i>(compra de passagem, moto, carro ou combustível)</i> O(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, \pm , satisfeito com essa ajuda? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
		I		± 4	S	
		+1		± 2	-3	
		-5		± 6	+7	
63.	Os investimentos do Pronaf possibilitaram ao Sr.(a) ajudar financeiramente seus familiares/filhos? <i>(compra de material escolar, brinquedo, dinheiro para lazer)</i> O(a) Sr.(a) está insatisfeito, \pm , satisfeito com essa ajuda? O(a) Sr.(a) está um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
		I		± 4	S	
		+1		± 2	-3	
		-5		± 6	+7	
2 – Geração de emprego e renda (GeEmRen)						
64.	Os investimentos do Pronaf ajudaram o(a) Sr.(a) e sua família melhorar a renda em determinada época do ano? <i>(na safra, quando vende o gado)</i> O(a) Sr.(a) está insatisfeito, \pm , satisfeito com essa ajuda? O(a) Sr.(a) está um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
		I		± 4	S	
		+1		± 2	-3	
		-5		± 6	+7	
65.	Os investimentos do Pronaf ajudaram o(a) Sr.(a) conseguir um dinheirinho/ uma renda pequenininha, de vez em quando? O(a) Sr.(a) está insatisfeito, \pm , satisfeito com essa ajuda? O(a) Sr.(a) está um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
		I		± 4	S	
		+1		± 2	-3	
		-5		± 6	+7	

66.	Os investimentos do Pronaf melhoraram a renda do(a) Sr.(a) por estar consumindo sem precisar comprar alguns produtos? O(a) Sr.(a) está insatisfeito, \pm , satisfeito com esse resultado? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2	
				1	7
		I	± 4	S	
		+1	± 2	-3	
		-5	± 6	+7	
67.	Os investimentos do Pronaf deram/trouxeram para o(a) Sr.(a) uma nova oportunidade de trabalho? O(a) Sr.(a) está insatisfeito, \pm , satisfeito com esse resultado? O(a) Sr.(a) está um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2	
				1	7
		I	± 4	S	
		+1	± 2	-3	
		-5	± 6	+7	
68.	Os investimentos do Pronaf estão gerando mais serviço/luta de trabalho para o(a) Sr.(a)? O(a) Sr.(a) está insatisfeito, \pm , satisfeito com esse resultado? O(a) Sr.(a) está um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2	
				1	7
		I	± 4	S	
		+1	± 2	-3	
		-5	± 6	+7	
69.	Os investimentos do Pronaf ajudaram sua família trabalhar na propriedade? O(a) Sr.(a) está insatisfeito, \pm , satisfeito com essa ajuda? O(a) Sr.(a) está um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2	
				1	7
		I	± 4	S	
		+1	± 2	-3	
		-5	± 6	+7	
70.	Os investimentos do Pronaf ajudaram o Sr.(a) pagar um trabalhador de fora? (<i>manejo do gado, construção de cerca</i>) O(a) Sr.(a) está insatisfeito, \pm , satisfeito com essa ajuda? O(a) Sr.(a) está um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2	
				1	7
		I	± 4	S	
		+1	± 2	-3	
		-5	± 6	+7	
71.	Os investimentos do Pronaf ajudaram o(a) Sr.(a) ou, sua família, a trabalhar fora da propriedade? (<i>prestar serviço, dar dinheiro para o filho trabalhar fora</i>) O(a) Sr.(a) está insatisfeito, \pm , satisfeito com essa ajuda? O(a) Sr.(a) está um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2	
				1	7
		I	± 4	S	
		+1	± 2	-3	
		-5	± 6	+7	

3 - Capacidade produtiva (CaPro)

72.	Os investimentos do Pronaf ajudaram o(a) Sr.(a) a produzir mais? O(a) Sr.(a) está insatisfeito, \pm , satisfeito com essa ajuda? O(a) Sr.(a) está um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2	
				1	7
		I	± 4	S	
		+1	± 2	-3	
		-5	± 6	+7	
73.	Os investimentos do Pronaf ajudaram o(a) Sr.(a) a trabalhar/produzir com mais apoio? (<i>infra-estrutura, invest., custeio</i>) O(a) Sr.(a) está insatisfeito, \pm , satisfeito com essa ajuda? O(a) Sr.(a) está um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2	
				1	7
		I	± 4	S	
		+1	± 2	-3	
		-5	± 6	+7	
74.	Os investimentos do Pronaf ajudaram o(a) Sr.(a) a trabalhar/produzir com mais qualidade/ mais perfeição? (<i>exige mais cuidado, mais atenção. Ex.: vacinação, alimentação</i>) O(a) Sr.(a) está insatisfeito, \pm , satisfeito com essa ajuda? O(a) Sr.(a) está um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2	
				1	7
		I	± 4	S	
		+1	± 2	-3	
		-5	± 6	+7	

75.	Os investimentos do Pronaf ajudaram o(a) Sr.(a) a conseguir outros meios de trabalho para produzir? <i>(uma ferramenta nova de trabalho, moto)</i> O(a) Sr.(a) está insatisfeito, \pm , satisfeito com essa ajuda? O(a) Sr.(a) está um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				1	7	
		I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		
4 - Fixação no campo (FxCam)						
76.	O(A) Sr.(a) acha que o Pronaf é bom para o progresso do(a) Sr.(a) no campo? O(a) Sr.(a) está insatisfeito, \pm , satisfeito com o progresso? O(a) Sr.(a) está um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				1	7	
		I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		
77.	O(A) Sr.(a) acha que o Pronaf deu resultado para o(a) Sr.(a)? O(a) Sr.(a) está insatisfeito, \pm , satisfeito com esse resultado? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	1		2		
				1	7	
		I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		
78.	O(a) Sr.(a) acha que o Pronaf é ruim, \pm , bom para o(a) Sr.(a) ficar no campo? O(a) Sr.(a) acha que o Pronaf é um pouco, \pm , totalmente bom/ruim?	R	± 4	B		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		
79.	O(a) Sr.(a) está insatisfeito, \pm , satisfeito em viver no campo? O(a) Sr.(a) está um pouco, \pm , totalmente, satisf./insatisfeito?	I	± 4	S		
		+1	± 2	-3		
		-5	± 6	+7		

Intenção de pagamento do crédito

Atitude						
I	<i>O(a) Sr.(a) acha que o(a) Sr.(a) deve pagar em dia o Pronaf? Em qualquer situação?</i>	1		2		
		80.	O(a) Sr.(a) acha que, dependendo da situação, pagar em dia o Pronaf é ruim, \pm , bom? O(a) Sr.(a) acha ruim/bom um pouco, \pm , totalmente?	R +1 -5	± 4 ± 2 ± 6	B -3 +7
81.	Pagar em dia, dependendo da situação, não serve para nada, tem serventia \pm , serve para alguma coisa? O(a) Sr.(a) acha que serve/não serve, um pouco, \pm , totalment?	NS +1 -5	± 4 ± 2 ± 6	S -3 +7		
82.	Dependendo da situação, o(a) Sr.(a) é contra, \pm , a favor de pagar em dia o Pronaf? O(a) Sr.(a) é a favor/contra um pouco, \pm , totalmente?	C +1 -5	± 4 ± 2 ± 6	F -3 +7		
Avaliação das conseqüências (RUIM - BOM)						
83.	<i>Qual a opinião do(a) Sr.(a) em relação as seguintes situações? Ter direito a outro crédito/empréstimo por ter pagado em dia o Pronaf, dependendo da situação, é: ruim, \pm, bom? O(a) Sr.(a) acha ruim/bom um pouco, \pm, totalmente?</i>	R +1 -5	± 4 ± 2 ± 6	B -3 +7		
		84.	Conseguir desconto por ter pagado em dia o Pronaf, dependendo da situação, é: ruim, \pm , bom? O(a) Sr.(a) acha ruim/bom um pouco, \pm , totalmente?	R +1 -5	± 4 ± 2 ± 6	B -3 +7
		85.	Conseguir mais confiança/apoio do governo por ter pagado em dia o Pronaf, dependendo da situação, é: ruim, \pm , bom? O(a) Sr.(a) acha ruim/bom um pouco, \pm , totalmente?	R +1 -5	± 4 ± 2 ± 6	B -3 +7
86.	Ficar com o nome limpo por ter pagado em dia o Pronaf, dependendo da situação, é: ruim, \pm , bom? O(a) Sr.(a) acha ruim/bom um pouco, \pm , totalmente?	R +1 -5	± 4 ± 2 ± 6	B -3 +7		
87.	Sentir-se realizado/com dever cumprido por ter pagado em dia o Pronaf, dependendo da situação, é: ruim, \pm , bom? O(a) Sr.(a) acha ruim/bom um pouco, \pm , totalmente?	R +1 -5	± 4 ± 2 ± 6	B -3 +7		
Força das crenças comportamentais (IMPROVÁVEL - PROVÁVEL)						
88.	Se o(a) Sr.(a) pagar em dia o Pronaf, dependendo da situação, é improvável, \pm garantido, provável, que o(a) Sr.(a) consegue outro empréstimo? O(a) Sr.(a) acha improváv./ provável um pouco, \pm , totalmente?	I +1 -5	± 4 ± 2 ± 6	P -3 +7		
		89.	Dependendo da situação, é improvável, \pm garantido, provável, que o(a) Sr.(a) vai ganhar abatimento? O(a) Sr.(a) acha improváv./ provável um pouco, \pm , totalmente?	I +1 -5	± 4 ± 2 ± 6	P -3 +7
		90.	Dependendo da situação, é improvável, \pm garantido, provável, que o(a) Sr.(a) vai conseguir a confiança/ o apoio do governo? O(a) Sr.(a) acha improváv./ provável um pouco, \pm , totalmente?	I +1 -5	± 4 ± 2 ± 6	P -3 +7
91.	Dependendo da situação, é improvável, \pm garantido, provável, que o(a) Sr.(a) vai ficar com o nome limpo? O(a) Sr.(a) acha improváv./ provável um pouco, \pm , totalmente?	I +1 -5	± 4 ± 2 ± 6	P -3 +7		
92.	Dependendo da situação, é improvável, \pm garantido, provável, que o(a) Sr.(a) vai se sentir realizado/ com dever cumprido? O(a) Sr.(a) acha improváv./ provável um pouco, \pm , totalmente?	I +1 -5	± 4 ± 2 ± 6	P -3 +7		

Norma subjetiva (IMPROVÁVEL – PROVÁVEL)				
93.	É improvável, ± certo, provável, que a maior parte das pessoas que o(a) Sr.(a) conhece acha que o(a) Sr.(a) deve pagar em dia o Pronaf? O(a) Sr.(a) acha improváv./ provável um pouco, ±, totalmente?	I	±4	P
		+1	±2	-3
		-5	±6	+7
Crenças normativas (IMPROVÁVEL - PROVÁVEL)				
94.	É improvável, ± certo, provável, que a família do(a) Sr.(a), dependendo da situação, acha que o(a) Sr.(a) deve pagar em dia o Pronaf? O(a) Sr.(a) acha improváv./ provável um pouco, ±, totalmente?	I	±4	P
		+1	±2	-3
		-5	±6	+7
95.	Em relação ao Banco, dependendo da situação, é improvável, ± certo, provável? O(a) Sr.(a) acha improváv./ provável um pouco, ±, totalmente?	I	±4	P
		+1	±2	-3
		-5	±6	+7
96.	Em relação aos assentados que conhece em sua Região, dependendo da situação, é improvável, ± certo, provável? O(a) Sr.(a) acha improváv./ provável um pouco, ±, totalmente?	1	2	
		I	±4	P
		+1	±2	-3
97.	Em relação aos Agricultores que conhece em sua Região, dependendo da situação, é improvável, ± certo, provável? O(a) Sr.(a) acha improváv./ provável um pouco, ±, totalmente?	1	2	
		I	±4	P
		+1	±2	-3
98.	Em relação a Emater, dependendo da situação, é improvável, ± certo, provável? O(a) Sr.(a) acha improváv./ provável um pouco, ±, totalmente?	1	2	
		I	±4	P
		+1	±2	-3
99.	O(a) Sr.(a) faz parte ou conhece alguma associação? É improvável, ± certo, provável, que a diretoria da Associação, dependendo da situação, acha que o(a) Sr.(a) deve pagar em dia o Pronaf? O(a) Sr.(a) acha improváv./ provável um pouco, ±, totalmente?	1	2	
		I	±4	P
		+1	±2	-3
100.	Em geral, é improvável, ± certo, provável, dependendo da situação, o(a) Sr.(a) segue a opinião de sua família? O(a) Sr.(a) acha improváv./ provável um pouco, ±, totalmente?	I	±4	P
		+1	±2	-3
		-5	±6	+7
101.	Na maioria das vezes, é improvável, ± certo, provável, dependendo da situação, o(a) Sr.(a) faz aquilo que o Banco acha que o(a) Sr.(a) deve fazer? O(a) Sr.(a) acha improváv./ provável um pouco, ±, totalmente?	I	±4	P
		+1	±2	-3
		-5	±6	+7
102.	Geralmente, é improvável, ± certo, provável, dependendo da situação, o(a) Sr.(a) segue a opinião dos Assentados? O(a) Sr.(a) acha improváv./ provável um pouco, ±, totalmente?	1	2	
		I	±4	P
		+1	±2	-3
103.	Em geral, é improvável, ± certo, provável, dependendo da situação, o(a) Sr.(a) segue a opinião dos Agricultores? O(a) Sr.(a) acha improváv./ provável um pouco, ±, totalmente?	1	2	
		I	±4	P
		+1	±2	-3
		-5	±6	+7

104.	Em geral, é improvável, \pm certo, provável, dependendo da situação, o(a) Sr.(a) costuma fazer aquilo que a Emater acha que o(a) Sr.(a) deve fazer? O(a) Sr.(a) acha improváv./ provável um pouco, \pm , totalmente?	1		2
		I	± 4	P
		+1	± 2	-3
		-5	± 6	+7
105.	O(a) Sr.(a) faz parte ou conhece alguma associação? Na maioria das vezes, é improvável, \pm certo, provável, dependendo da situação, o(a) Sr.(a) segue a opinião da diretoria da sua/dessa Associação? O(a) Sr.(a) acha improváv./ provável um pouco, \pm , totalmente?	1		2
		I	± 4	P
		+1	± 2	-3
		-5	± 6	+7
Percepção de controle (IMPROVÁVEL - PROVÁVEL -)				
106.	Para pagar em dia o Pronaf, é improvável, \pm certo, provável, dependendo da situação, que a saída é explorar/ trabalhar vários tipos de atividades? O(a) Sr.(a) acha improváv./ provável um pouco, \pm , totalmente?	I	± 4	P
		+1	± 2	-3
		-5	± 6	+7
Avaliação das crenças de controle (RUIM - BOM)				
107.	Para pagar em dia o Pronaf, lidar com animais e seus produtos, dependendo da situação, é uma saída ruim, \pm , boa? O(a) Sr.(a) acha ruim/ bom um pouco, \pm , totalmente? (<i>gado, bode, ovelha, porco</i>)	R	± 4	B
		+1	± 2	-3
		-5	± 6	+7
108.	Planejar o que fazer, como por exemplo, juntar dinheiro, reservar um animal, depend. da sit., é uma saída ruim, \pm , boa? O(a) Sr.(a) acha ruim/ bom um pouco, \pm , totalmente?	R	± 4	B
		+1	± 2	-3
		-5	± 6	+7
109.	Ser uma pessoa atuante, esforçada, trabalhadora, dependendo da situação, é uma saída ruim, \pm , boa? O(a) Sr.(a) acha ruim/ bom um pouco, \pm , totalmente?	R	± 4	B
		+1	± 2	-3
		-5	± 6	+7
110.	Prestar serviços e fazer negócios não agrícolas, dependendo da situação, é uma saída ruim, \pm , boa? O(a) Sr.(a) acha ruim/ bom um pouco, \pm , totalmente?	R	± 4	B
		+1	± 2	-3
		-5	± 6	+7
111.	Para pagar em dia o Pronaf, lidar com agricultura, dependendo da situação, é uma saída ruim, \pm , boa? (<i>lavoura, roçado</i>) O(a) Sr.(a) acha ruim/ bom um pouco, \pm , totalmente?	R	± 4	B
		+1	± 2	-3
		-5	± 6	+7
Potência da percepção (IMPROVÁVEL – PROVÁVEL)				
112.	É improvável, \pm certo, provável, que para pagar em dia o Pronaf, o(a) Sr.(a) tem que mexer com animais e seus produtos? (<i>gado, bode, ovelha, porco</i>) (a) Sr.(a) acha improváv./ provável um pouco, \pm , totalmente?	I	± 4	P
		+1	± 2	-3
		-5	± 6	+7
113.	É improvável, \pm certo, provável, que para pagar em dia o Pronaf, o(a) Sr.(a) tem de planejar o que fazer, como por exemplo, juntar dinheiro, reservar um animal? (a) Sr.(a) acha improváv./ provável um pouco, \pm , totalmente?	I	± 4	P
		+1	± 2	-3
		-5	± 6	+7
114.	É improvável, \pm certo, provável, que para pagar em dia o Pronaf, o(a) Sr.(a) tem que ser uma pessoa atuante, esforçada, trabalhadora? (a) Sr.(a) acha improváv./ provável um pouco, \pm , totalmente?	I	± 4	P
		+1	± 2	-3
		-5	± 6	+7
115.	É improvável, \pm certo, provável, que para pagar em dia o Pronaf, o(a) Sr.(a) tem que prestar serviços e fazer negócios não agrícolas? (a) Sr.(a) acha improváv./ provável um pouco, \pm , totalmente?	I	± 4	P
		+1	± 2	-3
		-5	± 6	+7

116.	É improvável, ± certo, provável, que para pagar em dia o Pronaf, o(a) Sr.(a) tem que lidar com agricultura? (<i>lavoura, roçado</i>) (a) Sr.(a) acha improváv./ provável um pouco, ±, totalmente?	I	±4	P
		+1	±2	-3
		-5	±6	+7
Intenção comportamental (PROVÁVEL - IMPROVÁVEL)				
117.	Sempre que o(a) Sr.(a) conseguir crédito do Pronaf, é improvável, ± certo, provável, que o(a) Sr.(a) vai pagar em dia? (a) Sr.(a) acha improváv./ provável um pouco, ±, totalmente?	I	±4	P
		+1	±2	-3
		-5	±6	+7

DADOS BIODEMOGRÁFICOS E FINANCEIROS

33. IDADE (anos): _____
34. ESCOLARIDADE: _____
35. SEXO: _____
36. ESTADO CIVIL: _____
37. RELIGIÃO: _____
38. PRÁTICA RELIGIOSA: _____
39. NÚMERO DE FILHOS: _____
40. FILHOS ESTUDANDO/JÁ ESTUDARAM: _____
41. TAMANHO DA PROPRIEDADE (ha): _____
42. FONTE DE RENDA: _____
43. RESPONSÁVEL DO CRÉDITO: _____
44. CÔNJUGE: _____
45. FILHO(S): _____
46. ESTRATÉGIA/SAÍDA PARA SOBREVIVÊNCIA DURANTE O PERÍODO DE ENTRESSAFRA/PERÍODO DE SECA: _____

ANEXO III

Inadimplência dos beneficiários dos Grupos A e B do Pronaf

Tabela 01. Inadimplência dos Grupos A e B discriminada por Estado do Nordeste e Município participante da pesquisa na Paraíba (posição de setembro/2007)

Local	Grupo	Inadimplência da Carteira ¹ (%)	Inadimplência fora da Carência ² (%)
Estados do Nordeste			
Paraíba	A	6,70	61,30
	B	25,45	45,3
Alagoas	A	10,23	77,60
	B	19,83	41,40
Bahia	A	9,40	69,00
	B	23,19	42,90
Ceará	A	6,13	49,10
	B	20,24	38,60
Maranhão	A	1,55	52,60
	B	23,95	43,7
Pernambuco	A	11,63	82,10
	B	29,57	50,30
Piauí	A	4,47	71,80
	B	24,23	47,30
Rio Grande do Norte	A	5,94	65,60
	B	22,20	41,30
Sergipe	A	8,95	83,90
	B	33,65	54,70
Municípios participantes da pesquisa			
Mesorregião do Agreste Paraibano			
Alagoinha	A	5,04	N.I.
	B	18,66	N.I.
Dona Inês	A	0,86	N.I.
	B	76,25	N.I.
Areia	A	3,34	N.I.
	B	41,34	N.I.
Salgado de São Félix	A	12,69	N.I.
	B	95,73	N.I.
Inadimplência média no Agreste	A (n = 40 municípios)	10,93	N.I.
	B (n = 63 municípios)	56,19	N.I.
Mesorregião do Sertão Paraibano			
Patos	A	0,41	N.I.
	B	25,68	N.I.
Pombal	A	10,21	N.I.
	B	26,43	N.I.
Jericó	A	2,57	N.I.
	B	24,95	N.I.
Cajazeiras	A	2,94	N.I.
	B	18,09	N.I.
Inadimplência média no Sertão	A (n = 26 municípios)	5,17	N.I.
	B (n = 77 municípios)	28,08	N.I.

Nota. Dados do Banco do Nordeste do Brasil (2007) divulgados pela Coordenadora do Pronaf do BNB-PB, no evento *Aperfeiçoando as relações e qualificando as políticas públicas*. João Pessoa: Emater-PB (2ª reunião de trabalho: MDA, BNB, Asbraer Nordeste, 08 e 09/11/2007).

¹ Inadimplência da Carteira = $\frac{\text{Valor das parcelas em atraso}}{\text{Saldo total das operações de crédito}}$

² Inadimplência fora da Carência = $\frac{\text{Saldo das operações com parcelas em atraso} > 14 \text{ dias} + \text{Prejuízos no ano}}{\text{Saldo total das operações de crédito (fora da carência)} + \text{Recebimentos no ano} + \text{Bônus no ano} + \text{Prejuízos no ano}}$

N.I. - Não informado.